

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO –
UFPE
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA COGNITIVA

Suzann Flávia Cordeiro de Lima

DE PERTO E DE DENTRO: DIÁLOGOS ENTRE O
INDIVÍDUO-ENCARCERADO E O ESPAÇO
ARQUITETÔNICO PENITENCIÁRIO

Recife
2009

Suzann Flávia Cordeiro de Lima

**De Perto e de dentro: Diálogos entre o
Indivíduo-encarcerado e o Espaço Arquitetônico
Penitenciário**

Tese apresentada ao programa de
pós-graduação em psicologia
cognitiva da Universidade Federal de
Pernambuco como exigência parcial
para obtenção do título de doutor

Área de concentração: Psicologia Cognitiva

Orientador: Prof. Dr. Luciano Meira

Recife

2009

Lima, Suzann Flávia Cordeiro de

De perto e de dentro : diálogos entre o indivíduo-encarcerado e o espaço arquitetônico penitenciário / Suzann Flávia Cordeiro de Lima. - Recife: O Autor, 2009.

241 folhas : il., fig., tab., fotos.

Dissertação (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Psicologia, 2009.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Psicologia Cognitiva. 2. Sistema Penitenciário. 3. Espaço (Arquitetura). 4. Individualismo – Espaço. Zonas de Construção. I. Título.

**159.9
150**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/22**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Suzann Flávia Cordeiro de Lima

De Perto e de Dentro: diálogos entre o indivíduo encarcerado e o espaço arquitetônico penitenciário.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Doutor.
Área de Concentração: Psicologia Cognitiva

Aprovado em: 08 de abril de 2009

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luciano Rogério de Lemos Meira
Instituição: U.F.PE

Assinatura: Luciano Meira

Prof. Dr. Leonardo Salazar Bittencourt
Instituição: U.F.AL

Assinatura: LB

Profa. Dra. Lúcia Leitão Santos
Instituição: U.F.PE

Assinatura: Lúcia Leitão Santos

Profa. Dra. Selma Leitão Santos
Instituição: U.F.PE

Assinatura: Selma Leitão Santos

Prof. Dr. Antonio Roazzi
Instituição: U.F.PE

Assinatura: Antonio Roazzi

DEDICATÓRIA

Ao meu filho, Matheus, pela compreensão, pelas ausências suportadas e compreendidas e pelo amor incondicional.

Ao meu companheiro Jeferson, por tornar o processo mais prazeroso e bonito, pelos momentos de amor, compreensão, apoio e discernimento em relação ao mundo, a mim mesma e a nós.

Aos meus pais, Sônia e Fernando, pelo amor que me constitui e é, ao mesmo tempo, base para meus passos e relacionamentos.

As irmãs Sírley e Fernanda, pelo que já compreendemos e não compreendemos sobre a vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sobretudo.

Ao meu orientador, Luciano Meira, pelas orientações, aulas, conversas, críticas, respostas e complementos fundamentais, que perpassam toda a tese, do início ao fim.

Aos demais professores do programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE, e de outros programas, inesquecíveis pelas idéias, aulas, artigos e livros.

À secretaria do programa, nas pessoas de Vera Amélia, Elaine, Vera, Ivo e João Paulo, pela atenção e disponibilidade.

Aos sujeitos participantes do estudo: agentes penitenciários, equipe técnica das penitenciárias, funcionários da Intendência Geral do Sistema Penitenciário, Intendente Geral e Secretários, cujos diálogos marcam as idéias da tese ainda em sua gênese; aos reeducandos que permitiram meu acesso ao interior das penitenciárias para fazer suas imagens, falas e registros.

Ao Excelentíssimo Juiz Marcelo Tadeu Lemos, por sua contribuição e apoio.

Ao Secretário Ângelo Roncalli, pelo imenso apoio e constante disponibilidade em contribuir para o meu conhecimento sobre a questão penitenciária.

Ao GEPSOJUR, na pessoa da Professora Mara Rejane, pelo incansável incentivo e grandes contribuições.

Ao CNPq e à CAPES, pelos incentivos financeiros no período do doutorado, mas também pelo acompanhamento em outros momentos desde a iniciação científica.

RESUMO

Lima, Suzann Flávia Cordeiro de. **De Perto e de dentro: Diálogos entre o Indivíduo-encarcerado e o Espaço Arquitetônico Penitenciário**, 244 p, Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Curso de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

Desenvolvendo atividades o homem espacializa suas intenções dando-lhes forma física e criando lugares significativos. Assim é que as formas sociais, através das espacializações, relacionam-se com as formas físicas, criando lugares, os quais, por sua vez, influenciam as espacializações. Se estas espacializações criam lugares, são também por eles influenciadas, pois as formas físicas expressas pela arquitetura e as formas sociais expressas pelos eventos, interagem.

A abordagem histórica-cultural de Vygotsky corrobora com a idéia de um sujeito que produz sentidos enquanto atravessado por ambientes interativos, responsivos e participativos, num processo permanentemente dinâmico de relação sujeito-ambiente. Nos cenários interacionais onde a vida se desenrola, construir em arquitetura deve significar, igualmente, buscar uma compreensão das relações entre fatores como o dimensionamento dos ambientes e a possibilidade de regulação da privacidade, ou ainda a relação entre a organização de tarefas cotidianas e a ordenação dos elementos arquitetônicos que as viabilizam.

Assim, cada componente arquitetônico desempenha um papel singular em sua articulação com outros elementos e com a vida das pessoas para quem a arquitetura se oferece como linguagem e instrumento e, portanto, cada edificação revela-se como obra única no sentido das conexões que realiza entre os indivíduos que a habitam e o meio –condição para sua existência como arquitetura. Os espaços construídos são muito mais que proteção às intempéries do ambiente natural; eles são “testemunhos das formas de organização social e dos valores de cada época, os quais não apenas refletem, mas incorporam à sua própria forma de expressão” (Leon apud Silva 1994, p.p.49), tornando-se uma manifestação típica de uma determinada coletividade, ou seja, um produto cultural.

Enquanto produto cultural, o espaço é constituído a partir de práticas sociais concretas que indicam a possibilidade de um fazer compartilhado e significativo. De fato, o espaço construído é lugar do sujeito, feito por indivíduos, para indivíduos. As análises sobre as articulações de sentido acerca do espaço possibilitam, então, a compreensão de como este foi estruturado, como os indivíduos organizam sua sociedade e como a concepção e usos que se fazem do espaço sofre mudanças, tendo em vista que um “autor” o constrói para um “usuário” que recria o espaço a partir de seus próprios processos de produção de sentidos.

A descrição do espaço penitenciário, com suas particularidades, em virtude de seu caráter impositivo, vem contribuir para a compreensão da necessária articulação multidisciplinar, entre arquitetura e psicologia, no intuito de compreender como o espaço construído, e particularmente o espaço penitenciário, interfere na contínua construção do sujeito.

Esta pesquisa vem buscar na psicologia elementos que permitam, aos arquitetos, conhecer os fenômenos decorrentes da relação homem-espaço. Pretende conhecer não só os comportamentos do indivíduo frente ao espaço construído, mas, sobretudo, como o indivíduo se apropria do espaço, modifica-o e se constrói enquanto sujeito, inserido num processo dinâmico de transformações mútuas no espaço e no sujeito, aspecto não contemplado pela Psicologia ambiental.

Palavras-Chave: sistemas, zonas de construção, sistema penitenciário, relação indivíduo-espaço penitenciário

ABSTRACT

De Lima, Suzann Flávia Cordeiro. **Near and inside:** Dialogues between arrested individual and prison architectural space, 245 for Ph. D thesis, psychology department, post graduation *in cognitive psychology, Federal university of Pernambuco, 2009.*

Developing activities men become more capable giving physical form to their intentions and creating significant places. This is the way how social forms, through specializations, having a relation with physical forms, creating places, which, on the other hand, influence specializations. If those specializations create places, they are also influenced by them, because architectural physical forms of and social forms which are expressed by events, interact.

The cultural historical approach by Vygotsky corroborates with the idea of a person who produces senses while crossed by interactive environments, responsive and participatory, in a permanent and dynamic process between people and environment. In international scenarios where life is carried, building an architecture may mean, equally, search for a comprehension of relation between the factors like environment dimensions and the possibility of privacy regulation, or the relation between the accomplishments of daily duties and the ordination of architectural elements which make them available.

So, each architectural element has a very important role in this articulation to the other elements and to people to whom architecture is an instrument and, then, each edification appears as a single work in the meaning of connections which accomplish between individuals which are among them -condition for his existence as architecture. The built spaces are much more than protection from bad weather in the natural environment; "testimonials of organizational social forms and values of each time, the ones which not only reflect, but take their own way of expression." (Leon apud Silva 1994, p.49), becoming a typical demonstration of a group, for example, a cultural product, the space is made from concrete social practices which indicate the possibility of a doing together action. Indeed, the built space is the subject's place, made by individual, for individuals. The analysis about articulation of sense around space makes possible, then, the comprehension of how it was structured, how individuals organize their society and how the concept and space uses change, knowing that an "author" built that for a "user" which recreates the space using their own sense production process.

The description of prison's space, with their particularities, because of its negative character, contributes to the comprehension of the necessary multidisciplinary articulation, between psychology, trying to understand how the space is constructed, and particularly the prison space, interfere in people's behaviour.

This research takes some elements from psychology which allow, architects, get to know what comes from man-space relation. Intend not only learn about individual behaviours in the built space, but, specially, how individuals adapt in the space, change it and become a better person, in a multiple transformation process in the space and in people's lives, what's is not cared by ambiental psychology.

Key words: systems, construction's zones, the prison system, relation individual-prison system.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo Metodológico de Valsiner (2000).	28
Figura 2: Configurações contextuais - Goodwin (2000) adaptado por Meira (2003)	64
Figura 3 Modelo Panótico -Interior da Penitenciária de stateville, EUA, séc. XX, Fonte: Foucalt, op.cit	88
Figura 4 à esq. Asilo em Badajoz, Espanha,1983, Fonte:Diez Del Corral, Juan. Architecture y vejez, http://www.cosr.es/cultura/elhall/numero72/hastalacoccina.htm ; à dir. Penitenciária de Buenos Aires. Fonte: Arquivos do DEPEN/MJ, 2001	88
Figura 5 à esq. Modelo Poste telegráfico-Penitenciária de Itaripina; à dir. Modelo Pavilhonar – Penitenciária de Pirajuí, Estado de São Paulo. Fonte: http://www.centralautorizada.com.br	88
Figura 6 Penitenciária compacta de Potim, Estado de São Paulo, Unidades I e II. Fonte: HTTP://www.schahin.com.br	89
Figura 7 Modelo Campus - Conjunto Penitenciário Federal, CP2, Buenos Aires, 2001.Fonte: Arquivo SPF/MJ Argentina.....	89
Figura 8: Percursos de trabalho de campo no terreno do sistema prisional visitado.....	94
Figura 9 Planta de Cobertura da Unidade 4.....	96
Figura 10: Planta baixa da Unidade 3.....	97
Figura 11: Croqui Planta de coberta Unidade 7.	98
Figura 12: Percurso feito na Unidade 03 durante 1º. E 2º. dias.....	99
Figura 13: Percurso feito na Unidade 03 durante 3º. dia.....	99
Figura 14: Percurso feito na unidade 03 durante 4o. e 5o.dias	100
Figura 15:Percurso feito na unidade 03 durante 6o. dia.....	100
Figura 16: Croqui zoneamento inicial proposto (Estabelecimento Penal Colônia Agro-industrial). Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora).....	101
Figura 17: Croqui zoneamento inicial proposto (Penitenciária Masculina de Segurança Média).....	102
Figura 18: Croqui zoneamento inicial proposto (Penitenciária de Segurança Máxima). ..	102
Figura 19: Croqui mapeamento de modificação de uso (Estabelecimento Penal Colônia Agro-industrial I). Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora)	103
Figura 20: Croqui mapeamento modificação de uso (Penitenciária Masculina de Segurança Média). Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora).....	104
Figura 21: Croqui mapeamento modificação de uso (Penitenciária de Segurança Máxima). Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora)	105
Figura 22: Planta de Unidade Prisional de Partido Arquitetônico Conventual. Fonte: Arquivos da Secretaria de Justiça	111
Figura 23: fluxograma geral para penitenciárias e presídios	112
Figura 24: foto de entrada no módulo, agente segurando o portão	117
Figura 25:foto de entrada no módulo, presos se organizando.	118
Figura 26:foto de entrada no módulo, representante conduzindo presos.....	118
Figura 27: foto de entrada no módulo, representante permitindo entrada	119
Figura 28: foto de entrada no módulo, agente abrindo portão de acesso	119
Figura 29: foto de corredor do módulo com todos em suas celas.....	120
Figura 30: foto de saída do módulo.....	120
Figura 31: setting de entrevista em cela.	122

Figura 32: esquema de territorialidades do poder (elite) horizontal de um modulo	125
Figura 33: Planta das celas do Centro de Reeducação de Governador Valadares.....	127
Figura 34: foto desenho feito na parede da cela.	128
Figura 35: esquema de zoneamento observado em pesquisa de campo.....	130
Figura 36: Foto de agente passando por cima do muro do módulo, vigiando.	131
Figura 37: Foto de agente passando por cima do módulo, vigiando.....	131
Figura 38: Planta baixa quarto de visita íntima previsto em projeto.....	132
Figura 39: Planta baixa cela, modificado em 1o ano de uso.	132
Figura 40: Planta baixa de modificações pela apropriação da cela	132
Figura 41: controle após rebelião, em 21/12/07. Fonte: http://www.cacador.net/portal , acesso em 28/11/08.	134
Figura 42: controle após rebelião, em 21/12/07. Fonte: http://www.cacador.net/portal , acesso em 28/11/08.	134
Figura 43: sala de controle	136
Figura 44: sala de parlatório.....	136
Figura 45: foto desenho na parede de cela.....	139
Figura 46: Foto de gambiarra de iluminação, para clarear o corredor e a venda.....	141
Figura 47: Foto de freezer, chamado de 'vendinha'.....	141
Figura 48: Foto cortina para manter a privacidade.....	144
Figura 49: Foto de dentro da sala de controle, depois de rebelião.	144
Figura 50: Foto de armas fabricadas com componentes arquitetônicos.....	144
Figura 51: Foto de ambiente denominado 'faxina'. Fonte: Cordeiro, 2003.....	146
Figura 52: Foto de trabalho no corredor de celas. Fonte: Cordeiro, 2008.....	146
Figura 53: Foto de entrevista na enfermaria.....	147
Figura 54: Foto corredor da Ala de convivência.....	151
Figura 55: Foto vista da sala de controle, do corredor da Ala de convivência.....	151
Figura 56: Foto de banquinho, chamado de 'venda'	154
Figura 57: Foto de cela, sem mobília fixa	157
Figura 58: Foto de ventilador do lado de fora da cela	158
Figura 59: Teoria Ecológica do desenvolvimento. Fonte: Bredariol, 2006, p.19.....	164
Figura 60: teoria espacial baseada na teoria ecológica do desenvolvimento.....	168
Figura 61: esquema de sub-sistemas no espaço analisado.....	171
Figura 62: Croqui de praça - espaço subvertido: confronto entre a Zona de Promoção da Ação (ZPA) e zona de movimentação livre (ZML).....	175
Figura 63: Foto de cela ocupada, com mobiliário fixo.	176
Figura 64: Foto da utilização do vaso sanitário para destilação de cachaça. Fonte: documentário : o prisioneiro da grade de ferro.....	179
Figura 65: Planta baixa de cela segundo projeto, 2002	181
Figura 66: cela ainda inabitada, 2002, obra concluída.....	181
Figura 67: croqui de planta baixa de alojamento modificado, 2006.....	182
Figura 68: cela habitada, 2005	183
Figura 69: cela habitada, 2006	183
Figura 70: Foto de cela construída no solário	185
Figura 71: Esquema de organização de territorialidades por 'estado civil'	186
Figura 72: Esquema de organização de territorialidades por estado civil	186
Figura 73: Esquema de Zoneamento de territorialidades.....	187
Figura 74: Esquema de zoneamento de territorialidades.....	189

Figura 75:Esquema de zoneamento de territorialidades.....	189
Figura 76: Foto de paredes de cela decoradas com recortes de revista.....	192
Figura 77: Foto de marca de baton na parede	192
Figura 78: Os 10 mandamentos da prisão.....	193
Figura 79: Lista telefônica dos módulos, localizada na entrada de alguns módulos	193
Figura 80: Foto de desenho na parede da entrada do módulo.	193
Figura 81: Foto de marcas de figuras arrancadas da parede logo depois de uma transferência de preso.....	194
Figura 82: Foto de indivíduos utilizando cama para sentar, durante visita	195
Figura 83: Foto de cama, com colchões embaixo dela.	195
Figura 84: Foto de cama, com cama de cima tratada como teto	195
Figura 85: Foto de lugares, cada indivíduo em sua cama	195
Figura 86: Esquema de utilização da cama.....	196
Figura 87: Foto de Come-quieto dentro da cela	199
Figura 88: Foto de Come-quieto armado no corredor do módulo	199
Figura 89: Foto de som dentro de um ambiente delimitado por um come-quieto, ligado para fazer barulho.	199
Figura 90: detalhe de iluminação proposta em projeto.....	200
Figura 91: detalhe de adaptação criativa ao controle de iluminação	200
Figura 92: Foto corredor com nicho de iluminação	200
Figura 93: Foto de adaptação criativa ao controle de iluminação.....	200
Figura 94.: Esquema de divisões um módulo.....	203
Figura 95: Planta baixa de módulo, destaque portas de cela	205
Figura 96: Foto de porta de cela com cortina fechada.	206
Figura 97: Foto de agente solicitando permissão para entrar.	206
Figura 98:Planta baixa de módulo, destaque corredor	207
Figura 99: Foto do corredor, visto do portão de acesso.	207
Figura 100:Foto de cama construída no corredor, em frente á cela.	208
Figura 101: Foto de banquinho, que eles chamam de venda.	210
Figura 102: Foto de cela construída pelo indivíduo que não quer se misturar	211
Figura 103: Foto do portão de acesso ao corredor, a espera de autorização para entrar no módulo.....	211
Figura 104: Foto de sala de aula transformada em escola.....	213
Figura 105: Foto de fechamento de porta de acesso à oficina	213
Figura 106: Foto de abertura de novo acesso à oficina	213
Figura 107: Foto de interior do ambiente Forum, mostrando onde os indivíduos dormem.	214
Figura 108: Foto de agente abrindo porta de banheiro de agentes, que agora é cela de seguro.	214
Figura 109: Foto de Indivíduos amontoados dentro da cela de seguro.....	214
Figura 110: Reforma no Espaço Ecumênico para criação de vagas.	215
Figura 111: Foto de barracas de indivíduos que esperam a construção das celas.	215

LISTA DE CONTEXTOS DE ATIVIDADES

Contexto da Atividade 1: Negociação entre agente e representante, para entrada no módulo.....	117
Contexto da Atividade 2: Entrevista em cela	122
Contexto da Atividade 3: Entrevista em cela	128
Contexto da Atividade 4: Entrevista em cela	129
Contexto da Atividade 5: Entrevista em cela	136
Contexto da Atividade 6: Entrevista em cela	138
Contexto da Atividade 7: Entrevista em circulação de módulo de vivência	142
Contexto da Atividade 8: Entrevista em cela	143
Contexto da Atividade 9: Entrevista em cela	145
Contexto da Atividade 10: Entrevista na enfermaria, com grupo de presos	147
Contexto da Atividade 11: entrevista em enfermaria.....	149
Contexto da Atividade 12: Visão da sala de controle.....	150
Contexto da Atividade 13: Entrevista em cela	152
Contexto da Atividade 14: Entrevista em cela	154
Contexto da Atividade 15: Entrevista em cela	155
Contexto da Atividade 16: Diálogo sobre organização espacial da cela	183
Contexto da Atividade 17: Diálogo sobre organização da cela	190
Contexto da Atividade 18: Diálogo sobre iluminação e come-quieto na cela	197
Contexto da Atividade 19: Diálogo sobre a organização da cela	201
Contexto da Atividade 20: Diálogo explicando extensão da cela.	208
Contexto da Atividade 21: Diálogo sobre o uso do refeitório.....	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Níveis de organização de artefatos.....	176
Tabela 2: Níveis de organização do mecanismo iluminação.....	201

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FIGURAS.....	9
1. DA INTRODUÇÃO	17
1.1. Objetivos	24
1.2. Métodos.....	25
1.3. Organização do Trabalho	30
Parte 1:.....	33
De Longe e de Fora	33
2. BREVES CONSIDERAÇÕES NO CAMPO DA ARQUITETURA	35
2.1. Considerações sobre o espaço.....	36
2.2. Espaço enquanto lugar	39
2.3. Planejando o espaço	41
2.4. A Arquitetura	46
3. DAS PREMISSAS TEÓRICAS SOBRE PSICOLOGIA.....	52
3.1. O sujeito que (se) constrói.....	52
3.2. Campos de Canalização Cultural.....	56
3.3. Análise interacional e videográfica.....	63
4. DO CARÁTER DINÂMICO DAS RELAÇÕES ENTRE O INDIVÍDUO E O ESPAÇO ARQUITETÔNICO.....	69
4.1. Relação autor-espaço-indivíduo (cliente-usuário)	71
4.2. Relação autor-espaço-habitante(usuário).....	79
4.3. As relações de autoria no/com o espaço penitenciário.....	81
5. A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA.....	86
5.1. Levantamentos históricos	86
5.2. Pesquisa documental	90
5.3. Trabalho de campo	90
5.3.1. O percurso	94
5.3.2. Pesquisa de Campo II: Videografia	95
5.3.3. Visitas.....	98
5.3.4. Mapeamentos.....	101
5.3.5. Análise dos dados	105
Parte 2:	107
De Perto e de Dentro.....	107
6. CONHECENDO O ESPAÇO PENITENCIÁRIO	109
6.1. Como Instituição Total.....	109
6.1.1. Premissa 1:Quadriculamento celular e individualizante	112
6.1.2. Premissa 2: Regra das localizações funcionais	127
6.1.3. Premissa 3: Classificação e serialização.....	133
6.2. Subversão e Concordâncias	141
7. A ABORDAGEM ESPACIAL A PARTIR DE LENTES DE APROXIMAÇÃO	161
7.1. O sistema e seus limites.....	161
7.2. Zonas de Construção.....	172
7.3. De perto e de dentro	180

7.3.1. Microsistema.....	180
7.3.2. Mesossistema	203
7.3.3. Macrossistema.....	212
8. DAS CONCLUSÕES.....	218
8.1. Possíveis desdobramentos do trabalho.....	225
8.2. Agenda de pesquisa	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	228
ANEXO 1.....	237
GLOSSÁRIO DE TERMOS UTILIZADOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PESQUISADO	237

1 **DA INTRODUÇÃO**

1. DA INTRODUÇÃO

Ainda que se perceba a necessidade latente de nos tornarmos atentos às inter-relações entre o indivíduo e as extensões que ele cria para si, continuamos, via de regra, a estudar isoladamente o indivíduo e cada fenômeno a ele relacionado.

Em arquitetura, entretanto, aos poucos observamos um deslocamento da ênfase na análise de aspectos individuais e técnicos do edifício, tais como estéticos, funcionais e econômicos, para aspectos relacionais envolvidos com a percepção dos usuários acerca do espaço arquitetônico e com as implicações das intervenções, propiciando a elaboração de propostas mais centradas no usuário e nas suas relações sociais, bem como nas implicações ecológicas das interferências realizadas.

É claro que estamos muito longe de afirmar que podemos dispensar o conhecimento produzido por disciplinas fora do campo da arquitetura. Antes, isto significa que temos lidado com dois tipos de conhecimento, ambos insatisfatórios. Por um lado, temos o tradicional *savoir-faire* arquitetônico, ou seja, todos os ramos de conhecimento *prático e implícito* relacionados com a feitura do espaço construído. Por outro lado, temos o conhecimento produzido pelas disciplinas acadêmicas, que deixa de lado completamente considerações pragmáticas.

No meio, temos a lacuna que precisa ser preenchida pela pesquisa e que pode ser, e tem realmente sido ocupada por pessoas originadas de ambos os pólos do espectro, mas que têm necessariamente se transformado em "pensadores reflexivos morfológicos".

A Psicologia, por sua vez, tem ampliado consideravelmente sua concepção de indivíduo para incluir as relações deste com o mundo social e seus ambientes, redesenhando e complementando seu objeto de estudo de modo a contemplar as interações ambiente-comportamento, a exemplo da Psicologia do desenvolvimento, da Psicologia Social e de algumas vertentes da Psicologia Ambiental.

Nos cenários interacionais onde a vida se desenrola, observar os processos construtivos em arquitetura deve significar buscar uma compreensão das relações entre fatores como o dimensionamento e o fluxograma dos ambientes e a possibilidade de regulação da privacidade, por exemplo, ou ainda a relação entre a organização de tarefas cotidianas e a ordenação dos elementos arquitetônicos que a viabilizam.

Nesse sentido, é importante não perdermos de vista o fato do espaço que nos propomos a estudar ser, acima de tudo, o meio ambiente *trabalhado* para uso dos grupos humanos, sendo, portanto, o *espaço da vida*, ou ainda, como afirma Svensson, citando Marx, o “*locus standi*”, que expressa o lugar em que se está, no qual se atua (SVENSSON, 1992).

Assim, cada elemento arquitetônico desempenha um papel singular em sua articulação com outros elementos, e, portanto, cada edificação revela-se como obra única no sentido das conexões que realiza entre os indivíduos que a habitam e o meio – condição para sua existência como arquitetura.

Não obstante, cabe ainda conhecer não só os comportamentos do indivíduo frente ao espaço construído, mas, sobretudo, como o indivíduo se apropria do espaço, modifica-o e se constrói enquanto sujeito, considerando-se um processo dinâmico de transformações mútuas no espaço e no sujeito, aspecto não contemplado pela Psicologia Ambiental. No entanto, espaço e sujeito são vistos como entidades isoladas, onde o ambiente influencia os comportamentos, a percepção, etc., com ênfase nas dimensões físicas mais amplas do ambiente, posição criticada pela pesquisa aqui proposta.

Tradicionalmente, a arquitetura é concebida enquanto uma tentativa de impor ordem à movimentação do sujeito, de modo a ordenar racionalmente o uso dos espaços, ao reproduzir concretamente a emergência do novo num contexto, onde as práticas de comportamento definem as necessidades de espaço. Qualquer projeto arquitetônico se propõe a ordenar os eventos cotidianos daquele conjunto de atividades a que se destina, onde, por exemplo, o quarto serve para dormir, a cozinha para cozinhar, e assim por diante.

O arquiteto habituou-se a considerar o Espaço como um dado evidente por si só e portanto, que não necessita ser demonstrado, como um postulado. Um postulado não se discute, é posto à margem de discussão, tanto que o arquiteto nem mesmo se dá mais conta dele.

Além de uma estrutura espacial, o espaço humanizado é também um sistema integrado e funcional, onde todos os elementos são dinamicamente solidários e, portanto, indissociáveis.

Assim, cada elemento arquitetônico pode desempenhar papel singular dependendo da sua articulação com outros elementos, e, portanto, cada edificação revela-se como obra única no sentido das conexões que realiza entre os indivíduos que a habitam e o meio – condição para sua existência como arquitetura.

Através de uma ordem espacial originada por convenções sociais, as construções foram sendo especializadas, estruturando a vida individual e social com base nas formas sociais. Contudo, existem múltiplas trajetórias pelas quais um organismo em desenvolvimento pode mover-se de um estado a outro, no espaço e no tempo.

Critica-se aqui, as visões de ação que fomentam o planejamento arquitetônico com o poder de colocar a organização e o significado das ações humanas em planejamentos prévios, tal como concebida pelas ciências cognitivas, sem, no entanto, conhecer estas próprias ações do indivíduo no espaço. A mútua inteligibilidade entre indivíduos, segundo esta visão, seria decorrente da habilidade de reconhecimento recíproco sobre os planejamentos prévios, já que saberíamos as convenções comuns para expressarmos ações apropriadas. Os cursos das ações seriam projetados e reconstruídos em termos de intenções e situações típicas, e os planos seriam pré-requisitos para as ações, prescrevendo-as.

O distanciamento da arquitetura de procedimentos científicos tem feito prevalecer a criatividade e subjetividade do arquiteto, presentes sempre no ato de desenhar e de projetar. Se por um lado, em projeto, isto é positivo em função de suas implicações enquanto fenômeno estético e cultural, contribuindo para o desenvolvimento de nossa visão de mundo, por outro, o binômio criatividade/subjetividade podem ser negativos, já que decisões projetuais refletem sobre as expectativas e as vidas de terceiros, muitas vezes limitando-as de maneira bastante significativa.

Quando o arquiteto se faz pesquisador, indo a campo para observar o cotidiano em determinado ambiente construído, o que ele vê – através de uma ótica formada por *sua própria* história como ser social e como sujeito – é o experienciamento do lugar, ou ainda, conforme Malard (1993), as inter-relações entre as pessoas, os eventos (formas sociais) e as coisas (formas físicas). Por meio da compreensão das interações dos indivíduos com o ambiente, reconhece-se a necessidade de apreender um caminho integrador para os saberes fundamentais do projeto arquitetônico.

Ian Bentley (1991 apud Araújo, 2002) aponta que o desenho de um lugar afeta as escolhas que as pessoas fazem: aonde eles vão e aonde não podem ir – *Permeabilidade* – espaços públicos e privados; a extensão de usos possíveis – *variedade*; quão facilmente as pessoas podem compreender quais as oportunidades ele proporciona – *legibilidade*; o grau em que as pessoas podem usar o lugar para propósitos diferentes – *robustez*; a aparência detalhada do lugar possibilita às pessoas fazer escolhas possíveis – *apropriação visual*; afeta a escolha de experiências sensoriais das pessoas – *riqueza*; e afeta o grau no qual as pessoas podem colocar a sua marca no lugar – *personalização*.

Algumas dessas idéias já têm uma metodologia psicológica correlacionada, ou, pelo menos, pode ser medida pela psicologia ambiental. Por exemplo, a permeabilidade pode ser medida por meio da análise da sintaxe espacial; uma abordagem da variedade e legibilidade poderia ser analisada por meio do conceito de “affordances”; a personalização pode ser traduzida em questões de identidade e apego.

“[...]A estrutura funcional espacial e temporal da cidade encapsula o reino geral da teoria de indeterminação limitada (VALSINER, 1987) e constitui a arena cultural para direcionar as correntes do subconsciente, consciente e hiper-consciente (VALSINER, 2001; 2003), relacionando a pessoa com o mundo social. A noção de evolução constante da beleza ou perigo de um cenário-ambiente particular é um processo afetivo que vincula alimentação –anterior do campo semiótico hiper-generalizado – estabelecido até a imediata avaliação perceptual da situação” (VALSINER, 2004).

O contraste entre um ambiente vivenciado e um ambiente idealizado parece expor uma questão fundamental na arquitetura: não tratamos de projetar para um hipotético homem ideal ou homem médio, enquanto protótipo de sujeito ideal, com ações prototípicas, planejadas e homogêneas, que eliminem a emergência de novas ações, mas sim para o homem comum, com sua individualidade. Aproximar-se deste ser, bem mais complexo, é condição para se fazer bem arquitetura.

O problema do sentido do lugar numa perspectiva pragmática está notadamente relacionada ao *uso* que se faz dos espaços e à dinâmica destes usos na experiência humana. “Posto em termos wittgensteineanos, o sentido não é um advento ou apêndice ao uso do

espaço, muito pelo contrário, o *uso* é a dimensão pela qual e na qual o sentido atualiza-se” (MEIRA & PINHEIRO, 2007) [grifo nosso].

Há aqui, portanto, a montagem de uma descrição da relação do indivíduo com o espaço, pela ótica da psicologia do desenvolvimento, pretendendo mostrar aos arquitetos a necessidade de conhecer o indivíduo¹, para que se possa planejar o espaço de maneira a atender às suas reais necessidades.

Perceber algumas redes de significações espaciais relativas ao habitante e ao lugar pode fornecer ao arquiteto uma indicação sobre a constelação de significados possíveis de serem articulados entre si e com os demais contextos, configurando-se como referências de fundamento para que os espaços que projetar possam ser habitados.

Se nossa existência se dá basicamente nas dimensões espacial e temporal, será nelas que organizaremos nossa ação no mundo. Será no espaço e no tempo que o indivíduo desenvolverá ações, buscando comunicar-se e produzir sentidos. Pelo processo de organização do meio-ambiente, portanto, o ser humano organiza o espaço e o tempo, estruturando a comunicação e a produção de sentidos. Este processo se faz presente em qualquer lugar que o indivíduo habita e está intimamente relacionado com a intenção de adequar o meio para o desenvolvimento de suas ações. É neste sentido que emergem os vínculos do espaço com o sujeito, cujas relações complementares podem ser mutuamente enriquecedoras.

Para refletir sobre este processo de organização espaço-temporal do habitante, na relação deste com o espaço, consideramos um espaço planejado para promover ações engessadas, que objetive um absoluto controle das ações do indivíduo. Isto posto, o objeto de nossa observação trata-se de um espaço que pretenda impossibilitar a liberdade de ir e vir: o espaço penitenciário.

Sujeitos e instituições parecem se produzir mutuamente, numa completa implicação: as práticas institucionais produzem sujeitos como efeito dessas práticas. Os indivíduos, por sua vez, são tomados como alvos de manutenção delas ou se organizam como focos de resistência à ordem institucional.

¹ No planejamento arquitetônico, o arquiteto sempre considera este indivíduo como um “indivíduo provável”. Este procedimento talvez inviabilize ao planejador dar conta da subjetividade do sujeito, fato que parece dificultar o atendimento adequado das reais necessidades deste sujeito.

Assim, a partir de uma reflexão sobre as relações que são construídas entre o indivíduo preso e o espaço penitenciário, iniciamos uma agenda de pesquisa que busca compreender os processos semióticos pelos quais a subjetividade do sujeito, no espaço penitenciário, se define.

A identificação de características comuns e, conseqüentemente, ações adaptativas dos indivíduos no espaço, permitirão uma análise geral do espaço penitenciário, objetivando revelar a contribuição individual de cada setor deste espaço para a regulação do desenvolvimento do sujeito preso.

A pesquisa traz, portanto, contribuições para a sociedade, uma vez que o objeto da mesma, ou seja, a relação espaço penitenciário-sujeito preso, permite conhecer aspectos estruturais do sistema penitenciário, no intuito de permitir que novas propostas se apresentem para o mesmo; contribuições importantes em nível interdisciplinar, uma vez que o arcabouço teórico perpassa, especialmente, discussões no campo da Arquitetura, do Direito e da Psicologia.

A relevância da pesquisa aqui proposta para o campo da Arquitetura e Urbanismo consiste em ver a arquitetura como uma tentativa de regulação cultural das ações do homem e, assim, conscientizar os arquitetos da importância da historicidade do sujeito que ocupa o espaço planejado, e, por outro lado, compreender como se processa o fenômeno da “adaptação criativa”, aqui considerada como um processo de “co-autoria”, ou seja, das modificações feitas pelo sujeito que se abriga no espaço, demonstrando que este espaço é, sempre, inacabado e permissivo para novas modificações pelo sujeito nele inserido.

Especificamente para a Arquitetura Penitenciária, a contribuição desta pesquisa decorre da escassez de pesquisas e textos acadêmicos que se apropriem de informações acerca da relação do indivíduo-presos com o espaço penal. Como diz Foucault

[...] fazer ver o que não se via pode ser mudar de nível, se dirigir a um nível que até então não era historicamente pertinente, que não possuía nenhuma valorização, fosse ela moral, estética, política ou histórica (2004, p.141).

No campo da Psicologia abre o debate para que se faça uma análise mais aprofundada acerca do sujeito para o qual a arquitetura planeja o espaço construído,

perpassando discussões sobre os pressupostos da psicologia do desenvolvimento, no intuito de confrontar e complementar os conteúdos existentes, compreender os processos culturais emergentes no contexto prisional e deflagrar o papel do próprio espaço, como canalizador das ações do mesmo, demonstrando que o espaço pode ser, também, constitutivo dos processos cognitivos, enquanto ambiente para a construção de lugares.

No campo do Direito, a relevância das discussões subjacentes à pesquisa emergem da própria discussão sobre o indivíduo (preso) estudado, e sua relação com o espaço penitenciário, instrumento para a execução da pena, uma vez que o espaço arquitetônico penitenciário destina-se ao cumprimento da pena de prisão e tem importância primordial no processo de readaptação ao ambiente livre.

A lente com a qual propomos focalizar o espaço arquitetônico penitenciário não inclui ou explica todas as questões espaciais, mas ainda assim ajuda a esclarecer algumas coisas rumo à compreensão criteriosa de alguns contextos que a compõem. Acredito que esse ângulo de análise pode ajudar a retirar o aspecto obscuro e desconhecido da arquitetura penitenciária (e, com ele, as questões relativas às preferências, ao gosto e ao subjetivo) do reino escuro das sensações privadas e posicioná-lo no mundo bem iluminado das coisas observáveis.

Isto posto, a partir de conhecimentos no campo da arquitetura, esta pesquisa vem buscar na psicologia elementos que permitam, aos arquitetos, conhecer os fenômenos decorrentes da relação homem-espaço. Neste sentido, esta pesquisa se constitui no primeiro passo em busca desse conhecimento, que será perseguido em nossas pesquisas posteriores.

Espera-se contribuir para o debate dentro do pressuposto de que a afinidade entre as duas áreas (arquitetura e psicologia) pode ser costurada quando se entende o espaço e o contexto como componentes de um sistema de relações sociais, isto é, componentes parciais (no sentido de não-neutros), mas que atuam sobre as sociedades e os sujeitos que os produziram, construíram e organizaram e sobre aqueles que neles convivem, que os co-construíram e co-organizaram, a partir de sua adaptação. Considera-se, portanto, *“que as fronteiras entre as ciências são tênues e que, para ultrapassá-las, deve-se romper com a compartimentalização e articular pensamento e práticas sobre a realidade, de maneira interdisciplinar”*(PELUSO, 2003).

1.1. Objetivos

Este trabalho surgiu da indagação sobre a relação entre os objetivos funcionais do espaço arquitetônico projetado e a adaptação do indivíduo ao ocupá-lo. Cada projeto consiste em elaborar uma proposta de mediação entre a necessidade de sobrevivência e de transcendência de determinado indivíduo ou grupo e o meio ambiente.

Os objetivos, a partir das considerações aqui apresentadas, se pautam em:

1) Descrever a relação existente entre sujeito-encarcerado e espaço arquitetônico penitenciário;

2) Investigar se o espaço penitenciário regula as ações do sujeito que o ocupa, limitando suas ações ou possibilitando a emergência de novas ações;

3) Expor como este indivíduo preso, ao estabelecer relações com o espaço que ocupa e com outros grupos e espaços diferenciados, estabelece um lugar seu, construindo uma subjetividade individual possível de ser aceita e vivida na subjetividade coletiva do grupo, inclusive como categoria psicológica;

Os objetivos acima elencados direcionam o modo de trabalho e as dificuldades epistemológicas e de método a serem consideradas quando se trabalham dois campos disciplinares distintos.

Convém lembrar que a psicologia trata de questões abstratas, enquanto que a arquitetura é tradicionalmente compreendida objetivamente pela sua concretude. Assim, ao se propor uma investigação sobre a relação do indivíduo com o espaço, empreende-se um processo de “*garimpagem intelectual*”² (LEITÃO, 2004, p.52), em busca de textos que permitam sua utilização, e que se consolidam com a metodologia construída para este trabalho.

No caso do espaço-prisão, a descrição da relação indivíduo-presos x espaço prisional revela que a subjetividade pode emergir até mesmo numa relação de controle e

² Leitão utiliza a expressão *garimpagem* ao reconhecer a impossibilidade de apropriação integral dos conhecimentos de outras disciplinas fundamentais para a compreensão do espaço arquitetônico, fazendo-se necessário o ‘garimpo’ dos conteúdos que podem contribuir para o enriquecimento teórico da arquitetura em detrimento do que for considerado irrelevante.

vigilância constante (BENELLI, 2004), fato que nos leva a pensar sobre a existência de um certo grau de autonomia³ do indivíduo, apesar de sua condição de estar preso, pela emergência de possibilidades de uso insigne das anteriormente prescritas no projeto arquitetônico. Assim, o indivíduo parece se apropriar do espaço arquitetônico, como se fosse uma expansão de sua subjetividade através do uso deste espaço e, com esta apropriação, subjaz a constituição de lugares que são produzidos na/pela arquitetura em seu fazer cotidiano.

“No caso da prisão não haveria sentido em limitarmo-nos aos discursos formulados sobre a prisão. Há igualmente aqueles que vêm da prisão: as decisões, os regulamentos que são elementos constituintes da prisão, o funcionamento mesmo da prisão, que possui suas estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que finalmente não são de ninguém, mas que são no entanto vividas, assegurando o funcionamento e a permanência da instituição” (FOULCALT, 2004, p. 130).

É tudo isto que é necessário ao mesmo tempo recolher e fazer aparecer. E o trabalho consiste, antes em fazer aparecer estas relações em suas conexões estratégicas, do que constituí-los excluindo outros discursos.

1.2. Métodos

A questão da distância como condição para a análise da relação sujeito/objeto, merece uma reflexão que vale a pena identificar por ter implicações para o argumento deste trabalho: trata-se da natureza da especificidade do conhecimento proporcionado pelo modo de operar da etnografia e que – de acordo com a hipótese que está sendo trabalhada – permite-lhe captar determinados aspectos da dinâmica espacial que passariam despercebidos, se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões puramente quantitativas.

A revisão de algumas tentativas para cercar a especificidade da etnografia pode ser reveladora, como nos mostra Magnani (2002):

³ Consideramos aqui que a autonomia é a iniciativa tomada, é a criação e o ‘poder’ de decisão ante uma situação. E ela existe sempre, mesmo se todos os esforços se orientem em direção a uma previsão e uma prescrição máximas, como no caso da prisão. Neste caso, a autonomia outorgada ao preso visa reduzir a margem de criação e de improvisação para dar lugar a um sistema de gestão normativo, integrada à institucionalização da autonomia.

[...]Peirano (1995), por exemplo, fala em ‘resíduos’ – certos fatos que resistem às explicações habituais e só vêm à luz em virtude do confronto entre a teoria do pesquisador e as idéias nativas; Goldman (2000) refere-se à possibilidade de buscar, através de uma espécie de ‘desvio etnográfico’, um ponto de vista descentrado; há que lembrar ainda os ‘anthropological blues’ de Da Matta (1974) e a expressão ‘experience-near versus experience-distant’ usada por Geertz (1983).

A sua maneira – com ênfases diferentes – cada uma dessas paráfrases, entre outras, deixam entrever alguns núcleos de significado recorrentes: o primeiro deles é uma atitude de estranhamento e/ou visão *de longe* por parte do pesquisador em relação ao objeto, que decorre da influência de suas práticas culturais de origem e dos esquemas conceituais de que está armado e que não é descartada pelo fato de estar em contato com outras práticas culturais e outras explicações. Na verdade, essa presença-participação, a atenção em ambas é que acaba provocando a “*imprecisão, a possibilidade de uma solução não prevista, um olhar descentrado, uma saída inesperada*”(MAGNANI, 2002).

Por outro lado, essa experiência tem efeitos no pesquisador, afetando-o (GOLDMAN, 2001); produzindo-se ‘nele’ e, no limite, ‘convertendo-o’ (PEIRANO, 1995). O pesquisador não apenas procura alcançar o significado da acomodação do indivíduo investigado, mas ao perceber esse significado e conseguir descrevê-lo agora em seus termos de pesquisador, é capaz de atestar sua lógica e incorporá-la de acordo com os padrões de seu próprio aparato intelectual.

[...] Num nível mais geral essa experiência tem como condição o pressuposto de que ambos, pesquisador e pesquisado, participam de um mesmo plano, sendo, ambos, dotados dos mesmos processos cognitivos que lhes permitem, numa instância mais profunda, uma comunhão para além das diferenças culturais (MAGNANI, 2002).

Por último cabe assinalar que o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunscrições de cada pesquisa; ele é antes uma atitude de recorte e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas

a atenção que lhes é dada: em alguns momentos, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento.

Dessa forma, o que se propõe inicialmente com o método etnográfico sobre o espaço penitenciário e sua dinâmica é resgatar um olhar a partir de lentes de aproximação, que chamaremos aqui *de perto e de dentro*, capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos ainda não detalhados da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei como *de fora e de longe*, por merecerem maior aproximação e detalhamento.

A estratégia de acompanhar os indivíduos em seus ambientes cotidianos permitiu que se desenhasse um mapeamento de modificações espaciais e deslocamentos pontuados por diálogos significativos, em contextos variados. Neste plano é que entra a perspectiva *de perto e de dentro*, capaz de descrever alguns exemplos de ações dos múltiplos, variados e heterogêneos indivíduos-presos, cuja vida cotidiana transcorre no espaço pesquisado, regulados por seus componentes.

Assim, em vez de um olhar de passagem, cujo fio condutor são as escolhas e o trajeto do próprio pesquisador – também regulado pelo espaço, o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles agem para vivenciar o espaço, usufruí-lo, utilizar seus componentes, negociá-lo, estabelecer encontros e trocas, nos mais diferentes níveis.

Essa estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, o espaço em que essa prática se desenvolve, “*entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise*” (MAGNANI, 2002).

Faz-se relevante esclarecer que as bases teóricas iniciais passaram por processos de transformação, uma vez que ao iniciar a pesquisa, a pesquisadora na qualidade de arquiteta, pressupunha o espaço como entidade **modificadora** de comportamentos. A partir de contatos com o vasto campo de conhecimento da Psicologia e da construção dos dados em campo, atualizou-se a visão do fenômeno, confirmando o que sugere Valsiner (2000) em seu ciclo metodológico (ver figura 1).

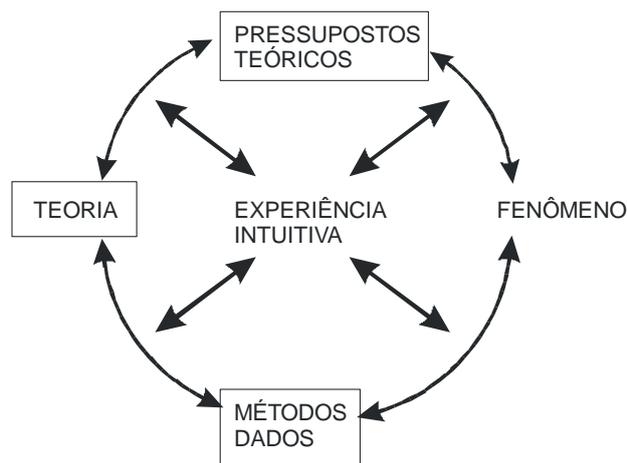


Figura 1: Ciclo Metodológico de Valsiner (2000).

De acordo com este ciclo, não há nenhuma preferência automática por um determinado conjunto de métodos em detrimento de outros – e.g. qualitativos ou quantitativos (DIRIWÄCHTER & VALSINER, 2006). Aquilo que será considerado como a metodologia empírica mais adequada reflete uma convergência entre:

i) uma dada concepção intuitiva acerca do fenômeno em estudo (resultante de uma série de pressupostos gerais inerentes, por exemplo, do senso comum ou de um determinado enquadramento conceitual original);

ii) um conjunto de teorias prévias acerca do fenômeno; e,

iii) as questões ou objetivos específicos em estudo.

Segundo Valsiner (2006), cada novo estudo implica uma nova reflexão relativamente à interação entre estas dimensões (pressupostos teóricos, teoria, fenômeno e métodos de abordagem), na tentativa de encontrar uma coerência vertical entre elas. Isto é compreendido ao se considerar que as teorias não são inertes; pelo contrário, constituem-se como ferramentas com que “olhamos” e “lemos” os fenômenos – isto é, com que os co-construímos (Valsiner, 2004). Assim, a consistência vertical aqui defendida opõe-se a uma consistência horizontal (a standardização de um novo método com base noutra método anterior ou a prescrição de uma determinada “caixa” de ferramentas metodológicas independentemente do fenômeno em estudo).

Tal como Valsiner (2004) recomenda:

Claro que é possível concentrar o estudo em apenas um nível (de análise) do fenômeno – no entanto, tal investigação não pode resultar em soluções a problemas que requeiram uma compreensão das relações funcionais entre níveis. Na medida em que existe a necessidade de ‘ancorar’ o sistema funcional que opera a algum nível em qualquer enquadramento, a utilização de algum nível adjacente torna-se necessária. A questão que permanece é: qual deles? Uma resposta: o (nível) adjacente seguinte – e não um que seja distante do nível imediato de pesquisa (p. 13-14).

Qualquer estudo sobre um fenômeno em desenvolvimento precisa levar em conta os aspectos dinâmicos dos processos e as relações entre estes, numa estruturação hierárquica e temporal. Importa perceber o processo de *tornar-se* (emergência) e *manter-se* (auto-organização) como interligados num movimento do fenômeno ao longo do tempo (PERES apud VALSINER, 2006).

Isto nos remete para a necessidade de ter em conta a noção de temporalidade e historicidade, descrevendo um determinado movimento que ocorre ao longo do tempo numa seqüência de eventos. Por isso, a noção de trajetória aparece como particularmente interessante na descrição desenvolvimental, e nesta descrição, em particular. Conseqüentemente, a estabilidade dos fenômenos não provém de essências substanciais, mas antes da dinâmica que a constitui – é o seu movimento cíclico e recorrente que mantém/constrói aquilo que nos parece uma forma estável, que permanece no tempo (VALSINER, 2002).

Assim, pretende-se introduzir considerações ao conhecimento inerente à arquitetura, à luz das teorias da psicologia do desenvolvimento, refletindo o intenso e sofrido processo de tentativa de resignificação do “fazer arquitetônico”.

Não obstante neste trabalho sejam utilizados alguns conceitos produzidos por disciplinas diversas, como a antropologia, a arquitetura e a geografia, a principal contribuição teórica da qual nos acomodamos nessa pesquisa vem da psicologia do desenvolvimento, especialmente da concepção do sujeito sócio-construído, das discussões sobre Zonas de Construção (Valsiner, 2004), e sua articulação com a teoria de sistemas de desenvolvimento de Bronfrenbrenner (1996).

È importante enfatizar que a reflexão sobre arquitetura a partir desta articulação metodológica sugere um significativo corte teórico, que torna possível o trabalho de investigação nas condições específicas desta tese acadêmica. Trata-se de um trabalho produzido a partir da prática do ‘fazer arquitetônico’, no qual a teoria psicológica de Vygotsky é importante ponto de apoio, mas não o objeto de estudo e de produção teórica específica, ainda.

A escolha da teoria de Vygotsky justifica-se pela sua importância para a compreensão de quem é o indivíduo e de como se constitui o sujeito – destinatário e co-autor da arquitetura que cotidianamente se produz.

Na conjuntura deste trabalho e, especialmente, frente aos objetivos aqui elencados, a utilização de categorias e de conceitos da “Teoria ecológica do desenvolvimento” em articulação com as discussões sobre as “liminaridades das Zonas de Construção” oferece elementos essenciais para que melhor se compreenda a relação do indivíduo com o espaço arquitetônico produzido, fundamentalmente, para dar conta do movimento bi-direcional de mudança da realidade, conforme se pretende evidenciar ao longo deste texto.

Justificamos este recorte conceitual, entendendo que a introdução de outras abordagens teóricas implicaria abrir um campo conceitual demasiadamente dilatado, com todas as inconsistências teóricas e operacionais daí decorrentes.

1.3. Organização do Trabalho

Situaremos melhor o leitor em relação à forma como estão organizados os capítulos nesta tese, para facilitar a apreensão da seqüência das idéias aqui apresentadas. À medida que refletíamos teoricamente sobre este trabalho, sentíamos instigados a voltar aos dados, re-conduzindo nossas reflexões. Assim, os resultados estão distribuídos ao longo dos capítulos, como demonstrações capitulares dos conceitos apresentados.

Estes capítulos, assim organizados, guardam certa independência entre si, apesar de conectados metodologicamente. O foco que os diferencia sucede das reflexões teóricas priorizadas e aprofundadas, as quais implicaram análises específicas em cada um deles. Desse modo, a discussão sobre co-autoria nos processos de uso do espaço, estão

embasados em dois aportes: breves reflexões sobre arquitetura e ancoragem de alguns conceitos da psicologia do desenvolvimento.

Tendo em vista o fenômeno analisado se constituir na relação entre indivíduo-presos/espço penitenciário, a escassez de referências bibliográficas relativas ao tema penitenciário e a aproximação deste tema na pesquisa, nos induziu a dividir este trabalho em duas partes.

Na primeira, composta por 4 capítulos, apresentam-se as discussões teóricas que orientam a pesquisa e apontam algumas aproximações conceituais. Aqui estão apresentados os pressupostos de base para a pesquisa. Entende-se por **Pressuposto** uma tese básica, implícita, necessária para que uma determinada representação faça sentido. No âmbito dos sistemas de linguagem, uma afirmação que precisa ser verdadeira para que uma outra afirmação tenha sentido.

Na segunda parte, aqui chamada de “*DE PERTO E DE DENTRO*”, onde estão os outros 4 capítulos, apresenta-se o fenômeno investigado, bem como as anotações finais que produzem a conclusão do trabalho, conclusão esta apresentada preliminarmente, para fins de uma agenda de pesquisa a ser cumprida.

O texto inicia-se, no capítulo 2, com uma breve apresentação dos pressupostos teóricos que norteiam o trabalho, referentes às teorias inerentes ao espaço, enquanto fenômeno humanizado, na sua natureza incompleta, até o entendimento do conceito de arquitetura, como um fenômeno de natureza relacional.

O capítulo 3 discorre sobre como consideramos o sujeito nesta tese, aderindo à noção de um sujeito social, em construção a partir das configurações contextuais de campos semióticos emergentes, numa visão interacional. Neste contexto, Goodwin (2000) propõe que a ação humana seja analisada em termos de "configurações contextuais": uma abordagem interacional que investiga o uso simultâneo de múltiplos recursos semióticos pelos participantes, tais como diferentes classes de fenômenos sógnicos que emergem do fluxo da fala, dos gestos, da produção e uso de registros materiais e da utilização de artefatos. a investigação dos *campos semióticos* implicados na ação humana, permite que

[...] *Fenômenos tratados usualmente como tão distintos que se tornam objeto de estudo em áreas acadêmicas completamente separadas, e.g., linguagem e a*

estrutura material dos ambientes, possam ser analisados enquanto componentes integrados de um processo comum voltado à produção compartilhada de significados e ações. (GOODWIN, 2000,p. 1490 apud MEIRA, 2007)

O capítulo 4 apresenta uma discussão acerca dos processos de autoria encapsulados pelo espaço, a partir de uma visão bakhtiniana do conceito de autoria. Essa reflexão é importante para justificar o recorte do fenômeno na ocupação do espaço, entendendo que as vozes inerentes ao processo de concepção do mesmo estão encapsuladas na concretude do espaço e, uma vez que no espaço penitenciário o usuário não participa do processo de concepção do mesmo, como ele constrói sua co-autoria no uso do espaço.

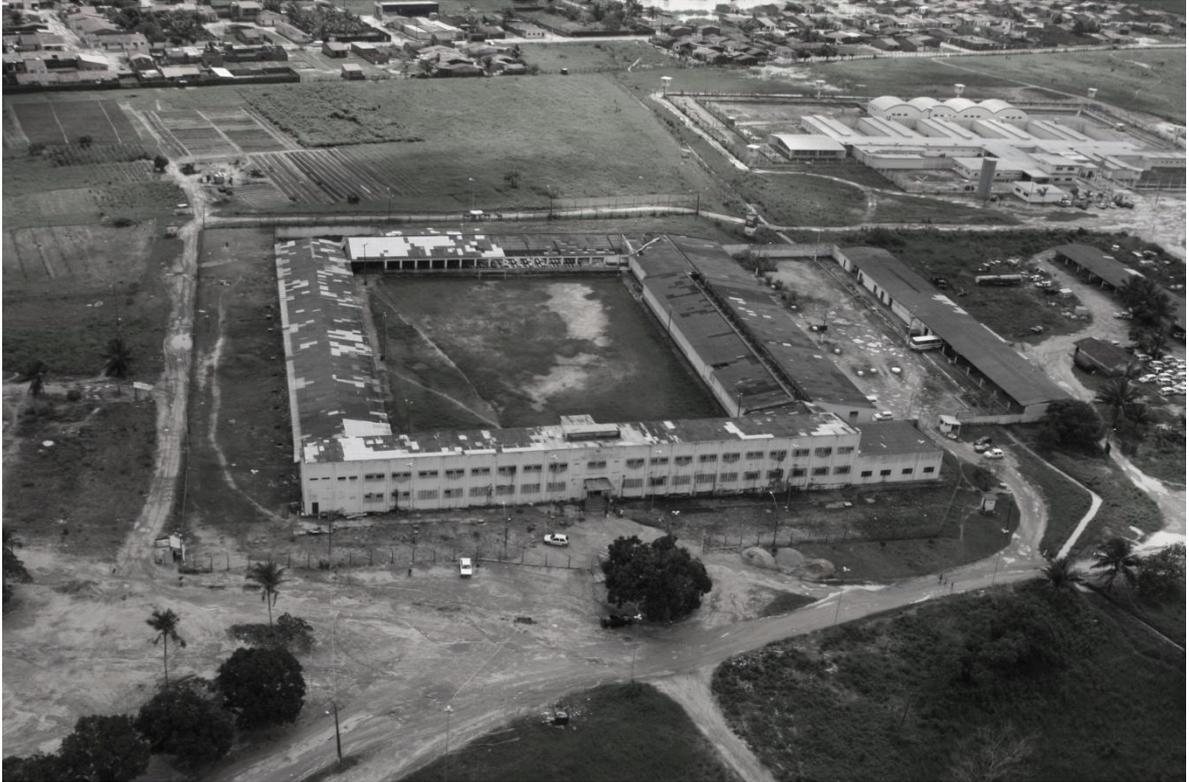
O capítulo seguinte (capítulo 5), que constitui o primeiro capítulo da 2ª parte do trabalho – *a descrição de perto e de dentro* - explicita a construção dos dados desta pesquisa, refletindo sobre a interferência da própria existência do espaço e da sua organização para definir os trajetos e a organização desta construção.

O capítulo 6 se propõe a uma revisão bibliográfica acerca do espaço penitenciário, à luz das obras de Foucault e Goffman, procurando detalhar, a partir de algumas aproximações pragmáticas, tais teorias, objetivando clarificar conceitos apresentados por ambos autores.

No capítulo 7, apresentamos o espaço penitenciário a partir das lentes de aproximação, descrevendo-o cada vez mais de perto, analisando o fenômeno a partir da teoria ecológica de Bronfrenbrenner, fazendo uma articulação desta com as Zonas de construção (NEWMAN, GRIFFIN, & COLE, 1989). Tal articulação é induzida pela ‘*volatilidade*’ das demarcações físicas a partir das suas relações com o indivíduo e deste com os outros indivíduos, no espaço.

Finalmente, apresentamos as conclusões preliminares do trabalho, indagando sobre as perguntas que ficaram sem resposta e, portanto, compõem uma agenda de pesquisa para o entendimento do fenômeno, tal como nos parece ser apreendido.

Em anexo, colocamos um glossário de termos utilizados pelos indivíduos-presos, para maior entendimento dos diálogos apresentados.



Parte 1: De Longe e de Fora

2**BREVES CONSIDERAÇÕES NO CAMPO
DA ARQUITETURA**

2. BREVES CONSIDERAÇÕES NO CAMPO DA ARQUITETURA

Inicialmente, cabe esclarecer que não é objetivo deste capítulo o aprofundamento acerca dos conceitos que tentam definir a Arquitetura, cujas formulações se consubstanciam desde Vitruvius até os dias atuais, haja vista a dificuldade de tal pretensão, como apontada por Leitão (2004, p.26),

[...]O que se vê em muitos autores é o reconhecimento de uma certa imprecisão quando se busca definir a arquitetura ou o espaço que ela gera – tidos aqui como sinônimos – ou, até mesmo, a admissão da impossibilidade de elaboração dessa definição.

Não obstante a impossibilidade de delimitar tais conceitos, a tentativa de guiar o leitor pelos caminhos que nos levam à descrição do espaço em estudo se justifica pela articulação com os conhecimentos da psicologia do desenvolvimento, em busca de descrever o espaço em estudo, situando-o acerca do que consideramos brevemente, neste capítulo, como espaço e lugar, posição norteadora das discussões que perpassam toda a tese.

De acordo com a argumentação de Malard (1993), desenvolvendo atividades o homem espacializa suas intenções dando-lhes forma física e criando lugares significativos. Assim é que as formas sociais relacionam-se com as formas físicas, criando lugares, os quais, por sua vez, influenciam as espacializações. Se estas espacializações criam lugares, são também por eles influenciadas, pois as formas físicas expressas pela arquitetura e as formas sociais expressas pelos eventos, interagem.

Nesse ponto emergem algumas questões cruciais para o planejamento arquitetônico: De que maneira o conjunto de elementos arquitetônicos utilizados pela arquitetura pode interagir com o sujeito que nela vive? De que forma essa organização espacial funciona como inibidora ou catalisadora da apropriação do espaço? Como os sujeitos recompõem, re-configuram semioticamente seus espaços? E de que maneira essas re-configurações espaciais, ao mudar a organização espacial original, podem ou não regular o desenvolvimento do sujeito?

Para discutir estas idéias, faz-se necessário posicionar-se em relação ao recorte que estamos, aqui, considerando nas reflexões sobre arquitetura, e suas implicações na construção da metodologia de abordagem do fenômeno pesquisado: considerações sobre espaço, lugar, planejamento do espaço; considerações sobre Sujeito, Zonas de construção, Sistemas de desenvolvimento.

Estas considerações são relevantes para o contexto da pesquisa, uma vez que permitem a compreensão do arcabouço teórico que estrutura a metodologia adotada.

2.1. Considerações sobre o espaço

Os espaços construídos foram e são muito mais que uma proteção às intempéries do ambiente natural; eles são “testemunhos das formas de organização social e dos valores de cada época, os quais não apenas refletem, mas incorporam à sua própria forma de expressão” (Silva, 1994, p.49), fato que os torna uma manifestação típica de uma determinada coletividade, ou seja, um produto cultural. Rapoport (1972, p.65) confirma essa postura intrínseca à arquitetura, quando diz que ela “no es tan solo una estructura, sino una institución creada para un complejo grupo de fines. Porque la construcción de una casa es un fenómeno cultural, su forma y su organización están muy influidas por el ‘milieu’ cultural al que pertenece”⁴.

Dito desta forma, Rapoport (1990) nos conduz à reflexão do espaço arquitetônico como um espaço canalizador de práticas culturais. Para construirmos a idéia que baliza o que estamos considerando espaço, assumimos uma posição geográfica – no sentido de que o espaço é apenas um espaço dado, onde o usuário, no caso, o indivíduo preso, não participou dos processos de discussão que levam à elaboração de um projeto arquitetônico e ao espaço edificado - mas que, também engloba uma construção pautada numa perspectiva histórica, onde se explicam as relações sociais com o meio ao longo do tempo, evocando a idéia de uma dinâmica emergente, contextual, num espaço .

Neste sentido, o espaço se conforma (no sentido de formação, origem) e se organiza (no sentido de funcionalidade), como determinação ou como possibilidade, a

⁴ Traduzindo: “não é apenas uma estrutura, mas uma instituição criada para um complexo grupo de fins. Porque a construção de uma casa é um fenômeno cultural, sua forma e sua organização estão muito influenciadas pelo meio cultural ao qual pertence”.

partir da prescrição de práticas culturais (projeto do espaço). Esta concepção se pauta numa concepção espaço-temporal (SANTOS, 1997).

Consideramos que o espaço, então, é uma realidade relacional entre coisas e relações, não sendo, portanto, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, porque são inseparáveis as participações de certos arranjos de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais de um lado e a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento, de outro lado.

Podemos entender o espaço construído de duas formas: ele não é pensado como um bloco uniforme, mas como um espaço marcado pelo encapsulamento polissêmico de “diversas vozes (e aqui estamos nos referindo à concepção do espaço arquitetônico resultante do processo de autoria, discutido no capítulo 4)”, vindas de outros discursos – o discurso objetivo de arquitetos, engenheiros, clientes, posto em cena pelo espaço construído ou o discurso encapsulado no espaço construído, colocando-se em cena como um outro social, a partir da relação com o indivíduo que o ocupa. Nesse sentido, este outro traz em si, resumidamente, todas as análises que o antecederam, um mundo que já foi articulado, compreendido diferentemente.

O processo de construção de uma obra arquitetônica resulta de uma política arquitetural que apresenta argumentos repletos de efeitos de sentido que serão desencadeadores de interpretações para o uso do espaço. Uma produção arquitetônica não é ingênua, pelo contrário, ela se articula para colocar-se, de certo modo, no dia-a-dia daquele que ela abriga e que convive com suas formas, interativa e subjetivamente.

A apreensão de significados ou emergência de novos sentidos para o espaço está notadamente relacionada ao *uso* que se faz do espaço construído, e à sua dinâmica na experiência humana. O sentido não é anexado ao uso do espaço, como parece ser defendido pela sintaxe espacial, muito pelo contrário, o *uso* é a dimensão *pela qual e na qual* o sentido do espaço se atualiza, e aqui concordamos com Coutinho (1970), quando fala da atualização do espaço pela “experienciação”, apesar de entendermos que essa experienciação, que aqui chamamos de uso, também promove modificações no espaço, gerando um novo espaço, diferente, implicando em mudança da realidade.

Podemos, assim, propor que a inteligibilidade, ou a possibilidade de entendimento num dado campo intersubjetivo, também emerge à luz de nossa participação no espaço, enquanto nos apropriamos de lugares, ou seja, enquanto produtores de sentido. Faz sentido para esta pesquisa, portanto, denominar o participante do espaço de “usuário”.

É preciso atentar, no entanto, para o fato de que o sujeito que se abriga no espaço é autônomo e está em constante processo de desenvolvimento. Suas ações no espaço acontecerão em interação com este espaço, podendo modificá-lo. Ao modificar o espaço, seus atributos arquiteturais também são modificados, emergindo da relação deles com o sujeito, o que parece produzir uma dinâmica bi-direcional de auto-regulação entre sujeito e espaço, regulando, de algum modo, o próprio sujeito e o curso de seu desenvolvimento.

O espaço penitenciário, objeto de estudo desta tese, aparentemente funciona como um sistema repressor da autonomia dos indivíduos, cujos atos são tipificado pelo Código Penal Brasileiro, tendo como finalidade puni-los ou tratá-los. Mas, se olharmos para o fenômeno da "prisionalização"(Sá, 1984), ou seja, o aparecimento de uma cultura própria dos presídios, que aqui denominamos práticas culturais, veremos que lá se estrutura uma sociedade autônoma, com funções sociais diferenciadas e leis próprias.

No caso do indivíduo inserido no espaço prisional, entendemos o conceito de autonomia elaborado mediante uma lógica paradoxal, pela qual autonomia e controle não são vistos como condições excludentes, já que o sistema depende, em parte, do ambiente; a autonomia nunca poderá ser absoluta, porém podemos observar que há níveis de autonomia nas ações do indivíduo, que poderiam ser encaradas de diversas formas.

Se, por um lado, constata-se uma tendência à normalização das ações, por outro, é preciso assinalar que um certo grau de autonomia está sempre presente.

O espaço concreto é constituído, portanto, de uma prática social revestida de um planejamento cujos resultados indicam a existência de um fazer, mas que pode ser transformado. De fato, podemos considerar que: a) O espaço construído, não necessariamente edificado, é lugar do humano, feito pelo humano, para o humano. Nele estão contidas suas expectativas mais elementares e, portanto, sua disposição torna-se produtora de sentido, de significados; b) A distribuição espacial, sua circulação, sua continuidade ou contrastes, sua modernidade ou monumentalidade, são manifestações de

uma intenção, de uma provocação, que mostram e produzem o modo de ser e de agir de uma sociedade, se constituindo no *Lugar*⁵; e c) as análises sobre as articulações de sentido do espaço, em ambos os casos, possibilitam a compreensão de como ele está estruturado, como os homens organizam sua sociedade e como a concepção e uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças.

2.2. Espaço enquanto lugar

Todos os lugares que freqüentamos significam algo para nós, pois aquilo que não tem significado, simplesmente não existe em nossa mente; ou seja, para podermos pensar sobre alguma coisa é preciso designá-la, produzir para ela um sentido.

O conceito de lugar tem sido mira das diversas interpretações entre os campos do conhecimento, ao longo do tempo, importando discutir algumas interpretações antropológicas e geográficas.

Para a corrente antropológica, o termo “lugar” é reservado à

[...] Construção concreta e simbólica do espaço, que não poderia dar conta somente por ela das vicissitudes e contradições da vida social, mas a qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja... o lugar antropológico é, simultaneamente, princípio de sentido para aquele que o habita e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (AUGÉ, 1994, p.51).

Os lugares antropológicos têm, pelo menos, três características comuns, que se coadunam com a discussão pautada em conceitos geográficos. Eles se pretendem identitários, relacionais e históricos. São identitários porque o lugar de nascimento é constitutivo da identidade individual, nascer é nascer num lugar, ser designado à residência, e o lugar primeiro se refere ao nascimento, obedecendo à lei do “próprio lugar: o lugar no qual um corpo é colocado”. São relacionais, pois num mesmo lugar existem relações de identidade partilhada, podendo coexistir elementos distintos e particulares. São, por fim, históricos, a partir do momento em que “conjugando identidade e relação” se definem por uma estabilidade mínima, permitindo aos que neles vivem reconhecer marcos que não tem que ser objetos de conhecimento.

⁵ A ser discutido na próxima seção.

Na Geografia particularmente, apesar das amplas reflexões já realizadas acerca do significado de *lugar*, é possível afirmar que nos identificamos com a acepção epistemológica da Geografia Humanística, embora saibamos que há ainda outro eixo epistemológico que trata da Dialética Marxista, que não será aqui tratada.

[...] Para os seguidores da corrente humanística, o *lugar* é principalmente um produto da experiência humana: “(...) lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979). Ou ainda, “lugar é um centro de significados construído pela experiência” (TUAN, 1975). Trata-se na realidade de referenciais afetivos os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro. Eles são carregados de sensações emotivas principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos (Mello, 1990); ele tanto nos transmite boas lembranças quanto a sensação de lar (TUAN, 1975; BUTTIMER, 1985a). Nas palavras de Buttimer (1985b, p. 228), “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”(LEITE, 1998).

A acepção de lugar aqui considerada trata-se de uma visão na qual o lugar é considerado tanto como produto de uma dinâmica que é única, ou seja, resultante de características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação, quanto como uma expressão da globalidade.

Sendo assim, considera-se aqui o conceito de lugar como definido pela produção de sentidos do usuário dos espaços, configurando-se em conceitos fluidos de espaços em relação a sua apropriação. A partir dessa perspectiva, entende-se que o não-lugar⁶ também pode se configurar em lugar, permitindo a produção de sentidos e a sua apropriação, concordando, portanto, com Yi-Fu-Tuan (1983), segundo a qual a determinação da transposição de um espaço em lugar implica numa produção de sentidos:

[...] *o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor*”(op cit., p.4).

⁶ “Os não-lugares (Augé, 1994) são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens[...] quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais”, locais de transição, de passagem. Nesses não-lugares a relação que se estabelece entre o espaço e o indivíduo, segundo Marc Augé (apud Almeida 2001), é uma relação contratual, normalmente mediada por palavras e textos. Neles o indivíduo experimenta a sensação da desidentificação e da interpretação de um papel, sozinho, mas semelhante aos outros que o rodeiam.

Isto posto, percebe-se que a marcação simbólica se define no espaço, por exemplo, como espaços de transição entre interior e exterior de ambientes, apresentando marcas territoriais que definem territórios distintos. Assim, um termo, talvez, mais apropriado para ser usado aqui, seria “territorialidade”.

Ora, os processos desencadeados entre o ser humano e o espaço físico, portanto, são tantos e em tantos níveis, que se revestem de um conteúdo que está além do objetivo imediato e funcional dos espaços ao visar oferecer suporte à realização de atividades humanas. Há neles um significado que está além do que é apenas funcional. É o que subliminarmente está colocado por Lynch (apud Perdigão, 2003), pois a experiência espacial alcança o auxílio que pode oferecer ao ser humano para o seu amadurecimento pessoal na sua experiência com o mundo.

O espaço em foco neste trabalho, portanto, é aquele impregnado de significados e de experiências de vida, de um sentido que confere significados a sua apropriação, e até confunde ‘o que ele é com o que eu sou’.

2.3. Planejando o espaço

Prever ações consiste no planejamento do futuro que foi percebido pelas experiências do passado, ou na imaginação de um novo grupamento, no tempo, em uma nova ordem de elementos já anteriormente percebidos, mas que nunca está sendo percebido. O que parece ser ao mesmo tempo simples é necessariamente imprevisível.

A primeira vista, pode-se considerar que há, neste trabalho, uma confusão entre a teoria da arquitetura com o processo de concepção do espaço, a partir do que tentamos delinear como consideração de espaço, lugar e as discussões sobre planejamento, que necessita ser esclarecido. Esclarecendo ao leitor tal dúvida, consideramos que a arquitetura, cuja visão é construída a partir de como entendemos espaço e lugar, se faz desde a concepção, em termos de projeto, num processo contínuo e ininterrupto de atualizações do espaço, que não finda quando o espaço está construído, uma vez que agora é o usuário que o atualiza.

Existem relações estreitas evidentes com a Arquitetura, engenharias e design, particularmente nas etapas profissionais do processo de produção do espaço construído, voltados ao planejamento, à programação de necessidades e à formulação de alternativas

de estudos preliminares e de anteprojetos, etapas em que o homem-usuário é o centro do ambiente “em fase de concepção”, ou seja, um dos focos do problema a ser resolvido, enquanto necessidades e níveis de satisfação a serem atendidas.

Na produção do espaço, o autor-arquiteto invariavelmente considera a quem se destina seu espaço planejado. Como numa comunicação epistolar, na qual se escreve sempre pensando naquele que irá ler a carta. Caso contrário, o discurso não alcança eficácia. Todavia, a preocupação do arquiteto-autor é com um usuário ideal, aquele que é pressuposto pelo planejamento.

“O que de humano se consubstancia na arquitetura para coletividade, às vezes nem sequer se assemelha a algumas obras de engenharia em que é testificada a eficiência dos recursos previamente à inauguração, de tal sorte e apresenta convicto o arquiteto de que ninguém desobedecerá às determinações que fixou” (COUTINHO, 1998, p. 52).

Esta concepção de usuário ideal vai, através dos tempos, se modificando e adquirindo novas nuances, de acordo com o progresso dos diálogos entre arquiteto-autor/usuário-ideal, uma vez que a relação usuário/espaço habitado é amalgamada e interdependente, donde emerge a idéia de sujeito-usuário: um ser entranhado no processo histórico de construção de sentidos que, ao recriar as suas relações com o mundo, reinventa-o, produz espaços e é produzido por eles. Assim, nesse processo de produção de sentidos, acreditamos tornar-se, de certa forma, co-autor do espaço construído.

Tomando Vygotsky como referência para refletir sobre este homem-usuário, ancorado por aspectos sócio-históricos, selecionamos os seguintes princípios: os fenômenos são compreendidos em processo e vistos, portanto, em movimento e transformação; o ser humano transforma a natureza e a si mesmo pelo uso de instrumentos; as condições sociais da vida historicamente formada são a origem dos movimentos individuais; o conhecimento deve apreender, a partir do aparente, as determinações constituintes do objeto.

Nesta situação, o espaço age sobre o usuário que, por sua vez, o “deflagra” para desconstruí-lo, para implicar-se no universo espacial; e, ao enredar-se, renova a sua percepção de mundo; ao confrontar-se com as situações inéditas, modificará seu olhar sobre os fatos, porque se abre para a experiência do outro. Então, o usuário é um ser ativo

que, na apropriação do espaço, pode interferir no processo de produção deste, passando a um agente transformador de limites de construção de sentidos.

Isto posto, à condição humana necessariamente impõe-se uma condição sócio-histórica. O indivíduo é construído nas ações sobre a realidade e nas relações sociais, num movimento dialético.

Este indivíduo, ao sugerir suas expectativas enquanto usuário, participa no processo de planejamento, embora o planejador assuma, nessa relação, os papéis de tradutor e mediador das aspirações individuais ou comunitárias.

Poderíamos comparar o espaço arquitetônico, então, com o sistema lingüístico. Os elementos da Arquitetura pensados como signos. O edifício seria considerado como instrumento de comunicação, formando um código que transmite uma mensagem, decifrável apenas com base em convenções sociais.

Ao ver o espaço arquitetônico como um código lingüístico através do qual são enviadas as mensagens, seria necessário que o pesquisador decifrasse, em primeiro lugar, tais mensagens e seu modo de constituição. Assim, o texto arquitetônico assemelhar-se-ia a uma máquina, a emitir mensagens com base em códigos convencionais compartilhados.

No entanto, a arquitetura não se restringe a enviar mensagens e nem sua essência se revela na comunicação, à maneira de um modo estruturalista de ver o espaço, que, portanto, passa a ser descartado por nossa reflexão. Ao contrário, na medida em que tomamos o espaço como objeto de análise e o aplicamos na consideração do contexto, fixamos o discurso na estrutura sintática da obra, ou seja, no substrato material e sócio-cultural que a determina.

Ao planejar o espaço, o arquiteto-autor pretende direcionar o indivíduo-usuário para determinadas ações, delimitando, através de artefatos arquitetônicos, os eventos que se desenrolarão nos ambientes. Este fato permite uma apropriação do conceito de Campo de Canalização Cultural (VALSINER, 2001), melhor explicado no capítulo 3.

Segundo Valsiner (op.cit.), a cultura é uma qualidade da relação em curso entre pessoas e ambientes, não correspondendo a uma 'entidade', mas a uma construção de estruturas conceituais por atividades de pessoas, incluindo-se símbolos, significados e

maneiras de ação. Considerando as dimensões cognitivas e afetivas nas relações estabelecidas entre o indivíduo e o meio, o autor faz referência aos ‘modelos de ação’ externalizados no ambiente e promovido pelas diversas instituições sociais.

O espaço construído, ao demarcar as fronteiras e limites para a produção de sentidos pelo homem - *os lugares* - opera de forma globalizante na relação espaço-tempo do indivíduo que o habita e age ativamente sobre a sua mobilidade corporal. Não se pode, contudo, afirmar que o movimento humano é, tão somente, um ato de comunicação instalado através de seus deslocamentos e efetivado pelos seus trajetos no ambiente delimitado pela obra arquitetônica, como parece tratar a sintaxe espacial⁷.

Normas e regras estabelecidas por um grupo social podem ser estruturadas dentro de um único contexto complexo, o qual organiza diferentes situações de relacionamento entre os indivíduos, contribuindo particularmente para destacar a importância do contexto, com suas regras e expectativas sociais, processo entendido como canalização cultural, segundo a visão sócio-cultural de Valsiner (1998).

⁷ A teoria da sintaxe espacial utiliza-se de uma maneira peculiar para representar o espaço, de forma a sistematizar as informações que se deseja obter, partindo dos conceitos considerados fundamentais para compreensão dos fenômenos espaciais. O espaço é “medido” considerando as propriedades espaciais descritas a seguir: **Conectividade** mede, em um espaço, quantos outros nós são diretamente acessíveis a partir dele; **Controle** mede o grau em que um espaço controla o acesso para seus vizinhos, este cálculo é feito somando-se as reciprocidades de conectividades entre vizinhos, ou seja, o valor de controle representa ou quantifica o grau de escolha que se permite de um espaço para os outros da vizinhança imediata (Hillier et al, 1993); **Escolha global** indica o quão frequentemente cada linha é usada, e está localizada a menos passos das outras do sistema; **Integração** mede a profundidade de cada espaço do sistema, em relação a todas outras. Os espaços mais integrados são aqueles em que são mais rasos, ou a menos passos de todos os outros, e os mais segregados são aquelas que estão mais profundas ou que seja necessário um maior número de passos para até eles chegar; **Inteligibilidade** é medida através da correlação entre conectividade e valor de integração. Indica o que visualmente pode ser visto através de determinada linha e, de acordo com seu grau de integração, indica o que isto significa para o sistema como um todo; **Profundidade** entre um conjunto de espaços sempre expressa o quão diretamente as funções daqueles espaços estão separadas ou integradas de cada um, e então quão fácil e natural é gerar relações entre eles. A teoria da sintaxe espacial é a de que antes de tudo é através da configuração espacial que processos e relações sociais se expressam no espaço. Configuração, de uma maneira geral, é definida como a relação entre pelo menos dois espaços considerando um terceiro, ou a relação entre espaços em um complexo considerando todos os outros espaços. A escolha da propriedade configuração na lógica social do espaço se justifica por ela originar-se na lógica deste espaço.

O espaço construído que prescreve o lugar, enquanto estrutura inacabada, não pode abrir mão da contribuição do usuário, que é instigado a completá-lo, deparando-se, nessa tarefa, com os espaços de certeza: os ambientes mais explícitos, as regras de usabilidade, os canais semânticos, a partir dos quais vislumbra o sentido global; e os espaços de incerteza: as passagens, os momentos mais opacos ou ambíguos, que exigem do usuário mais participação, maior criatividade.

Pensar no usuário como co-autor é compreender que, apesar da ordem instaurada pelo planejamento do espaço, este sempre revela significações plurais e móveis a partir das quais o usuário, construtor/produtor, pode inventar, deslocar, distorcer o sentido do ambiente a partir de sua condição histórico-cultural, considerando que “*experienciar*” o espaço é envolver-se em uma prática social, saber-se envolvido em uma interação com o autor, que usa a linguagem espacial a partir de um lugar social marcado, em um determinado momento sócio-histórico.

Entende-se que um lugar se constitui, com efeito, quando tornado presente pelo ato do uso⁸; que não há uma autoridade suprema do arquiteto em relação ao espaço construído que planeja, tampouco o espaço pré-existe à sua usabilidade; e o uso não é sinonímia de decodificação para aquiescência passiva do espaço proposto, mas atividade de desconstrução e reconstrução. O arquiteto-autor, concluída a edificação, oferece-a a muitas formas de compreensão que podem ser ou não aceitáveis, tomando por base os elementos presentes no próprio espaço, uma vez que a partir dos processos de apropriação espacial, o sujeito,

[...]o abrigo arquitetado terá de sofrer reformas que imporá o residente. Este procederá como se arquiteto fora, porque o profissional, supondo-o na vida íntima sob a mesma abstração com que se perfaz no trem ou no recinto do trabalho, lhe fixou uns albergues que o resguardaria da mesma forma que a outro de sua social condição, tudo recaindo na plenitude meramente genética (COUTINHO, 1998, p.52)

Deste modo, não sendo o autor proprietário, destinador e guardião de um sentido a ser decifrado; não sendo a autoridade suprema em relação ao espaço que produz,

⁸ Concordamos, portanto, com a atualização do espaço pela “*experienciação*”, tal como defende Coutinho (1998)

o usuário, no exercício de tornar-se sujeito de sua experiência, de significar o espaço, redesenha-o. Assim, a cada ação de uso, um novo sentido surgirá e o que é realizado, vivido, é nada menos do que aquilo de que está impregnado o cotidiano do usuário, o que é fundamental no mundo e com o mundo do usuário. Estabelece-se, assim, na relação entre usuário e espaço – enquanto síntese polifônica - uma implícita **co-autoria**, na qual se confere ao lugar seu caráter de objeto dinâmico, vivo, que se modifica a cada vez que um indivíduo nele investe seu imaginário, sua cultura pessoal. O lugar, assim, não teria uma estrutura a priori, uma esquematização fixa, mas, ao contrário, estaria sempre em construção, na medida em que seria sempre atualizado pelo uso.

O projeto arquitetônico, mais do que um momento de síntese, é um momento de proposta entendida como imaginação de situações, diferentes das atuais, assim como o desenvolvimento de um arcabouço de ações capazes de transformar a realidade. Nesse sentido, o espaço arquitetônico é “*o produto e, ao mesmo tempo, o resultado de um processo de momentos de criação e de avaliação de desempenhos*” (RITTEL, 1970, p.17).

É fundamental também a dimensão tempo na concepção de planejamento do espaço. A dimensão temporal implica na idéia de contínuas transformações qualitativas, dinâmico-estruturais, que se dão ao longo da trajetória da relação humano-ambiente. O desenvolvimento das ações, portanto, ocorre no tempo, e mediante um processo de transformação que resulta de complexas inter-relações que se estabelecem entre o sujeito e o ambiente sócio-cultural e espaço-temporal, processo este que também é orientado para o futuro. O importante dessa concepção integrada de passado-presente e futuro representa a abertura de um espaço-tempo para a indeterminação dos processos desenvolvimentais, onde a construção e a emergência do novo se torna possível (VALSINER, BRANCO & DANTAS, 1997).

2.4. A Arquitetura

A arquitetura é resultado do trabalho das sociedades humanas. Nesse sentido, ela é uma expressão e representação cultural concreta, autêntica e completa de uma sociedade, portanto, a partir das características de uma arquitetura é possível especular em relação às características da sociedade que a produziu.

[...]Como expressão de um determinado meio cultural, a arquitetura não poderia ficar condicionada apenas por aspectos físicos, tecnológicos ou econômicos. Os elementos físicos e econômicos são vistos como modificadores, mas nunca como determinantes da arquitetura. Não existe um único elemento determinante, mas um conjunto deles, ou melhor, um conjunto de valores responsáveis pela conformação dos espaços construídos (RAPOPORT, 1972).

Ao estudar a arquitetura observa-se, assim, que a cada época histórica pertence uma linha de pensamento e uma produção decorrente desses pensamentos, que reflete a cultura (como idéias de pensamento) nesse espaço-tempo de referência. Também se pode observar que a materialização (que perpassa as fases de planejamento até a finalização da construção arquitetônica) dessas idéias apresentava diferentes metodologias de construção, por sua vez ligadas a valores culturais da época. Sendo assim, o resultado dessa materialização - as edificações - pode ser considerado como expressão dos conceitos e teorias de cada momento histórico. Refuta-se, portanto, a relevância da historicidade no “fazer arquitetura”.

Para entender a concepção contemporânea de Arquitetura, podemos tomar, para fins de entendimento, o “modelo de quatro funções”⁹ (HILLIER, & HANSON, 1984), que se centrava na idéia da função do edifício, como uma referência inicial de compreensão da arquitetura, encontrando sugestão de não apenas uma estrutura arquitetônica profunda por trás da aparência dos edifícios, cidades ou paisagens, mas de quatro, em que cada função desempenhada pelo espaço, caracteriza uma área de reflexão arquitetônica, e exige um determinado corpo de conhecimento teórico, a que se pode referir como uma sub-disciplina da arquitetura.

Vista dessa forma, entendemos que a Arquitetura se torna um conjunto de relações com as coisas, mais precisamente, de certas relações do homem com o espaço. Em

⁹ Cada um destes domínios teóricos é constituído por, e dividido em, subáreas de conhecimento especializado, que caracterizam o objeto de vários ramos do ensino e da pesquisa: Controles térmico, acústico e luminoso (função de modificação climática); Psicologia ambiental, sintaxe espacial (função de modificação comportamental); questões de economia das edificações, sistemas construtivos (função de modificação de recursos); Semiologia arquitetônica, estética arquitetônica (função de modificação simbólica).

tais relações, os homens procuram satisfazer um determinado conjunto de expectativas que têm para com o espaço, expectativas que supostamente tem algo em comum, na medida em que justificam uma profissão e um correspondente campo de conhecimento, ambos mutantes ao longo do tempo.

Isto posto, as implicações do uso do espaço, exigem um desdobramento das categorias oferecidas pelo “modelo de quatro funções” anteriormente descrito, discutido por Kohlsdorf & Holanda (2003). O modelo fala de “modificador comportamental” como uma categoria muito ampla, que poderia incluir o que as pessoas fazem (as atividades propriamente ditas), além do “como” elas o fazem (sistema de encontros através dos quais as atividades são levadas a efeito), e assim por diante.

Nos concentrando na função simbólica, Hillier & Learman observaram que, na função simbólica e cultural, o avanço tem sido impreciso e lento (1972). A ampla classe do “simbólico” pode ser desdobrada em 3 aspectos. Por um lado, há avanços interessantes no que diz respeito à percepção visual do espaço, aí incluindo o desenvolvimento de algoritmos matemáticos para a caracterização da ordem espacial como visualmente percebida. Esta abordagem específica está sendo denominada *aspectos topoceptivos* do desempenho espacial e tenta estabelecer exclusivamente as relações entre as questões da orientabilidade e da identidade dos lugares, e aqueles atributos espaciais que são percebidos através de estímulos visuais.

Quando falamos de identidade espacial, estamos já em outra chave, *os aspectos emocionais* do desempenho espacial. Quanto aos *aspectos simbólicos*, podem se referir a valores de significação individual ou coletiva, mais especificamente àqueles valores relativos a papéis, posições, hierarquias sociais, visões de mundo, etc., particularmente tratados nesta tese.

Em resumo, o modelo de quatro funções parece apontar para um modelo de sete funções, conforme diz Kohlsdorf (2003), constituído pelos seguintes aspectos: funcionais; de co-presença; bio-climáticos; econômicos; topoceptivos; emocionais e simbólicos.

Coelho Netto em seu livro *A construção do Sentido da Arquitetura* (2002), também traça elementos que forneceram sólidas bases para o entendimento, e um provável

conceito, de espaço arquitetônico. Ele traça sete eixos espaciais e procura definir estes eixos como “formadores do sentido do espaço” (COELHO NETTO, 2002, p.29)

Observaremos apenas os eixos espaço construído e espaço não-construído por entendermos que estes estão relacionados a outros eixos também importantes para a formação de um conceito de espaço, ligado, de certa forma, ao conceito de arquitetura proposto por Lúcio Costa, ao preconizar que “ arquitetura é antes de mais nada, construção”(LÚCIO COSTA, 1995, p.608).

Ao falarmos de espaço construído estamos, necessariamente, falando de oposições entre espaço interior e exterior e ainda em espaço privado e público, que também constituem eixo ordenador “da estrutura fundamental da linguagem arquitetural” (COELHO NETTO, 2002, pp.48), ordenam a arquitetura, nascem e se desenvolvem da mesma necessidade do homem em criar espaços para que ele, como ser, construa sua sociedade nos moldes que as experiências anteriores o orientem.

Considerando-se que estes aspectos se apresentam indissociáveis, entende-se que é necessário desenvolver uma metodologia adequada à análise de todos, ao mesmo tempo, uma vez que apesar de haver uma interação entre pessoa e ambiente e de haver no ambiente mais do que se pode perceber (ITTELSON, 1973), a experiência é holística por natureza, vivida pelas pessoas como um todo. Isso não significa que suas dimensões não possam ser lembradas separadamente, e sim que a natureza fenomenológica da experiência proporciona um sentido de campo unitário.

Se avaliar a arquitetura fosse apenas uma questão de sair perguntando às pessoas sobre sua satisfação quanto a edifícios e cidades, seria muito simples. A arquitetura “funciona” porque satisfaz expectativas humanas, mas estas expectativas mudam ao longo do tempo, e muda-se também a arquitetura, sendo estas expectativas e a arquitetura constitutivas de sociedades específicas.

A arquitetura nos convida a realizar uma síntese pessoal envolvendo subjetividade e objetividade em nossas análises. Arquitetônica é relação – entre espaço e usuário - , não a coisa em si e, portanto, se estabelecerá também uma relação (arquitetônica) quando o ser humano interagir com o ambiente natural, por exemplo. É sob o olhar do espaço humanizado, ou seja, preenchido por humanos, que a qualificação de *lugar* se funda.

Levando em conta estas considerações e chamando a atenção para a importância do contexto, com suas regras e expectativas sociais, na versão sócio-cultural construtivista, pode-se considerar que o processo de planejamento arquitetônico seja designado como canalizador cultural. Deve-se, a exemplo de tal processo, dar o devido destaque ao caráter processual da concretização do espaço e do desenvolvimento humano em sua dimensão semiótica e sistêmica, o que é necessário para abranger a complexidade do fenômeno da interdependência social em seus aspectos macro (histórico-cultural), micro (contextual/situacional) e subjetivo (individual), os quais estão em permanente processo de mudança ou transformação ao longo do transcorrer do tempo.

A partir da visão sócio-cultural aqui empregada pode-se especular que os aspectos de co-presença, em consonância com a “experienciação do lugar” de Coutinho(1998) agem como atualizadores dos demais, uma vez que o “como” o sujeito age implica em modificações de toda ordem na relação indivíduo-espaço, como se pretende investigar neste trabalho.

Ás instâncias da alma do cliente juntam-se as do arquiteto como individualidade artística, um a estimar um condizente bojo ao seu espiritual lazer, o outro a impregnar em teia de conciliação, a matéria da arquitetura, não elaborada para si, com a feição sentimental que lhe é própria para que tal aglutinação melhor se verifique, o criador aspira a defrontar-se com um programa, quer de natureza abstrata, quer de ordem concreta, mediante o qual ele a si possa afeiçoar, com a sua interpretação afetiva, não somente a escultura mas ainda o espaço a se conter na desejada obra (Coutinho, 1998,p.55)

Por essas definições, o ambiente não age em resposta a ação do homem, isoladamente, nem o homem imprime ao espaço modificações isoladas. O espaço construído, enquanto síntese atua como regulador, atribuindo ordem às ações do sujeito e o sujeito, ao mesmo tempo em que é regulado, modifica o espaço, re-organizando-o, o que dispara uma variabilidade na ordenação das ações do próprio sujeito.

Nesse sentido, entende-se que os aspectos relativos ao modelo de sete funções (HILLIER E HANSON, 1984), poderiam considerar - o que parece não acontecer - a relação fluida e mutante entre as funções, uma vez que um mesmo espaço apresenta todos estes aspectos, numa complexa relação de co-organização, embora havendo um movimento responsivo em torno de cada uma das funções de mutação, por parte do usuário. Sendo assim, o espaço é constantemente transformado no transcorrer do tempo, apresentando-se dinâmico e podendo ser considerado como constantemente inacabado.

3

**DAS PREMISSAS TEÓRICAS SOBRE
PSICOLOGIA**

3. DAS PREMISSAS TEÓRICAS SOBRE PSICOLOGIA

3.1. O sujeito que (se) constrói

Neste capítulo, trataremos desses sujeitos que se encontram no apelo ao outro, que se lançam em direção a esse outro e que têm, nos componentes arquitetônicos e no espaço habitado, a ponte necessária para fazer viver os diálogos que o constituem, enquanto componentes de mediação para as relações entre sujeitos.

Entende-se aqui premissa como uma proposição que serve de base à conclusão do trabalho, sem apresentar o objetivo pretensioso de proceder a uma revisão bibliográfica que trate das premissas teóricas sobre toda a teoria de psicologia.

Preocupada com a compreensão dos processos, um dos desafios para a psicologia sócio-histórica é explicar como o uso de instrumentos de qualquer atividade influencia as funções psicológicas. Esta compreensão é importante para a nossa pesquisa, uma vez que, na relação do indivíduo com espaço arquitetônico, bem como nas suas relações com o outro no espaço arquitetônico, esta dinâmica também toma lugar.

Tal afirmação se baseia na reflexão de Valsiner (2004), sobre a relação entre o sujeito e o espaço rua, onde fala que

[...] Pela multiplicidade da direção cultural da vida humana, o ambiente urbano garante ao habitante a natureza episódica da regulação social em sua conduta. Os agentes de cada regulação variam de um cenário a outro, seus objetivos podem variar de um tempo a outro, provendo a pessoa com a ‘liberdade’ para migração entre os lugares. Cada migração requer espaços de passagem que são de vários tipos funcionais (indiretos, diretos, centrais – BENDLE, 1993, p.214). (...) A estrutura funcional espacial e temporal da cidade – incluindo a rua – encaixa o reino geral da teoria de indeterminação limitada (VALSINER, 1987) e constitui a arena cultural para direcionar as correntes do subconsciente, consciente e hiper-consciente (VALSINER, 2001; 2003) relacionando a pessoa com o mundo social (op. Cit., tradução nossa).

Segundo Valsiner (op. Cit.), o espaço rua se constitui num ambiente de transição para outros espaços, os quais direcionam o indivíduo a um posicionamento

enquanto sujeito, através do uso de artefatos, negociações dialógicas do self pessoal com a ordem pública social, podendo levar à emergência de novos posicionamentos, num processo de constante construção da subjetividade.

Buscando entender o desenvolvimento do sujeito através da linguagem, Vygotsky (1998) cria um novo conceito chamado signo. Os signos são introduzidos na psiquê do homem pela convivência social. Eles são a linguagem, as formas numéricas, os cálculos, a arte, a escrita, os mapas, os gráficos, etc.

A utilização de signos e sinais, para Vygotsky (1998a), é uma característica específica do homem, eles são os instrumentos psicológicos do homem.

O gesto de uma criança é pensado na tentativa de pegar um objeto. Aquele gesto apontado para um objeto provoca uma reação no outro, sem que a criança compreenda o significado daquele gesto. Posteriormente ela passa a significar aquele gesto. Não é ao acaso que o conceito fundamental da teoria Vygotskyana seja o de mediação, sendo pressuposto da subjetividade na relação Eu-Outro. Ela é a própria relação. Não é uma relação de estímulo e resposta, mas de um estímulo – elo mediador – resposta.

Assim, as relações entre sujeito e objeto são permeadas pela mediação. A mediação torna esta relação mais complexa e também provida de significado. A relação do homem com o mundo real é auxiliada pelos elos mediadores que, para Vygotsky, são compostos pelos instrumentos e signos.

“O instrumento é um elemento interposto entre o trabalhador e o objeto de seu trabalho, ampliando as possibilidades de transformação da natureza. [...] é, pois, um objeto social e mediador da relação entre o indivíduo e o mundo” (OLIVEIRA, 1993, p29).

O instrumento é então o que media essa relação do homem com o mundo do trabalho. Utilizar uma enxada para capinar ao invés das mãos é um exemplo de mediação. Um instrumento que tem uma finalidade, um objetivo, porém ele é externo ao indivíduo, visando provocar mudanças nos objetos.

Os signos são orientados pelo próprio sujeito, internamente, como instrumentos que auxiliam os processos psicológicos. Utilizar um mapa para chegar a um determinado local, é um exemplo de signos usados como instrumentos que auxiliam no desempenho de

atividades psicológicas, assim como uma planta baixa pode ser considerada como instrumento que auxilia na prescrição de atividades de uso do espaço a ser construído.

Assim, nos utilizamos da expressão semiótica para compreender o processo de significação. Vygotsky afirma que toda palavra tem significado e sobre o que é o significado da palavra, e concluiu que o significado não é nem igual à palavra e nem ao pensamento, e que para descobrir o significado é preciso, na linguagem, entender que a palavra não é simplesmente o substituto do objeto a que ela se refere.

O signo é fruto da relação entre as partes que o compõem, o objeto a que se refere e o significado a ele atribuído. Para Vygotsky, o meio social é importante, considerando-se que a vida humana está impregnada de significações. É através da relação com o outro, que o ser humano interioriza as formas culturalmente estabelecidas. E a atuação do ser humano na vida social é sempre algo dinâmico, onde o sujeito está em posição ativa, em constante construção.

A partir daí buscou-se compreender o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico e o papel da linguagem e da aprendizagem neste desenvolvimento, chamando a atenção para o fato de que o espaço habitado está atrelado a toda esta elaboração.

Na troca com outros sujeitos e consigo próprio vão se internalizando os conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a constituição de conhecimento e da própria consciência. O indivíduo se constitui nas ações sobre a realidade e nas relações sociais, num movimento dialético. Deste pressuposto, redefine-se a psicologia a partir da redefinição da questão da subjetividade, passando o sujeito a ter papel fundamental, mas não visto senão em relação com outros sujeitos e com a realidade.

Assumimos, desde agora, que pensar a subjetividade em uma pesquisa de base histórico-social requer, de nossa parte, um posicionamento sobre esse sujeito como sendo algo que advém de um quadro muito mais amplo, histórico, social e cultural, e portanto em construção contínua. Dessa forma, trata-se de um sujeito cujo contexto histórico-social compartilhado está repleto de múltiplas *vozes*, no sentido bakhtiniano, e que se deixam ouvir nas ferramentas culturais e todas as formas de manifestação humana; um sujeito

que é antes de tudo marcado por sua própria condição interacional com outros (PERES, 2007).

No dialogismo bakhtiniano, a existência humana surge como diálogo porque é sempre partilhada e sempre endereçada a um Outro – num plano interpessoal ou intrapessoal. Segundo propões Bakhtin, o pronome ‘Eu’ destaca um ponto no espaço “aqui” e no tempo “agora” distinto e diferente de um “outro” (ali e antes/depois) que é evocado nessa distinção, e que surge por contraste, simultaneamente, empurrando-nos ao diálogo (HOLQUIST, 1990). Deste modo, Bakhtin (1993) afirma não termos álibi para a existência – e isto implica em não podermos escolher *não* estar em diálogo, pois o mundo propõe-nos o tempo todo um posicionamento e nós temos que lhe responder.

A noção de sujeito dessa filosofia, implícita, porém, em todos os trabalhos do círculo, é compatível com aquela que interpretamos em Vygotsky. O sujeito bakhtiniano nunca é visto sozinho ou completo, só existe dialogicamente em relação a todos e a tudo que não é *eu* (tudo o que é *outro* . *outro social* ou *outro eu*) (PERES, 2007).

De uma forma mais simples, relação e diálogo são coexistentes e simultâneas. A incompletude é característica do sujeito em cada pólo (*eu-outro*); a idéia de um sujeito origem e fonte do sentido é questionada, porque outras vozes lhe constituem, marcando sua subjetividade (Brandão, 1998), logo, o espaço discursivo é compartilhado com o outro e constituem-se, nesse espaço, tanto os sujeitos quanto o sentido; a heterogeneidade é constituinte e o sujeito bakhtiniano é essencialmente um *intersujeito*.

O sujeito é, assim, constituído por uma intersubjetividade mediada, no sentido de que muitas vezes os diálogos estão disseminados não apenas entre indivíduos concretos ou pressupostos, mas também em coisas - como vozes encapsuladas em espaços arquitetônicos onde ele está inserido, por exemplo. Além do encontro entre sujeitos, no espaço, há o encontro com coisas - permeadas de vozes sociais subjacentes - que, ao nos constituírem, permitem-nos uma auto-regulação para o trânsito *em* diferentes práticas e *entre* diferentes práticas sociais.

É a partir dessa perspectiva que amparamos a noção de um sujeito constituído nas práticas sociais concretas, por elas condicionado, mas também capaz de fazer escolhas, dentro das possibilidades permitidas pela objetividade, capaz de intervir na realidade de

maneira mais adequada e eficaz à medida que for maior o conhecimento que essa subjetividade tiver da objetividade posta, ou seja, a experiência vivida.

A concretude das práticas sociais não é, necessariamente, relacionada à existência física, embora aqui neste trabalho o recorte se dê na concretude espacial. Assim, o que chamamos de objetividade posta implica, necessariamente, no pré-estabelecimento das atividades a serem desenvolvidas nos espaços que as pressupõem, através, por exemplo, das próprias nomenclaturas destes espaços.

Com essas considerações queremos esclarecer o nosso entendimento de que nem entendemos o sujeito como senhor absoluto do seu “mover-se no mundo” pois a concretude da realidade lhe impõe limites, nem submetido passivamente à realidade, pois ela também lhe apresenta possibilidades. E esses limites e possibilidades são também, e ao mesmo tempo, produzidos pelos homens, uma vez que as relações sociais por onde o sujeito se move estão intimamente ligadas às forças produtivas (de ações e de sentidos). Defendemos, pois, um sujeito que reage, faz escolhas e cria novas possibilidades de individuação na rede de relações, num processo infinito de objetivações historicamente constituídas.

3.2. Campos de Canalização Cultural

Normas e regras estabelecidas por um grupo social podem ser estruturadas dentro de um único contexto complexo, o qual organiza diferentes situações de relacionamento entre os indivíduos, contribuindo particularmente para destacar a importância do contexto, com suas regras e expectativas sociais, processo entendido como canalização cultural, segundo a visão sócio-cultural de Valsiner (1998).

Neste trabalho, adotamos o conceito de símbolo usado por Geertz (1978, pp.105) como sendo “qualquer objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve como vínculo a uma concepção”, idéia ou conceito. Este conceito de símbolo assemelha-se ao de Durand. Segundo ele, o símbolo é um sistema de conhecimento indireto que possui um aspecto concreto, com a capacidade imediata de evocar e sugerir significados, oferecendo um sentido à existência humana.

Os seres humanos encontram seus mundos em movimento - agem com relação a seus ambientes, e marcam as diferentes trajetórias de seu movimento através de signos.

Assim, o espaço habitado pode se configurar como mediador simbólico possível, que permite ao homem estabelecer essa ordenação, expressando fisicamente seus valores e concepções de mundo. Nesse sentido, o espaço criado pela arquitetura é símbolo da própria existência humana (LANGER, 1980). Podemos daí entender que os espaços projetados afetam as pessoas pelos ingredientes não visíveis que estão incorporados visivelmente às suas formas. A própria forma já é simbólica, ou seja, possui importe emocional que traz consigo significados passíveis de serem associados por determinados habitantes, dentro de uma cultura e tempo específicos.

Muitas transições da vida humana são organizadas pelas instituições sociais, envolvendo as pessoas e, simultaneamente, mantendo-as dentro das regras sociais. Nesse sentido, este entendimento de cultura é o caminho que direciona objetivos de ações das instituições sociais, que tenta equilibrar as funções psicológicas (o inter e o intrapessoal).

Não é nosso objetivo o aprofundamento do conceito de cultura, no entanto, se faz necessário esclarecer que cultura é aqui entendida como mediação semiótica, na medida em que é parte de um sistema de funções organizadas psicologicamente, como um processo semiótico, no tempo, que regula a dinâmica dos sistemas psicológicos.

Formas culturais são recursos simbólicos que funcionam como reguladores externos, na medida em que, segundo Valsiner (2006) nós construímos os significados que nos direcionam a reconstruir o mundo objetivo. Este mundo objetivo, na medida em que é reconstruído, guia nossa próxima construção de significados.

Parte-se da noção de meio cultural (COLE, 1995) como consistindo no conjunto de transformações do ambiente físico acumuladas pelo grupo social no curso de seu desenvolvimento histórico, transformações essas que se apresentam sob várias formas artefatuais. Estes podem ser considerados como os constituintes básicos da cultura. Não determinam, mas servem como recursos para a construção da atividade mediada e para coordenar as relações de seres humanos com o mundo e entre si. A partir dessa afirmativa, entende-se que o processo de mediação não é estático e se transforma pela introdução de novos artefatos.

Valsiner (1997) enfatiza a importância dos artefatos (COLE,1995), usados culturalmente, relacionando, por exemplo, a história cultural dos contextos alimentares

com a história das invenções desses objetos. Esse contexto e os artefatos nele usados criam um ambiente culturalmente estruturado, onde o uso de objetos culturais e os aspectos significativos desses objetos coexistem. Os artefatos usados refletem as expectativas culturais para que o indivíduo insira-se no grupo e adote suas práticas em relação ao evento em questão.

Os artefatos são tanto ideais como materiais, incluindo objetos, suas representações, as instituições sociais e os *settings* de atividades com suas regras, convenções e produtos, e apresentam diferentes níveis de organização (COLE, 1998). Os artefatos primários são objetos ou instrumentos desenvolvidos historicamente na cultura e apropriados por seus membros.

O nível secundário é o das representações desses objetos ou instrumentos, dos modos de ação usando os artefatos primários, por exemplo, normas, regra, modos de uso, etc.

No nível terciário, de maior complexidade de organização, são considerados “mundos relativamente autônomos com suas regras, convenções e resultados” (COLE, 1998, p.61). Para Cole, este é o âmbito de “*settings* de atividades cotidianas povoados por seres humanos em desenvolvimento”. São internalizados, imaginários, e compartilhados por grupos.

O meio cultural se mostra organizado, não se limitando a um acúmulo aleatório de artefatos primários. Não se pode descrever o meio cultural de um grupo específico pela enumeração dos artefatos primários de que se faz uso. Os artefatos primários são representados e se revelam organizados através de esquemas culturais (GEERTZ, 1989), os quais atuam como artefatos secundários, introduzindo novas formas de mediação da atividade humana. Dentre os esquemas culturais são importantes os *scripts* ou esquemas de eventos (NELSON, 1986; SCHANK & ABELSON, 1977).

Script é o conjunto de atividades que costumam ser repetidas em contextos específicos e que são criadas culturalmente. Através dos *scripts* os parceiros desempenham papéis sociais, utilizam objetos e podem de alguma forma “prever” as ações posteriores.

Esses scripts são representações de conjuntos de atividades que tendem a ser repetidas e que servem para especificar aos participantes de um evento os papéis sociais

que desempenham. Por sua vez, esquemas intersubjetivamente compartilhados constituem modelos culturais (D'ANDRADE, 1990) e atuam como redes de significação e artefatos terciários.

Quando os modelos culturais são mediadores de atividades compartilhadas consensualmente e repetidas sistematicamente em situações semelhantes por membros de um determinado grupo social, estas atividades constituem práticas socioculturais. Estas práticas consistem em atividades para as quais a cultura tem expectativas normativas da forma, maneira e ordem de conduzir ações repetitivas ou costumeiras, exigindo habilidades e conhecimentos específicos (COLE, 1995). Estas práticas precisam ser aprendidas como sistemas de atividades; tem scripts, contextos ou expectativas de pano de fundo, que orientam as pessoas quanto ao comportamento para uma determinada ocasião.

Aqui entra a reflexão sobre o planejamento arquitetônico. O planejamento arquitetônico, mais do que um momento de síntese, é um momento de proposta entendida como imaginação de situações, diferentes das atuais, assim como o desenvolvimento de um arcabouço de ações capazes de transformar a realidade. Nesse sentido, o espaço arquitetônico é o produto e, ao mesmo tempo, o resultado de um processo de momentos de criação e de avaliação de desempenhos (RITTEL, 1970, pp.17).

“A arquitetura revela significados gerais em relação aos quais cada pessoa ou grupo de pessoas interpreta sua experiência vivenciada no espaço e a organiza espacialmente dentro de certo contexto cultural. Esses significados, corporificados no espaço, sintetizam as lentes com as quais determinados grupos enquadram e elaboram a realidade. Por meio das várias maneiras de configurar o espaço, o homem confere significado aos lugares e, assim, vai organizando sua significação (RIBEIRO, 2003).”

Refletindo a este respeito, podemos dizer que os planejadores de um espaço o concebem impregnados pelas práticas culturais nas quais estão inseridos, concretizando assim intenções e expectativas, concepções e práticas de uso que pretendem organizar, colocar limites e/ou facilitar o desenvolvimento de ações, a partir do planejamento de *scripts*.

A dimensão temporal na concepção de planejamento do espaço é fundamental, pois implica na idéia de contínuas transformações qualitativas, dinâmico-estruturais, que se dão ao longo da trajetória da relação humano-ambiente.

Quando focalizamos o mundo subjetivo da pessoa, vemos este sendo construído e reconstruído constantemente a partir das relações dinâmicas e de contínua transformação que ela estabelece com o mundo externo e objetivo, culturalmente mediado. Destaca-se que o caráter ativo do sujeito na construção de seu próprio desenvolvimento, bem como a participação efetiva das sugestões sociais presentes nos mecanismos de canalização cultural orientam os limites físicos e semióticos que atuam nos processos interativos entre o indivíduo e o contexto (VALSINER, 1998; VALSINER & COLS, 1997 apud PALMIERI, 2004)

Se é correto que o signo inicialmente é um meio de interação social e, somente depois, torna-se um meio de comportamento para o indivíduo, é correto que o sujeito sócio-histórico se constrói a partir, também, do uso de signos e sua inclusão no sistema geral de comportamento que inicialmente era externo e social.

Valsiner (1989; 1994), ampliando tal perspectiva na direção de incluir o papel do sujeito ativo e construtivo, assegura que o desenvolvimento psicológico é social, relacionado às – mas não determinado pelas – interações sociais que o indivíduo estabelece ao longo do seu desenvolvimento. Este processo consiste na transformação de uma organização, em um processo através do qual novas formas de organização surgem das que as precederam no tempo. Dessa forma, as influências ambientais e as condições internas do organismo participam do processo de desenvolvimento, possibilitando-o ou dificultando-o, a depender das interações específicas de tais condições em cada momento.

Os participantes do processo de transmissão cultural transformam ativamente as construções culturais, organizando e reorganizando as informações que perpassam uma experiência social, caracterizando um modelo de transmissão bidirecional da cultura.

A dimensão sociocultural do ‘tornar-se sujeito’ humano envolve a cultura enquanto ‘palco de negociações’, caracterizando um processo dinâmico de interação entre o mundo cultural e o mundo subjetivo individual. Assim, o homem é um ser histórico-social que, sem os processos de interação com a sócio-cultura, não poderá desenvolver as características que têm sido construídas ao longo da evolução da humanidade. A

culturalização, sob a perspectiva sócio-construtivista, é concebida não como um processo de absorção passiva, mas como um processo bidirecional de transformação.

Nesses moldes, a idéia de Campos Semióticos desenvolvida por Charles Goodwin (2000) encontra-se na linha destas tendências teóricas para as quais o papel de contexto é importantíssimo. A construção da ação só pode ser entendida através de um processo em que diferentes tipos de signos são instanciados em campos semióticos.

A interdependência de campos semióticos permite o desenvolvimento de uma perspectiva para a análise da ação humana que leva em conta os detalhes do uso da linguagem nas diversas estruturas e propriedades com que se manifestam. Tais campos são providenciados pelo mundo material historicamente construído em artefatos, o corpo como uma extensão que temporalmente manifesta significados no gesto, e a manifestação da ação em meios como a fala e a escrita, em suportes específicos de registro.

Há um uso simultâneo e múltiplo de signos nesses campos pelos participantes em interação, favorecendo a elaboração mútua das configurações contextuais. Complementar e fundamental à idéia de *campos semióticos*, portanto, é a inserção desses campos em um todo de inter-relações que gera o que é tratado como Configurações Contextuais.

As configurações contextuais transformam-se no curso das ações, alterando-se com as diferentes ênfases e evidências com que são empregados os recursos semióticos. Altera-se, portanto, o inter-relacionamento entre fala, gesto, registro e artefatos. Destaca-se, mais uma vez, como o aspecto espaço-temporal perpassa toda a descrição do cotidiano, como objeto de negociação para as relações.

A emergência destas configurações contextuais orientam a interação, geram novas necessidades e até criam problemas, embora também gerem recursos para sua solução e são, muitas vezes, fundamentais para que determinadas interações venham mesmo a ocorrer. Esses instrumentos surgem num campo dentro do qual certas atividades provavelmente emergem ou venham a emergir e outras provavelmente não apareçam e nem venham a aparecer.

Toda a complexidade das relações, que podem ser estabelecidas entre os elementos que compõem uma atividade, complexificam também a tarefa do analista ou pesquisador que se dedica ao estudo da mesma. Isso porque os elementos se apresentam na

complexidade de suas relações e não separadamente. Logo, exigem uma ampliação da postura do analista, para ser capaz de analisá-los em vínculos com outros enunciados e em relação com outros discursos, além de com outros interlocutores.

O analista (pesquisador), ao tratar seus dados como texto, age em “compreensão responsiva ativa”(PERES, 2007), tornando-se parte integrante de um diálogo, enfatizando o lugar de autores - pesquisadores e pesquisados. O conhecimento das situações se soma à sua capacidade de formalizar as relações e construir um todo coerente, requerendo por parte do mesmo tanto um conhecimento aprofundado das situações que deseja analisar quanto uma busca por conceitos e noções advindos muitas vezes de outros campos de saber, para ajudá-lo a compreender as relações entre atividades humanas e atividades discursivas.

Nenhum método existe sem concepção teórica. O Método, distante de ser artefato neutro, promove o trabalho concreto, prático e teórico, de idéias. Uma formulação clara de pressuposições básicas ainda não existe, existindo algumas divergências sobre que pressupostos são mais ou menos fundamentais para a compreensão da relação entre o indivíduo e o espaço. Contudo, consideramos relevante a tentativa de construção desta base teórica, a partir de construtos que norteiam nossa aproximação do fenômeno estudado.

Antecipando-nos a um possível questionamento acerca da abordagem antropológica do método de pesquisa, se contrapondo ao conceito geográfico de lugar, apresentado no capítulo anterior, esclarecemos que a nossa concepção de sujeito ativo, que se constrói e reconstrói nas relações dinâmicas com o outro e da contínua transformação que este sujeito estabelece com o mundo externo e objetivo, culturalmente mediado, entendemos que este sujeito ‘vive na história’ (visão antropológica), sendo ativo na sua construção (visão geográfica), e nesta pesquisa, relacionamos o sujeito ao seu posicionamento no lugar, como, por exemplo, parece fazer Foucault (2004), quando trata da microfísica do poder.

Neste sentido, nos pareceu emergir como método de análise, um caminho que nos levou à análise interacional e videográfica como aporte mais coerente de fazer este trabalho descritivo.

3.3. Análise interacional e videográfica

Um dos objetivos da análise interacional é identificar regularidades na direção em que participantes utilizam os recursos do complexo mundo social e material de ações e objetos dentro de suas operações.

A tecnologia de vídeo tem sido vital no estabelecimento deste tipo de análise, que depende da tecnologia de registro audiovisual para suas memórias primárias e do playback encapsulado para suas análises subseqüentes.

Esta tecnologia permitiu, neste trabalho, retornar ao fenômeno investigado, através do seu registro audiovisual (uma vez que não seria permitido fazê-lo, por questões de segurança da própria pesquisadora), facilitando a construção de um conhecimento acerca do ambiente penitenciário.

A análise interacional atrela-se ao pressuposto básico de que conhecimento e ação são originadas no social, sendo organizadas e usadas em ecologias sociais e materiais particulares (GOODWIN, 2000; 2002 e 2003)

O conhecimento e a prática são fundamentalmente sociais na origem, organização e uso, e não estão localizados em sujeitos individuais, mas em interações de membros de uma comunidade particular, engajados em um mundo material. Assim, como diz Vygotsky (1998), com o qual este pensamento se coaduna, “*a atividade semiótica tem uma função organizadora que invade o processo de uso de instrumentos e produz formas novas de comportamento*”.

A análise interacional consiste, portanto, num método interdisciplinar de investigação empírica da interação entre seres humanos com outros e com objetos em seu ambiente. A investigação da atividade humana falada, a interação não verbal (gestos), e o uso de artefatos e tecnologias, permitem identificar práticas cotidianas, denominados de *configurações contextuais*.

As Configuração contextual são um conjunto particular de *campos semióticos* que os participantes tratam como relevantes para a organização da ação em um momento particular . Campos semióticos compõem um sistema de signos e o meio usado para construir esses signos (GOODWIN, 2002).

Os campos semióticos são co-ordenados, apresentam-se sobrepostos, e são regulados pela interação entre os sujeitos. Ações individuais são construídas através da co-articulação de diferentes tipos de fenômenos em diferentes meios (fala, corpo, documentos, ferramentas, etc.) (GOODWIN, 2002).



Figura 2: Configurações contextuais - Goodwin (2000) adaptado por Meira (2003)

O discurso, os artefatos, os gestos e os registros, enquanto campos semióticos distintos, porém engajados, caracterizam, ao mesmo tempo e num movimento bi-direcional (GOODWIN, 2003), a configuração contextual particular, aqui representada como *Action framework*, que seria a estrutura que encapsula a ação fazendo com que algumas ações tornem-se mais prováveis de acontecer que outras.

O espaço, enquanto utilizado pelos grupos humanos, enquanto produto cultural e enquanto meio de desenvolvimento das práticas sociais, parece-nos contribuir para os processos de simbolização coletivos, sendo tanto um meio de manifestação das visões de mundo dos grupos humanos, quanto um condicionante de suas práticas.

Os discursos, o uso de artefatos e gestos são utilizados como meios para a construção de um contexto que faça emergir o resultado desejado (“a descrição do espaço penitenciário”). Neste sentido, estamos considerando que os contornos espaciais podem apresentar um papel fundamental ao indicar uma direção para os movimentos interacionais que emergem em diversos contextos em particular.

Como apresentado logo abaixo, por um trecho da entrevista, começa-se a perceber como ocorrem as negociações entre os indivíduos e a característica de canalização

cultural do espaço construído, por meio de campos semióticos que constroem configurações contextuais particulares.

Indivíduo	Discurso	Comentários
S (09h05min)	diz Eu queria saber assim, por exemplo: Como foi que chegou assim, aqui? Fale pra mim sobre esse lugar...	(solicitando que ele explique a cela):
P2 (09h05min)	diz Bom, o colchão nós trazemos de casa, as nossas famílias traz, viu(1)... O forro da cama, até o forro do colchão...Quase todas as coisas nós trazemos de casa. A nossa visita é quem traz... Só a cama que é construída pela... determinado pela cadeia, né? Que trata, então não foi construído... cama ninguém traz, né? (2) E também outra: É... Aqui o ser humano vive, tem o representante da cela(3), não vende cama... O representante é o senhor Diego (4), não vende cama... A prioridade... Tem 4 pessoas na cela(5) ... se sai um da cama (6), ou pro <i>mundão</i> ou pra outro módulo, a prioridade é de um que tá casado e tá dormindo no chão(7), passa pra cama (8). Não é vendida... Se alguém vender em outros módulos, isso tá irregular e cometeram uma infração.	(explicando a cela, primeiro ele fala do espaço da cama): 1. Ênfase no que é dele (privado) 2. Ênfase no que é da cadeia (público). 3. relação social de poder, quem garante o direito de “viver”. 4. A identificação do representante, quem tem o poder. 5. capacidade da cela é obedecida, pois a cela tem 4 camas. 6. A negociação do artefato cama. 7. para quem tem direito à cama. 8. Dinâmica de usos e apropriação do lugar.
P2 (09h07min):	diz Essa cortina (9) nós colocamos na porta porque em dia de visita só fica dois...na cela(10)... Dois com as esposas, né? São quatro... Dois casais... Aí coloca isso aí pra alguém que está do lado de fora (da porta), os outros detentos não estarem vendo o movimento que passa aqui pro banheiro (11), pra tomar um banho (12), tal, né... Aí nós coloquemos pra ... A cortina na porta...	(Depois, explica a porta de entrada da cela): 9. Artefato utilizado para modificação do espaço. 10. Explicação da modificação espaço-temporal. 11. Explica a modificação para manter a privacidade dos casais. 12. Inicia explicação da porta do banheiro.
S (09h08min):	diz Mas ficam os dois ao mesmo tempo ou fica um depois o outro...	Pede pra desenvolver mais as colocações sobre a cela.
P2 (09h08min):	diz Fica os dois ao mesmo tempo. Divide aqui com um lençol...Nós fecha aqui e aqui, ó (13)...Fecha até ali e aquela parte lá dá pra um casal. E essa parte aqui pra outro casal.(14).	Explica a utilização do artefato lençol como fronteira de dois lugares: aqui e lá. 13. Mostra onde é definida a fronteira dos lugares privados. 14. Os lugares são definidos.
S (09h10min)	diz E o banheiro, como é que vocês usam?	
P2 (09h11min):	diz O banheiro é um de cada vez (15). Se têm quatro, dois casais na cela, né... Então se a	Explica o uso do banheiro, organização espaço-temporal.

- esposa do cidadão daqui desse quarteirão estiver no banheiro o pano está fechado (16)... se não estiver a “porta” estará aberta (17). Pra mim passar para o banheiro, eu primeiro olho, se estiver fechado porque alguém esqueceu o pano fechado (18), eu bato na parede – o sistema é esse – e pergunto “tem gente?”, se responder: não tem ou não responder aí eu posso entrar (19). Só isso...
- S diz (09h14min):** Você acha que é melhor o módulo de visita ou você acha melhor a visita nas celas?
- P2 diz (09h15min):** Mais conveniente pra mim na cela... É porque tem dois filho e tal... O banheiro fica mais próximo (20)... Aí no caso, tirando visita lá tem que vim chamar o rapaz da cela pra poder entrar (21)... E a questão dos lençóis na porta (22), é porque nenhum preso entra na cela do outro sem pedir permissão (23)... Não pode... Tem que chegar na porta e bater (24), como se fosse uma residência normal mesmo (25), aí bate... Chama quem tá aqui dentro (26) aí diz: “entra”(27)... Aí é que ele abre a porta (28) pra poder entrar... Não pode puxar o lençol pra tá brechando, não... Aí por isso que é colocado o lençol. Aí pelo dia fica aberto pra entrar o ar, circular a ventilação (29)... Mas a questão do lençol da cortina é essa...E na hora sempre da revista a gente suspende e a guarda revista (30).
15. Organização espaço-temporal.
 16. Organização semiótica das informações para o uso do espaço, através do artefato lençol.
 17. Artefatos utilizados para informar se o indivíduo pode ou não passar.
 18. Quando a comunicação não está clara através do uso dos artefatos, utiliza-se o gesto “bater na parede” e a fala “tem gente?”.
 19. a resposta regula a ação.
 Solicitando sua opinião sobre o espaço.
20. Resposta justificada pela configuração do espaço.
 21. Resposta justificada pela configuração do espaço e pelas relações sociais de negociação do espaço cela.
 22. Volta ao artefato lençol.
 23. Artefato utilizado para negociação da permissão para entrar na cela e para informar a permissão.
 24. Como pedir permissão para entrar, através da ação de bater na parede.
 25. Comparação com sua experiência de casa, mas não a descreve.
 26. Utilização do discurso para complementar a solicitação de permissão.
 27. Permissão concedida pelo discurso.
 28. O artefato lençol é denominado porta, e a porta (elemento arquitetônico) está sempre aberta.
 29. O artefato lençol utilizado para controlar o conforto térmico da cela.
 30. Artefato lençol utilizado para permitir a entrada do representante institucional da unidade.

Refletindo sobre este diálogo, percebe-se que a organização do uso do espaço se constitui a partir de relações que emergem das negociações dos artefatos existentes, os quais regulam e são regulados pelos campos semióticos apresentados na figura 3, construindo configurações contextuais espaço-temporais particulares.

O uso do lençol, por exemplo, varia em função do contexto em que se insere, permitindo o controle de acessos ao interior da cela, em alguns momentos, controlando a

visualização dos eventos que se desenrolam em seu interior (21), em outros momentos, representando submissão no momento da revista (30), quando permanece levantado, servindo como elemento fronteiroço para as territorialidades no interior da cela, além de outros.

Por outro lado, a maneira fixa, invariável, como o mobiliário está distribuído, ao mesmo tempo em que delimita algumas ações, permite que outras aconteçam, o que nos parece um processo de transformação do espaço em *lugar*, através da relação dinâmica e interacionista.

Este episódio ilustra a ambivalência entre os aspectos dinâmicos do que é público e privado numa dada sociedade que apresenta uma emergência ilimitada de ações promovidas por indivíduos em alguns domínios da vida, enquanto os limites são estritamente controlados por algum agente – individual ou coletivo.

Estudar e conhecer as formas de vida dos usuários do espaço e o vínculo espacial que eles estabelecem reveste-se de importância em virtude de se ampliar as possibilidades de perceber como as estruturas simbólicas que fundamentam esses espaços também acontecem na cultura do planejador e no espaço que se planeja.

4**DO CARÁTER DINÂMICO DAS
RELAÇÕES ENTRE O INDIVÍDUO E O
ESPAÇO ARQUITETÔNICO**

4. DO CARÁTER DINÂMICO DAS RELAÇÕES ENTRE O INDIVÍDUO E O ESPAÇO ARQUITETÔNICO

Como uma prática humana, o processo de produção da arquitetura também é constituinte da sociedade, no sentido de que ele constitui um meio pelo qual os agentes sociais se relacionam entre si. Um importante ramo de pesquisa tem-se desenvolvido em anos recentes, pelo qual os vários processos de produção do espaço artificial são considerados sob o ponto de vista das relações de poder produzidas e reproduzidas dentro e através destes processos (FERRO, 1976).

Portanto, parece que as *implicações sociais* da arquitetura são duplas: a) implicações do processo de produção do espaço artificial e b) implicações do uso do espaço, seja ele artificialmente produzido, ou apropriado como se encontra na natureza.

Autores que se têm dedicado à primeira vertente de investigação, procuram mais especificamente revelar as implicações do modo de produção capitalista no processo de feitura do espaço. Entretanto, se alguns trabalhos são perspicazes naquilo concernente às relações de poder dentro e através dos processos de produção da arquitetura, explicações da forma enquanto determinada pelo modo de produção do espaço deixam a desejar. Tem-se trabalhado com características gerais como uniformidade, densidade, verticalização, segregação macroespacial de grupos sociais nas cidades, ou ainda com características locais da aparência das edificações.

Mas não se oferece nenhuma conexão entre o processo produtivo e alguns atributos fundamentais do espaço arquitetônico, como, por exemplo, a estrutura de barreiras e permeabilidades que organiza os encontros sociais. De fato, parece que a tradicional "abordagem via modo de produção" é incapaz de oferecer explicações convincentes sobre este ponto.

Já com relação à segunda vertente, sob esta ótica, o edifício deixa de ser encarado apenas a partir das suas características construtivas e passa a ser analisado enquanto espaço "vivencial",

[...] sujeito à ocupação, leitura, reinterpretação e/ou modificação pelos usuários, ou seja, ao estudo de aspectos construtivos e funcionais do espaço construído acrescenta-se a análise comportamental e social essencial à sua compreensão. Esse processo implica, necessariamente, a análise do uso -

enquanto fator que possibilita a transformação de *espaços* em *lugares*- e a valorização do ponto de vista do usuário, destinatário final do espaço construído, e portanto imprescindível à compreensão da realidade (ELALI, 1997, p.353).

Pensar a arquitetura, nesse contexto, nos leva a pensar o espaço como evento e não apenas como objeto construído e, portanto, estático. Sendo assim, a interação é premissa de todo espaço arquitetônico, e os arquitetos sempre acabam por criar obras que são apropriadas pelos usuários de maneira não prevista por quem as criou.

Discutir o tema *autoria* vem preencher os aspectos teóricos para relacionarmos nossos indivíduos ao processo autoral específico em que se encontram, tomando por empréstimo a perspectiva de Bakhtin (1992), estabelecemos o conceito de autor que norteia nosso trabalho: o autor é a instância humana (e/ou institucional) que, situado sócio-historicamente, organiza o todo da obra, sendo responsável pelo acabamento, estilo e pressuposições de alcances espaço-temporais.

Conforme foi dito anteriormente, ao planejar o espaço, o arquiteto pretende conduzir o indivíduo para determinadas ações, delimitando os eventos que se desenrolarão nos ambientes, considerando-os como *scripts*.

Para que se faça entender o trabalho, considera-se relevante discutir o processo de autoria do espaço. Destaco aqui três papéis desempenhados por indivíduos do processo de construção do espaço penitenciário, embora existam outros indivíduos envolvidos em tal construção: o indivíduo-autor (planejador do espaço); o indivíduo-cliente (quem contrata os serviços do planejador); o indivíduo-usuário (quem experienciará o espaço).

Neste caso, diferenciamos o indivíduo-cliente do indivíduo-usuário, como particularidade inerente à arquitetura penitenciária, conforme discutido adiante. De maneira geral, o cliente também é o usuário do espaço, participando do processo de concepção até a dinâmica de uso do espaço.

Construímos a partir disso um argumento que norteia nossas elucubrações acerca do papel do indivíduo-autor (arquiteto) e do indivíduo-usuário para a ênfase no necessário conhecimento dos sujeitos situados em dois momentos de atividade – na concepção do espaço e no seu uso, depois de construído - de modo a participarem já do momento do planejamento do espaço e *interagindo* com os planejadores. O entendimento

sobre as práticas de uso é capaz de favorecer possibilidades dialógicas futuras. Há autoria em todo o processo, conforme acreditamos - do planejamento ao uso.

O cliente-usuário corresponde à pessoa física que frui e vive em determinado lugar assim como àquela que estabelece um contato direto com o arquiteto, com a intenção de ser um futuro habitante daquele lugar, e lhe solicita uma intervenção espacial particular em seu espaço de moradia, trabalho, etc..

4.1. *Relação autor-espaço-indivíduo (cliente-usuário)*

O processo de concepção do espaço se inicia quando o planejador dialoga com o cliente, para entender suas necessidades e desejos e criar o espaço. Nesse sentido, o planejador é o autor e o cliente é co-autor. Quando o espaço está construído, e é ocupado pelo cliente, este passa agora a ser usuário. O usuário então, adapta-se ao ambiente e o adapta a suas necessidades.

Nesse universo construímos também novos e inusitados espaços. E com o poder do olhar humano, com uma percepção fenomenológica organizamos nossa arquitetura. E, se entendemos como Eco (1987), que a arquitetura é um fenômeno de cultura e como tal se baseia num sistema de signos, então como signo, podemos inseri-la num espaço de criação que se forma a partir de um olhar, de um ponto de vista, expresso através de um ato ilocutório¹⁰.

O espaço é nomeado por ato ilocutório construído a partir das experiências do indivíduo inserido na sociedade – indivíduo que desempenha o papel de planejador. Esse ato ilocutório sofre influência dos três momentos que o formam: a pessoa, o tempo e o espaço. Esses constitutivos também são encontrados na formação dos espaços sociais criados pelo arquiteto.

Quando o arquiteto projeta, se utiliza de bases teóricas sobre as quais se assentarão os espaços que vai conceber. Nesse processo, escolhe e articula, simultaneamente, variáveis que correspondem à dimensão métrica (os dados técnicos, legais, funcionais, econômicos, geográficos, climáticos, etc.), assim como outras variáveis que pertencem à dimensão simbólica, como as relacionadas às vivências espaciais das

¹⁰ Existem três atos de fala distintos: o ato locutório, ou o ato de dizer alguma coisa; o ato ilocutório, produzido ao se dizer alguma coisa, e, finalmente, o ato perlocutório, ou o efeito causado pelo que se disse.

peças que vão habitar os espaços propostos ou a alguns aspectos inerentes ao lugar sobre o qual o arquiteto interfere e que lhe conferem uma especificidade própria.

Na proposição de qualquer projeto arquitetônico, o arquiteto inicia diálogos com o cliente, na tentativa de capturar suas expectativas, necessidades, etc., para o planejar seu lugar.

A partir desta afirmativa, podemos dizer que existem relações estreitas evidentes com a Arquitetura e Urbanismo, engenharias e design, especialmente nas etapas profissionais do processo de produção do ambiente construído, voltados ao planejamento, à programação de necessidades e à formulação de alternativas de estudos preliminares e de anteprojetos, etapas em que o humano é o centro do ambiente “em fase de concepção”, ou seja, um dos focos do problema a ser resolvido, enquanto necessidades e níveis de satisfação a serem atendidas.

Fazemos uma articulação com Bakhtin (apud PERES, 2007), que desenvolveu uma filosofia da linguagem, quer transitando pela literatura, quer pela psicologia, pela lingüística ou pelo marxismo, cuja ênfase pode residir no diálogo, ou seja, nos posicionamentos humanos cuja orientação das ações se dá para a voz e a palavra do outro.

Há que se considerar uma dificuldade, conforme aponta Leitão (2004), que reside nos arquitetos,

[...] cuja postura profissional ao longo do tempo e da história sugere um perigoso narcisismo, tanto no que se refere à prática profissional – em cujo exercício alguns se sentem onipotentes – quanto à produção teórica, excessivamente centrada em si mesma (op. Cit., p.7).

Esta tentativa impositiva é particularmente evidenciada em espaços cujo objetivo é, enfaticamente, definir comportamentos e controlar ações, como é o caso do espaço destinado ao cumprimento das penas de reclusão, objeto de estudo deste trabalho.

Resgatamos então da obra de Bakhtin a noção de autoria, como empréstimo, para compreender, preliminarmente, as relações da atividade social entre planejadores e usuários de espaços arquitetônicos e, especificamente, o espaço arquitetônico

penitenciário, entendimento necessário para refletir sobre a construção do sujeito, como co-autor do espaço, em possíveis desdobramentos de agenda de pesquisa.

Na produção do espaço arquitetônico, o indivíduo-planejador - aqui tratado como autor - invariavelmente, parece considerar a quem se destina a proposta espacial, na qualidade de “personagem”. Como numa comunicação epistolar, na qual se escreve sempre pensando naquele que irá ler a carta, caso contrário, o discurso não alcança eficácia. No entanto, é a sua visão de mundo que o faz interpretar, a partir de sua realidade, o mundo do outro. O outro diz para ele o que quer, e ele tenta ordenar o mundo do outro, de acordo com a sua visão particular de mundo.

Esses diálogos perpassam toda a concepção do projeto arquitetônico, na tentativa de organizar as ações do indivíduo no espaço a ser construído.

Não obstante, ainda no processo de execução da obra, por sua vez, várias outras vozes estão presentes na concepção do espaço – dos engenheiros, do próprio cliente, dos pedreiros, etc.- até a construção do espaço. Nesse sentido, o espaço é a materialização objetiva, a síntese, de várias vozes subjacentes à sua própria produção.

Pensando assim, o espaço arquitetônico pode ser considerado uma “obra” polifônica, resultante de várias vozes em co-autorias. Como se o arquiteto fosse o autor, com diversos co-autores, construindo o espaço, para uma personagem ideal.

O papel do autor é discutido por Bakhtin, na obra sobre Dostoiévski – aqui considerada como maneira mais apropriada de autoria do espaço - de forma ousada, fugindo de uma noção de autor como um todo poderoso de sua criação, “*ou de um autor que lançaria garrafas ao mar e cujos sentidos seriam extraídos das ações do leitor*” (Peres, 2007). Aqui, a construção do todo da obra como um grande diálogo coloca o autor na posição de organizador e também participante do diálogo, dados o acabamento, a inconclusibilidade e dialogicidade deste todo.

Recorremos às características principais da visão de autoria em Bakhtin compiladas por Alves Filho (2005, apud. PERES, 2007):

- Autoria é um fenômeno constitutivo da linguagem: todo gênero pressupõe sua própria concepção de autoria e todo enunciado possui autor;

- O autor é situado e orientado socialmente: a atividade autoral tanto advém do social quanto tende a ele e espera resposta;

- O autor é componente da obra: há uma distinção entre autor-pessoa e autor-criador. O autor-pessoa é componente da vida enquanto que o autor-criador é componente da obra, portanto reage ao todo da obra e ao herói;

- O autor é o gerador de um novo acontecimento enunciativo: mesmo quando resgata a voz de outrem por citação, esse ato ainda é, embora novo, único. Com isso atesta, ademais, que os sujeitos são autores e respondem uns aos outros através de enunciados:

- O autor é visto como regente das vozes enunciativas: redistribui as vozes sociais, incluindo a sua própria voz entre as demais e criando um todo único.

Esclareço que o planejamento do espaço, quando feito pelo arquiteto, obedece a um código escrito preestabelecido, que ele denomina projeto arquitetônico. Trata-se de um código matricial abstrato, do qual nascem as diferenças “geradoras” das configurações espaciais, tanto no desenho do espaço como no próprio espaço concretizado.

Imersa em sua superfície ou aparência geométrica, a planta arquitetônica, por exemplo, trata de uma essência topológica que determina o movimento dos indivíduos no espaço. A presença do indivíduo em movimento é natural no espaço arquitetônico e, portanto, inerente ao projeto arquitetônico.

Não obstante, o arquiteto posiciona-se de acordo com as solicitações de seu cliente, negociando, mediante um planejamento gráfico, as relações que se desenvolverão no espaço, ou impondo-lhe alguns comportamentos, a partir de sua visão de mundo – e aqui, assumimos que o mesmo desempenha o papel de autor-pessoa - os quais considera adequados à organização espaço-temporal do cotidiano do usuário, a partir do espaço construído.

Como diz Leitão, “*é pela inclusão do humano que um edifício se torna casa, templo*”(2002,p.161). Essa definição se coaduna coma definição de espaço arquitetônico – e aqui concordamos com ambas – de Coutinho (1977, p.168), que a partir da compreensão dessa especificidade do espaço arquitetônico, por sua vez, afirma que “*o individuo é (ele próprio, e no instante preciso em que penetra o espaço edificado) um valor arquitetônico*”, para além do andar e do viver no espaço arquitetônico, do uso do espaço, portanto,

apontado por Zevi, é o indivíduo que, como ultimador da obra¹¹ transfere à caixa edificada o status de espaço arquitetônico.

A idéia de ‘pessoa arquitetural’, expressão utilizada por Coutinho para designar a figura humana que “freqüenta”¹² o espaço, consolida a realização da arquitetura pelo espaço construído, através da produção de sentidos neste espaço e para este espaço. Nesse sentido ele diz:

[...] *certamente redundante impossível estabelecer (...) onde termina o trabalho do arquiteto e onde se inicia o do habitante; este a impor todos os dias as marcas da sua presença, o recinto modificando-se com a versatilidade das atitudes e gestos, já em conjuntura que é privativa do morador em sua existência arquitetural* (COUTINHO, 1977, p.233).

Em concordância com Coutinho, Leitão considera que a idéia do usuário como indivíduo ‘ultimador’ do espaço arquitetônico implica em uma “*modificação importante da noção de estaticidade da arquitetura, decorrente, principalmente, da condição de imobilidade própria dos objetos arquitetônicos*”(2002, p.162) e, conseqüentemente, do papel do arquiteto enquanto autor, já que ele não se constitui no ultimador da obra e, portanto, no autor, simplesmente, pessoa.

Se o indivíduo, como pessoa arquitetural, é um valor arquitetônico, o uso e a apropriação do espaço, abre a possibilidade de emergência de significados que o constituem no *lugar*.

“Nesse sentido, torna-se inevitável pensar a arquitetura como algo essencialmente dinâmico, na medida em que o espaço que a define se altera em decorrência de freqüentações sucessivas” 2002, p.162).

Voltando a Bakhtin (2002), este trata da posição do autor relativizada no romance polifônico de Dostoievski, uma vez que as personagens criadas tornam-se independentes de seu criador, tais como parecem ser os habitantes do espaço planejado. Independentemente, as personagens não se limitam às definições e conclusões de alguém que se

¹¹ Expressão de Coutinho, 1977.

¹² expressão de Coutinho, 1977.

posicionaria no lugar de autor, uma vez que são constituídas de uma consciência própria, capazes de interagir com outras consciências.

Deste ponto de vista, à voz e à imagem do autor seria dado o mesmo tratamento que foi dado à voz e à imagem de outra personagem qualquer no romance. A imagem do autor (autor-criador), portanto, é mais uma entre outras imagens que, criadas por alguém posicionado exotopicamente, ou seja, de fora do romance, pode ser usada aparecendo como a voz de um narrador ou qualquer sujeito que veicule a si mesmo no texto.

O que Dostoievski faz, portanto e em suma, é contemplar imagens de visões de mundo que passam a ser vozes dos heróis de seus romances. As imagens desses heróis são delineadas por tais vozes e visões de mundo. A multiplicidade de vozes assim criada combina-se no todo da estrutura do romance em diálogo e a polifonia passa a ser sua base. O principal desta polifonia é a relação entre consciências que se mantêm interdependentes.

O conceito de exotopia é um convite à idéia de *posicionar-se externamente*, um estar de fora que é fundamental para a criação. Logo o personagem só é constituído no discurso do outro, criado pelo outro que, através de um gesto exotópico, busca um olhar diferente para tentar enxergar com esses olhos e, ao retornar ao seu lugar, determinar a unidade da obra (AMORIM, 2006). Só ao autor cabe a determinação do todo da obra, o que nos impede de dispor o autor no mesmo plano das personagens.

Como nos mostra Amorim (2006), *Cronotopo e Exotopia* são dois conceitos de Bakhtin que falam da relação espaço-tempo. O primeiro foi concebido no âmbito estrito do texto literário; o segundo refere-se à atividade criadora em geral. Inicialmente à atividade estética e, mais tarde, à atividade de pesquisa em ciências humanas (p. 95). Para nosso trabalho, torna-se imprescindível considerar esse aspecto do posicionamento de fora, que possibilita ao autor a composição do todo.

Podemos trazer essas idéias para o processo de autoria de espaços arquitetônicos e refletir sobre a construção das imagens de usuários pelos planejadores e a veiculação da própria imagem de si nas interfaces desenvolvidas.

Além de pesquisas sobre usuários, incluindo a literatura sobre os mesmos, é muito comum o próprio planejador se colocar na posição de usuário, supondo que o

modelo mental do usuário corresponde ao seu próprio modelo mental. 1988 apud PERES, 2007).

Se pudéssemos ver o espaço arquitetônico como um código lingüístico – o que não é o caso - através do qual são enviadas as mensagens, seria necessário que o pesquisador decifrasse, em primeiro lugar, tais mensagens e seu modo de constituição. Assim, o texto arquitetônico assemelhar-se-ia a uma máquina, a emitir mensagens com base em códigos convencionais compartilhados.

No entanto, a arquitetura não se restringe a enviar mensagens e nem sua essência se revela na comunicação, à maneira de um modo estruturalista de ver o espaço, que, portanto, passa a ser descartado por nossa reflexão. Ao contrário, na medida em que tomamos o espaço como objeto de análise e o aplicamos na consideração do contexto, fixamos o discurso na concretude da obra, ou seja, no substrato material e sócio-cultural que a constitui.

Tratando agora de uma outra posição de autoria, o indivíduo-cliente, por sua vez, dialoga com o autor, na busca de planejar sua apropriação do espaço, tentando construir suas expectativas a respeito deste espaço, que passará a ser o seu *lugar*.

Por ser levado em conta na construção do planejamento do espaço, afinal ele é a razão de existir do mesmo, havendo diálogo entre autor e cliente-usuário, o cliente faz parte do processo produtivo. Daí ser válida a asserção de que o espaço construído é composto por arquiteto-planejador, com participação do cliente-usuário (aqui denominado habitante, por questões de compreensão das diferenças entre este e o usuário, no espaço penitenciário), já que este último influi visceralmente na forma e no conteúdo.

Este indivíduo, ao sugerir suas expectativas enquanto habitante, participa no processo de planejamento, embora o planejador assuma, nessa relação, os papéis de tradutor e mediador das aspirações individuais ou comunitárias.

Quando construído o espaço, o habitante (cliente, agora usuário), se apropria do espaço, adaptando-o de acordo com suas necessidades, nem sempre de acordo como o planejamento prévio do arquiteto, alterando de alguma maneira o espaço arquitetônico. Configura-se então uma resposta concreta à imposição espacial do arquiteto, destacando-se o diálogo entre arquiteto e usuário na concretização e modificação do espaço físico.

Entendido dessa forma, todo espaço arquitetônico tem autor. Não precisamos conhecer o autor-pessoa, considerando a obra como sendo resultado do trabalho de uma equipe, fruto de materiais acumulados por gerações, etc., que se apresenta encapsulado na síntese arquitetônica e, conseqüentemente, no espaço construído. Pela possibilidade de respondermos dialogicamente a uma dada expressão simbólica, esta se configura em enunciado de um autor-criador: A relação dialógica personifica toda enunciação à qual ela reage (AMORIM, 2008, pp. 184). Assim, mesmo uma única palavra, isolada que esteja, passa a ser enunciado desde que expresse semanticamente a posição de um outro numa materialidade sígnica. Em outras palavras, temos enunciados desde que a voz de um outro seja ouvida nesse acabamento e diante dele possamos reagir dialogicamente. Esse acabamento é fruto de ações do autor.

“O autor-criador é, assim, quem dá forma ao conteúdo: ele não apenas registra passivamente os eventos da vida (ele não é um estenógrafo desses eventos), mas, a partir de uma certa posição axiológica, recorta-os e reorganiza-os esteticamente” (FARACO, 2008, pp.39)

Assim podemos dizer que o espaço construído encapsula os diálogos dos autores, em sua concreta existência. Se podemos construir nossa realidade – e nossos signos – num processo repetitivo da práxis, somos essencialmente o que as lentes do mundo refletem e refratam em nós. Enxergamos o mundo, ou a realidade moldada no mundo, com as lentes desse mundo. Nossos espaços construídos são o exemplo de nossas representações mentais e sociais e como tal representamos com a linguagem esses espaços.

[...] Nossas edificações falam por nós. Os reis moram em palácios, os simples em choupanas. (...) Mas, todos guardam dentro de si um estereótipo de uma casa que tanto pode denotar abrigo, como conotar lar, família, fraternidade (RIBEIRO, 2004).

Lembremos, a propósito, que para o Círculo de Bakhtin, os processos semióticos – quaisquer que sejam eles – ao mesmo tempo em que refletem, sempre refratam o mundo. A semiose não é um processo de mera reprodução de um mundo “objetivo”, mas de remissão a um mundo múltipla e heterogeneamente interpretado.

Por isso tudo é que Bakhtin afirma, e aqui concordamos com ele, que, no estudo estético, não interessam os processos psicológicos envolvidos na criação ou o

depoimento do autor-pessoa sobre seu processo criador, porque este não experiencia os processos psicológicos criativos como tais, apenas sua materialização na obra.

4.2. Relação autor-espaco-habitante(usuário)

A concepção de habitante vai, através dos tempos, se modificando e adquirindo novas nuances, de acordo com a evolução do conceito de uso, uma vez que a relação usuário/uso é amalgamada e interdependente; daí emerge a idéia de sujeito-usuário: um ser imbricado no processo histórico de construção de sentidos que, ao recriar as suas relações com o mundo, reinventa-o, produz novos sentidos e é produzido por eles. Assim, nesse processo de produção de sentidos, parece tornar-se, também, co-autor da obra.

Na arquitetura, o espaço, enquanto estrutura inacabada, depende da contribuição do habitante, que é instigado a completá-lo, deparando-se, nessa tarefa, com os espaços de certeza: os pontos mais explícitos da obra, as regras funcionais, a partir dos quais vislumbra o sentido global; e os espaços de incerteza: as passagens, os movimentos para o desconhecido, as relações interpessoais que emergem no/pelo espaço, que exigem do usuário mais participação, maior criatividade.

Pensar no usuário como co-autor é compreender que, apesar da ordem instaurada pelo espaço construído, este sempre revela significações plurais e móveis a partir das quais o usuário, construtor/produtor, pode inventar, deslocar, distorcer o sentido do espaço a partir de sua condição histórico-cultural, considerando que estar no espaço é envolver-se em uma prática social, saber-se envolvido em uma interação com o autor, que usa a linguagem - neste caso espacial - a partir de um lugar social marcado, em um determinado momento sócio-histórico.

Entende-se que um espaço arquitetônico só existe, com efeito, quando tornado presente pelo ato do uso (ZEVI,1977; COUTINHO,1977); que não há uma autoridade suprema do autor em relação ao espaço que concebe, tampouco o espaço pré-existe à sua usabilidade; e o uso não é sinônimo de decodificação para aceitação passiva do espaço, mas atividade de desconstrução e reconstrução.

Por ser levado em conta na construção do projeto arquitetônico, afinal ele é a razão de existir do espaço, havendo diálogo entre autor e usuário, o usuário faz parte do processo produtivo, constituindo-se num co-autor, ao mesmo tempo que é personagem. Daí

ser válida a asserção de que o sujeito da enunciação é composto por enunciador e enunciatário, já que este último influi visceralmente na forma e no conteúdo. O usuário seria, nesse propósito, um destinatário implícito da mensagem, o ‘usuário ideal’.

Ainda que se insista nesta diferenciação, não há dúvidas de que o espaço do usuário será inevitavelmente preenchido por um indivíduo ‘de carne e osso’, em constante desenvolvimento e, conseqüentemente, um sujeito em construção.

Por usuário, portanto, depreende-se uma instância complexa. Sob o ponto de vista da enunciação, a instância ocupada por ele pode ser definida em dois aspectos: comunicação e produção. No tocante à produção enunciativa, como se viu, o usuário representaria um partícipe da produção projetual, recebendo o papel de co-autor. Isso se dá porque o autor, para atingir a eficácia de seu discurso, indubitavelmente necessita considerar seu cliente.

A atribuição de “co-autoria” dada ao usuário é válida porquanto ele rege o rumo da constituição espacial, pois constitui a imagem à qual o autor se dirige. Nesta concepção de imagem, que não concebe o usuário real, mas uma entidade ideal, ele ganha um revestimento temático-figurativo, transformando-se em *pessoa arquitetural*¹³.

[...]A vivência arquitetônica se perfaz na fruição de alguém estar consigo e estar com outrem, de ser no âmbito afeiçoado a si e no âmbito afeiçoado a uma indistinta presença. No rotineiro da conduta urbana, o vulto preenche as horas com a versatilidade a que o obrigam os vãos de que participa, estilizando-se em cada recinto estilizador, dissolvendo-se, em maior ou menor grau, nas ocasiões em que se integra nos anônimos recheios (COUTINHO, 1998, p. 230)

Posteriormente, no uso propriamente dito, o usuário do espaço é responsável pela atualização do mesmo e pela produção de sentidos, dentro dos processos de compreensão e interpretação.

A idéia do outro dialógico que perpassa toda a obra de Bakhtin fica nítida nas análises sobre a autoria do romance polifônico e ao próprio movimento das vozes neste gênero, que se caracteriza pela livre movimentação das consciências das personagens.

¹³ Coutinho, 1998.

A personagem passa a ter a consciência de um outro, a ser um outro, não objetivado como no romance tradicional. Até mesmo o autor entra em diálogo com as outras consciências, tornando-se apenas mais uma voz no todo polifônico da obra.

“Dostoievsky não cria escravos mudos (como Zeus), mas pessoas livres, capazes de colocar-se lado-a-lado com seu criador, de discordar dele e até rebelar-se contra ele” (BAKHTIN, 1992, p. 04).

Ou seja, há um *diálogo* entre as consciências, cujas vozes de outros podem ser evidenciadas quando passam a preencher os momentos de reticências, evasivas e outras marcas encontradas na análise das mesmas.

Em suma, a incompletude é característica do sujeito em cada pólo (*eu-outro*). Dito isto, a idéia de um sujeito origem e fonte do sentido é questionada, porque outras vozes lhe constituem, marcando sua subjetividade (BRANDÃO, 1998). Logo, o espaço discursivo é compartilhado com o outro e constituem-se, nesse espaço, tanto os sujeitos quanto o sentido. A heterogeneidade é constituinte e o sujeito bakhtiniano é essencialmente um *intersujeito*.

Dessa forma, o sujeito usuário é marcado espaço-temporalmente, sendo essencialmente histórico. Sua ação é produzida a partir de um determinado lugar e tempo e, logo, não está solto, antes pertence a quadros sócio-históricos, cenários. Há vestígios observáveis que são apreendidos nos acontecimentos enunciativos.

O autor participa deste diálogo além de organizá-lo. Sua participação está em criar personagens que ganham vida, mas não podem ser concluídas, pois vivem e resistem a uma objetificação. Tais personagens passam a participar com vozes próprias de diálogos *eu-tu*. Segundo Bakhtin, a orientação da narração pode ser conduzida pelo autor, por um narrador, ou qualquer personagem, contanto que o “eu” do outro não seja objetivado, já que passa a ser sujeito, ainda que tenha sido criado por uma consciência exterior – a do autor. Aliás, essa condição de “estar de fora” é posição essencial para a criação, confirmando a relevância da existência do autor, aqui considerado arquiteto.

4.3. As relações de autoria no/com o espaço penitenciário

Especificamente quanto à arquitetura penitenciária, há que se destacar a inexistência de diálogos entre o arquiteto-planejador e o indivíduo-usuário, que não é o

cliente. Há, portanto, uma cisão entre os papéis discutidos antes do indivíduo cliente-usuário.

No caso do espaço penitenciário, o cliente não é o usuário. O usuário é um outro ator social, que não fez parte do processo de concepção do espaço, que não compartilhou com o arquiteto suas expectativas para a apropriação deste espaço, o qual, a propósito, será por ele ocupado contra sua vontade. O espaço é concebido, portanto, para atender a necessidades de um outro, que não é cliente: o indivíduo preso.

Neste sentido, vale enfatizar o objetivo do espaço concebido, que não é, portanto, o de abrigar, mas o de punir e segregar.

Quando o espaço é ocupado, o usuário “responde” ao espaço físico, enquanto síntese que encapsula as vozes de seus autores. O usuário parece tentar fazer emergir suas vozes ao transformar a realidade, como que numa tentativa de se tornar *habitante*.

Neste caso específico, o cliente – o Estado – pretende que se construa o espaço, com objetivos divergentes daqueles que o habitam. O encarcerado não discute suas necessidades para a definição do programa de necessidades¹⁴, não sendo configurado como o cliente. A definição do programa de necessidades é imposta pela sociedade, através de seus representantes, empregando-se, portanto, a vingança social identificada no trabalho de Foucault e ratificada em diversos outros (GOFFMAN, 1961; LESSA, 2003;CORDEIRO, 2006)

Em pesquisa recente (Cordeiro, 2006), identificou-se relações entre o partido arquitetônico adotado e o conceito de pena de reclusão, percebendo-se que o projeto arquitetônico cujo autor acreditava na recuperação do preso como pressuposto para a obtenção de segurança, apresentava mais elementos que configuravam a humanização do espaço e a priorização de ambientes voltados à recuperação (escola, visita, oficina, etc.), enquanto que projetos arquitetônicos cujo autor apresentava o desejo de vingança social em seu discurso, enfatizavam os elementos arquitetônicos mais voltados ao controle e à punição como prioritários (guaritas, controles, ausência de jardins, compactação de espaços, etc.).

¹⁴ Programa de necessidades se constitui num alista de ambientes necessários ao funcionamento do espaço a ser projetado.

“(...) o projetista também desempenha um papel social na sociedade e, portanto, no ato de planejar o espaço penitenciário, o faz segundo seus interesses particulares de preservação da segurança, justa punição a quem não cumpre o seu papel na sociedade e falta de estímulo mercadológico para refletir e projetar para o usuário direto”(CORDEIRO, 2006, pp. 92).

Resta, portanto, ao usuário do espaço construído a tentativa de se apropriar do mesmo, modificando-o de acordo com as configurações contextuais emergentes. Todavia, o partido arquitetônico espacial das unidades penitenciárias (salvo raríssimas exceções) apresenta-se quase que invariável, fato que impossibilitaria, aparentemente e intencionalmente, a apropriação do espaço pelo usuário, sendo esse o objetivo de quem a projeta, pois o direcionamento se apresenta no sentido de fazer o indivíduo a - socializado ser ressocializado¹⁵, correspondendo às expectativas de obediência e controle.

Tomando em conjunto esse debate em torno da questão penitenciária com suas propostas e também críticas que vêm constituindo, desde há algum tempo, a pauta de inúmeros encontros institucionais e seminários de organizações internacionais e também não governamentais, podem ser destacados alguns pontos em comum.

Em primeiro lugar, observa-se a ausência dos indivíduos que se tornarão usuários no processo de concepção do espaço. Tem-se o espaço prisional como uma entidade à parte de seus ‘moradores’. Parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade. A bem da verdade, não é propriamente a ausência de atores sociais que chama a atenção, mas a ausência de certo tipo de ator social e o papel determinante de outros.

No caso da arquitetura penitenciária, quando aparecem atores sociais no processo de planejamento do espaço, são os representantes políticos, agentes, investidores, planejadores, etc.. Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos, etc., constituem o elemento que, em definitivo, dão vida ao espaço, não aparecem no momento da concepção espacial, como se o espaço fosse “*escrito*” para um “*leitor*” ideal.

¹⁵ O termo Ressocialização é aqui utilizado por estar pré-estabelecido como objetivo da Pena de reclusão, pela Lei 7.210 (Lei de Execuções Penais), apesar de nosso entendimento de que merece discussões filosóficas e epistemológicas, mas que não fazem parte do trabalho aqui apresentado, se constituindo em objeto de futuras investigações científicas, como continuidade deste trabalho

Contudo, sua atuação no uso do espaço penitenciário nos leva a refletir sobre a possibilidade de se constituir como “habitante” do espaço, como se houvesse uma intenção de dialogar com o autor do espaço, através de concordâncias, subversões, negociações do espaço.

Enquanto que na leitura propriamente dita, o destinatário da mensagem é responsável pela atualização do conteúdo textual e pela produção de sentidos, dentro dos processos de compreensão e interpretação, em relação ao usuário do espaço penitenciário parece ocorrer um processo semelhante, no qual surge, nesse terceiro momento, a figura do “leitor” empírico, num processo prático, ou seja, de um usuário-produtor.

O ato de usar o espaço, se compararmos ao ato de ler, é, na verdade, duplo: usuário e produtor de sentido. Isso ocorre porque o uso do espaço o torna um sujeito competente para a construção de um objeto-valor cognitivo: o lugar. O ato do uso de espaço, além de instituir a figura do usuário, é uma prévia, uma antecipação daquele que virá a ser o autor empírico de fato. Retomando as teses bakhtinianas do princípio dialógico, o autor nada mais é do que um leitor que se apodera de inúmeros textos a fim de compor, *a posteriori*, um novo texto. É o princípio do dialogismo regendo a arquitetura.

O sujeito usuário é marcado espaço-temporalmente, sendo essencialmente histórico. Sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e tempo e, logo, não está solto, antes pertence a quadros sócio-históricos, cenários. Há vestígios observáveis que são apreendidos nos acontecimentos enunciativos.

Identificamos em nossas análises, conforme será visto, a transformação das configurações contextuais no processo de re-organização do espaço e os impactos da mesma sobre o processo. Nossos procedimentos, para este aspecto, foram direcionados mais etnograficamente, no sentido de descrevermos os diferentes campos semióticos envolvidos na identificação de possíveis impactos dessas configurações durante o uso.

5 **A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA**

5. A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Primeiramente, faz-se necessário esclarecer que instrumento metodológico e objeto de pesquisa, embora tenham definições distintas, se apresentam imbricados neste trabalho.

Tal fato explica o título do capítulo tal como se apresenta – a construção metodológica - na tentativa de elucidar o processo pelo qual a metodologia foi construída.

Uma vez que o objeto de pesquisa se constitui na relação indivíduo – espaço, é a existência deste espaço que regula o percurso a ser seguido, conduzindo-nos por entre sua concretude, numa seqüência pré-definida em função de sua forma, sua localização, sua direção, suas conectividades, etc.

Dessa forma, a abordagem metodológica vai se desenhando no decorrer do percurso, numa abordagem antropológica de compreensão do fenômeno.

5.1. Levantamentos históricos

Assumindo o espaço como uma síntese de vários processos de planejamento, objetivação cultural e subjetivação, e considerando que esta síntese parece funcionar como reguladora das ações do sujeito neste espaço, entende-se que a análise de um espaço construído declaradamente impositivo poderia permitir a verificação desta hipótese com maior fidedignidade. Assim, o espaço escolhido para objeto da pesquisa é o espaço penitenciário.

A análise histórica sobre a arquitetura penitenciária revela que a prisão não adveio de um projeto, mas do surgimento da necessidade de espaço para o cumprimento da pena, aperfeiçoando-se através do planejamento com idéias e regras discutidas e incorporados pelos Tratados e Convenções Internacionais, na legislação e nas resoluções, mas sem reflexões conceituais que embasassem tais idéias, transformando-se de maneira cíclica, sem grandes avanços quanto à organização espacial.

A configuração atual desses espaços demonstra que as idéias, os projetos e as regras sempre estiveram dissociados da realidade carcerária, na medida em que os reclusos sempre foram excluídos do processo de planejamento do espaço penal pelo Poder Público e pela própria sociedade, conforme foi explicitado no capítulo anterior.

Em análises de projetos arquitetônicos de estabelecimentos penais feitas nos arquivos do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, cuja configuração apresenta-se particularizada pelas diretrizes legais seguidas pelo país (RESOLUÇÃO 03, de 06 de novembro de 2005), observaram-se grupos de caracteres semelhantes em alguns partidos arquitetônicos¹⁶, podendo-se identificar cinco grupos distintos, os quais ditam padrões arquitetônicos diferenciados, sendo quatro anteriormente identificados pelo arquiteto Casimiro de Oliveira e o quinto modelo surge da tentativa de diminuir a tensão, em virtude da configuração espacial controladora, das relações dentro das unidades penais, no final do século XX (CORDEIRO, 2006; BORRICAND, 2008, c.p.):

- *Modelo Poste telegráfico - onde existe uma circulação fechada principal e a ela se interligam os diversos módulos, separados entre si, confluindo os fluxos para a circulação foi utilizado em várias penitenciárias americanas*
- *Modelo Panótico - idealizado por Bentham em 1800, cujo controle apresentava-se centralizado, podendo observar todos os módulos de vivência. Estes módulos, por sua vez, dispõem-se de maneira radial ou circular para facilitar a visualização do controle. No entanto, esse sistema trata de uma filosofia de controle, na qual se encaixam todos os modelos apresentados, porque, de certa forma, todos apresentam a tentativa de ver tudo e controlar cada passo do usuário do espaço penitenciário.*
- *Modelo Pavilhonar - onde os estabelecimentos eram construídos em pavilhões isolados que tinham a vantagem de isolar núcleos de revoltosos, mas detinham a desvantagem de dificultar o acesso, a manutenção e a segurança dos pavilhões.*
- *Modelo Compacto - os módulos são próximos e o fluxo é mais espalhado, devido à proximidade dos módulos, pois essa característica permite uma racionalização de fluxos, facilitando uma melhor organização dos espaços de ressocialização. Esse partido tem sido bastante utilizado com o intuito de*

¹⁶ O partido arquitetônico não é uma etapa do processo de projeção, mas a descrição, em linguagem adequada, dos traços elementares da proposta desenvolvida. O partido arquitetônico não é a representação esquemática da concepção, mas sim o conceito representado.

economizar na execução da obra, contudo apresenta linhas rígidas e dificulta as futuras ampliações que fatalmente acontecem.

• *Modelo Campus – Os módulos espalhados, separados uns dos outros, com grandes áreas verdes circundantes, cujo objetivo é destensionar a robustez e o enclausuramento provocados pelo espaço. Esse partido tem sido bastante utilizado na França, aclamado como uma grande evolução da Arquitetura Penitenciária”.*



Figura 3 Modelo Panótico -Interior da Penitenciária de stateville, EUA, séc. XX, Fonte: Foucalt, op.cit



Figura 4 à esq. Asilo em Badajoz, Espanha,1983, Fonte:Diez Del Corral, Juan. Architecture y vejez, <http://www.cosr.es/cultura/elhall/numero72/hastalacocina.htm>; à dir. Penitenciaría de Buenos Aires. Fonte: Arquivos do DEPEN/MJ, 2001



Figura 5 à esq. Modelo Poste telegráfico-Penitenciaría de Itaripina; à dir. Modelo Pavilhonar – Penitenciaría de Pirajuí, Estado de São Paulo. Fonte: <http://www.centralautorizada.com.br>



Figura 6 Penitenciária compacta de Potim, Estado de São Paulo, Unidades I e II. Fonte: [HTTP://www.schahin.com.br](http://www.schahin.com.br)



Figura 7 Modelo Campus - Conjunto Penitenciário Federal, CP2, Buenos Aires, 2001. Fonte: Arquivo SPF/MJ Argentina.

Para que se pudesse pesquisar todos os modelos arquitetônicos, de maneira a verificar se havia alguma relação entre a tipologia arquitetônica e a dinâmica das relações e da construção das ações do indivíduo pelo/no espaço, buscamos unidades prisionais cujos partidos arquitetônicos representam as tipológicas acima descritas.

Além disso, o fato de ter participado das discussões na concepção de alguns dos projetos e, portanto, ter conhecimento dos argumentos arquiteturais que se configuraram na síntese espacial existente, permitam um maior conhecimento sobre as mudanças da realidade que ali ocorreram, facilitando a compreensão dos processos pelos quais o espaço existente, até o momento da pesquisa, se configurava.

5.2. Pesquisa documental

Para efeitos de pesquisa, investigou-se diversos sistemas penais, em Estados diversos, a fim de encontrar um que abarcasse em suas estruturas físicas todos os modelos elencados nos levantamentos históricos. Por questões de segurança, não poderemos identificar qual a unidade federativa escolhida, assim, todas as identificações (nomes, números de celas, nomes de estabelecimentos, etc.) foram alteradas.

Escolhido o Sistema a ser visitado, procedeu-se à pesquisa documental. Inicialmente foram analisados os documentos referentes aos projetos arquitetônicos e os registros de suas modificações, quase inexistentes, pretendendo conhecer os projetos arquitetônicos originais das unidades penais pesquisadas, bem como seus respectivos funcionamentos, com o intuito de reconstruir a história da concepção-construção das unidades em questão.

Foram feitas entrevistas com os técnicos da Secretaria de Estado responsável sobre a definição de uso de cada uma das unidades quando de seu planejamento, pretendendo desvendar as modificações de usabilidade, bem como os processos decisórios que levaram a tais mudanças.

A partir dessas informações, pudemos verificar as mudanças ocorridas no espaço, as quais resultaram no espaço existente, entendendo o mesmo como síntese dos processos sócio-históricos que o perpassaram.

5.3. Trabalho de campo

De posse deste arcabouço histórico, considerado como ponto de partida para o conhecimento do espaço a ser pesquisado, procedeu-se à pesquisa de campo, que foi subdividida em duas fases:

- 1) **A deriva espacial**, constituída por uma pesquisa exploratória, que pretendeu conhecer o fenômeno, ainda desconhecido, objetivando encontrar possíveis categorizações que permitissem alcançar os objetivos esperados. Foram visitadas, neste primeiro momento, perfazendo um período de 7 meses, todas as unidades da Unidade Federativa em questão, bem como alguns outros estabelecimentos escolhidos aleatoriamente no âmbito nacional, incluindo também uma das Penitenciárias Federais de Segurança Máxima, alguns dos quais a pesquisadora

fez parte, de algum modo, dos processos de elaboração dos projetos arquitetônicos.

Não fazia parte deste primeiro momento, assim como do restante da pesquisa, os manicômios judiciários, uma vez que os indivíduos que habitam este espaço são considerados inimputáveis¹⁷ (DECRETO-LEI n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940), merecendo uma pesquisa específica, com conhecimentos atrelados ao campo da neuropsicologia, da criminologia, etc..

De maneira geral, identifica-se, no espaço penitenciário, três tipos de usuários em interação, que são os indivíduos-presos, os agentes penitenciários e os visitantes. Apesar de considerar como sujeito de pesquisa apenas o indivíduo-presos, fez-se relevante, neste primeiro momento, conhecer os outros atores que interagem com ele no espaço em questão, para que se possa delimitar de maneira mais precisa os aspectos emergentes da relação deste indivíduo com o espaço.

Sendo assim, neste primeiro momento, foram feitas entrevistas com os agentes penitenciários e com os reeducandos, possibilitando um reconhecimento mais amplo do objeto de estudo e a construção da unidade de análise.

Foram feitos levantamentos iconográficos de conferência das unidades, que resultaram em mapeamentos, para verificação de modificações concretas apresentadas no espaço, pretendendo montar um mapeamento das modificações sofridas. Estes mapeamentos estão aqui apresentados de maneira mais geral, uma vez que a pormenorização dos projetos não obteve autorização para ser divulgada.

A partir daí, procedeu-se à representação gráfica destas modificações.

2) **Estudos direcionados**, a título de facilitar a penetração no espaço penitenciário e colher a maior quantidade de informações possíveis, além de englobar as diversas atividades diárias e as respectivas ações emergentes em cada

¹⁷ É a pessoa que cometeu uma infração penal, porém, no momento do crime, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determina-se de acordo com esse entendimento. São considerados inimputáveis os doentes mentais ou a pessoa que possua desenvolvimento mental incompleto ou retardado, e os menores de dezoito anos. Os inimputáveis são isentos de pena mas, se doente mental, fica sujeito a medida de segurança e, se menor de 18 anos, fica sujeito às normas estabelecidas na legislação especial. Ver art. 26 e 27 do Código Penal e art.228 da Constituição Federal.

contexto, realizados nas unidades penais escolhidas, por um período de 30 dias de visitas, ocorridas durante os meses de agosto e setembro de 2006, com duração de 8 a 10 horas de deriva, por dia, adicionados mais 15 dias por razões de complementação da captura dos dados, perfazendo um total de 45 dias.

Nesta segunda fase, foram feitas entrevistas videografadas com indivíduos presos que assim o permitiram. Alguns não permitiram a filmagem, mas concordaram em conversar com a pesquisadora, conversas estas registradas em relatório diário de visita. Outros não quiseram participar da pesquisa. Todas estas informações também fizeram parte da construção de dados registrados em relatórios.

Não foi possível obedecer a um cronograma rígido e contínuo de visitas, uma vez que aconteceram motins eventuais, inviabilizando nossa permanência no estabelecimento em alguns dias. Além disso, os indivíduos-presos nos solicitaram preservar os dias de visita (quintas-feiras e domingos), os quais não puderam ser filmados.

Uma vez conhecendo as modificações resultantes dos processos de transformação espacial histórica que resultaram na construção existente, produzidos pelo procedimento de deriva nos espaços escolhidos, os dados foram construídos a partir das configurações contextuais capturadas pela videografia. Este recurso permitiu que várias re-visitas fossem feitas, capturando todas as informações contidas nos eventos presenciados, resguardando a segurança da pesquisadora.

Como metodologia de pesquisa de campo utilizou-se um mapeamento dos espaços utilizados pela população carcerária masculina, baseando-se em plantas baixas da unidade a ser visitada, visitando todos os espaços em que há acesso por parte dos presos, dentre os quais várias celas, escolhidas de acordo com a indicação dos próprios indivíduos-presos, nas unidades que apresentavam as tipologias anteriormente elencadas..

Cada espaço escolhido, e celas escolhidas aleatoriamente, foi fotografado e um de seus habitantes entrevistado, registrando-se a entrevista através de videografia e/ou gravador de voz; as configurações de cada espaço foram desenhadas, através de croquis esquemáticos, para enriquecimento da descrição de cada ambiente, a título de esclarecer o contexto em que os indivíduos se inseriam.

Por meio da descrição torna-se possível ao arquiteto distinguir os possíveis significados transmitidos a partir da solicitação de determinado espaço. Mas para se compreender um acontecimento particular, é preciso perceber que uma idéia, um costume, ou o que quer que seja, está normalmente insinuado como informação de fundo, antes de a coisa mesma ser examinada diretamente. Assim, a descrição densa corresponde ao modo pelo qual essas informações são tratadas em seus fundamentos, desvendando pistas que nos levem a revelar os possíveis vínculos existentes entre estas e as idéias ou conceitos que as originaram.

Por sua vez, a videografia apresenta-se como ferramenta ímpar para a investigação de processos interacionais, na medida em que é capaz de capturar parte considerável da densidade de informações inerentes a ações discursivas e gestuais, além dos detalhes do uso de artefatos e da atividade representacional.

Nesse sentido, o registro videográfico produz dados que permitem o tipo de olhar microgenético baseado em configurações contextuais requerido na Análise Interacional, facilitando ao mesmo tempo o compartilhamento mais completo de dados com outros pesquisadores e em múltiplas ocasiões.

A este respeito, a seguinte seqüência de passos está prevista:

Caracterização dos vídeos e índice de eventos- Elaboração de descrições sumárias do conteúdo de cada vídeo e identificação dos eventos para análise, tendo em vista as situações discursivas que revelem as relações com o espaço.

Transcrição- A transcrição dos dados videografados para o formato de protocolos será realizada apenas para episódios eventualmente selecionados para este trabalho. Isto significa que a maior parte do trabalho analítico será realizada diretamente sobre o material videográfico, uma das condições para a Análise Interacional interessada em “configurações contextuais” (GOODWIN, 2000).

Representação gráfica – A representação gráfica, feita em croquis e detalhes, serve para a melhor compreensão do contexto de cada descrição. Enquanto arquiteta, a pesquisadora reconhece que a linguagem gráfica é a melhor forma de analisar os dados obtidos, e apresentá-los com maior clareza.

5.3.1. O percurso

Chamamos de percurso ao caminho percorrido para a construção dos dados da pesquisa, regulado pela implantação dos edifícios penais no terreno, conforme pode ser verificado na figura 9.

Tal implantação seguiu de uma lógica de funcionamento baseada no planejamento e na localização geográfica das unidades penais visitadas, definindo o percurso de progressão de regimes que o indivíduo deveria seguir, quando do cumprimento de sua pena.

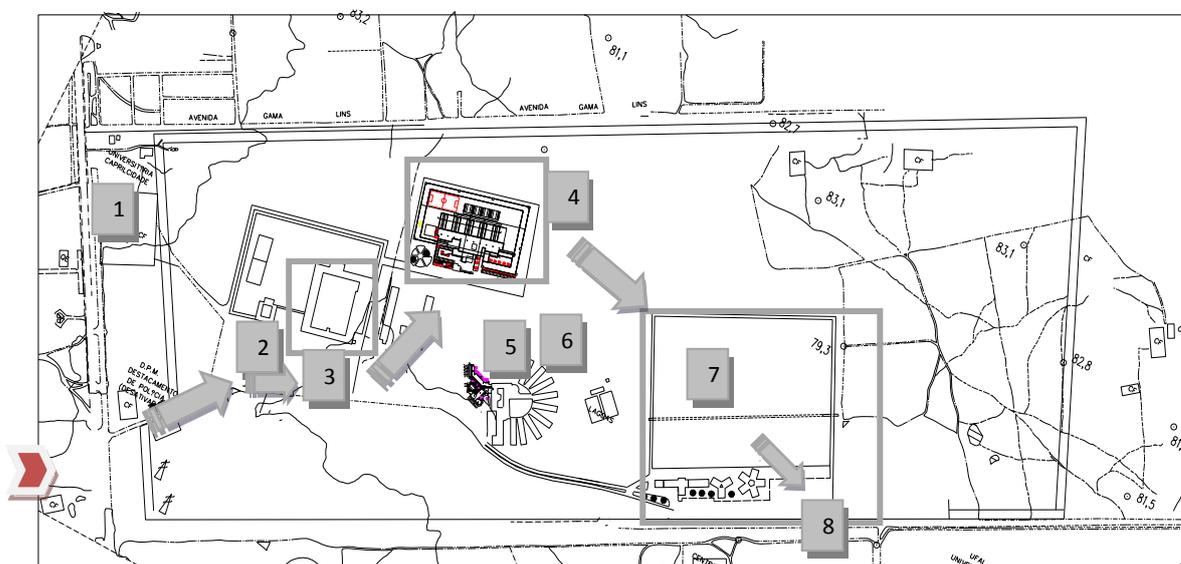


Figura 8: Percursos de trabalho de campo no terreno do sistema prisional visitado.

LEGENDA	PERCURSOS
1. Casa de Detenção 2. Colônia agro-industrial; 3. Estabelecimento prisional - Presídio 4. Penitenciária de Segurança Média 5. Anexo de saúde 6. Centro psiquiátrico judiciário 7. Penitenciária Masculina de Seg. Máxima 8. Penitenciária Feminina	→ Visita exploratória – Fase 1: (Unid.2) → (Unid.3) → (Unid.4) → (Unid.7) → (Unid.8) → Unidade Regional
	□ Visita videografada – Fase 2: 1a.(Unidade 3); 2ª.(Unidade 4); 3ª.(Unidade 7)

A primeira visita, exploratória, seguiu uma ordem baseada na localização das unidades no complexo prisional, segundo o percurso destacado pelas setas em lilás. Na colônia Agro-industrial, conversamos com o diretor administrativo, o chefe de disciplinas,

e entramos no módulo de convivência, mas não conseguimos entrevistar nenhum preso, porque estavam todos em trabalho externo, fora da unidade.

Seguimos para a Unidade 3, onde conseguimos conversar com alguns presos no módulo do pavimento térreo. Depois, visitamos as oficinas de trabalho, onde foram entrevistados 3 presos, a diretora da Oficina e uma monitora.

Seguimos para a Unidade 4, onde conseguimos entrevistar 1 preso, no módulo de trabalhadores, sob a supervisão de um agente penitenciário. Na sequência, chegamos à Unidade 7, onde não conseguimos permissão para entrar nos módulos, fazendo-se a visita apenas nos ambientes de pouca ou nenhuma permanência dos presos.

Finalmente, na Unidade 8, constituído por 2 módulos, conversamos com presas em ambos os módulos, observando algumas particularidades (tais como a necessidade de banheiros nas celas, um espaço voltado para bebês com até 2 anos de idade, etc.) que, acreditamos, se justifiquem pelo gênero, definindo, a partir daí, que o gênero seria um dos quesitos delimitadores da pesquisa, optando pelo grupo masculino.

A unidade feminina foi preterida por alguns motivos: primeiramente, precisávamos recortar o fenômeno e, uma vez que havia mais unidades masculinas, poderíamos comparar umas com as outras para verificar se haveria alguma diferença entre os diferentes partidos arquitetônicos; além disso, em virtude de gênero, por questões de segurança da própria pesquisadora, uma vez que, segundo várias pesquisas sobre mulheres presas, a relação entre mulheres é caracterizada por competição e, portanto, visitante mulher pode sofrer algum tipo de violência.

Por questões de segurança não nos foi permitido disponibilizar as plantas detalhadas das unidades penais, fato que nos orientou a fazer análises fragmentadas dos ambientes, mesmo considerando a totalidade do conjunto analisado.

5.3.2. Pesquisa de Campo II: Videografia

Neste segundo momento da pesquisa de campo, conhecendo o fenômeno a ser investigado, foram feitas novas visitas, videografadas em seu cotidiano, através de observação participante, acompanhamento e registro, as entrevistas com os mesmos sujeitos selecionados na primeira fase da Pesquisa de Campo, para uma verificação e

conseqüente análise mais aprofundada dos dados anteriormente construídos, bem como da complementação de dados para a compreensão do fenômeno.

As unidades visitadas, agora, foram:

1. Unidade 04 - Penitenciária Masculina de Segurança Média: Construída em 2002, apresenta um total de 9 módulos, além da triagem, do isolamento e do fórum, também utilizado como cela. Além de ser a unidade mais recente, a escolha também se justifica pela participação da pesquisadora na elaboração do projeto arquitetônico, fato que consiste num maior conhecimento dos processos inerentes à construção do espaço e suas modificações. Uma delas consiste na mudança de uso, uma vez que a unidade havia sido projetada para presos do regime semi-aberto, portanto condenados, e estar sendo ocupada por presos do regime provisório.

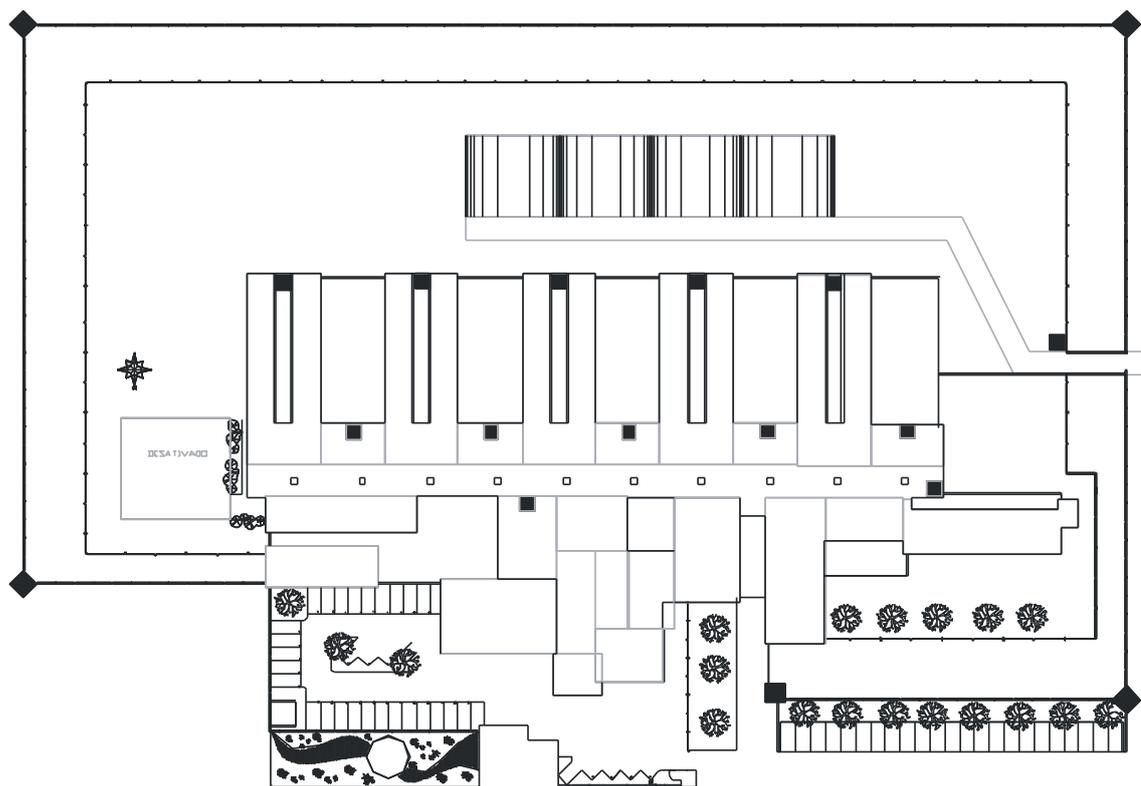


Figura 9 Planta de Cobertura da Unidade 4¹⁸.

Fonte: Cordeiro, 2002.

¹⁸ Por questões de segurança não obtivemos autorização para explicitar o zoneamento desta unidade, nos limitando a apresentar o croqui, para visualização do Partido Arquitetônico.

2. Unidade 03 - Estabelecimento Penal Colônia Agro-industrial¹⁹: Construído na década de 1940, apresenta um total de 3 módulos, além da triagem. Além de ser a unidade mais antiga, e apresentar o modelo conventual, a escolha também se justifica pela participação da pesquisadora como coordenadora do projeto arquitetônico de reforma, em 2002, fato que permitiu a melhor apreensão das modificações inerentes à construção do espaço, tal como ele se apresenta hoje.

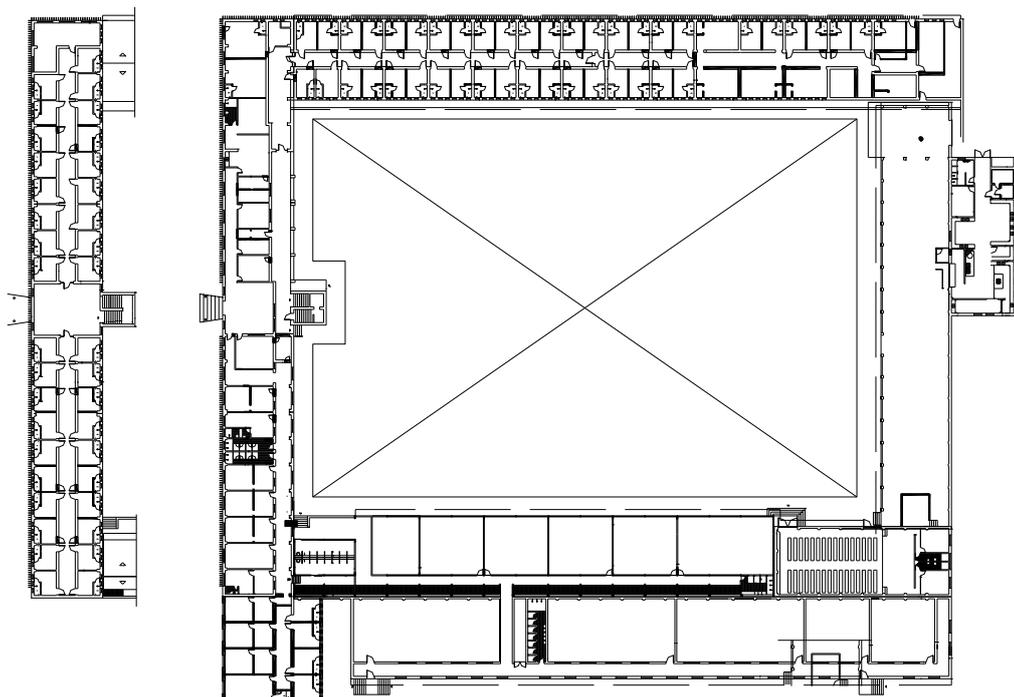


Figura 10: Planta baixa da Unidade 3.

Fonte: Cordeiro, 2002.

3. Unidade 07 - Penitenciária de Segurança Máxima: Construída entre 1989 e 1999, apresenta um total de 7 módulos de convivência, além da triagem e do isolamento. Projetada com capacidade para 480 vagas, inicialmente seu projeto previa torres no centro de cada módulo, que se interligariam por passarelas aéreas, a exemplo do panóptico. Alguns módulos mais recentes foram construídos desde 2000, para abrigar presos de convivência “difícil”.

¹⁹ Esta unidade apresenta a planta baixa detalhada em virtude de se encontrar, em 2009, desativada, e, portanto, não abrigar mais indivíduos presos.

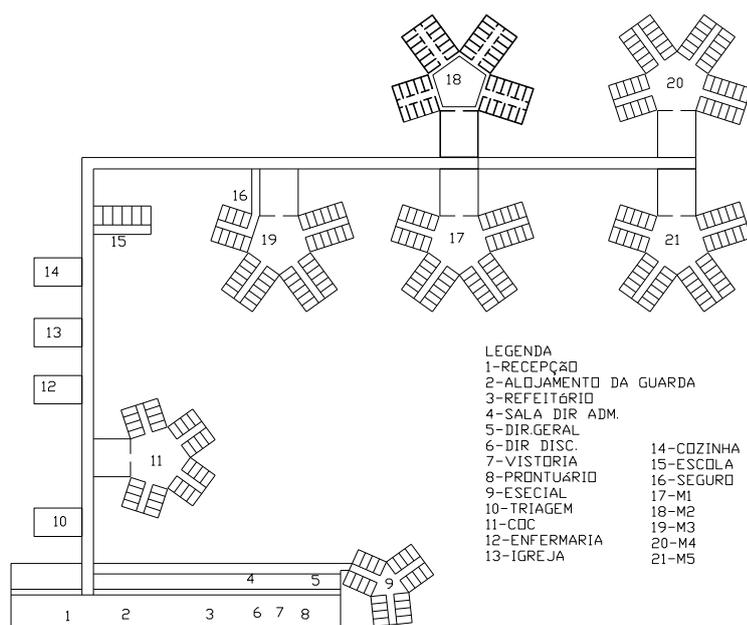


Figura 11: Croqui Planta de cobertura Unidade 7.

Fonte: IGESP, 2007.

Para atingir nossos objetivos, seguimos o passo-a-passo dessa atividade através de: diário de campo seguindo orientações da etnometodologia e das técnicas de análise interacional e videográfica e análise de discurso, registro de atividades, registro e análise de artefatos, modificações feitas no espaço, filmagem de entrevistas com os detentos e fotografia dos espaços modificados.

5.3.3. Visitas

As visitas foram realizadas seguindo um percurso particular emergente, subjacente às ações atualizadas em cada uma das unidades, em virtude do direcionamento imposto pelos limites espaciais (o traçado do espaço) e a permissão dos atores designados a nos acompanhar nas visitas (agentes penitenciários).

Geralmente este acompanhamento era feito no primeiro dia de trabalho, parecendo ter o objetivo de verificar o que a pesquisa buscava construir e quais as informações que os entrevistados nos passavam. Podemos afirmar isso baseados na transcrição a seguir:

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora (E), Agente Penitenciário (AP).
- Evento: Diálogo enquanto saía de módulo.
- Local: Acesso a módulo.

1. **AP:** Por que é essa pesquisa? É pra saber dos problemas do sistema, é?...
2. **E:** Não, não... É pra conhecer o cotidiano do sistema...

3. **AP:** E vocês não querem saber se a gente tem problemas de relacionamento com eles,
4. ou das denúncias não?
5. **E:** Se eles quiserem dizer...
6. **AP:** Ah! Então se eles não disserem, vocês não perguntam, não...

Depois deste diálogo, em todos os outros estabelecimentos que foram visitados, os agentes penitenciários permitiam que a visita fosse feita desassistida. No entanto, as celas eram indicadas por eles.

Ao entrarmos nos módulos, os representantes ficavam encarregados de nos acompanhar e, dessa forma, outras possibilidades de entrevistas emergiam das situações, fato que foi aproveitado para o enriquecimento dos dados construídos.

Os percursos percorridos em cada uma das unidades pode ser observado nas figuras 12, 13, 14 e 15, e, como dito anteriormente, seguiram uma lógica espacial regulada pela administração de cada unidade. Não obstante esta regulação, a ação da visita e os contextos emergentes em cada momento de entrevista eram orquestrados pela configuração espacial, seguindo sua ordenação, seus limites e as localizações geográficas.

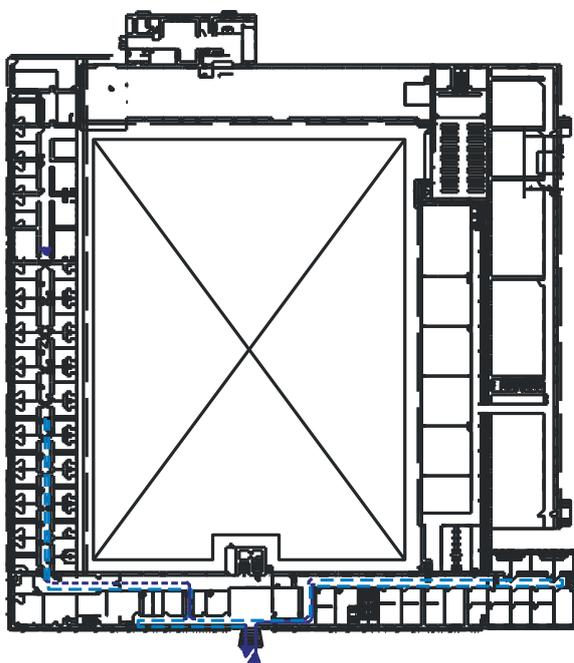


Figura 12: Percurso feito na Unidade 03 durante 1º. E 2º. dias

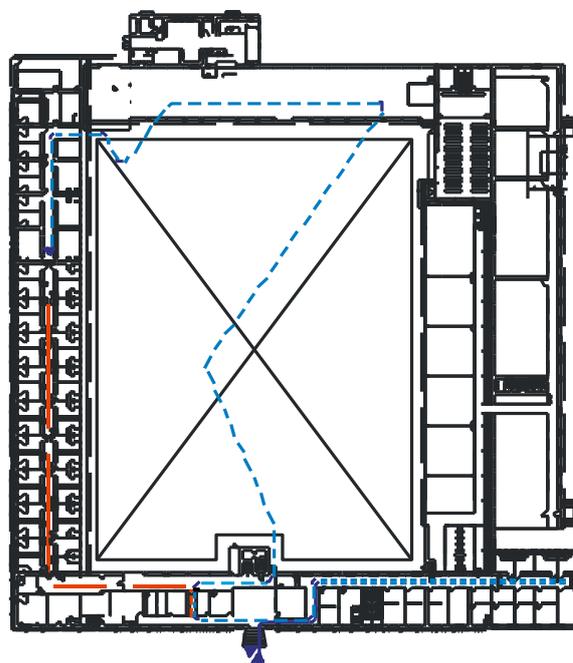


Figura 13: Percurso feito na Unidade 03 durante 3º. dia

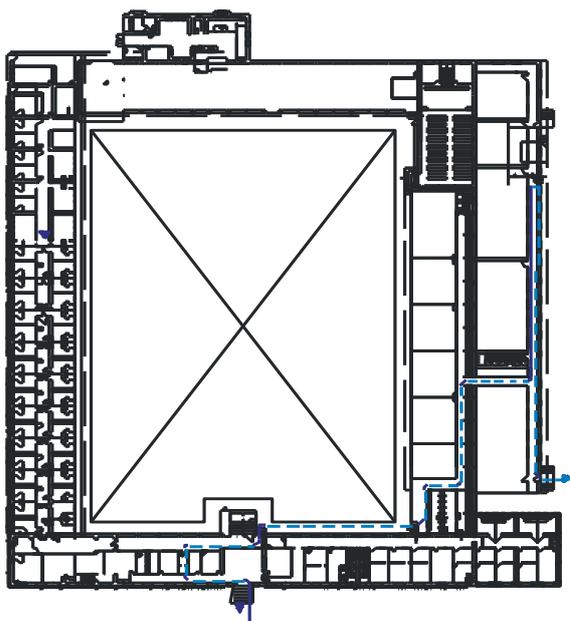


Figura 14: Percurso feito na unidade 03 durante 4o. e 5o.dias

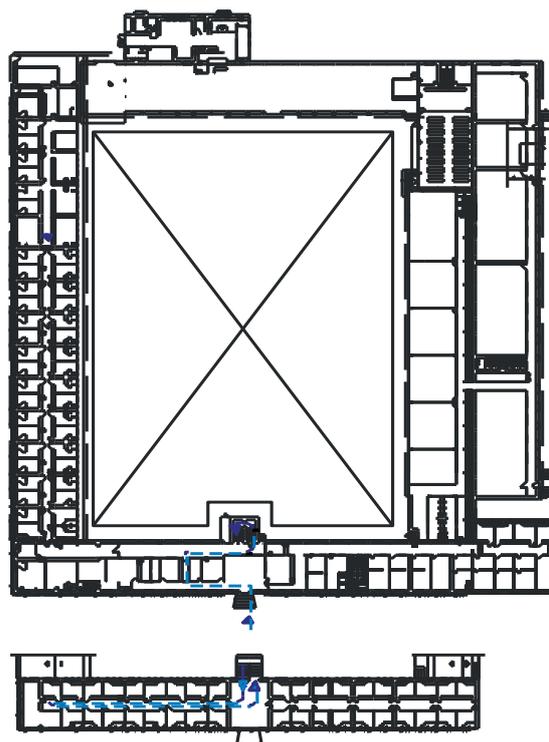


Figura 15: Percurso feito na unidade 03 durante 6o. dia

Gostaríamos de salientar que o percurso realizado na unidade 03 está representado na cor azul. O percurso traçado em vermelho, na figura 13, corresponde ao trajeto feito durante um motim, quando os indivíduos presos do módulo que estava sendo visitado, nos asseguraram a saída, interrompendo a pesquisa naquele momento.

É importante explicar que a planta da unidade 3 foi apresentada porque, atualmente, a unidade em questão está desativada, não comprometendo a segurança o fato de estar aqui apresentada. As plantas baixas das unidades 4 e 5 não poderão ser apresentadas, por questões de segurança do sistema prisional pesquisado. Vale salientar que os percursos foram realizados nesta unidade durante os dias agendados para a respectiva unidade, também sendo regulados pela delimitação espacial e pelo direcionamento da equipe de agentes penitenciários.

É interessante notar que, em todas as visitas a unidades, o percurso é inicialmente direcionado aos módulos de administração, donde a equipe de plantão do dia era convocada e orientada a nos levar aos ambientes a ser pesquisados. Esse movimento tem um significado implícito: as permissões e as tentativas de direcionamento da pesquisa.

Tentamos contornar este direcionamento através da análise dos campos semióticos, o que nos parece, foi conseguido. Seguindo estes percursos, conseguimos

mapear as modificações sofridas pelos espaços, em relação ao todo, conforme segue no subitem seguinte, e em relação às partes, apresentado na parte 2 deste trabalho.

5.3.4. Mapeamentos

Os levantamentos dos projetos existentes foram analisados, em função do seu programa de necessidades e da análise de seus fluxogramas, a partir dos memoriais justificativos/descritivos dos respectivos projetos, numa matriz de interação funcional, que resultou nos diagramas de zoneamento abaixo.

Desta observação surge a indagação acerca das razões pelas quais o módulo administrativo sempre se localiza próximo à entrada da unidade, do ponto de vista de quem chega à mesma, e próximo à saída da unidade, do ponto de vista de quem deixa a mesma.

Pareceu-nos que esta localização se justifica pela necessidade de controle de acesso ao edifício e, por conseguinte, o direcionamento imposto àqueles que entram, para determinados espaços e a proibição de acesso a outros.

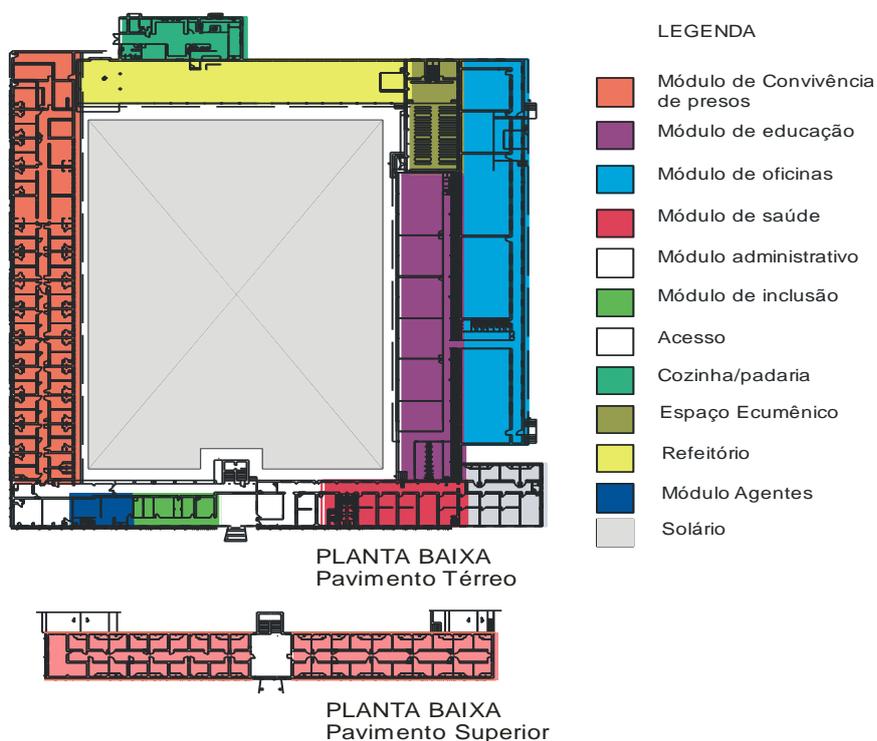


Figura 16: Croqui zoneamento inicial proposto (Estabelecimento Penal Colônia Agro-industrial).
Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora)

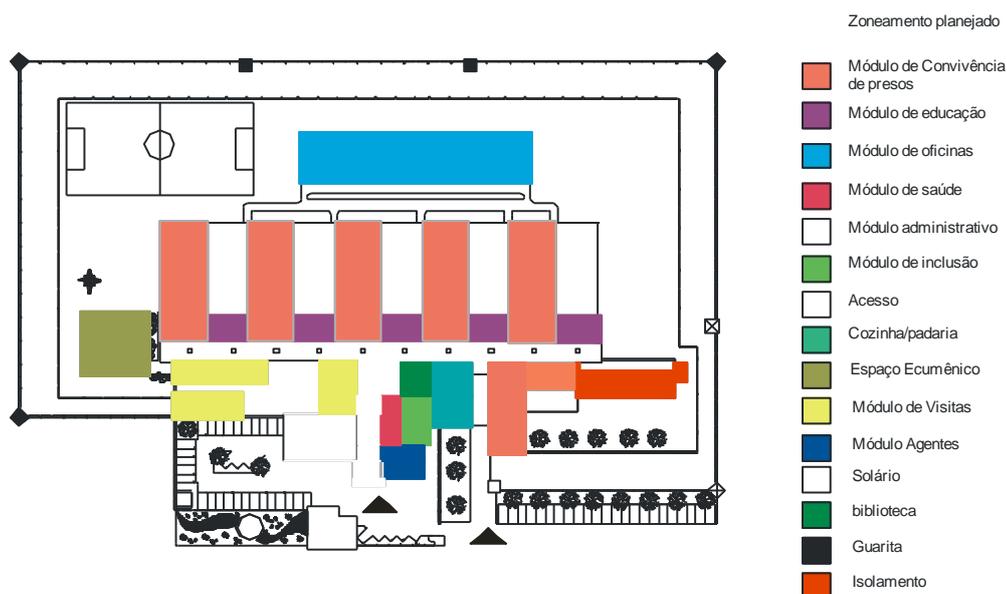


Figura 17: Croqui zoneamento inicial proposto (Penitenciária Masculina de Segurança Média).
Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora)

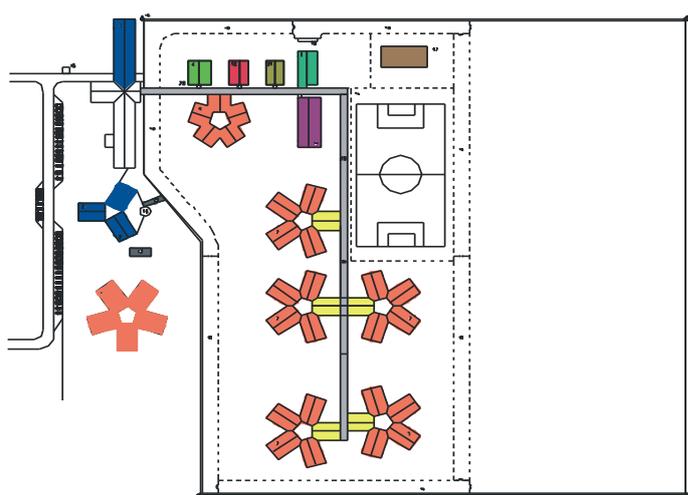


Figura 18: Croqui zoneamento inicial proposto (Penitenciária de Segurança Máxima).
Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora)

Posteriormente à análise dos registros dos projetos arquitetônicos, em virtude dos mapeamentos realizados na visita de campo videografada, pudemos observar diversas modificações no espaço, que implicaram nas configurações contextuais capturadas pela pesquisa.

Faz-se necessário destacar que a pesquisa de campo se configura num recorte espaço-temporal do momento em que foi feita (no ano de 2007) e que, portanto, talvez não represente mais a realidade atual, considerando que as configurações contextuais são emergentes e dinâmicas, sendo possível terem sido modificadas até o momento atual, da

produção deste trabalho. Um exemplo disso foi a desativação da Unidade 03, a partir de novembro de 2008, e a transferência dos indivíduos para as demais unidades do sistema em questão.

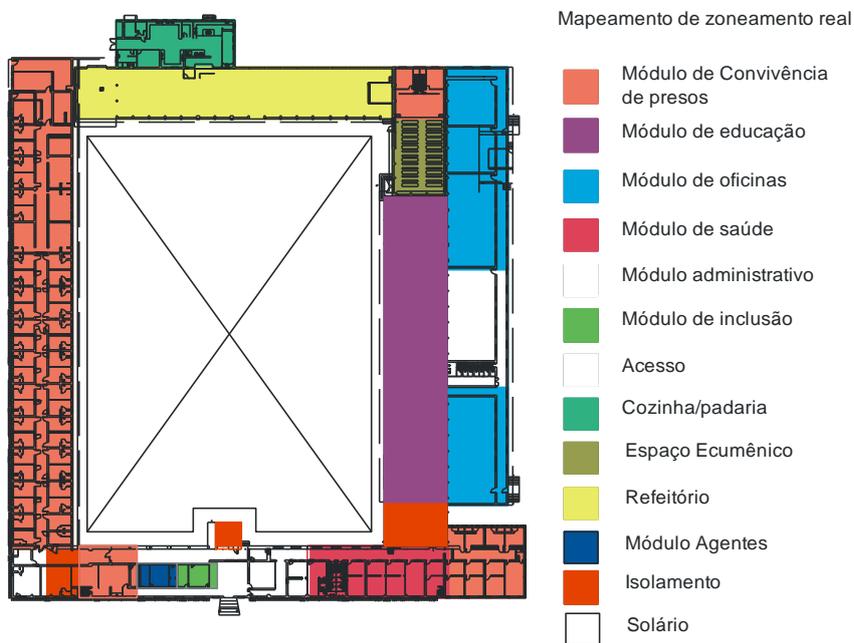


Figura 19: Croqui mapeamento de modificação de uso (Estabelecimento Penal Colônia Agro-industrial I). Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora)

Se compararmos a figura 16 com a figura 19, podemos observar a utilização de alguns espaços que teriam usos distintos como espaços de convivência (celas), como por exemplo o espaço que seria destinado ao camarim do espaço ecumênico, o espaço destinado ao módulo de agentes penitenciários, o módulo de saúde e até mesmo a escada. Tal fenômeno é justificado pela administração como resultante da superpopulação de presos, embora os dados apontem para outras razões, ligadas às negociações de privilégios e punições.

Este fenômeno pôde ser observado em todas as unidades visitadas, depreendendo daí a prática de negociações constantes entre os indivíduos que ocupam estes espaços, conforme será apontado posteriormente.

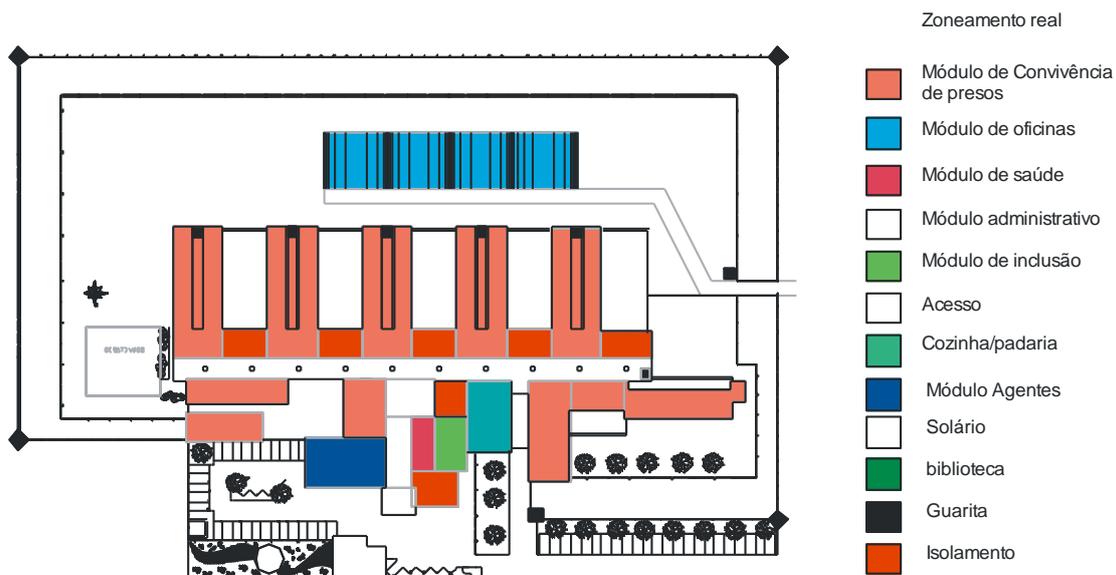


Figura 20: Croqui mapeamento modificação de uso (Penitenciária Masculina de Segurança Média).
Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora)

No caso da unidade 04, se compararmos a figura 21 com a figura 24, poderemos observar que, de uma maneira geral, houve muitas modificações desde o projeto original. Tais modificações podem ser justificadas pela mudança de uso da unidade, de regime semi-aberto para custódia, o que nos demonstra que as unidades penais não devem seguir o mesmo programa de necessidades, pois cada regime se caracteriza por particularidades previstas, inclusive, pela Lei de Execuções Penais.

Como exemplo disso, destacamos a utilização das oficinas, que passaram a ser utilizadas por outras unidades, que não esta, para o qual haviam sido projetadas; as salas de aula, que passaram a ser utilizadas como isolamento; e o módulo de visitas, que passou a ser utilizado como módulo de convivência, o que gerou a utilização das próprias celas para a realização das visitas.

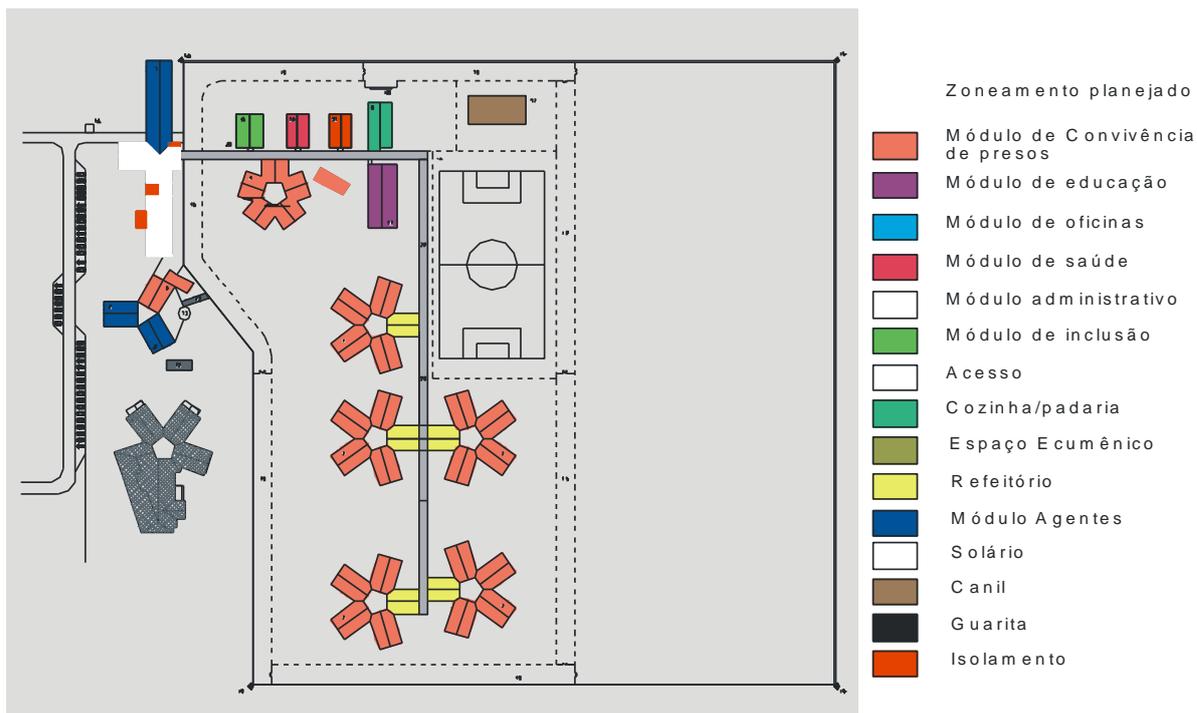


Figura 21: Croqui mapeamento modificação de uso (Penitenciária de Segurança Máxima). Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora)

As modificações sofridas pela unidade 07 se assemelham às unidades anteriores, apesar de não ter havido mudança de uso desta unidade desde o planejamento da mesma. Destacamos a criação de novos módulos, ditos especiais, para abrigar indivíduos com perfis diferenciados.

5.3.5. Análise dos dados

A análise do fenômeno foi feita à luz dos conceitos apresentados nos capítulos 2 e 3, à medida que o texto foi redigido.

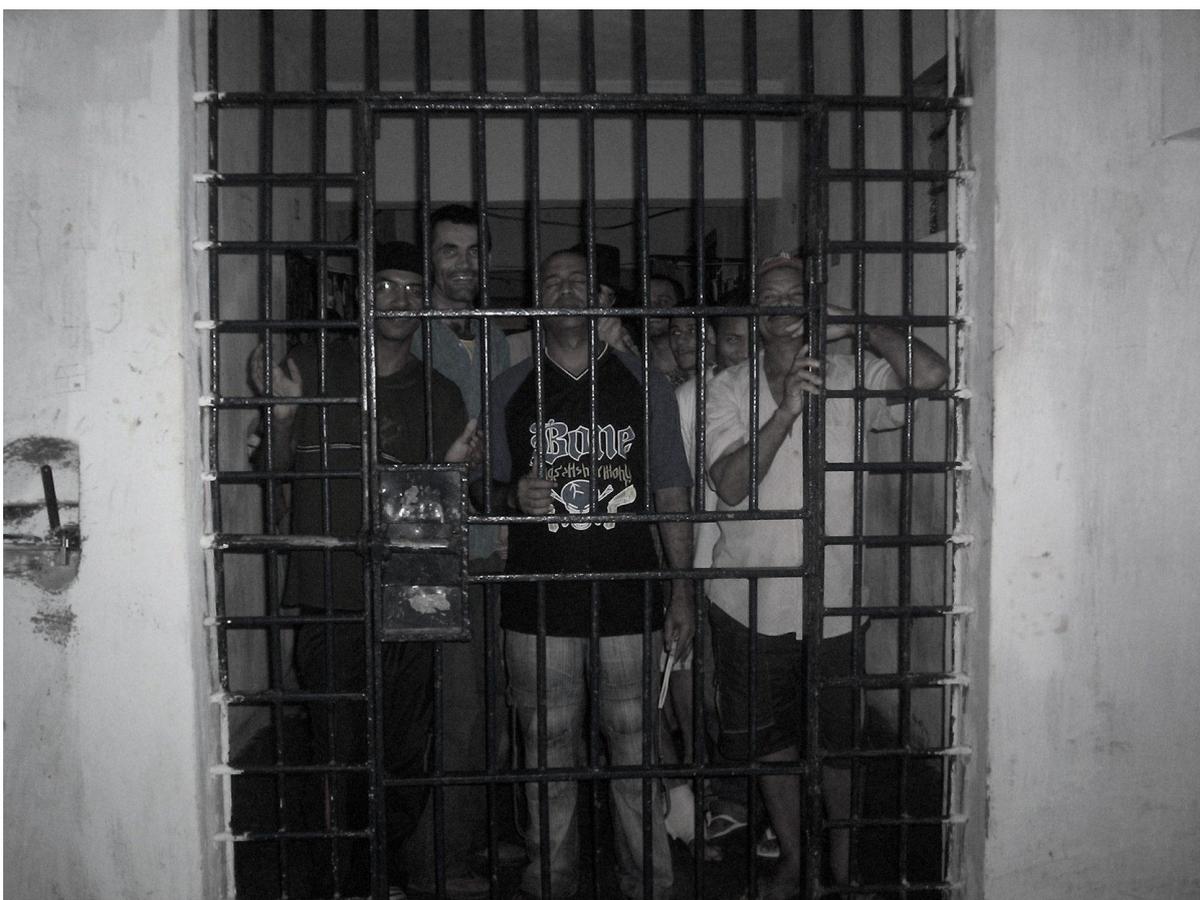
Para atingir os objetivos da pesquisa, seguiu-se o passo-a-passo dessa atividade através de: diário de campo seguindo orientações da etnometodologia e das técnicas de análise interacional e videografia, registro de atividades, registro e análise de artefatos, modificações feitas no espaço, filmagem de entrevistas com os detentos e fotografia dos espaços modificados, transcrições de diálogos e representação gráfica, em linguagem própria da arquitetura, através de croquis e plantas baixas, detalhes arquitetônicos, cortes esquemáticos, etc, dos eventos apresentados, adotando o seguinte padrão:

<p>Contexto da atividade Descrição do setting • Atores:</p>
--

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Evento:• Local: |
|--|

Esta pesquisa, portanto, tem como principal interesse a compreensão de tais atividades e da construção das ações em cada uma delas, que permitem aos sujeitos (autores e ocupantes) construir-se, uns aos outros, nas diferentes condições em que atuam, em sistema de co-autorias.

A partir deste prisma, então, pode-se considerar que a arquitetura é sempre inacabada, pois há sempre a possibilidade da co-autoria da mesma, conceito que deverá ser mais aprofundado na tese.



Parte 2: De Perto e de Dentro

6
CONHECENDO O ESPAÇO
PENITENCIÁRIO

6. CONHECENDO O ESPAÇO PENITENCIÁRIO

Este capítulo tem o propósito de explorar as possibilidades que a análise interacional e videografia (etnometodologia), como método de trabalho característico da antropologia, abre para a compreensão do fenômeno espacial, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas instituições públicas penais.

A atual concepção de espaços prisionais no Brasil é regida por uma série de normas, estipuladas pelo Ministério da Justiça desde 1994, e que vêm sendo atualizadas eventualmente (RESOLUÇÃO n. 03, de 23/09/05 CNPCP), que visam fornecer subsídios para uma uniformização da produção de edifícios destinados a este fim, como política pública para o Sistema Prisional, verificando-s a consolidação de uma tipologia espacial-padrão, ainda que estas diretrizes estabeleçam algumas diferenciações de programa de necessidades básico as entre diversas categorias de unidades prisionais - cadeias, penitenciárias, presídios e albergues.

[...] tais exigências assumem nas instituições carcerárias um valor incomparável, incorporando-se sempre à arquitetura expectativas de concretização de práticas cotidianas que resultem na recuperação de infratores pela modificação de seus padrões de comportamento. (AGOSTINI, 2002, p.15).

Em primeiro lugar expomos alguns dos enfoques mais correntes sobre o espaço penitenciário (FOUCAULT, 1999; GOFFMAN, 1987; BENELLI, 2004) e, em contraste com esta abordagem, que classificamos como um *olhar de fora e de longe*, confrontamo-los com a realidade cotidiana de estabelecimentos, cuja relação existente entre indivíduo e espaço penitenciário pode ser descrita, baseada na etnografia, a que denomino de *olhar de perto e de dentro*.

Expostas as premissas da configuração espacial de uma unidade penal, portanto, passamos para os rebatimentos dessa cultura prisional promovida pela concepção do espaço no dia-a-dia de nossos estabelecimentos, identificando como sua lógica se instala de fato nas relações cotidianas entre presos e instituições.

6.1. Como Instituição Total

De início, buscamos compreender as premissas que estão hoje a conformar a produção de nossos espaços prisionais, no que se refere à compreensão dos próprios atributos espaciais e suas respectivas práticas sociais neste espaço.

Tais premissas foram confrontadas com a realidade cotidiana de estabelecimentos, de modo que pudéssemos descrever a relação existente entre indivíduo e espaço penitenciário, entre sua concepção arquitetônica e como esta concepção regula as ações do indivíduo que o ocupa, a partir das relações que marcam a rotina prisional.

Compreender tais premissas pressupõe um estudo que articule à análise do espaço as práticas culturais construídas no cotidiano dos presos, considerando que espaço e práticas de tratamento penal, mostram-se na realidade como aspectos complementares, que não podem ser entendidos independentemente.

A “tecnologia disciplinar” (BENNELI, 2004) promove a distribuição dos indivíduos no espaço, utilizando diversos procedimentos: o quadriculamento celular e individualizante ("cada indivíduo no seu lugar; e, em cada lugar, um indivíduo"); a regra das localizações funcionais (vigiando ao mesmo tempo em que cria um espaço útil); a classificação e a serialização (individualizando os corpos ao distribuí-los e fazendo-os circular numa rede de relações).

Segundo Foucault (1999, pp.127), estes espaços realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos.

No entanto, como se pretende refletir aqui, a descrição de Foucault, adotada como ponto de partida para a análise do espaço penitenciário, necessita de um maior detalhamento, para a compreensão das relações que se desenrolam no/com o espaço penitenciário, a partir de lentes de aproximação, como será descrito no capítulo 7.

Cabe aqui esclarecer que o espaço penitenciário, assim como qualquer outro espaço, parece funcionar como transformador cultural humano do ambiente natural. Como parte do ambiente texturado culturalmente, qualquer espaço vazio dirige os indivíduos por entre as estruturas construídas, não vazias (VALSINER, 2006). Portanto, é culturalmente estruturado por duas direções – movendo até o lugar, e movendo sobre o espaço, as quais estruturam duas funções psicológicas – movendo-se ao lugar conhecido e movendo-se para o desconhecido (VALSINER, 2006).

Ambas as direções vinculam novidade para a pessoa que se move – ainda que de diferentes tipos. Passando sobre o espaço a partir de limites formais que pretendem regular a ação sobre a arena conhecida onde novos eventos sociais tomam lugar.

Podemos, contudo, apresentar preliminarmente como se observa a descrição de Foucault, na planta baixa de uma das unidades pesquisadas, abaixo apresentada (figura 22).

Na área destinada à convivência de presos, podemos verificar o quadriculamento celular e individualizante, pela configuração espacial de uma circulação central com celas em ambos os lados deste corredor, cujo objetivo se apóia na localização individual de cada indivíduo, facilitando o controle das localizações. Esta configuração também favorece a regra das localizações funcionais, onde cada espaço tem uma função de utilização, ao mesmo tempo em que esta pré-definição funcional facilita o controle dos indivíduos observados.

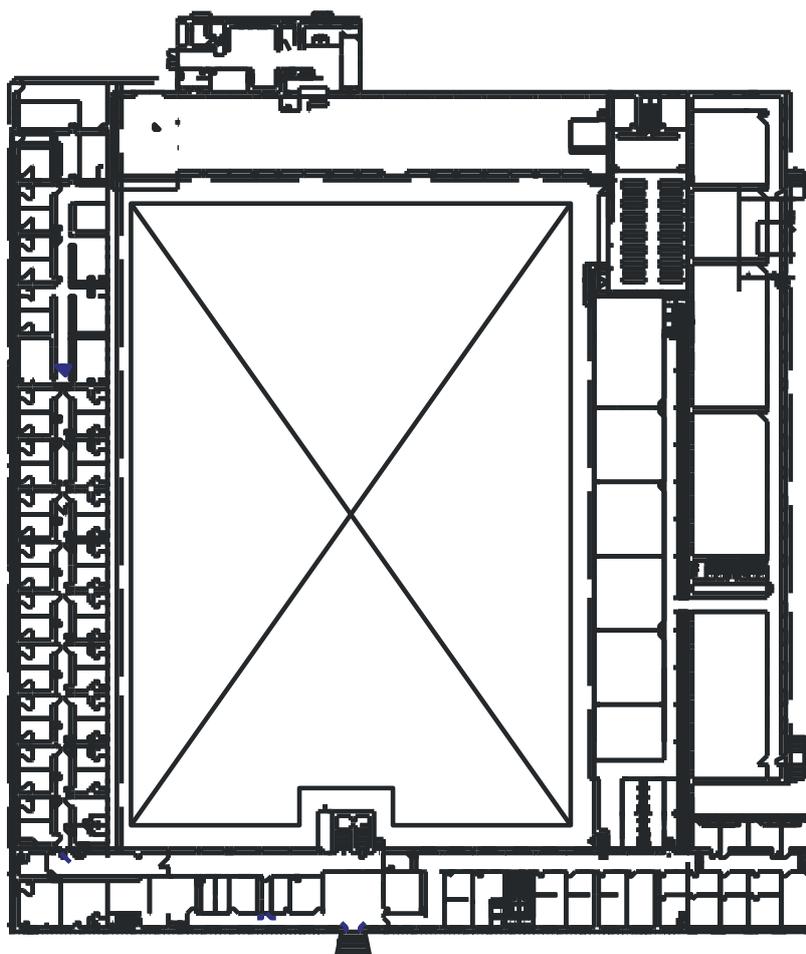


Figura 22: Planta de Unidade Prisional de Partido Arquitetônico Conventual. Fonte: Arquivos da Secretaria de Justiça

A obediência às localizações funcionais permite a classificação e a serialização, individualizando os corpos ao distribuí-los e fazendo-os circular num sistema de relações, a serem descritas no capítulo 6. Assim, essa tecnologia, organizando celas, lugares, fileiras, parece criar espaços altamente complexos, incidindo nos planos arquitetônico, funcional, hierárquico, bem como nas relações que aí se desenrolam.

6.1.1. Premissa 1: Quadriculamento celular e individualizante

A produção de espaços prisionais no Brasil é regida por uma série de diretrizes prescritivas, constituintes da Resolução nº 03, de 23 de setembro de 2005, do CNPCP²⁰ que visam fornecer subsídios para uma uniformização da produção de edifícios destinados a este fim, ainda que estabeleçam algumas diferenciações básicas entre categorias de unidades prisionais, consolidando uma tipologia espacial que vem se repetindo em todo o país.

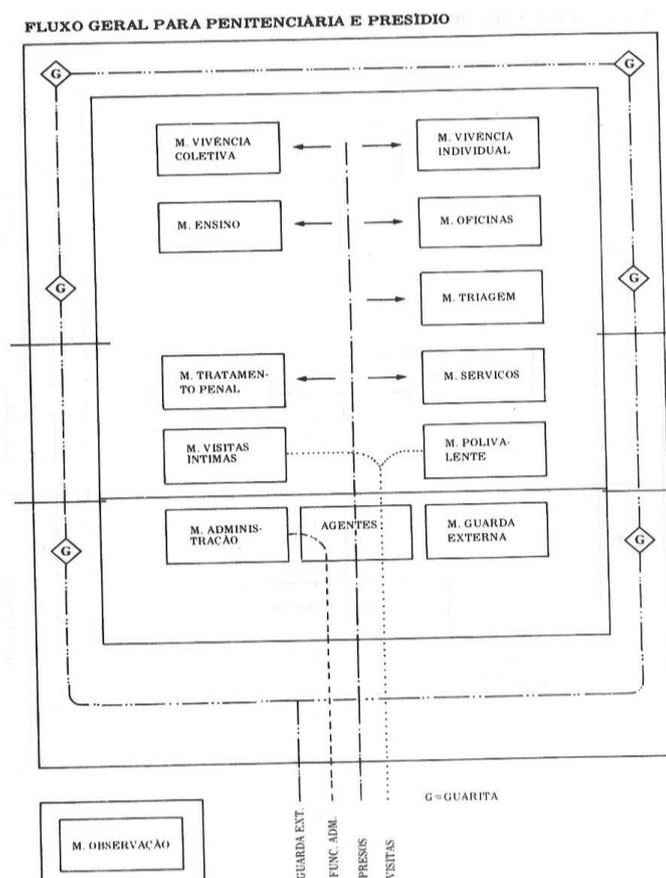


Figura 23: fluxograma geral para penitenciárias e presídios .
 Fonte: Resolução n. 12, de 12/12/1994, do CNPCP, p.133

²⁰ Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Dentro deste contexto de uniformização, resumidamente, podemos destacar duas estratégias de organização do edifício prisional que abarcam a maioria das propostas realizadas no país (CORDEIRO, 2006; AGOSTINI, 2002), que podem ser observados na planta de zoneamento da figura 19. São elas:

a) Pavilhões organizados ao redor de pátio descoberto - compreendem um módulo externo destinado às atividades administrativo e um ou mais módulos destinados aos presos, baseados no modelo conventual. Estes, compostos por um ou mais pavimentos, apresentam corredores de circulação voltados (ou que direcionam) para um pátio interno, destinado ao banho de sol e convívio. Um mesmo complexo pode acolher diversos pavilhões com regimes diferenciados e independentes, dispostos paralelamente .

b) Edifícios organizados a partir de pavilhões dispostos paralelamente - compreendem, da mesma forma, um módulo externo, restrito à administração, e diversos módulos intra-muros destinados às atividades e permanência de presos. Estes módulos encontram-se articulados por um grande corredor central.

A redução das experiências formais do espaço prisional a estes dois tipos de organização indica um posicionamento preciso em relação à idéia de tratamento penal em todo o país, que parece pretender garantir a instauração de determinadas práticas e o agenciamento de conflitos pela instauração de esquemas racionais de organização e controle do espaço, subjacentes à classificação proposta por Agostini (2002) a seguir:

A. Isolamento e disciplina: A intenção de isolamento se associa à criação de um espaço que se pretende disciplinador, à medida que propicia uma dupla operação: o recorte “do condenado em relação ao mundo exterior, a tudo o que motivou a infração, às cumplicidades que a facilitaram”; e, por outro lado, a conformação de um espaço hermético, pretendendo operar exclusivamente através de seus mecanismos internos, passíveis de uma ordenação lógica (FOULCALT, 2004), a partir do qual é possível conformar um ambiente hierárquico preciso, caracterizado por um cotidiano de “submissão” do preso ao sistema que lhe é imposto.

Concretamente, a premissa de isolamento do espaço prisional representa até hoje um importante fator de definição de qualquer proposta de elaboração dos estabelecimentos penais. Em nossa atual legislação, ela encontra-se garantida por estratégias como a localização prevista para estes edifícios fora do perímetro urbano, a

utilização de componentes arquitetônicos que conformam sua separação física em relação ao entorno, tais como muros, alambrados e afastamentos mínimos dos limites do terreno.

Concordamos com Foucault(1999) quando fala que os parâmetros definidos pela Legislação que rege a construção de unidades penais definem

[...]O muro alto, não mais aquele que cerca e protege, não mais aquele que manifesta, por seu prestígio, o poder e a riqueza, mas o muro cuidadosamente trancado, intransponível num sentido e no outro, e fechado sobre o trabalho agora misterioso da punição, será bem perto e às vezes mesmo no meio das cidades do século XIX, a figura monótona, ao mesmo tempo material e simbólica, do poder de punir. (FOUCAULT, 1999b. p.96)

B.Vigilância e desindividualização do poder: Além de um importante recurso disciplinador - vigiar ininterruptamente para corrigir todas as ações indesejadas – a proposta de vigilância exaustiva sobre os presos pretende instituir no ambiente prisional um diagrama assimétrico de poder, na tentativa de separar quem controla e quem é controlado.

Aparentemente podemos identificar, numa visão preliminar, opressores e oprimidos, caracterizados pela equipe dirigente e pelo grupo dos internados, onde, teoricamente, os primeiros modelam e os segundos são objetos de procedimentos modeladores. Apesar de o binômio dominadores-dominados dar a impressão de que o poder seja uma instituição, estrutura ou certa potência que um grupo detém em prejuízo de outro, Goffman já revela, de certa forma, que poder é substancialmente relação e que são lugares que compõem a sua dinâmica.

C. A vigilância hierárquica: Organiza-se como um poder múltiplo, automático e anônimo (...) seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede "sustenta" o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados (...) funciona como uma máquina (...) é o aparelho inteiro que produz "poder" e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo (Foucault, 1999, p.148).

A importância conferida à vigilância revela-se na definição dos ambientes e/ou componentes arquitetônicos passíveis de monitoramento, os quais se propõem a controlar, mas que são atravessados por negociações:

O exame de casos e a observação permanente que se exerce no sistema penal determinou a enumeração de um elenco de pontos sensíveis e, conseqüentemente, expostos à possibilidade de fugas, quais sejam: portões de acesso; controle de entrada e saída de veículos e pessoas; circulação dos presos; aberturas que possam conduzir a outras seções; abertura de emergência e poços para a ventilação; tampas de vistoria de tubulação para esgoto e águas pluviais; pátios para banho de sol e práticas esportivas; telhados e coberturas; lugares de concentração de presos, tais como : oficinas, salas de aula, salão para múltiplo uso, celas ou alojamentos, refeitórios, e etc.(AGOSTINI, 2002, s.n.)

Dito desta forma pode-se apreender que os componentes arquitetônicos são utilizados como artefatos de negociação das relações no espaço. Por exemplo, a ação de abrir uma porta implica numa negociação que considera as questões de “quando”, “como”, “porque” e “quem” abre uma porta. Nesse sentido, a “porta” é um artefato mediador da relação entre “dominador-dominado”.

Refletindo entre as relações intra-institucionais, Goffman estabelece polaridades de poder e não-poder, nas quais, aparentemente, este seria privilégio de um grupo minoritário que infligiria a outro mais numeroso as conseqüências do abuso do poder; mas também apresenta um poder que se estende como uma rede de pontos, relações móveis, resistências, efeitos repressivos, coercitivos e, inclusive, produtivos. Estão explícitas as mais diversas estratégias anônimas de poder.

[...] Das práticas não-discursivas emergem concepções do objeto institucional e de quais são os meios e instrumentos utilizados para trabalhá-lo. Normalmente, essa *teoria e técnica da prática* (pois, "na prática, a teoria é outra") costumam estar em franca contradição e conflito com o discurso institucional oficial (BENNELI, 2004).

Goffman (1987) descreve minuciosamente as reações de (contra)controle que os dois grupos antagônicos exercem um sobre o outro: há modelagem e resistências;

vigilância permanente e recíproca; há lutas e conflitos nos planos macro e microfísicos. São mapeadas estratégias ostensivas de ataque e reações que se esboçam às vezes sutis, outras claramente defensivas ou sabotadoras, as quais chamaremos de “*subversão*”. Nesta descrição, percebe-se como o grupo dos internados se defende dos esforços modeladores através de diversas táticas adaptativas e utilizando-se dos próprios recursos institucionais para construir um mundo pessoal contrário aos objetivos oficiais do estabelecimento.

[...] As práticas não-discursivas, o não-dito institucional são considerados por Goffman, como claramente visíveis (e não oculto) e, portanto, dizível: ele os articula com grande sutileza. Faz os "detalhes" (Foucault, 1999b, p.120) mais pitorescos e aparentemente insignificantes do cotidiano institucional falarem, permitindo a percepção do plano microfísico das relações intra-institucionais superando a pura e simples dimensão organogramática (molar) e mergulhando nas diferentes estratégias nas quais o poder se ramifica, circula, domina e produz subjetividade (BENNELI, 2004).

6.1.1.1. Descrição e análise

A vigilância hierárquica é aqui associada ao atributo de desindividualização do poder (Foucault, 2002), que tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição espacial ritmada de corpos, superfícies, luzes, olhares, pautados pela busca do maior distanciamento físico possível entre presos e funcionários; fator igualmente definidor de um controle unilateral do espaço por parte de quem o controla.

Em certos casos, no entanto, a maior facilidade de vigilância se dá, necessariamente, pela proximidade que se pretende evitar. É nesse contexto que surge a figura de um mediador, cuja distância de ambos os grupos (presos e funcionários) permite que se constitua numa personificação de poder, como é o caso do “representante de módulo”.

A seqüência abaixo demonstra como os artefatos arquitetônicos são negociados e, como consequência desta negociação, nas mudanças de posições, as hierarquias de poder são alteradas.

Este indivíduo, apoiado pelos outros, determina as localizações, as reivindicações, negocia relações com o agente penitenciário, e parece personificar o grupo de indivíduos que representa.

Contexto da Atividade 1: Negociação entre agente e representante, para entrada no módulo

Descrição do setting:

- Atores: Representante dos presos(Δ), Agente (X), Diretor de Disciplina (), Pesquisadoras (□), Presos (○) .
- Evento: Momento em que o diretor se posiciona gestualmente, para entrar no módulo
- Local: Frente ao portão de acesso

LEGENDAS

Relações de poder no contexto	
■	Observador participante
■	Dominador
■	Dominado
■	Dominado constante

Fluxos de atores no contexto	
■	Observador participante
■	Agente penitenciário
■	Representante
■	Presos

Elementos arquitetônicos de negociação	
A	Portão de acesso
B	Porta da cela
C	Cela
D	Circulação



Evento 1: O agente penitenciário(x) coloca a mão no portão de entrada(A) do módulo e chama o representante do módulo(Δ).
 Evento 2: O representante percorre a circulação do módulo (D), encaminhando os presos(●) para suas celas(C) .

Figura 24: foto de entrada no módulo, agente segurando o portão

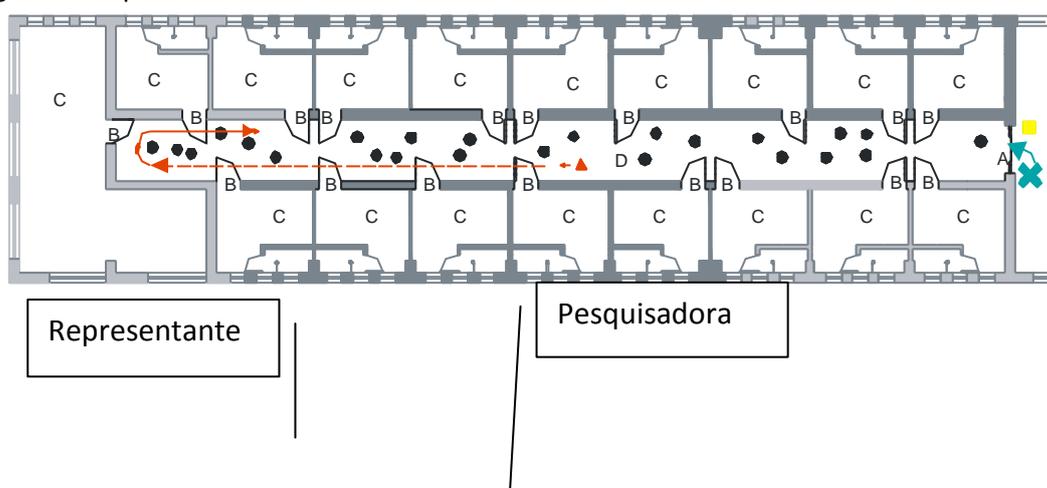




Figura 25:foto de entrada no módulo, presos se organizando.

Gráfico 2:Esquema da dinâmica dos atores envolvidos neste evento.

Evento 3: O representante (Δ) fala alguma coisa aos presos (\bullet) que estão no corredor (D).

Evento 4: Os presos(\bullet) se encaminham para as suas celas (C), regulados pelo representante (Δ).

Evento 5: O representante (Δ) verifica se todos estão na cela (C).

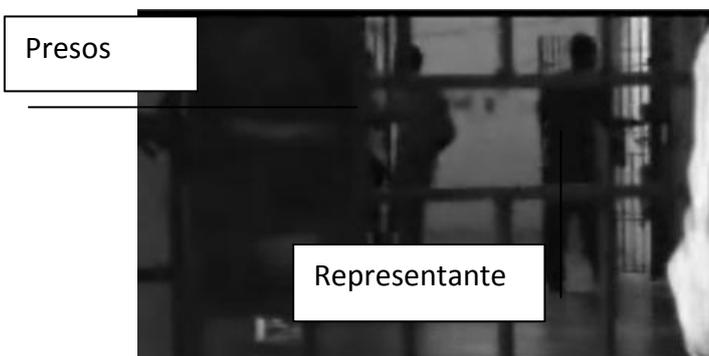
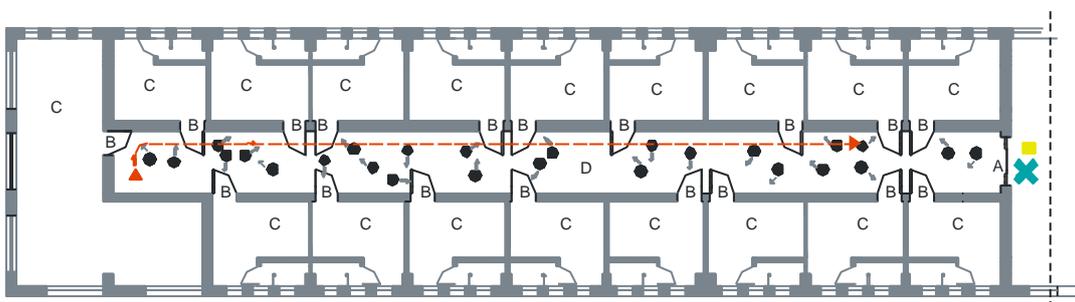
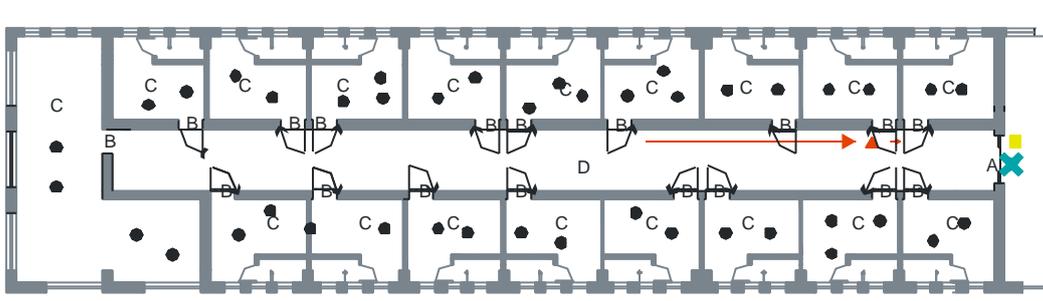


Figura 26:foto de entrada no módulo, representante conduzindo presos

Gráfico 3:Esquema da dinâmica dos atores envolvidos neste evento.

Evento 6: Todos os presos (\bullet) entram em suas respectivas celas(C) e fecham as portas (B),
Evento 7: o representante (Δ) circula verificando o posicionamento de cada preso em sua cela (C) e se as portas (B) estão fechadas.



Representante



Figura 27: foto de entrada no módulo, representante permitindo entrada

Gráfico 4:Esquema da dinâmica dos atores envolvidos neste evento.

Evento 8: Depois de todas as portas de celas(B) fechadas, o representante (Δ) vem até o portão de entrada (A) do módulo e faz sinal pra o agente (x) entrar, transferindo o seu poder de controle para o mesmo.

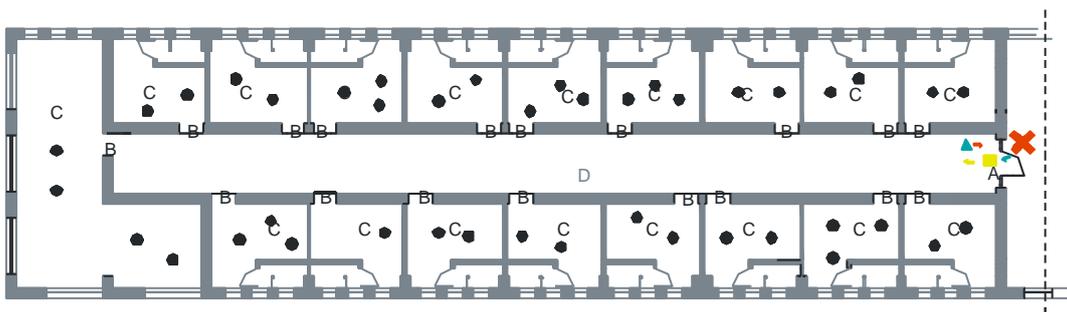


Figura 28: foto de entrada no módulo, agente abrindo portão de acesso

Gráfico 5:Esquema da dinâmica dos atores envolvidos neste evento

Evento 9: O agente (x) abre o portão (A) e entra no módulo com a pesquisadora (\square).

Evento 10: Ele se fixa na entrada do módulo, junto com o representante (Δ).

Evento 11: enquanto a pesquisadora(\square) percorre as celas (C) , uma a uma, entrando e entrevistando cada indivíduo.

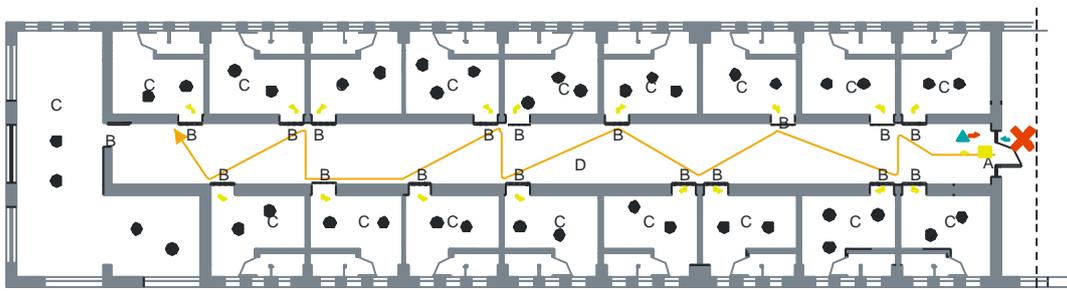


Gráfico 6:Esquema da dinâmica dos atores envolvidos neste evento

Evento 12: Depois de entrar em todas as celas (C), entrevistando



Figura 29: foto de corredor do módulo com todos em suas celas

os presos, a pesquisadora se dirige à porta de saída do módulo (A), ao encontro do representante (Δ) e do agente (x), enquanto os presos (3) vão abrindo as portas das celas (B) e saem delas para o corredor (D).

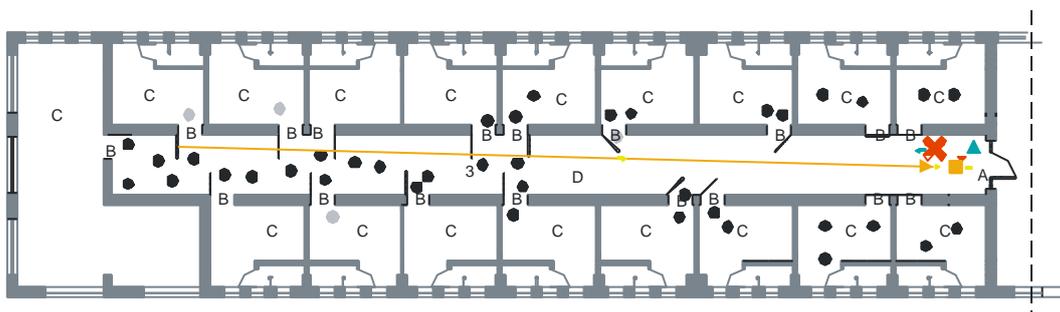
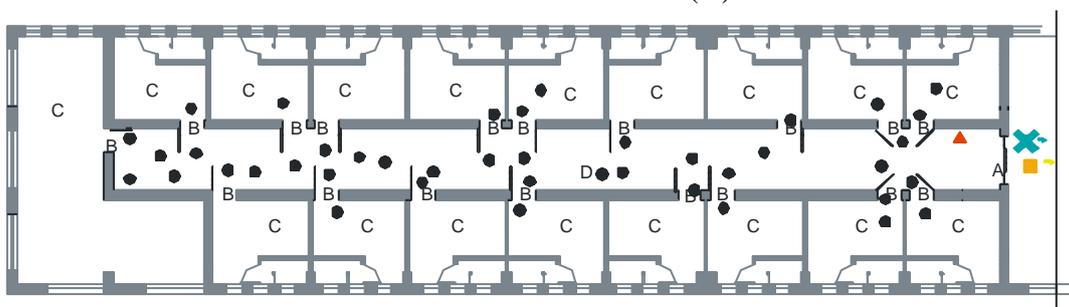


Figura 30: foto de saída do módulo

Gráfico 7: Esquema da dinâmica dos atores envolvidos neste evento.

Evento 13: A pesquisadora (\square) e o agente (x) saem do módulo e fecham o portão de acesso (A) ao módulo, enquanto o representante (Δ) do módulo assume novamente sua posição de dominador. Os presos (\bullet) saem todos das celas (C) e se distribuem na circulação do módulo (D), enquanto alguns se dirigem até o portão de acesso (A).



Se por um lado, este maior distanciamento físico pretende promover a hierarquização e a desindividualização do poder, por outro lado, o poder individualizado que parece necessário às relações interpessoais toma lugar, uma vez que, em virtude deste

distanciamento, são definidos grupos, representados por um indivíduo que media as relações, negocia os componentes arquitetônicos, dando lugar a hierarquias de controle.

Enquanto o portão de acesso ao módulo (A) está fechado, os presos estão todos circulando dentro do módulo, juntamente com o seu representante; assim que o representante vê o agente penitenciário segurando o portão, este assume o papel de dominante, encaminhando todos os demais presos até suas celas, verificando se todos estão em seus devidos lugares e fechando a porta (B) da cela em caso afirmativo. Quando o representante constata que todos estão em seus lugares (sinalizado pelas portas de celas fechadas), ele se dirige até o portão de acesso, posiciona-se ao lado do mesmo, aguardando que o agente entre no módulo. Só então o agente abre o portão de acesso, entra no módulo e se posiciona ao lado do representante, fazendo parecer que há uma transferência de poder, do representante para o agente.

A observadora entra no módulo, percorrendo o caminho regulado pela configuração linear do corredor, mas seu movimento define um zigue-zague em virtude da localização das aberturas das celas, conforme o gráfico 5. Em todas as portas de celas, o procedimento é: bater três vezes na parede (conforme foi orientado por um preso, em uma das entrevistas), aguarda os ocupantes da cela ordenarem a entrada, conversar com eles sobre a pesquisa, fazer a entrevista dos que permitem, sair da cela e se encaminhar à próxima.

A cada cela percorrida, observa-se que as portas permanecem abertas e, finda a visita em todas as celas, enquanto a pesquisadora retorna ao portão de acesso, todos os presos vão saindo de suas celas. O agente e a pesquisadora saem do módulo, fecham o portão, então o representante sai da posição em que estava (ao lado do portão de acesso), voltando a se misturar aos demais, explicando o que será feito com a pesquisa.

Podemos perceber, a partir da observação acima descrita, que a visão preliminar de opressores e oprimidos, caracterizados pela equipe dirigente e pelo grupo dos internados, apresenta o que Goffman já revelava, de certa forma, que poder é substancialmente relação e que são lugares que compõem a sua dinâmica.

Esta afirmação é reforçada pelo exemplo que se segue, onde parece haver uma flutuação de sentido no uso das palavras ‘território’ e ‘espaço’, que desliza pelos sentidos de espaço arquitetônico, físico e/ou simbólico:

Contexto da Atividade 2: Entrevista em cela

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora (PE), Preso 1 (P1), Preso 2 (P2), Preso 3 (P3), Preso 4 (P4), Agente Penitenciário (AP).
- Evento: Entrevista sobre a 'elite'.
- Local: cela do módulo de visitas.



Legenda:

Presos (P1, P2, P3, P4)

Entrevistadora (PE)

Agente (AP)

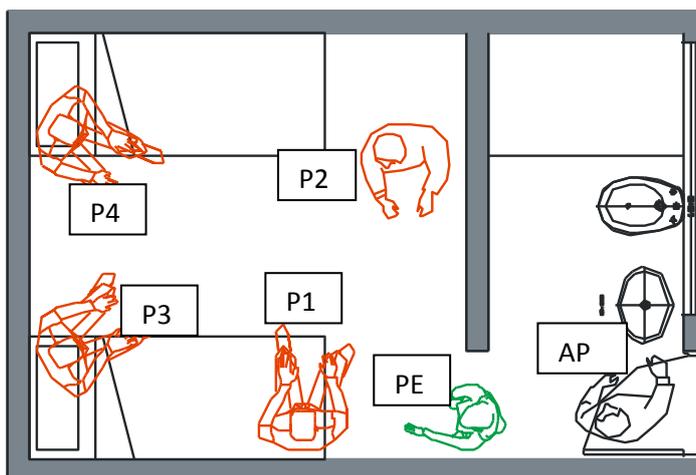


Figura 31: setting de entrevista em cela.

1. **E:** Mas, além do módulo do trabalhador e especial, vocês percebem, não em nível
2. de organização do espaço (arquitetônico) mesmo, mas vocês percebem, assim, tem
3. as “panelinhas”, digamos assim?
4. **P1:** Sim!... Eu to entendendo!...
5. **P2:** A elite ...
6. **P1:** A gente chama aqui, a elite...
7. **P2:** Elite, tem... Em todo canto tem... Toda cadeia tem...
8. **P1:** Todo módulo tem suas ‘elitezinha(s)’...
9. **E:** E o que é essa elite?
10. **P2:** Elite, assim... É como se fosse cachorro... Cachorro não vai lá e ‘mija’ no
11. poste pra marcar o território? A elite é mais ou menos assim... Cada um quer
12. demarcar seu território... Medindo força... Medindo... (não completa a frase)
13. **P1:** São muitas coisas...
14. **P2:** É... São várias coisas na cadeia... Então, as elites ‘divide(m)’ isso aí... **O**
15. território, o espaço, quem manda, quem não manda... Entende?... Quem obedece,
16. quem faz as coisas ...
17. **E:** E como é que se delimita isso: quem manda e quem obedece?
18. **P1:** Eu acho que são os que vão ficando mais velhos ... Os que vão ficando mais
19. velhos na cadeia sempre têm uma moralzinha a mais de que aqueles mais
20. ‘novo(s)’... quer dizer: chega um mais novo hoje, eu já ‘(es)to(u)’ com dois anos
21. na cadeia. Aquele chegou hoje... Eu já vou conversar com ele, porque eu já sei
22. como é o sistema todinho, eu vou conversar com ele... Vou passar pra ele... Aí, já
23. ‘(es)to(u)’ orientando ele... Aí ele já é o quê?... Quase um subordinado meu, que
24. vai me obedecer...
25. **P2:** E às vezes é pelo crime da pessoa , quando a pessoa é uma pessoa muito
26. sanguinária lá fora, e tal, que é muito respeitada no mundo da bandidagem... Aí,

27. quando vem pra a cadeia, aí tem seu espaço garantido, né?... É fulano, é
 28. conhecido e tal, aí...
 29. **P1:** É matador, é isso, aí...
 30. **P2:** Bom... Tem uma elite ali, aí... Pra assessorar ele ...
 31. **E:** Aí, se organizam assim. Aí os outros ficam com medo dessa elite, então? É
 32. isso?
 33. **P2:** É... Na maioria das vezes, o ‘cabeça’ mesmo não se envolve em nada... É...
 34. Não se envolve em nada... O que faz mesmo é o ‘robozinho’... Chamado
 35. robozinho ... Hehe...
 36. **P1:** é... Robozinho... É laranja...
 37. **P2:** É ele quem faz as coisas... Quem permanece no convívio, quem sai...

No caso citado, o espaço (do “chefe”) parece ter sido definido, por ser mais seguro, fora do alcance dos outros presos) pelo posicionamento do indivíduo, enquanto ex-diretor do presídio.

Este exemplo apresenta uma das estratégias de construção da hierarquia de poder – podendo nos levar à compreensão de como os grupos de dominadores-dominados, numa distribuição de poder horizontal, se apropriam do espaço – que não parece ser considerado o espaço arquitetônico - e, logo abaixo, como as territorialidades – no sentido arquitetônico – parecem se configurar a partir do próprio posicionamento do indivíduo, regulado pela configuração espacial do ambiente no qual o mesmo está inserido. Daqui, podemos encontrar pistas de que este posicionamento pode ser também constituinte do sujeito (Figura 31).

O agente penitenciário (AP) se posiciona na porta da cela, de maneira a impedir a entrada de outros presos neste espaço ou a saída de quem está dentro da cela, enquanto observa o setting. Da forma como o cenário está estruturado, pode-se perceber que a disposição espacial (a localização da porta, a parede de delimitação do banheiro, as camas postas lado a lado) parecem conformar o posicionamento dos indivíduos na configuração contextual apresentada.

A pesquisadora se posiciona entre o Agente Penitenciário e os presos, na tentativa de minimizar o constrangimentos dos presos em falar, na presença de um agente penitenciário, utilizando-se também da parede do banheiro para diminuir a visualização do agente penitenciário.

O preso 1 e o preso 2 falavam, enquanto os outros dois presos permaneciam sentados na cama, mais distantes da interação, numa posição que poderia ser interpretada

como relutante. O preso 2 é o representante do módulo, e, portanto, tenta tomar para si a atenção da entrevistadora, enquanto que o preso 1, um ex-agente penitenciário, fornece mais informações que o preso 2.

Podemos depreender quem detém maior poder, não só na transcrição dos diálogos, mas também na descrição do setting, onde se posicionam geograficamente aqueles que detém, de algum modo, o poder, em relação aos outros.

‘No caso da prisão não haveria sentido em limitarmo-nos aos discursos formulados sobre a prisão. Há igualmente aqueles que vêm da prisão: as decisões, os regulamentos que são elementos constituintes da prisão, o funcionamento mesmo da prisão, que possui suas estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que finalmente não são de ninguém, mas que são, no entanto vividas, assegurando o funcionamento e a permanência da instituição’(FOULCALT, 2004).

Consideramos a subjetividade como uma produção social e, portanto, coletiva. No contexto institucional, ela pode ser produzida na intersecção das práticas discursivas (imaginárias e simbólicas) e das práticas não-discursivas. Podemos dizer que o discurso subjetiva tanto quanto as práticas. Geralmente, o discurso oficial se apresenta lacunar (ideológico) e as práticas trazem embutidas, nas suas próprias condições de possibilidade, um outro discurso que, apesar de não dito, é perfeitamente visível e extremamente efetivo quanto à produção de subjetividade.

As práticas sociais não-discursivas podem ser detectadas nos detalhes do cotidiano do funcionamento institucional: são aqueles aspectos realmente concretos do modo como se fazem as diversas atividades, incluem o aspecto arquitetônico, o organograma formal e informal e o mobiliário. Estudando o modo concreto através do qual se executam as tarefas, podemos deduzir toda uma teoria e uma técnica relativas ao objeto institucional: as práticas embutem conceitos, definições, procedimentos e instrumentos para manuseio do objeto. Trata-se de fatos observáveis, visíveis, que não estão necessariamente ocultos. Eles tendem a não ser percebidos por seu caráter demasiado óbvio e por serem recobertos pelo discurso lacunar, que costuma mascará-los.

Este contexto pôde ser observado na pesquisa de campo, porém não foi permitida a gravação dos diálogos, nem a captura de imagens, por parte dos indivíduos da elite. Assim, a descrição a seguir reforça o que está dito acima:

O esquema abaixo apresentado (figura 32) tem o objetivo de setorizar as localizações dos indivíduos detentores do poder, dentro de um módulo. Em todos os módulos que apresentaram esta tipologia arquitetônica, sempre fomos recebidos pelo representante dos presos do módulo no ambiente representado 2, aqui denominado recepção de visitas, mas que se constitui no ambiente-refeitório, por onde entrávamos nos módulos.

É importante destacar que através deste mapeamento, podemos identificar as relações de poder descritas no Contexto da Atividade 2 (acima), pela localização geográfica dos indivíduos dentro do módulo, o que sugere que esta localização geográfica tem relação com o posicionamento do sujeito no grupo em que está inserido.

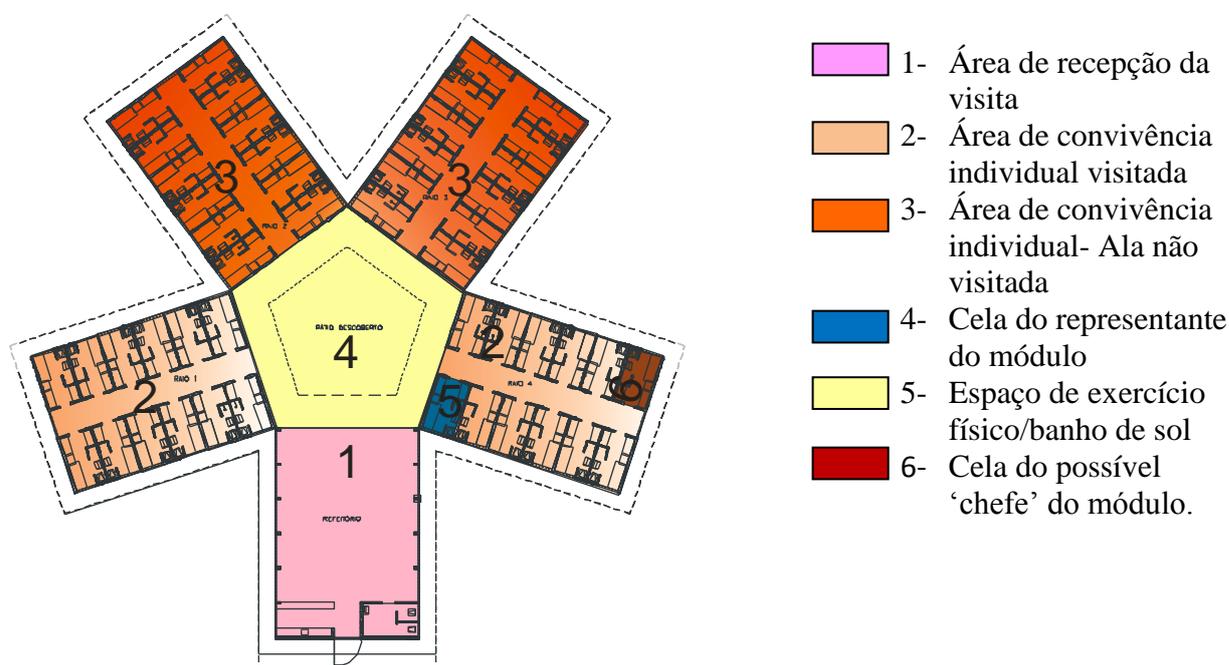


Figura 32: esquema de territorialidades do poder (elite) horizontal de um módulo

Tivemos permissão de acesso a duas das quatro alas de convivência (2), porém não obtivemos permissão de visitar as outras alas (3). Chegávamos a adentrar os portões de isolamento de cada ala, mas todas as celas permaneciam fechadas, sem qualquer manifestação de disposição em participar da pesquisa. Podemos deduzir que tal fato

acontece por diversas razões, tais como ser o local onde ‘moram’ as elites, ou os indivíduos que habitam este espaço estarem receosos de falar, ou diversas outras, porém vamos nos deter aos ambientes visitados , já que estes puderam ser analisados e vivenciados por nós.

Este módulo é destinado a abrigar indivíduos que se auto-denominaram ex-policiais e/ou policiais. Observamos que o representante do módulo se localizava na primeira cela da ala visitada, e na mesma ala, na última cela, se localizava o preso mais velho do módulo. Conversamos com o representante, que nos explicou como funcionava aquele módulo, permitindo que uma cela fosse filmada, e o ‘dono’ desta cela fosse entrevistado. Esta cela não pôde ser identificada, na figura 36, por questões de segurança do próprio indivíduo entrevistado²¹.

Considera-se relevante relatar um episódio, para maior esclarecimento acerca das conclusões apresentadas:

Feita a entrevista, o representante nos apontou para o senhor, sentado a frente do portão de acesso a esta ala, pedindo-nos que conversássemos com ele, explicando o objetivo daquela pesquisa, para que ele tomasse conhecimento, caso contrário “haveria problemas”, o que nos fez concluir que aquele senhor era o chefe do módulo.

Nos dirigimos até sua cela, mas não foi permitida qualquer gravação, por questões de segurança. Este indivíduo disse que ficava naquela última cela porque era mais tranqüila, o que depois foi explicado pelo representante como sendo por motivo de segurança, uma vez que este senhor já fora diretor do presídio, e corria risco de vida se os outros presos o vissem. O representante explicou também que “este senhor era muito respeitado, por ser mais velho, já que as pessoas mais velhas tem mais experiência”, o que nos reporta à transcrição acima, explicando o que é ‘Elite’. Neste caso, o representante desempenha o papel de mediador, embora o poder de controle do módulo seja do preso mais velho, ex-diretor do presídio.

Se não de modo explícito, as relações de poder parece apresentar dinâmicas de estratégias sempre atuantes, presentes em toda parte, em todos os lugares. Tais lugares revelam-se como multiplicidade de relações de forças, em uma troca permanente que,

²¹ Obtivemos a informação de que alguns dos indivíduos que se propuseram a contribuir com a pesquisa sofreram retaliações. Apesar disso, todos os indivíduos entrevistados se mostraram dispostos a participar.

através de incessantes enfrentamentos declarados ou velados, transforma, reforça, inverte, origina apoios, pontos de resistência. Relações de poder enformam práticas das quais emergem discursos, num procedimento circular produtivo, do qual emergem indivíduos, sujeitos, subjetividade.

6.1.2. Premissa 2: Regra das localizações funcionais

Dentro do contexto de separação hierárquica que se define pelos componentes arquitetônicos de vigilância e controle, a organização celular desempenha um papel importante, ligada ao “*projeto de transformação dos indivíduos*”(FOULCALT, 2004), pois possibilita uma decomposição estratégica da coletividade carcerária, fixando separadamente cada interno em um recorte específico no espaço. A partir dessa decomposição, a vigilância pode assumir um caráter individualizador, atingindo isoladamente cada um dos detentos e possibilitando, para cada um, formas próprias de tratamento e um controle mais preciso do ambiente prisional (ver figura 34).

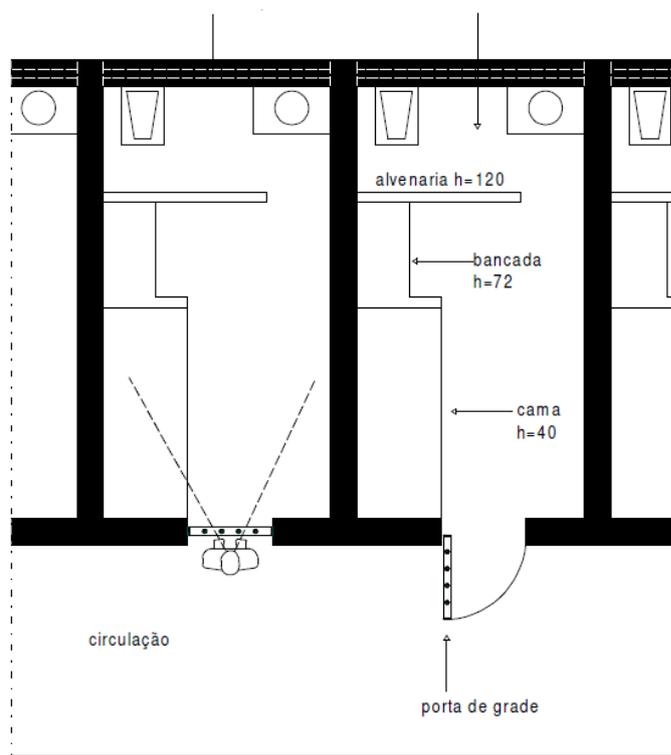


Figura 33: Planta das celas do Centro de Reeducação de Governador Valadares.

Fonte: AGOSTINI, 2002, p.53

Além disso, a atomização é alcançada ainda pela criação de subgrupos específicos de distribuição dos indivíduos em setores bem definidos. Para tal, o espaço

passa a ser concebido a partir de uma espacialização funcional rígida: para cada recorte, uma atividade prevista e devidamente controlada - dormir, comer, tomar sol, praticar exercícios físicos, trabalhar ou estudar. Todo o espaço interno torna-se, a partir dessa compartimentação funcional, esquadrihável, passível de observação e de um manejo racional, segundo critérios pré-definidos por quem o planejou e por quem o opera.

Ocorre que, por outro lado, o espaço também torna-se esquadrihável por quem nele habita. A partir desse esquadrihamento e da possibilidade de manejo racional, parece consolidar-se uma série de atividades culturalmente compartilhadas e, portanto, pré-estabelecidas pela coletividade, possibilitadas pelo espaço, cujo objetivo é reagir às ações do operador.

Contexto da Atividade 3: Entrevista em cela

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora, Preso 1.
- Evento: Entrevista sobre figuras desenhadas na parede.
- Local: cela do módulo de vivência

1. **E:** O que é isso?
2. **P:** Ah... É um desenho
3. aí, que os '*menino(s)*'
4. faz pra marcar... pra não
5. esquecer quem é de cada
6. qual...
7. **E:** Quem é de cada qual?
8. Como assim? De cada
9. cela, é?
10. **P:** é... Cada um de cada
11. cela... É como se fosse
12. os '*endereço(s)*'...

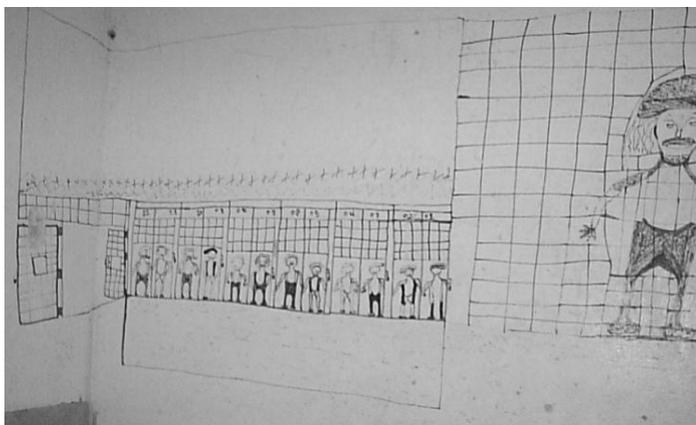


Figura 34: foto desenho feito na parede da cela.

Apesar de não ter explicado o que significam os '*endereço(s)*', podemos concluir que o desenho representa caricaturas dos presos, localizados em cada uma das suas respectivas celas. Essa imagem pode ser considerada uma representação simbólica da serialização da qual falamos anteriormente.

Uma situação descrita por um agente, que comumente acontece, é o indivíduo quebrar a parede lateral da cela para chegar à vizinha, com o intuito de matar algum indivíduo alojado na mesma. Podemos supor que a informação representada na figura 34

facilita o conhecimento da localização dos indivíduos, num caso de planejar como chegar à cela desejada ou com que indivíduos o interessado terá que negociar para chegar à mesma.

6.1.2.1. Descrição e análise

Tomemos a transcrição a seguir para análise:

Contexto da Atividade 4: Entrevista em cela

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora, Preso 1, Preso 2, Preso 3, Preso 4, Agente Penitenciário.
- Evento: Entrevista sobre a 'elite'.
- Local: cela do módulo de visitas.

1. **E:** Em termos do espaço(arquitetônico), assim, você acha que todos os... O
2. espaço para preso condenado não precisa ser diferente? Ou precisa ser diferente
3. do de preso sub-judice?(1)
4. **P2:** É...
5. **P1:** Tem que ser diferente, porque ali a pessoa vai tirar o restinho da cadeia,
6. né?... Da gente... A gente tem que ter um lugar reservado pra a gente... **Ficar**
7. **liberado, no caso, não ter aquele negócio que nem sub-judice... Hoje você**
8. **'(es)tá' aqui... Amanhã você '(es)tá' ali... O condenado não tem esse**
9. **negócio... O condenado vai ficar naquele canto só (2)...**
10. **P2:** E o espaço da cadeia em si, é pequeno... Todas as cadeias, né?... E
11. **também nem poderia ser maior... Pela quantidade de preso que tem no**
12. **Estado (3)...** Até as delegacias são abarrotadas de preso... Justamente,
13. aguardando... **Quer dizer: se a cela fosse maior, o espaço da gente fosse**
14. **maior, caberia menos gente (4), né?**
15. (//)²²
16. **P2:** É... Aqui é um módulo diferenciado, né?... **Esse módulo do trabalhador é**
17. **um módulo diferenciado dos outros módulos... Porque aqui é onde '(es)tá' o**
18. **peçoal que trabalha diretamente com a direção da cadeia (8)...** Que
19. movimenta o presídio, que paga almoço, que limpa a cadeia, que interage
20. diretamente com a direção... Tem acesso lá fora, tem acesso a levar o lixo... A
21. transitar lá fora... A trabalhar fora do presídio... Então, isso pra os outros presos,
22. na maioria das vezes, é uma coisa sinistra né?... Porque, geralmente, o módulo da
23. cadeia em si bate de frente com a direção, porque exige certas coisas que a
24. direção não pode dar e a direção exige certas coisas que o preso não pode fazer...
25. Tá entendendo?... **Aí como esse módulo tem esse acesso todinho, aí o pessoal**
26. **fica naquele pé atrás (9), né?... (//)**
27. **E aqui, têm presos aqui que não tem convívio em outros módulos... Tem**
28. **problemas (10)...** De tara, desses negócios assim, que não tem convívio... Aí
29. vem pra cá e... Às vezes, um preso que tá aqui e toda a cadeia fica revoltada que
30. vê a entrevista na televisão... Do fato que ocorreu, e tal... Aí o pessoal...
31. **P1:** Porque o pessoal fica mais ou menos, aí preferem botar aqui... Ta
32. entendendo?... **Aí o pessoal fica 'brab(v)o', que aqui é um módulo que só tem**
33. **gente que tem (dinheiro) e (11)...** Aí isso cria atrito com essas pessoas dos
34. outros módulos... **Mas, no caso, eu já trabalhei nesse corredor aí, também, e**

²² Este símbolo significa que houve um corte na transcrição, apresentando-se apenas os trechos relevantes para o que se quer demonstrar.

35. **eu tenho muita amizade, que eu já fui do presídio** (12)...
36. **P2:** Eu fui agente penitenciário... Durante cinco anos...
37. **P1:** aí conhece muita gente... Aí, quer dizer... Aí a gente...(foi chamado do lado de fora).
- 38.

O módulo onde os indivíduos da transcrição acima estão inseridos trata-se de uma área que, originalmente, se destinava a recepção de visitas íntimas, conforme se vê na figura 38, posteriormente transformado em módulo de vivência. Sua implantação próxima ao acesso e à administração denota a restrição de acessos das visitas a estes ambientes.

Conforme podemos observar, quando perguntado sobre o espaço, o preso se refere ao pouco espaço disponível (10) e faz uma relação entre dimensão de espaço disponível e a quantidade menor de presos que o mesmo espaço poderia abrigar (14), parecendo concordar com espaços pequenos disponíveis por vagas, o que nos indica a prática da superlotação das unidades.

O preso insiste em dizer que ali é um módulo diferenciado (17). Analisando sobre essa diferenciação, podemos inicialmente refletir sobre a apropriação desse módulo como área de convivência.

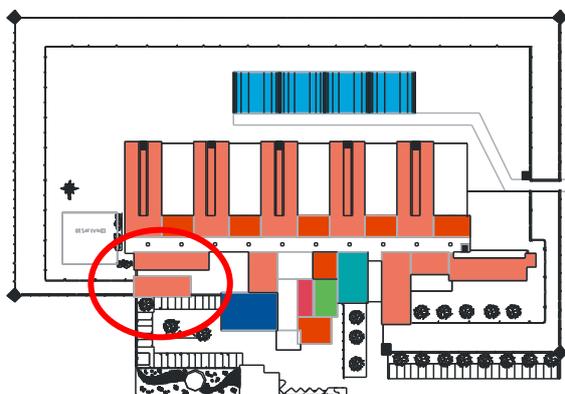


Figura 35: esquema de zoneamento observado em pesquisa de campo.
Fonte: Cordeiro, 2002 (edição da autora)

Percebe-se a diferenciação, por exemplo, pela posição do módulo na planta, em relação aos demais módulos de convivência, todos localizados de um lado da circulação, com solários laterais às galerias de celas, com módulos de educação, mais afastados da área frontal do edifício. Além disso, a proximidade deste módulo em relação ao módulo de agentes penitenciários parece demonstrar que as relações de negociação são mais proximamente interligadas.

Também podemos perceber que não existem pontos de vigilância criados posteriormente, como observamos nos demais módulos, o que nos parece indicar uma menor vigilância fixa deste ambiente, embora tenhamos percebido, no vídeo, que um agente penitenciário passa por cima do muro, observando este ambiente (figuras 36 e 37).



Figura 36: Foto de agente passando por cima do muro do módulo, vigiando.



Figura 37: Foto de agente passando por cima do módulo, vigiando.

Tal fato pode ser explicado pela possibilidade de sair da unidade, pela facilidade de acesso ao exterior da unidade, não sendo necessário fugir para isso, o que parece nos demonstrar uma relação de certa confiança relatada na transcrição.

Além disso, podemos verificar a configuração do ambiente cela, neste módulo, também diferenciada. Uma vez que o projeto arquitetônico desta unidade previa o uso de uma unidade masculina de regime semi-aberto e sua ocupação se deu com indivíduos sub-júdice, algumas importantes modificações foram efetivadas. Uma delas seria a inutilização de um módulo de visita íntima, uma vez que os presos só detêm este direito quando em cumprimento de pena de reclusão²³. Haja vista a existência desnecessária de um módulo de visitas íntimas, este passou a ser utilizado como módulo de vivência, sendo necessária a modificação (conforme dito pelo Intendente do Sistema Penitenciário) apresentada.

Originalmente, a cela deste módulo se configurava como na figura 38, porém, durante o primeiro ano de uso, foi modificada pela administração, passando a se configurar conforme a figura 40, abrigando indivíduos presos, como módulo de convivência coletiva:

²³ Segundo LEP.

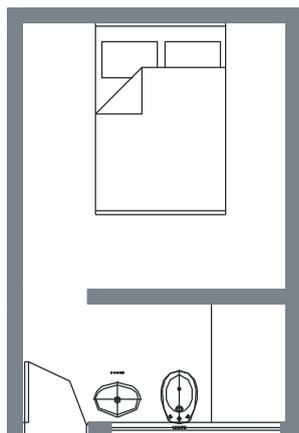


Figura 38: Planta baixa quarto de visita íntima previsto em projeto

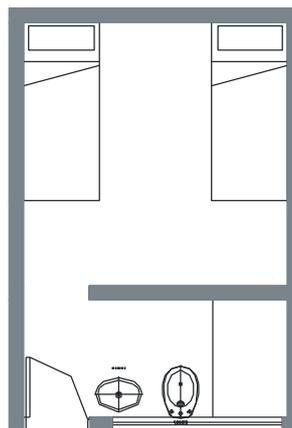


Figura 39: Planta baixa cela, modificado em 10 anos de uso.

A transformação do espaço destinado à visita íntima (figura 39) para cela parece, inicialmente, ter se dado apenas pela re-divisão das camas, passando de uma cama-casal para duas camas de solteiro, fato que nos diz que esta cela teria capacidade para abrigar, agora, dois indivíduos por cela. Esta delimitação da capacidade é ou não obedecida em função da quantidade de indivíduos existentes no módulo, podendo ter mais de dois indivíduos em cada cela, os quais desenvolvem mecanismos de re-organização da mesma.

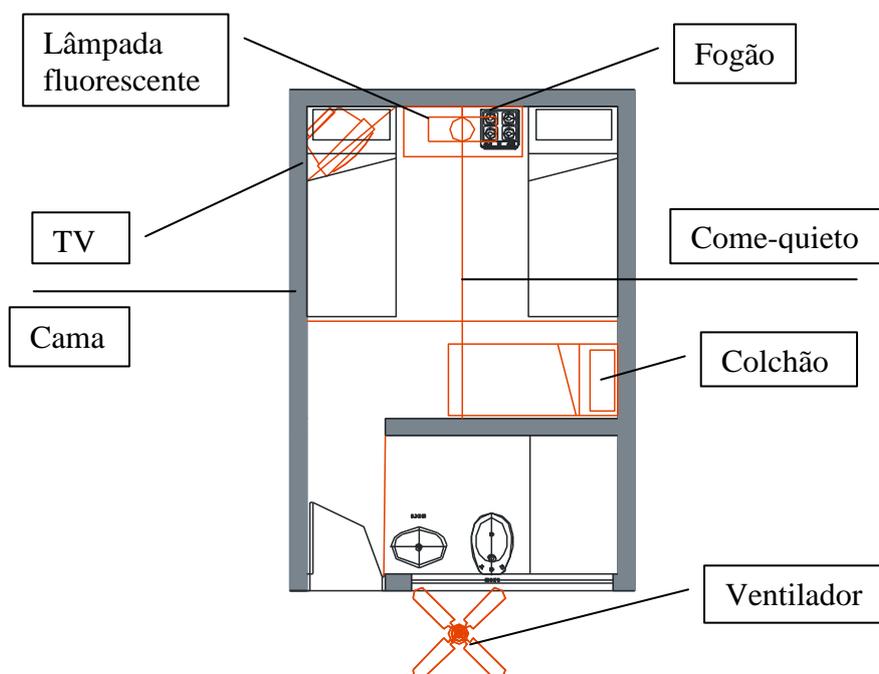


Figura 40: Planta baixa de modificações pela apropriação da cela

Mas esta configuração diferenciada de celas, com banheiros equipados com louças sanitárias diferentes das demais celas de convivência, portas de madeira em vez de grades, fazem deste módulo um lugar diferenciado dos demais. Prova disto, é a ocupação

do mesmo com presos trabalhadores, com boa relação com a administração, dando-nos pistas das negociações existentes neste ambiente e como o espaço arquitetônico é utilizado para mediar estas negociações.

Os indivíduos entrevistados, quando se referem a “um módulo diferenciado” com uma boa relação com a administração, provavelmente falam dessas diferenciações arquitetônicas, embora não seja dito no discurso. Podemos dizer que, neste momento os indivíduos estão se auto-intitulando “indivíduos diferenciados”, por se apropriarem deste módulo, fato que demonstra a relação dialógica entre espaço-indivíduo.

Observando as modificações ocorridas na cela pela apropriação desta pelos usuários, algumas outras pistas parecem reforçar o que dizemos acima. Um exemplo disso é que, neste módulo, observou-se que as celas não possuem refrigeradores, como nos demais módulos, porque os indivíduos recebem os alimentos da própria cozinha, preparando-os nas suas celas, enquanto nos outros módulos, os indivíduos dizem receber os alimentos que a família traz.

6.1.3. Premissa 3: Classificação e serialização

A compartimentação funcional do espaço prisional ocasiona ainda uma outra estratégia de controle do cotidiano: a setorização racional das atividades no espaço. Obedecendo a uma lógica hierárquica espacial bem definida, essa setorização passa a ser então pensada a partir da combinação de demandas de fluxo, aglutinação e período do dia em que cada atividade é realizada, configurando-se, assim, uma setorização espaço-temporal (CORDEIRO, 2006).

Somados, espacialização funcional e setorização espaço-temporal passam a contribuir decisivamente para a instauração no ambiente prisional de uma rotina planejada em todas as suas instâncias. O dia desenvolve-se a partir de uma sucessão de ações executadas dentro de uma seqüência lógica, regulada pelos limites impostos pelos componentes arquitetônicos, e que nunca se fundem ou se deslocam dos espaços para os quais foram concebidas.

Dentro deste mecanismo é possível ordenar, então, a ocupação dos setores do edifício de acordo com os horários previstos para cada atividade: setores a serem utilizados somente durante as manhãs, as tardes ou durante as noites. A distribuição de pessoas no

espaço pode ainda ser pensada de acordo com os momentos de maior ou menor aglomeração e fluxos, pretendendo facilitar ainda mais o controle interno por parte da administração.

A organização do espaço prisional também permite, em determinadas situações, a inversão da lógica de subdivisão da coletividade, a despeito da possibilidade de prejuízo do controle em determinados momentos. Tal inversão pode explicar a existência dos grandes pátios para banho de sol em nossas penitenciárias, um espaço que possibilita a reunião monitorada de toda a coletividade em momentos críticos, como uma ameaça de rebelião (ver fotos 41 e 42).



Figura 41: controle após rebelião, em 21/12/07. Fonte: <http://www.cacador.net/portal>, acesso em 28/11/08.



Figura 42: controle após rebelião, em 21/12/07. Fonte: <http://www.cacador.net/portal>, acesso em 28/11/08.

Podemos observar nas figuras acima que, em momentos de necessária aglomeração para retomada do controle, os pátios de sol (solários) se constituem neste espaço de retomada de poder, sem qualquer proteção visual. Além disso, os indivíduos que aqui permanecem nestes momentos, ficam desnudos, com o argumento de revistar se alguém guarda alguma arma, mas nos parece muito mais uma tentativa de humilhação, de imposição do poder agora retomado.

Segundo Foucault (apud AGOSTINI, 2002) estes dois - espacialização funcional e setorização hierárquica - contribuem também para a instauração de uma vivência absolutamente artificial do tempo no cotidiano dos estabelecimentos penais, considerando que a imposição de uma rotina pautada por uma seqüência de atividades em espaços funcionais específicos acaba por conferir à noção de tempo a dinâmica de um cronômetro - para cada atividade, uma duração e um local previstos, a serem rigorosamente atendidos,

argumentando que, mais do que qualquer outro “espaço da racionalidade”, a prisão instaura em seus domínios um diagrama de forças que,

Nos move como se fôssemos máquinas, e os nossos menores gestos são comandados por um relógio onipresente. Nossos minutos são os minutos do outro (SANTOS, 1988).

Além de uma criteriosa separação da coletividade e dos fluxos ao longo do dia pela distribuição de atividades no espaço em horários pré-determinados, alguns dispositivos construtivos propostos por nossa legislação podem ainda incrementar as formas de se organizar a utilização do tempo nos estabelecimentos penais. Mais do que o agenciamento dos deslocamentos e aglomerações, eles visam controlar as próprias necessidades físicas de cada preso.

“Todos os serviços das celas, como iluminação artificial, descarga nos vasos turcos, água nos chuveiros, poderão contar com comando externo centralizado (de acordo com as peculiaridades de cada estabelecimento) e obedecerão a horários preestabelecidos obrigatoriamente nos estabelecimentos de segurança máxima especial e opcionalmente nos de segurança máxima e média.” (CNPCP., 2005)

Investe-se numa elaboração temporal do ato através de uma decomposição precisa dos gestos e movimentos, visando ajustar o corpo a imperativos temporais. Assim, *"o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder"* (FOUCAULT, 1999, p.129). O controle disciplinar põe o corpo e o gesto em perfeita e absoluta correlação, pois *"um corpo bem disciplinado é a base do gesto eficiente"* (FOUCAULT, 1999, p.130).

A tentativa de controle artificial do tempo, alcançada em um meio que busca impor outra percepção de tempo e espaço, justifica-se pela tentativa de fortalecimento do processo de controle e disciplinarização característicos ao ideal de edifício prisional.

Todas as premissas do edifício prisional até aqui apresentadas valem-se de estratégias de organização do espaço a partir de esquemas lógicos de setorização, compartimentação e visibilidade. No entanto, podemos identificar uma segunda abordagem que, somada à organização geral do espaço, permeia toda a produção de estabelecimentos

penais, contribuindo de maneira contundente para o estabelecimento de um ambiente disciplinar. Referimo-nos aqui à série de tecnologias e mecanismos minuciosamente detalhados que sempre acompanham essa arquitetura, interferindo diretamente em todas as ações cotidianas dos presos.



Figura 43: sala de controle



Figura 44: sala de parlatório

Em nosso caso, destacam-se já na própria legislação mecanismos e detalhes concebidos dentro de uma estrutura lógica e com objetivos bem específicos. Somam-se ainda a todas as recomendações diversos outros procedimentos consolidados pela prática de projeto arquitetônico, de modo a reforçar a busca por parte dos planejadores de uma arquitetura que regule todas as possibilidades de ação cotidiana.

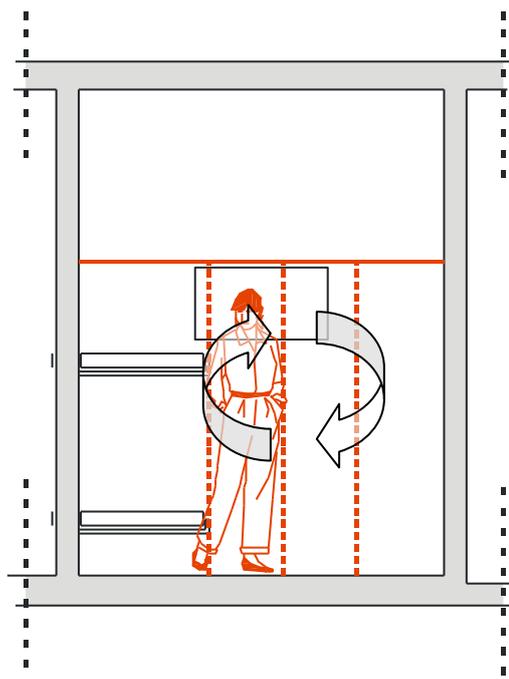
Em seu conjunto, todas as articulações, detalhes técnicos e mecanismos presentes em nossos edifícios penitenciários superam em muito um papel meramente coadjuvante no cotidiano prisional. Na realidade, é exatamente através destes detalhados aparatos que todo um ideal de controle exaustivo do cotidiano se pretende instaurar.

6.1.3.1. Descrição e análise

Contexto da Atividade 5: Entrevista em cela

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora, Preso 1.
- Evento: Entrevista sobre a 'elite'.
- Local: cela do módulo de visitas



1. E: Porque que vocês colocam esses panos aí em cima?
2. P: A gente coloca pra não... ficar melhor... Aberto por cima... Fica melhor...
3. Que o ar às vezes vem, aí fica tudo circular aqui dentro da cela... Aí fica
4. *'mais'*, melhor, fica mais a vontade ...
5. E: É melhor, é?
6. P: Humhum...
7. P: Às vezes a gente precisa desse pano pra jogar ...
8. E: Pra jogar?!
9. P: É... Pra jogar no campo, pra dar umas carreirinhas... Uma vez por semana,
10. às vezes tem duas vezes... *'(es)Tá'* até parado agora... Tem uns oito dias que
11. a gente não sai... Terça-feira passada ... A gente precisa de campo... Foram
12. até falar com o juiz pra tirar o campo da gente, né... Porque aqui o nosso
13. espaço é pequeno... Nos outros módulos, tem a quadra ali pra eles
14. jogarem... E nós, não... Só tem esse espaçozinho ... Joga aí... A gente ta
15. jogando aí, agora... Quando tem roupa estendida, ai a gente não pode
16. jogar... Quando a roupa enxuga, bota pra dentro, pra jogar... Aí tem o espaço
17. aí, mas *'(es)tá'* aí querem tirar... É o único benefício o único recurso que a
18. gente tem pra a gente sair, e só... A gente sai pra a direção... Pra a
19. enfermaria... Mas pra a gente correr, tem que correr no campo... Tem que
20. dar umas carreirinhas pra movimentar... Como é que a gente fica, no dia-a-
21. dia aqui dentro, desse jeito?...

Nesse exemplo, podemos observar como o espaço e o tempo são serializados. O pano é utilizado para delimitar o *'come-quieto'*, quando acontece a visita íntima; o pano serve de teto, para diminuir a altura deste (pé-direito), com o objetivo de restringir o espaço de circulação de ar, para a altura do usuário; o pano serve para delimitar os

corredores por onde a visita vai passar, quando não estiver ocorrendo visita íntima; o pano serve para jogar (não fica claro como é utilizado para este evento).

Além disso, é interessante observar a utilização do mesmo artefato para potencializar o “conforto ambiental”, uma vez que o indivíduo explica que o pano utilizado serve pra diminuir a altura do teto, melhorando a circulação de ar. Em termos técnicos, ele procura melhorar a ventilação na altura do usuário, diminuindo o pé-direito da cela. Há, portanto, na ação de modificação do espaço com a colocação de um artefato (pano), tanto uma tentativa de auto-organização deste espaço, do ponto de vista de subverter o mesmo, quanto de potencializar determinados funcionamentos dos componentes arquitetônicos, como que numa concordância com o espaço.

Segundo Goffman (1987, p. 63-66), a vida no contexto institucional produz alguns efeitos específicos no grupo dos internados. Efeitos que não estão previstos nos objetivos oficiais do estabelecimento e que acrescentam novos problemas para a equipe dirigente. Costumam surgir no grupo dos internados uma percepção particular do tempo (BENNELI, 2004, p.156).

Toda vivência se desenrola no tempo, quer seja ela repetitiva ou variável. Além disso, mesmo na repetição de eventos, há uma variabilidade no espaço-tempo, onde novos eventos se desenrolam, orientados por objetivos contextualmente emergentes, podendo assim manter suas características de continuidade e (quase) estabilidade, enquanto em constante mudança e evolução.

Contexto da Atividade 6: Entrevista em cela

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora, Preso 1.
- Evento: Entrevista sobre figuras na parede.
- Local: cela do módulo de vivência

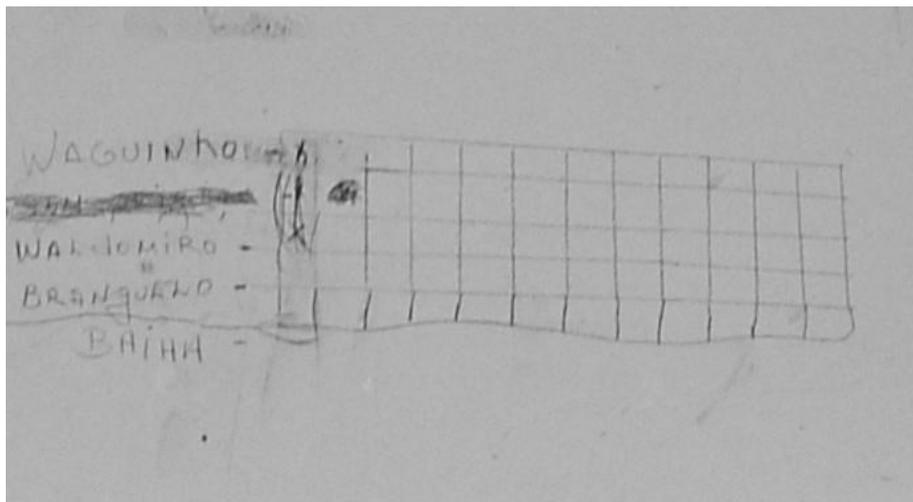


Figura 45: foto desenho na parede de cela

1. **P:** Aqui é a lista da faxina...
2. **E:** é?
3. **P:** Aí no caso a gente vai aqui de dois em dois dias... Uma geral... Lava com sabão em pó e água sanitária... O sanitário é lavado diariamente... Geralmente o último que for tomar banho a noite lava o sanitário... E a cela é de dois em dois dias... Não só as celas, tá entendendo? ‘É(são)’ as celas, o pátio todinho, o banheiro, ali onde a gente teve a visita... Tudo lavado... o presídio, os corredores... É tudo lavado...
4. Entre outras normas que tem, que a gente não pode se aprofundar muito... Senão os meninos diz: “óia um cara cagoetando”...(riso)

No contexto acima (figura 45), aparece representado na parede o ‘cronograma’ de faxina, para que cada um dos indivíduos que ocupe esta cela saiba a sua vez de fazê-la. Assim, controla-se a atividade da faxina no tempo.

Cada um dos quatro indivíduos que habitam a cela têm seu nome na lista, registrando-se um revezamento na realização da faxina. O quinto indivíduo do registro, colocado fora do quadro da lista, é um indivíduo que chegou no módulo há duas semanas, não tendo lugar na cela. Este indivíduo ainda não delimitou seu lugar, dormindo nos espaços que sobram na cela. A sua desterritorialização parece estar representada na imagem acima.

O espaço prisional, atravessado pelas concepções de prescrição/regulação de eventos e de ações desejadas/indesejadas, busca dar forma a todos os possíveis mecanismos de imprevisibilidade das ações individuais. Seja pela eliminação da noção de privacidade, pela imposição de obstáculos ao movimento, pelo controle da disponibilidade do tempo, pela espacialização funcional dos espaços ou pela vigilância exaustiva, firma-se

como objetivo maior o estabelecimento de um processo onde o interno passe a agir de maneira submissa ao universo disciplinar que lhe é imposto.

Dessa forma, para seus habitantes, os presos, este espaço transformar-se-ia em espaço inimigo: primeiro porque isola e exclui, e, segundo, porque busca destruir todas possibilidades de afirmação das individualidades (AGOSTINI, 2002). Para tal, seus mecanismos de controle buscam estender-se até mesmo aos menores e mais corriqueiros gestos diários, inscrevendo o corpo em uma rotina disciplinar que lhe é estranha, e que é pautada por uma vivência de mundo definida por Agostini como radicalmente artificial.

Não obstante, percebemos a emergência de novos contextos que são orquestrados pelas relações sociais e pelas relações espaciais, que se regulam mutuamente, produzindo uma realidade particular e emergente, cotidianamente, a qual, longe de ser artificial, refuta seu caráter contingente e auto-organizador.

Tais observações nos levam a crer, portanto, que se constituem os processos de co-construção e mútuas transformações dos sujeitos em determinadas situações, mediados pelas configurações espaciais em que estão inseridos, abarcando interações, contextos, papéis atribuídos e assumidos pelos participantes e significados culturais que canalizam o desenvolvimento das pessoas e situações.

6.2. *Subversão e Concordâncias*

Confrontando as noções de cotidiano e planejamento, Michel de Certeau (1994), em “A Invenção do Cotidiano”, coloca em xeque o mito da máquina prisional perfeita, capaz de exercer uma vigilância permanente e um controle irrestrito sobre o que é vigiado. Para ele, mesmo que singelos e anônimos, diversos procedimentos de resistência em relação à uma organização cotidiana imposta estarão sempre em ação, subvertendo em vários momentos o diagrama assimétrico de poder que é o espaço prisional (1994, p.115).

Vale esclarecer que, não obstante as premissas de concepção do espaço analisadas repercutam no dia-a-dia prisional, as possibilidades de resistência, não implicam em uma total liberdade de ação e um total fracasso da organização formal promovida pela proposta arquitetônica. Não há, portanto, apenas subverções, mas também reforçamento de alguns objetivos espaciais, pelos presos.



Figura 46: Foto de gambiarra de iluminação, para clarear o corredor e a venda.



Figura 47: Foto de freezer, chamado de 'vendingha'.

Por exemplo: originalmente, o projeto arquitetônico contemplava uma iluminação embutida na parede, sem acesso pela face interna da parede, protegida por grade. A manutenção se daria apenas pela face externa da parede, voltada para o corredor.

O controle da iluminação era totalmente feito da sala do agente penitenciário, para evitar desperdícios de energia. Não se pode precisar quando esta modificação ocorreu devido à grande rotatividade de indivíduos neste estabelecimento. A explicação para tal adaptação é a melhor iluminação do corredor. Contudo, percebeu-se que esta iluminação serve também para iluminar o cartaz pregado na parede, bem como o freezer, que serve de

‘venda’ de refrigerante. O próprio agente penitenciário compra aí, segundo ele, o refrigerante.

Contexto da Atividade 7: Entrevista em circulação de módulo de vivência

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora, Preso 1, Preso 2, Preso 3, Preso 4, Preso 5, Agente Penitenciário.
- Evento: Entrevista sobre a ‘elite’.
- Local: cela do módulo de visitas.

1. E: Aquela luz ali, aquela lâmpada ali... Botaram ali por quê? Ficava muito escuro aqui, é?(1)
2. P1: É. Fica muito escuro o raio a noite, fica muito escuro...
3. E: É porque tiraram as lâmpadas dali, né?
4. P1: **é uns presos muito desobedientes** (2)... Uns sim e outros não, né? É que a maioria, aí... Tira esses pedaço pra se armar, pra... Fazer uma arma, pra se proteger, pra se armar, até pra fazer uma arma... **Essas caixas de lâmpada ‘serve(m)’ até pra fazer uma arma** (3)... Na época da outra administração, o pessoal ‘tiraram’ pra... Num era nem na administração dele, né... Tiraram tudinho pra fazer faca, esses negócio assim... Eles se armaram, né... **Aí depois vai caíndo, como diz na cadeia, o linguajar da cadeia, vai caíndo... Vai sendo ‘fragado(flagrado)’ faltando a disciplina, vai pro caixote, pro isolamento,**(4) tal... Depois eles ‘tira(m)’ e ‘volta(m)’ pros módulos, né...
5. AP: ... Agora nós estamos aos poucos mudando, né?...
6. E: Tem que mudar, né, porque se não mudar, não adianta...
7. P5: ... Eu quero ser professor, aí... De 1ª a 4ª série, de 5ª a 8ª eu dou aula (5)...
8. AP: Na maioria dos módulos nós temos uma cantina... **O cara bota uma cantina, é por que... Pra não ver o filho e a esposa passar necessidade** (6)... Aí chega um ‘funcionário(s)’ – que não é o caso – se existe essa deficiência, mas nós vamos quebrar ...
9. AP: **Aí, na cantina: - ‘me dê’ um cigarro... ‘Me dê’ isso... ‘Me dê’ duas carteiras de cigarro... E o cara, teme represália e dá** (7)... Mas ele compra, né? **Então agora, eu já vou tomar um refrigerante... Foi cinco reais... Um refrigerante com algumas coisas aí... Entendeu** (8)?... Aí eles, às vezes muitos se sentem incomodados... “olha o diretor, entra nos módulos!” ... Mas aí é porque eles adentravam pra – não sei se ainda existe isso no sistema, mas nós agora estamos combatendo – pra extorquir... Ameaçar... Aí ...
10. E: Aí vocês dão o exemplo pra poder...né?...
11. AP: A direção só sabe dessas deficiências se entrar... Se não entrar...
12. P3: **Se não olhar, não vê** (9)...

Em nossa realidade observa-se que os recursos de controle e disciplinarização viabilizados pelo aparato tecnológico presente na arquitetura não são suficientes para neutralizar todas as ações e intervenções dos indivíduos no cotidiano institucional, dando início a uma série de desvios em relação ao exaustivo plano disciplinar previamente idealizado.

Longe de engendrados exclusivamente pelos detentos, estes desvios começam a se dar no próprio redirecionamento formal dos estabelecimentos, ou seja, a partir de modificações promovidas pelas equipes dirigentes com o objetivo de implantar novas estratégias de controle da massa carcerária e manter as posições de controle.

Assim, o próprio aparato tecnológico que visava o controle e a vigilância, além de outros objetivos, permite a emergência de outros usos, cujos objetivos se fundam na negociação das relações sociais. O tempo, antes idealizado como o do cronômetro, e o espaço, antes o da produção eficiente e regulada, passam a ser vivenciados não raramente dentro de configurações contextuais emergentes e variáveis.

A insatisfação dos presos com o tempo perdido pela ociosidade não deixa entretanto de ser interessante às instituições penitenciárias. Para as equipes dirigentes, ela passa a representar um trunfo no processo de dominação da massa carcerária, à medida que estas, que detém o poder de manipulação dos limites e do funcionamento do espaço, podem torná-lo mais ou menos acessível de acordo com o comportamento de cada interno. O espaço reveste-se então do valor de uma moeda que pode sinalizar formas de gratificação ou coerção.

Além desse desvio institucional, encontraremos em nossos estabelecimentos inúmeras formas de subversão às regras oficiais que são sistematicamente originadas no meio dos presos. Mais do que a simples resistência à ordem imposta, este processo será geralmente acompanhado pela criação de regras paralelas que permeiam toda a rotina prisional em diversos níveis. Em muitos casos tratam-se de sutis formas de apropriação do espaço visando minimizar a eficiência do aparato disciplinar e a exposição ininterrupta dos indivíduos pela vigilância.

Contexto da Atividade 8: Entrevista em cela

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora, Preso 1.
 - Evento: Entrevista sobre a 'elite'.
 - Local: cela do módulo de visitas
1. **E:** aí como é que faz, por exemplo, se as duas mulheres quiserem ir pro banheiro no mesmo tempo? Na mesma hora?
 - 2.
 3. **P:** se já tiver uma lá, aí vem aqui, aí bate... Se tiver gente, aí uma fica esperando ali, enquanto a outra terminar pra a outra ir...
 - 4.



Figura 48: Foto cortina para manter a privacidade.
Fonte: Cordeiro, 2008.

Em outros momentos, mais do que sutis intervenções, as formas de resistência engendradas pelos detentos passam a representar violentos e ostensivos desafios ao universo disciplinar idealizado pelas equipes dirigentes, pondo em risco inclusive os mais importantes preceitos de funcionamento do espaço prisional.



Figura 49: Foto de dentro da sala de controle, depois de rebelião.
Fonte: Cordeiro, 2008.



Figura 50: Foto de armas fabricadas com componentes arquitetônicos.
Fonte: Cordeiro, 2008.

Via de regra, presenciamos o inevitável surgimento de lideranças informais que se impõem sobre os demais presos e também passam a confrontar as regras oficiais nos estabelecimentos.

Transformando-se em parte integrante da realidade prisional, toda essa prática informal e suas lideranças passam a demandar um redirecionamento por parte da administração em relação às suas estratégias de controle. Dentro desse processo, torna-se comum, por exemplo, a utilização de outros recursos de dominação, surgindo um ambíguo jogo de exploração da própria delinquência como uma forma de controle.

Como exemplo, podemos indicar como a própria organização espacial, que deveria em princípio possibilitar a subdivisão da coletividade como forma de manutenção da disciplina, passa a ser aproveitada pela administração para fins opostos, potencializando conflitos internos, a desunião e mesmo a violência entre presos como meio de enfraquecimento da massa carcerária.

Contexto da Atividade 9: Entrevista em cela

- 1 E: Mas vocês num tem aquela coisa de ser proibido aqui, né, de você “trair”?
- 2 P: Trair?
- 3 E: De traír o outro assim...se o cara pegar o telefone da sua namorada...
- 4 P: Se descobrir... Se for descoberto...
- 5 E: Aí...
- 6 P: **É grave** ... É regra aqui dentro do sistema mesmo, sabe? (silencio longo)
- 7 E: É porque eu conversei uma vez com um rapaz, aí ele disse que quando era na hora
- 8 de visita - isso foi em São Paulo ...
- 9 P: Porque é o seguinte...olhe: na visita ... **A gente ‘(es)tá’ sem camisa, assim, porque**
- 10 **não é dia de visita e a gente também não esperava vocês ‘vim’, senão, se soubesse,**
- 11 **com certeza a gente teria vestido a camisa...**Mas dia de visita não se pode tirar a
- 12 camisa... Não pode levantar a camisa... **Não pode dizer palavrão ... Não pode**
- 13 **encarar as visitas do outro... Ficar olhando a esposa do outro... Ou outra visita ...**
- 14 **Não pode, ‘(vo)cê’ também não pode chegar assim e se interferir na conversa do**
- 15 **outro ... entrar na cela sem pedir, principalmente em dia de visita...** tem que
- 16 respeitar os *‘irmaozinho(s)’* ... Porque eles *‘quer(em)’* respeito e a gente também quer
- 17 respeito... **Aí tem que seguir, tem umas regrazinhas que tem que seguir que é o**
- 18 **básico pra sobrevivência de todo mundo dentro do sistema...** Porque tem muitos
- 19 que quer passar da regra... Aí geralmente tem... **Os meninos ‘dá’ uns conselhos...**
- 20 E: Dá uns conselhos, é? O que é dar uns conselhos?
- 21 P: Não... É conselho... Não é espancamento, não...
- 22 E: Ou... Pensei que era... Pensei que era pegar e botar de castigo...
- 23 P: Não... Castigo aqui é **faxina**... Uma maneira boa é ele fazer a **faxina** e pensar no
- 24 erro que ele fez.
- 25 E: Vocês fazem **faxina** na cela?
- 26 P: Fazemos...

Em meio a este contexto de violência, existe a necessidade de se criar regras que conduzem a convivência destes indivíduos, utilizadas como meio de sobrevivência. A palavra ‘sobrevivência’ nos leva a deduzir que o descumprimento de tais regras gera riscos

de vida, embora esta possibilidade pareça ser rechaçada pelo indivíduo deste diálogo, quando afirma que o castigo é a faxina e não o espancamento.

Pouco tempo depois desta entrevista, percorrendo os corredores, encontramos um cômodo com a palavra FAXINA pintada acima da porta (figura 52). Perguntado sobre este cômodo, o agente não se referiu ao mesmo como lugar de castigo, contudo, a simbologia da faxina como castigo pode nos levar a uma interpretação de que este cômodo serve para tal fim, se constituindo no ambiente “isolamento”, que não nos foi mostrado em visita alguma.



Figura 51: Foto de ambiente denominado 'faxina'. Fonte: Cordeiro, 2003.



Figura 52: Foto de trabalho no corredor de celas. Fonte: Cordeiro, 2008.

Observa-se, então, que a regra informal²⁴ dos encarcerados passa a ser uma regra formal, institucional, que serve para punir os indivíduos que não seguem os padrões de comportamento vigentes.

Tal processo de afastamento das expectativas disciplinares originais não parece ser, entretanto, entendido como irreversível, impossibilitando qualquer retomada de domínio completo e unilateral do universo prisional por parte da administração nos momentos em que este se torna necessário, embora esta retomada seja, também, negociada, como nos mostra o trecho a seguir, sobre motim que nós presenciamos, dentro de uma unidade visitada.

²⁴ A palavra informal aqui é entendida como não institucionalizada.

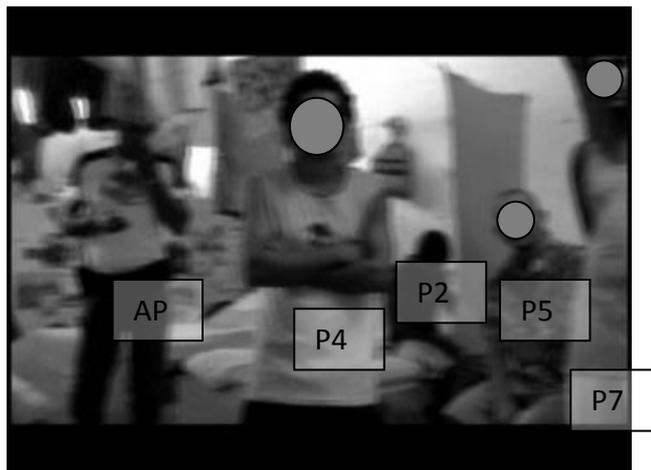


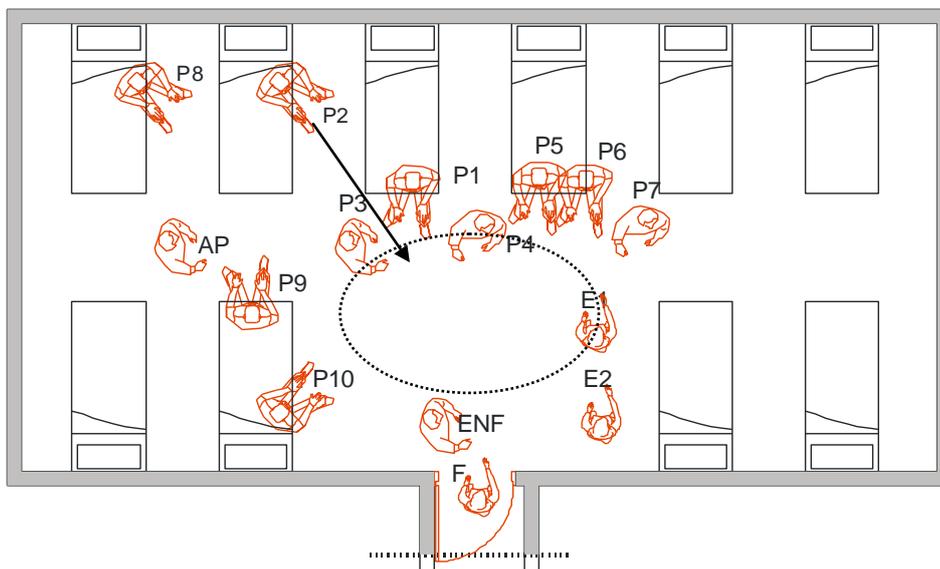
Figura 53: Foto de entrevista na enfermaria

Contexto da Atividade 10: Entrevista na enfermaria, com grupo de presos

Descrição do setting

- Atores: Pesquisadora 1, Pesquisadora 2, Preso 1, Preso 2, Preso 3, Preso 4, Preso 5, Preso 6, Preso 7, Preso 8, Preso 9, Agente, Penitenciário, Fiscal, Enfermeira.
- Evento: Diálogo sobre motim, na unidade anteriormente visitada.

Local: Enfermaria.



1. **P7:** elas '(es)tava(m)' lá no R(1), assim que 'entrou' no (módulo) dois...(pequena pausa)... um agente deu um tiro lá dentro, elas saíram, eu (es)tava' lá...
- 2.
3. **E2:** Tu estavas lá, era?
4. **P7:** '(es)Tava'... Vim na quarta-feira pra cá... Que elas saíram 'aperreada(s)''(2), e eu:
5. "meu irmão, deixe de agitar, 'véi(velho)'"... Deixa a cadeia de boa, 'véi(velho)'"...
6. Deixa... 'Vamo(s)' ouvi 'os' pessoal que chegou na cadeia pra nós... pra conversar com 'nós(a gente)', aí... viraram quando vocês passaram (3)... aí foi pro quatro e pro
7. cinco... aí, nós 'ficou(camos)' lá no três... Foi... A zoda foi no módulo que eu
8. '(es)tava'(4)...
- 9.
10. **M:** No (módulo) três, né?...
11. **P7:**Foi... A senhora já ia pra lá... Ia terminar no (módulo) dois, pra ir pra lá...

12. **E1:** Isso... Aí nós... Ainda parei ali, né?... Pra ouvir que é que estava se passando, pra
 13. ir pra lá, falou: “não quer ouvir? Não quer saber o que está acontecendo?”... Eu estava
 14. com o gravador, falei: “quero, pode falar”... Mas aí, os agentes começaram a me
 15. chamar, que eles ‘(es)tavam’ preocupados... Ninguém estava entendendo direito o que
 16. estava acontecendo... Não é verdade, ali?...
17. **E1:** Aí pronto. Aí a gente foi, e depois ninguém achou que a gente poderia (5)...
 18. Voltar naquele mesmo dia... A gente ainda vai voltar, mas ainda não voltou... E foi
 19. uma coisa que parecia que era uma brincadeira, mas que no fundo não era uma
 20. brincadeira...
21. **P7:** Era uma brincadeira... Era uma brincadeira mesmo... Brincadeira dentro dos
 22. presos, de nós mesmo (6)... Aí o agente...
23. **E1:** mas de amarrar o lençol e...
24. **P7:** Não... Foi mentira do agente (7)... O agente se assustou, o ‘sem-vergonho’, que
 25. eu não gosto de falar, não... Porque se der ‘ni(em)’ mim, eu tomo as providencias
 26. quando eu sair...
27. **E1:** Não amarraram um lençol, ninguém?...
28. **P7:** Não amarraram, **não... É o agente que tinha complicação com nós, lá** (8)... Tem
 29. uma marcação comigo, do mundão... Tem treta comigo do mundão... Aí, ele ‘(es)tá’
 30. trabalhando lá, no sistema... Foi comigo a zoada... Aí nós ‘começ(amos)ou’ a carrear
 31. com o menino, nós *começ(amos)ou* a correr atrás do menino...
32. **P2:** É porque tem agente aqui que quer dar uma de soldado de polícia...
33. **P7:** É... Que ele ‘(es)tá’ dando carteirada, dizendo que é policia, sem ser... aí eu
 34. conheço ele do mundão, que ele é um ‘rafamé’... é um ‘rafamé’ no mundão, e na
 35. cadeia, dando na cara de ladrão, de bandido... Querendo ser o pai do cara... Aí, veio
 36. tentar dar na minha cara... Foi na hora que ele (me) mandou ‘eu’ tirar o lençol... O
 37. lençol, nós ‘(es)tava(mos)’ brincando, enrolando o menino... Aí, já puxou o revólver
 38. e já deu o tiro, sem ter nem pra quê... Sem ter nada a ver... Não tinha motivo de ele
 39. dar o tiro... Só por causa de uma brincadeira de nós ‘mesmo(s)’, dentro do módulo...
 40. Aí ele pegou e deu o tiro... Quase que pega no olho do outro rapaz que ‘(es)tava’ lá
 41. (9)...
42. **E1:** Não foi pra cima?
43. **P7 :** **Não**, foi pra cima não... Deu no meio da ‘muvuca’... Deu no meio da
 44. ‘muvuca’(10)...
45. **E1:** Naquela hora a gente estava no (módulo) dois...
46. **P7:** Foi...
47. **E1:** aí o pessoal falou: “não, pode ficar aqui”... A gente ficou... Mas aí o pessoal da
 48. direção mandou nos chamar... Aí, ficamos sem entender direito o que é que estava
 49. acontecendo... Só falei com aquele rapaz que tava passando ali, porque ele também
 50. não estava entendendo... Ele estava vindo do telefone... Ali do módulo...
51. **P7:**É o C.... ‘(Es)tava’ vindo do telefone...
52. **E1:** Aí, pronto, ficamos sem entender direito... O que tinha acontecido... Mas não
 53. acreditei que fosse uma brincadeira...

Aqui, neste contexto, conversávamos, na enfermaria, sobre um episódio passado, de motim num dos dias de nossas visitas. Pode-se observar a posição do agente penitenciário e do Fiscal, em lugares estratégicos para a tomada de controle, caso necessário. O agente, armado, se posiciona dentro do ambiente, mas fora do círculo de diálogos, num lugar um pouco recuado, por trás dos presos, enquanto que o Fiscal, também

armado, se posiciona na porta de acesso à enfermaria. Este posicionamento parece sugerir a intenção de intimidação e controle. A Enfermeira, por sua vez, posiciona-se junto ao Fiscal, próximo da saída.

Os diálogos são bastante efusivos e grande parte dos presos neste ambiente se localizam próximos à pesquisadora, buscando um lugar privilegiado para ser ouvido, embora nem todos falem. Apenas os presos P7 e P2 falam, sobre o motim que ocorrera na semana anterior, em virtude da nossa presença na unidade 7.

Na realidade, podemos afirmar que a busca pela retomada de poder apresenta-se também como parte da paradoxal dinâmica do espaço prisional, onde as estratégias de intimidação e de geração de conflitos utilizadas pela administração podem se mostrar ineficientes frente à liberdade de ação por ela também concedida aos detentos de maior influência.

E é exatamente nestes momentos - como por exemplo durante rebeliões ou tentativas de fugas coletivas - que o aparato prisional busca retomar todo o seu potencial de instrumento disciplinador e organizador das ações individuais. Esgotadas as concessões, as possibilidades de negociação e mesmo de manipulação da própria delinquência, torna-se necessário voltar a monitorar e condicionar, por um período determinado, todos os movimentos no espaço.

Contexto da Atividade 11: entrevista em enfermaria

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora 1, Pesquisadora 2, Preso 1, Preso 2, Preso 3, Preso 4, Preso 5, Preso 6, Preso 7, Preso 8, Preso 9, Agente, Penitenciário, Fiscal, Enfermeira.
 - Evento: Diálogo sobre motim, na unidade anteriormente visitada.
 - Local: Enfermaria.
1. **P2(...)** Esse agente que não gosta de mim, que mora lá na rua, tem inveja do cara, aí... Quer descontar dentro da cadeia, porque o cara '(es)tá' preso (1)... Aí, nós '(es)tava(mos)' brincando, aí... Mandou ele se sair do portão, né?... "Saia do portão que aqui é brincadeira de reeducando"... Agente não tem nada a ver, não, com a brincadeira... E você não vai empatar a brincadeira '(da gente) *de nós*' não (2)... Aí nós '*continu(amos)ou*' a brincadeira... Aí ele veio azoado de lá pra cá, botou a mão no ferro e puxou e deu tiro no meio da 'muvuca'... Sem menos esperar, nós só '*v(imos)iu*' o pipoco (3)... Foi na hora que nós '*bot(amos)ou*' o espelho, pela janela (4)... A senhora vinha saindo aperreada, mais as '*menina(s)*' aí... Tinha até outra menina...
 11. E1: Era... Nós estávamos em quatro, né?
 12. P2: Muitos sabem trabalhar no sistema e muitos... '*Quer(em)*'... Fazer o cara de

13. Judas... Quer dar na cara do cara... Quer fazer o cara de tudo, aqui... Mas, sabendo
14. que um dia o cara vai sair de dentro do sistema, né... Que eu não nasci aqui dentro...
15. Pode tirar trinta anos, mas um dia o cara vai sair... Se souber andar dentro do
16. sistema... Se sair com vida, deus é mais, né?... Se sair na bandeja... Aí vai ter que se
17. enterrar... E se o cara sair com vida, e pegar esse elemento que deu na minha cara, aí
18. (5)... Eu disse o secretário R... Por isso que ele mandou botar eu pra cá... Se eu pegar
19. na rua, eu quebro, que ele deu na cara de um cara homem... Deu na cara de um
20. pivetão-homem... Não quero saber que ele é pai de família, nem nada... Quero saber
21. não... Eu sou pai de família e '(es)to(u)' apanhando na cara (6)...
22. P7: Diz logo que o cara é traficante...
23. P2: É... Diz logo que o cara é perdido...
- 24.

Podemos verificar o que Goffman (1987, p. 54) denominou de *sistema de ajustamentos secundários*, onde o operador constituído por práticas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, mas permitem que os internados obtenham satisfações proibidas, ou consigam, por meios proibidos, as satisfações permitidas.

Estas práticas surgem como uma resposta do indivíduo, que não se submete às humilhações infligidas à sua pessoa, e lhe demonstra que ele ainda é um indivíduo autônomo, cuja vontade não foi quebrada e que mantém 'um certo' controle no seu ambiente. Os ajustamentos secundários se tornam verdadeiros nichos onde o indivíduo pode alojar e abrigar seu eu.

Contexto da Atividade 12: Visão da sala de controle

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora 1, Pesquisadora 2, Preso 1, Preso 2, Preso 3, Preso 4, Preso 5, Preso 6, Preso 7, Preso 8, Preso 9, Agente, Penitenciário, Fiscal, Enfermeira.
 - Evento: Diálogo sobre motim, na unidade anteriormente visitada.
 - Local: Enfermaria.
1. P2: Na quarta, me deram o bonde... '*Me deram*' o bonde pra cá, que eu tava até
 2. explicando pra a fiscal que eu tava sem saber que ela era fiscal, quando eu cheguei...
 3. Que eu queria fumar um cigarro lá em cima... '*(Es)tava*' até explicando... Deram o
 4. bonde... E a sentença que eu tinha, eu já paguei... Vou pro semi-aberto... Que eu caí
 5. num assalto, tava sub-judice, o tenente me deu o bonde... Agora se quiserem me botar
 6. pra lá de volta, eu não vou não... Já '*(es)to(u)*' aqui, vou ficar aqui... Que eu mandei
 7. minha mãe no fórum falar com o homem ... Aí vou tirar o resto da cadeia '*per aqui*'
 8. mesmo... Eu perdi o meu sossego... Saí do módulo onde eu '*(es)tava*'... Por causa de
 9. uma brincadeira...
 10. E1: aí, na quarta você já veio pra cá... Na quarta a gente foi e não conseguiu entrar...
 11. '*(Es)tava*' tudo agitado...
 12. P2: foi... '*(Es)tava*' agitado, foi... O menino derrubando as parede do módulo... pra
 13. não deixar nós vim, né... Porque os cara não queria deixar não... Aí fez um

14. arrumou as coisas e viemos... Tinha que vir de todo jeito... Se não viesse de dia, de
 15. noite o GAPE entrava... É... De noite, veio, no espancamento... Aí foi melhor ter
 16. feito o acordo e ter vindo...
 17. E1: só você que veio?
 18. P2: não... ‘Veio’(vieram) seis, né?... seis, não foi?... ‘Veio(vieram)’ oito, né?... agora
 19. só que dois ‘volt(aram)ou’... é... pra lá pro R...
 20. E1: mas não complica assim, quando tira e depois volta?
 21. P2: não, que eles não ‘era(m)’ ‘sentenciado(s)’, não ...
 22. P7: aqui, eles ‘trabalha(m)’ assim: se eles ‘discutir(em)’ com o reeducando, for, um
 23. exemplo, o chefe da guarda, um fiscal, alguma coisa... o que ele faz é botar o cara na
 24. ponta de faca... o módulo que a pessoa, se entrar morre, ele joga ali dentro ... eu
 25. mesmo levei vinte e dois pontos aí... E ele chegou aqui, dizendo que ordem do juiz...
 26. Um palhaço que tinha aí... Botou lá, eu tirei a visita, no outro dia de manhazinha
 27. tentaram me matar dentro da cela... foi faca, cheguei aqui todo cortado... Faca no
 28. peito, faca na cara... É pro cara ver... É pro cara ficar bonzinho quando sair... Mudar o
 29. pensamento... O cara vê um elemento desse, que botou pros ‘cara(s)’ “matar(em)” o
 30. cara, você não vai meter a pistola pra cima?... Mete... E vem tirar o resto da cadeia, se
 31. for pego ...



Figura 54: Foto corredor da Ala de convivência.

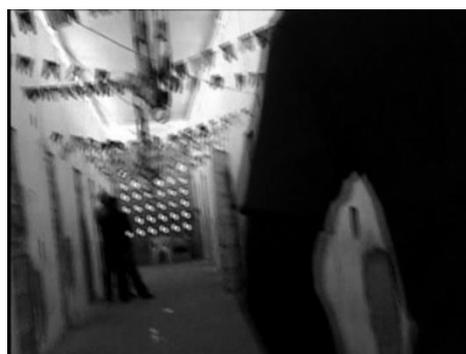


Figura 55: Foto vista da sala de controle, do corredor da Ala de convivência.

Nesse contexto, a organização espacial, idealizada como um meio de coerção cotidiana, revela-se novamente como um fator decisivo, impondo-se sobre a esfera informal anteriormente estabelecida. Pontos de vigilância privilegiados, corredores e galerias lineares, sem áreas que não possam ser varridas pelo olhar, garantem estratégias de invasões rápidas e eficientes, sem que possam ser estruturados maiores obstáculos por parte de detentos. Uma vez dissipadas as possibilidades de resistência, o espaço prisional permite ainda uma segunda operação: reagrupar toda a coletividade, agora dominada e monitorada em um único espaço, para que sejam vistoriadas as demais áreas do edifício e restabelecida a ordem interna.

Todas as contradições desse sistema que abre espaço para práticas marginais e ao mesmo tempo as coíbe de maneira violenta quando tomam proporções ameaçadoras acabam por conformar um ambiente onde o propósito de recuperação transforma-se em uma idéia inalcançável.

Certamente, estas contradições presentes entre universo formal e informal no dia-a-dia de qualquer estabelecimento penal apontam para a impossibilidade de uma arquitetura que se desenvolva como um instrumento quase autônomo de eliminação da delinquência. Nenhuma organização espacial, por mais rígida e planejada, pode sozinha assegurar a manutenção de um estatuto disciplinar exaustivo, muito menos eliminar as diversas formas de resistência e subversão que a ela se confrontarão diariamente. O espaço, longe de um instrumento preciso de controle, pode certamente incentivar ou impor limites a determinadas práticas, mas jamais impedi-las.

Podemos verificar alguns elementos que consideramos como parte de um sistema de privilégios (GOFFMAN, 1987, p. 49-58) que costuma existir nas instituições totais.

Podemos verificar três elementos básicos desse sistema: primeiro, um conjunto relativamente explícito e formal de prescrições e proibições que regulam as ações do preso. regras que costumam especificar detalhadamente a rotina diária e austera da vida do indivíduo; Em segundo lugar, contrastando com a rigidez deste contexto, apresenta-se um pequeno número de privilégios que são obtidos em troca de obediência à equipe dirigente. Em terceiro lugar, as punições, colocadas de maneira implícita nas entrevistas, integradas no sistema de privilégios. Os castigos são impostos como conseqüências de desobediência às regras, quer sejam elas institucionais ou regras do próprio grupo de indivíduos-presos.

A seguir, descrevemos alguns elementos do sistema de privilégios encontrados na pesquisa de campo, como, por exemplo, a existência de módulos especiais de convivência onde cada encarcerado possuía um espaço privativo pessoal:

Contexto da Atividade 13: Entrevista em cela

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora 1, Pesquisadora 2, Preso 1, Preso 2, Preso 3, Preso 4, Preso 5, Preso 6, Preso 7, Preso 8, Preso 9, Agente, Penitenciário, Fiscal, Enfermeira.
- Evento: Diálogo sobre motim, na unidade anteriormente visitada.
- Local: Enfermaria.

1. **E:** E, diga-me uma coisa, assim... Com relação às relações que vocês têm aqui... Entre vocês, com os agentes ...
- 2.
3. **P:** assim... É o seguinte: é como se fosse época... Porque eu (es)to(u) aqui,
4. (es)tá com seis anos... **Então, é como se fosse assim: tem época que... Porque**
5. **o quadro sempre vai se renovando, de agentes...** Tem agente que a gente,
6. geralmente, não bate, porque todo mundo é ser humano... Sempre tem um...
7. Um desencontro de opiniões, alguma coisa... Um tratamento deles para
8. conosco, né... E a gente sempre bate com eles... E tem época que o quadro
9. (es)tá ótimo... Como agora... Agora, graças a Deus, (es)tá tudo certo, aí...
10. Tratando super-bem... (es)Tá tudo ótimo... E tem outras épocas que... Era
11. duro... A conversa de agente com reeducando... **Depende muito da direção...**
12. **E:** você já viveu em outro módulo?
13. **P:** já. **Já vivi lá embaixo...** Já vivi no módulo dois, já morei no módulo três e
14. no módulo cinco, antes de vir pra aqui...
15. **E:** Mas aqui é... Qual é a diferença?
16. **P:** a diferença é o seguinte: é que aqui é como se fosse... Não querendo
17. menosprezar os demais... Mas aqui as pessoas são soltas, né... São até... **O**
18. **nível é melhor...** entende?... Pessoas melhor de cabeça... Realmente querem se
19. ... reconhecem que erraram... Querem tirar... Cumprir... E ir embora... e lá
20. embaixo não... Lá embaixo é a sobrevivência, é a lei do mais forte, né... **É**
21. **aquela selva aí...**
22. **E:** aí, então aqui vocês não têm problema de relacionamento?
23. **P:** é... Aqui, graças a Deus, não... **Todo mundo da gente...**

Este módulo de que trata o diálogo acima, é destinado a ex-policiais que cometeram crimes, e apresenta algumas regalias que os demais módulos não têm, conforme se pode observar na figura 56.

Os “módulos de baixo” têm locais próprios de venda, geralmente pertencentes aos representantes dos mesmos:



Figura 56: Foto de banquinho, chamado de 'venda'.

Neste módulo, a ‘venda’ aqui apresentada também pertence ao representante do módulo. Os internados que possuem fácil acesso a bens ilícitos disponíveis parecem ser outros tipos sociais, designando indivíduos poderosos no sistema de mercado informal. O sistema de privilégios parece ser o principal esquema que, através de um modelo comportamental e condicionador, produz uma reorganização do indivíduo.

Ao dividir os prisioneiros a arquitetura pretende a segregação e, conseqüentemente, a falta de confiança entre os indivíduos presos, conforme foi testado no experimento de Stanford, onde os guardas pretendiam que os presos pensassem que havia "informadores" entre eles. Estas medidas foram altamente eficazes e motins em grande escala cessaram. De acordo com os consultores de Zimbardo, a tática é similar à utilizada, com sucesso, nas prisões reais.

Contexto da Atividade 14: Entrevista em cela

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora 1, Pesquisadora 2, Preso 1, Preso 2, Preso 3, Preso 4, Preso 5, Preso 6, Preso 7, Preso 8, Preso 9, Agente, Penitenciário, Fiscal, Enfermeira.
- Evento: Diálogo sobre motim, na unidade anteriormente visitada.
- Local: Enfermaria.

1. **P:** Aqui é a lista da faxina...
2. **E:** é?
3. **P:** **Aí no caso a gente vai aqui de dois em dois dias (1)...** Uma geral... **Lava com sabão em pó e água sanitária (2)...** **O sanitário é lavado diariamente...**
4. **Geralmente o último que for tomar banho a noite lava o sanitário (3)...** E a cela é de dois em dois dias... Não só as celas, tá entendendo? ‘*É(são)*’ as celas, o pátio todinho, o banheiro, ali onde a gente teve a visita... tudo lavado... o presídio, os corredores... é tudo lavado... **Entre outras normas que tem, que a gente não pode**

9. **se aprofundar muito** (4)... senão os meninos diz: “óia um cara cagoetando”...(riso)

Os internados também criam algum tipo de *código e meios de controle social informal* para impedir que um deles informe a equipe dirigente quanto aos ajustamentos secundários de outros. Desse dispositivo de segurança, surge uma *tipologia social*: "dedo-duro", "cagoetes", "ratos", "espiões", "X9", de um lado, e "boas-praças" de outro.

Há outros elementos que podem ser considerados como parte do sistema de ajustamentos secundários, como, por exemplo, a solidariedade entre os internados: "não denunciar nunca "(BENELLI, 2003).

O não denunciar implica numa forma de proteção da coletividade, parecendo favorecer a apropriação espacial coletiva.

A categoria de interpretação que nós escolhemos para a descrição de apropriação espacial inclui exemplos que evocam o conceito de territorialidade. Demarcação espacial, estratégias de conquista, signos de defesa e definições simbólicas da identidade individual parecem constituir o centro essencial da seleção apresentada.

A apropriação territorial neste estudo refere a todas as ações que são orientadas por uma construção visual de opressão e a definição de fronteiras territoriais reconhecidas como tais, e pontuadas de um lugar particular para a definição de identidade (pessoal) e familiar.

Contexto da Atividade 15: Entrevista em cela

Descrição do *setting*

- Atores: Pesquisadora, Preso .
- Evento:Diálogo sobre motim, na unidade anteriormente visitada.
- Local: Enfermaria.

1. **E:** e com relação, assim... Aos direitos? Assim, eu queria que você falasse um pouco sobre direitos ...
- 2.
3. **P:** direitos, pra nós, acho que é o seguinte: nós... Porque é o seguinte: nós...
4. **Quando a gente vem preso, é quando a gente se interessa muito em estar lendo leis ...** Por exemplo, a LEP. Entende?... Direito da gente é, quando, por exemplo, é funcionário público, aí diz a LEP que tenha... **Não uma prisão especial, mas uma prisão em separada do preso comum,** entende?... **Então, nós brigamos muito por esse espaço aqui nosso...** Porque aqui, **nós conseguimos** , não tem um ano que nós conseguimos... De ficar realmente separado dos presos... Um diretor que chegou ai e realmente criou coragem e
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.

11. tirou... **Que a gente convivia misturado aqui, com preso comum e nós ...** Não
12. querendo menosprezar, como já falei, o pessoal... **Mas, se tem direito na lei, a**
13. **gente queria que se fizesse cumprir, né?... E nós brigamos muito por isso...**
14. Conseguimos, eu acho que um direito que nós queríamos era esse, de ficar pelo
15. menos no nosso canto certo, pra a gente cumprir nossa pena e sair tranqüilo,
16. entende?...
17. **P:** Em termos dos agentes para conosco... É... Por enquanto, não tem muito do
18. que reclamar, não...

Aqui, a estratégia de conquista utilizada é a LEP, que preconiza que “*O preso que, ao tempo do fato, era funcionário da administração da justiça criminal ficará em dependência separada*” (BRASIL, Lei 7.210/84, Art.84, § 2º). Este artigo determina, portanto, um espaço diferenciado para servidores públicos, o que nos leva a apreensão de que o espaço é o instrumento de cumprimento da pena.

Para além do espaço como instrumento, entretanto, percebe-se ao longo das entrevistas, que o mesmo é , na grande maioria das vezes, elemento de negociação de privilégios e punições, a depender dos interesses da direção da unidade

Não obstante as tentativas de subversão do espaço, observa-se também ações concordantes com os esforços modeladores, onde as propostas espaciais são consideradas e, até, melhoradas através de táticas adaptativas que utilizam os recursos institucionais presentes.

Uma vez que não se construía a territorialidade nos módulos comuns, buscou-se na Lei um artigo que garantisse o direito de se alojar em módulo diferenciado. Havia, pois, uma concordância com o que preconizava a Lei. Restava, agora, adaptar um módulo para atender a este direito.

O módulo foi construído à semelhança dos outros módulos de convivências, mas com capacidade reduzida para 40 (os módulos de convivência comuns, desta unidade, apresentam capacidade para 80 presos, cada).

As celas deste módulo diferenciado não possuem camas de concreto ou qualquer mobiliário fixo, sendo necessário o uso de mobiliário móvel para atender às necessidades dos indivíduos que o ocupam, fato desaconselhado pelas questões de segurança impostas pelo CNPCP.



Figura 57: Foto de cela, sem mobília fixa

Embora sejam muito mais enfáticas as subversões do espaço penitenciário, e talvez isso se justifique pelas implicações negativas no funcionamento de uma unidade penal, observou-se também algumas estratégias de potencializar os funcionamentos da unidade, o que chamamos aqui de concordâncias com o projeto.

Tais concordâncias podem ser exemplificadas pelo exemplo que se segue, observadas em módulos denominados “especiais”, cujos usuários se definem “aliados” da administração, ou presos trabalhadores.

No exemplo abaixo, o módulo foi projetado com o fim de abrigar as visitas íntimas, contudo se transformou em módulo de convivência (ver contexto de atividade 4).

Como estas celas não foram projetadas para grande permanência, as aberturas promovem aeração e pouca ventilação, então os indivíduos, em grande parte das celas deste módulo, posicionam os ventiladores do lado de fora das janelas, para fazer circular a ventilação, como se estivessem concordantes com o que havia sido planejado (figura 45), na tentativa de potencializar a ventilação permitida pelo componente janela.



Figura 58: Foto de ventilador do lado de fora da cela

Daqui, podemos deduzir que a diferenciação de ocupação dos módulos também é regulada pela arquitetura. A dinâmica de negociação, bem como as modificações recíprocas de espaço e indivíduo parecem tomar lugar, quando o espaço é diferenciado, e, conseqüentemente, ocupado por usuários diferenciados; por sua vez, usuários que se intitulam diferenciados ocupam lugar diferenciado; as modificações parecem ocorrer simultaneamente no espaço e no indivíduo, quando este passa a habitar o espaço em questão.

Percebe-se também uma menor quantidade de subversões, como se o espaço sendo diferenciado, pressupõe a concordância do indivíduo com sua configuração, observando-se algumas concordâncias e tentativas de potencializar suas intenções, como por exemplo, o ventilador colocado do lado de fora da janela, para circular a ventilação prevista em projeto.

Este fato nos conduz a uma reflexão sobre quais as razões que levam o indivíduo, neste espaço, a subverter ou a concordar com o mesmo, em função da configuração espacial presente, reforçando ainda mais a nossa idéia de diálogo com o espaço arquitetônico.

Entendemos que a unidade prisional, enquanto estabelecimento, constitui-se num bloco de condições materiais objetivas: sua organização espacial, o regulamento meticuloso que rege sua vida interior, as várias atividades aí desenvolvidas, os diversos personagens que aí vivem e se encontram, cada um com uma função, um lugar, etc. Ali as relações de comunicação e de poder são produtoras de uma subjetividade específica.

Acreditamos que a atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou tipos de comportamento aí se desenvolve através de um conjunto de comunicações reguladas: ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas distintivas do valor de cada um e dos níveis de controle; e através de uma série de procedimentos de poder: enclausuramento, vigilância, exame, recompensa e punição, hierarquia piramidal.

7

**A ABORDAGEM ESPACIAL A PARTIR DE
LENDES DE APROXIMAÇÃO**

7. A ABORDAGEM ESPACIAL A PARTIR DE LENTES DE APROXIMAÇÃO

7.1. *O sistema e seus limites*

Uma vez que a utilização da palavra ‘sistema’ para se referir a todo o espaço aqui investigado, assim como as relações sociais, dentre outros aspectos, é recorrente, entendemos ser relevante refletir sobre esta palavra. Segundo da Silva (2007), “*sistema designa as práticas culturais de um contexto, num sentido abrangente, como se tudo o que ali está, constitui o sistema, incluindo-se também o espaço construído*”(op. Cit, p.186).

Inicialmente, convém situar o lugar da expressão ‘sistema’ neste universo conceitual. Para tanto revisitamos as idéias de Edgar Morin (1998) no século passado, em que a teoria dos sistemas aparece como teoria geral, apesar de possuir o elemento como princípio explicativo.

Como proposta de totalidade, o sistema pode ser visto de duas maneiras: a partir do todo, assim como pelas partes, embora acreditemos que qualquer uma das visões é parcial, permitindo uma apreensão de sistema que parece atrofiada.

É de suma importância separar as reflexões sobre sistema da visão ontológica clássica sobre objeto. “*Este, na clássica visão de sistema, passa a ser, enquanto transformado em conceito, uma construção que abstrai a realidade, que é complexa e concreta, das organizações física e sociocultural*” (DA SILVA, 2007). Na busca pela superação do modo de ver o todo e as partes como um modelo reducionista, Morin (1998) propõe o paradigma sistêmico.

O que é novo na idéia de paradigma sistêmico é assumir a impossibilidade de conhecer as partes sem conhecer o todo e vice-versa. Torna-se necessário extrair daí um tipo superior de racionalidade, através do que chama de “circularidade construtiva”, onde a explicação pelo todo ou pela parte se torna complementar, num movimento de circuito (DA SILVA, 2007, p.186).

A manutenção de uma certa posição e de um certo jogo entre dois processos que se excluem na lógica clássica é, portanto, retomada como fecundante, como a procura

da explicação no movimento retroativo de um processo sobre outro (todo ↔ parte ↔ todo).

Nesta perspectiva, o todo é considerado uma unidade macro, onde as partes não são fundidas, mas a constituem. As partes têm uma identidade que permanece, não sendo redutíveis ao todo. Pensando assim, consideramos que os sistemas sociais e psicológicos permitem concluir que um sistema não é só “(...) *uma constituição de uma unidade, a partir da diversidade, mas uma constituição de diversidade a partir da unidade*” (DA SILVA, 2007, p.186).

A heterogeneidade organiza a unidade que organiza a heterogeneidade. Neste movimento retroalimentador, entendemos que: **o todo é mais que a soma das partes**, uma vez que as emergências são propriedades novas; ao mesmo tempo, **O todo é, também, menos que a soma das partes**, porque há adequações que são resultantes do arranjo do todo; **O todo é, também, mais que o todo** porque o todo retroage sobre o todo, de maneira cíclica, a partir de um dinamismo organizacional.

Ao explicar a produção do sentido, as teorias pós-estruturalistas afirmam que o plano da manifestação não é revelador da totalidade da significação. Assim, o todo torna-se, também, incerto, insuficiente e conflituoso, fato que nos leva, no campo do humano, a entender o aparecimento das emergências.

Assim, **As partes podem ser mais que o todo**, uma vez que o desenvolvimento não está, necessariamente, na constituição de totalidades cada vez mais amplas, mas pode estar na independência e autonomia das pequenas unidades; **O todo é, também, menos que o todo**, porque, no todo, há zonas de obscuridade e até mesmo, falhas entre o que reprime e exprime, o imerso e o emergente (DA SILVA, 2007).

Tal pensamento requer uma reflexão contextual, pois apresenta os seguintes princípios: totalidade (o todo é maior que a soma das partes, ou seja, o funcionamento do sistema não pode ser entendido a partir do funcionamento de um só indivíduo); integridade de subsistemas (os sistemas possuem subsistemas que são integrados, relacionados uns aos outros); circularidade (todos os componentes influenciam-se mutuamente) (SCHAFFER, 1996).

Estas reflexões se coadunam com a *teoria ecológica do desenvolvimento* (BRONFENBRENNER, 1979;1996), que propõe o sujeito em desenvolvimento inserido

em diversos contextos. Esses contextos são muito mais do que simples ambientes (no sentido do espaço imediato que circunda o indivíduo) e, devido à sua complexidade e abrangência, são chamados *sistemas*, multidimensionados e organizados em diferentes níveis.

A teoria ecológica do desenvolvimento define um modelo ecológico onde é possível compreender a relação entre homem e meio ambiente e o conseqüente desenvolvimento desta. O sujeito é colocado no centro, de forma dinâmica, enquanto que, em seu entorno, vão se criando níveis diferenciados de interações ou transições.

Inspirados na abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner, esta pesquisa é marcada também pela busca de estratégias de construção de significado culturalmente orientadas, na perspectiva co-constitutivista de Jaan Valsiner (1987; 2002). Representa, assim, uma tentativa de descrição contextualista, numa área de intersecção dos pensamentos desses dois autores. O próprio Valsiner (2000) reconhece essa intersecção, valorizando o fato de que o sistema multinivelado proposto por Bronfenbrenner (1979;1996) para descrever a ecologia do desenvolvimento permite mostrar como as pessoas se relacionam com seus contextos sociais e a heterogeneidade das direções culturais no interior de cada nível:

“O sistema aninhado concebido por Bronfenbrenner nos permite ver as conexões entre diversos níveis de organização das relações pessoa-ambiente” (VALSINER, 2000, p. 128).

Traçando um recorte na perspectiva ecológica, consideramos que o sujeito está inserido em diversos contextos e, por conseguinte, espaços. Esses espaços são muito mais do que simples ambientes (no sentido do espaço imediato que circunda o indivíduo) e, devido à sua complexidade e abrangência, são poderiam ser considerados como delimitadores físicos dos chamados sistemas, multidimensionados e organizados em diferentes níveis.

O **microssistema** é aquele mais próximo à pessoa, constituído pelos ambientes que interagem com a pessoa mais imediatamente, e estabelecem com ela um vínculo primário. A família é o melhor e mais conhecido exemplo de microssistema.

Enquanto o **mesossistema** pode ser considerado como tecido que interconecta os microsistemas, o **exossistema** seria os ambientes que não estão em contato direto com a pessoa em desenvolvimento, mas que a influenciam mesmo que indiretamente.

O **macrossistema**, mais amplo, seria o contexto cultural em que a pessoa se insere – os valores, costumes e estruturas institucionais. Do ponto de vista ecológico, é impossível estudar o indivíduo, por exemplo, e o processo de construção de sua identidade, sem considerar os contextos em que os comportamentos se dão. A mais relevante dimensão do contexto são as interações humanas aí existentes, descritas por Bronfenbrenner como diádes (1996).

Acredita-se, assim, que o sujeito pode ser construído, dentre as diversas influências sócio-históricas, a partir de um conjunto de processos através dos quais as particularidades do indivíduo e as multideterminações espaciais passam a interagir, produzindo mudanças nas ações e características do indivíduo ao longo de sua vida.

Dessa forma, a constituição do indivíduo enquanto sujeito pode ser concebido ainda como o processo pelo qual o indivíduo se desenvolve, se torna gradualmente mais ativo e capaz de se envolver em atividades funcionais e significativas para si mesmo, em estruturas ambientais com diferentes níveis de exigência e complexidade.

Bronfenbrenner (1996) concebe o ambiente ecológico como um conjunto de estruturas concêntricas, onde uma está contida na outra.



Figura 59: Teoria Ecológica do desenvolvimento. Fonte: BREDARIOL, 2006, p.19.

O modelo ecológico do desenvolvimento humano apresentado na figura 60 parte da concepção de que os diferentes ambientes (micro e macrosociais) interatuam. Dentro desta visão, os ambientes ou *scripts* estão representados pelo Estado, a Comunidade e a Família. No caso desta pesquisa, para efeito de recorte metodológico, consideram-se os diferentes ambientes em função das suas espacializações, que delimitam as relações sociais.

Cada um deles possui suas normas e valores. A instituição, através da formulação de políticas e marcos institucionais, representada pelo espaço geral da unidade, que será aqui considerada como macrossistema. As relações modulares, através de seus modelos de organização e participação, delimitadas espacialmente pelos espaços arquitetônicos, interconectando os microssistemas, aqui compondo o que consideramos mesossistema. Finalmente, o microssistema, ou seja, as relações sociais no campo privado delimitado pela Cella, em seu papel transcendente de proteção, cuidado e satisfação das necessidades imediatas do indivíduo, em um nível mais interno se constituindo no ambiente imediato do desenvolvimento ou os settings que contêm o indivíduo em determinados momentos de seu cotidiano.

Caracteriza-se neste nível, um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciadas pela pessoa num determinado ambiente com características específicas. Chamamos de ambiente o lugar onde existe a interação (ambiente celular, por exemplo); atividades, papéis e relações interpessoais como elementos, ou estruturas construtoras desse nível mais interno. O aspecto importante que o contextualiza é a experimentação, ou a maneira pela qual todas as propriedades acima descritas são percebidas e vivenciadas pelo indivíduo naquele espaço.

O próximo espaço a considerar seria o das inter-relações que o indivíduo mantém fora de seu contexto celular imediato. Refere-se às relações interpessoais ocorridas nos diferentes espaços em que a pessoa está inserida ao longo de seu desenvolvimento (módulos de educação, de trabalho, etc). Em extensão pode-se encontrar estruturas espaciais, que não abrigam a participação direta ou ativa do indivíduo, mas poderão afetar o indivíduo indiretamente em virtude de acontecimentos externos (Ex. área de revista de familiares, ambientes de videoconferência, áreas de acesso ao estabelecimento, etc.).

O nível mais externo caracterizado pela Instituição invoca a hipótese que o desenvolvimento do indivíduo é afetado por eventos que ocorrem em ambientes sociais e, conseqüentemente, espaços nos quais a pessoa nem sequer está presente (por exemplo, a situação socioeconômica ou as diretrizes educacionais da administração podem interferir na qualidade do seu atendimento) através do tempo.

Algumas condições são consideradas como facilitadoras para o estabelecimento e a manutenção das interações entre indivíduos. Dentre elas destacam-se: os parceiros das relações, as características sócio-culturais e históricas do grupo; características organizacionais ou aspectos sociais do ambiente (como a presença do indivíduo mediador, por exemplo) e características do ambiente físico imediato do indivíduo, principalmente objetos disponíveis e a organização ou arranjo espacial.

Alguns aspectos merecem destaque nessa teoria. O primeiro seria que o indivíduo não é considerado como uma tábua rasa na qual o meio provoca seu impacto, mas como um indivíduo em transformação, em crescimento e dinâmico, que gradualmente atua e reestrutura o meio no qual está inserido; O segundo aspecto a ser considerado é o fator reciprocidade: o ambiente exerce influência direta sobre o indivíduo e o solicita a interagir, existe uma acomodação mútua e bidirecional; O último ponto a ser considerado como relevante à teoria seria o fato da relevância do ambiente para os processos envolvidos no desenvolvimento. Porém, deve-se ter claro que não apenas o ambiente próximo, único e imediato faz esse papel, mas também toda a influência externa oriunda de meios mais amplos poderá interferir no curso de vida do indivíduo.

De maneira semelhante, Vygotsky (1981) defende a idéia de que os outros têm fundamental papel no desenvolvimento de qualquer pessoa, uma vez que nós só nos desenvolvemos através das interações estabelecidas com os outros. No entanto, estas interações estão carregadas de significados socialmente construídos. Assim, O processo de significação é destacado por Vygotski (1998) em sua teoria da gênese e desenvolvimento do psiquismo humano, posto que, via atividade em contextos sociais específicos, o que é apropriado pelo sujeito não vem a ser a realidade em si, mas o que esta significa tanto para os sujeitos em relação quanto para cada um em particular.

O modelo de Bronfrenbrenner considera que os sistemas movem-se através do tempo e também se modificam. Isso acontece não em uma perspectiva linear, cronológica,

mas em uma perspectiva de ciclos. O conceito de ciclos está associado ao conceito de desenvolvimento, movimento, crescimento, ordenação, etapas, elemento relevante para a reflexão aqui proposta, já que os significados construídos e os limites formais podem ser transformados.

Na tentativa de articulação com a abordagem co-construtivista de Jaan Valsiner (1987; 2000), são enfatizados os mecanismos de mediação semiótica (ou de construção de significado) presentes na construção de uma cultura pessoal (VALSINER, 1994).

O processo social de construção da personalidade, em contexto cultural, é compreendido por Valsiner (1998) como um processo bidirecional de interdependência, cuja compreensão vai além de modelos causais lineares sujeito/ambiente. O ambiente social possibilita ao sistema da personalidade se rearranjar de forma singular em cada sujeito (VALSINER, 1998), de acordo com sua cultura pessoal²⁵.

No caso desta pesquisa, considera-se os diferentes ambientes em função das suas especializações, que delimitam as relações sociais, conforme exemplificado na figura 61. A partir desta perspectiva é possível descrever como se dá a relação indivíduo-ambiente, tanto influenciando como sendo influenciado pelos contextos em que se insere.

Apesar de uma linguagem funcionalista, dando a entender, inicialmente que indivíduo e instituição são duas coisas distintas, podemos perceber como sujeitos e instituições se produzem mutuamente, numa completa implicação: as práticas institucionais produzem sujeitos como efeito dessas práticas, que por sua vez são tomados como alvos de manutenção delas ou se organizam como focos de resistência à ordem institucional, através do uso dos espaços e/ou componentes arquitetônicos que se configuram em elementos de negociação.

Encontra-se, assim, uma categorização subjacente à relação entre o sujeito encarcerado e o espaço penitenciário, em função dos espaços generalizantes anteriormente descritos, onde se percebe que, ao mesmo tempo em que o espaço vai se tornando mais impositivo, o sujeito nele inserido o modifica, respondendo à sua imposição, donde se supõe que os limites determinados pelo espaço, ao mesmo tempo, oferecem uma gama de

²⁵ Por cultura pessoal deve-se entender, os processos mentais internos e também a externalização imediata desses processos. Com estes recursos, cada sujeito tem a possibilidade de ter reservada para si um certo grau de autonomia sobre o contexto.

novas possibilidades que emergem da relação espaço-presença. Assim, arrisca-se uma elaboração conceitual, emprestada da teoria ecológica, sobre sistemas de organização, a título de facilitar a compreensão dos processos relacionais com a arquitetura, ou seja, de co-construção do espaço pelo sujeito e do sujeito no espaço:

- Sistema 1: Espaço celular – transformações de ordem individual (privada - microsistema)
- Sistema 2: Espaço modular – transformações para o convívio coletivo (privada/pública - mesossistema)
- Sistema 3: Espaço Institucional – confronto com a Instituição prisão, através dos agentes penitenciários (privada/pública – mesossistema/macrossistema)
- Sistema 4: Espaço fronteiro – Muro (privada/pública – macrosistema/exossistema).

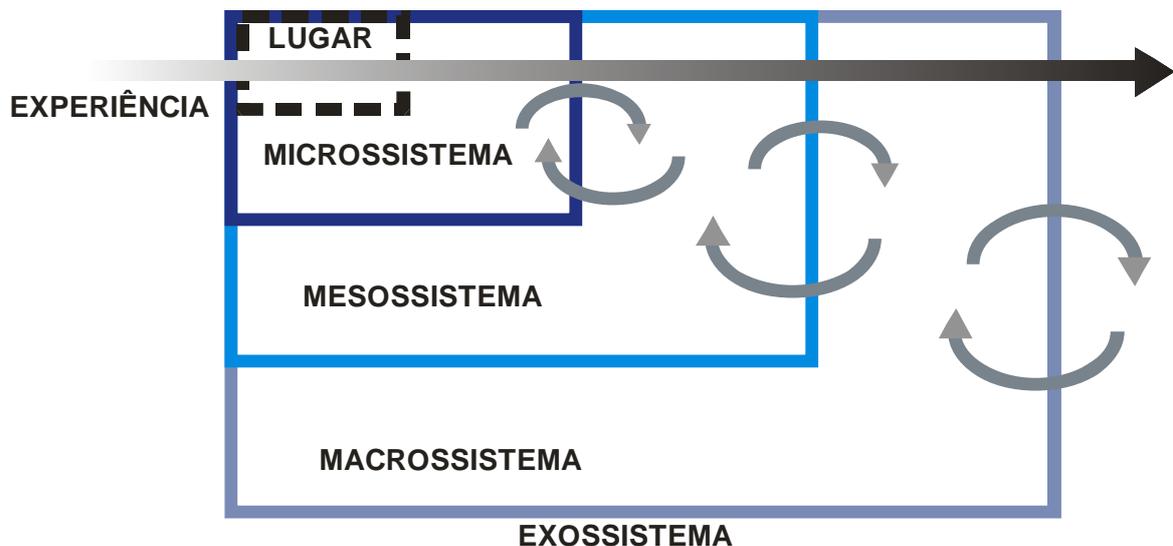


Figura 60: teoria espacial baseada na teoria ecológica do desenvolvimento.
Fonte: CORDEIRO, 2008)

Caracteriza-se neste nível, um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciadas pela pessoa em desenvolvimento em um determinado ambiente com características específicas, que, a princípio, estariam localizadas no planejamento arquitetônico pelas nomenclaturas dos espaços, podendo ser modificada ou não a partir do uso dos ambientes.

Considera-se ambiente o local onde existe a interação (ambiente celular, por exemplo); atividades, papéis e relações interpessoais como elementos, ou estruturas construtoras desse nível mais interno. Outro aspecto importante que o contextualiza é a experimentação, ou a maneira pela qual todas as propriedades acima descritas são percebidas e vivenciadas pelo indivíduo naquele ambiente.

Conforme se pretende explicar com a figura 60, cada um destes sistemas possui suas normas e valores. A instituição, através da formulação de políticas e marcos institucionais, representada pelo 'todo' da unidade, delimitada espacialmente pelo componente muro, que será aqui considerada como macrosistema.

O nível mais externo caracterizado pela Instituição, invoca a hipótese que do indivíduo é afetado por eventos que ocorrem em ambientes nos quais a pessoa nem sequer está presente (por exemplo, a situação socioeconômica ou as diretrizes de atendimento da administração podem interferir na qualidade do seu atendimento) através do tempo.

O próximo ambiente seria o das inter-relações que o indivíduo mantém fora de seu contexto celular imediato. Refere-se ao espaço de mediação das relações interpessoais em que a pessoa está inserida ao longo de seu desenvolvimento (módulos de vivência). Em extensão pode-se encontrar estruturas, que não incluem a participação direta ou ativa do indivíduo, mas poderá afetar o indivíduo indiretamente em virtude de acontecimentos externos (Ex. de educação, de trabalho, trabalho dos outros encarcerados, etc.).

As relações modulares, através de seus modelos de organização e participação, representadas espacialmente pelos espaços modulares, aqui constituem o que consideramos mesossistema.

Finalmente, o microsistema, ou seja, as relações no campo privado, delimitado pelo ambiente Cella, em seu papel transcendente de proteção, controle e satisfação das necessidades imediatas do indivíduo, em um nível mais interno se constituindo no ambiente imediato do desenvolvimento ou os settings que contêm o indivíduo em determinados momentos de seu cotidiano.

Apesar de nosso recorte se constituir no espaço arquitetônico institucional, abarcando o macrosistema, o mesossistema e o microsistema, deve-se ter claro que não apenas o ambiente próximo, único e imediato faz esse papel, mas também toda a influência

externa oriunda de meios mais amplos poderá interferir no curso de vida do indivíduo. È o que chamamos na figura 61 de Exossistema, que consiste nas normas e regras, pessoas, instituições, cultura que se localizam fora do perímetro institucional, representado pelo muro.

Entendendo desenvolvimento humano como um processo Bronfrenbrenner (1994) sugere o modelo PPCT, ou seja, Pessoa, Processo, Contexto e Tempo. Segundo este autor, a pessoa se desenvolve através de processos proximais, que são interações que acontecem nos contextos ou sistemas diretos onde o sujeito faz parte, chamados de microsistemas, assim como nos outros sistemas que indiretamente influenciam a vida do sujeito. As interações configuram-se então como o motor do desenvolvimento.

Considerando o modelo PPCT, entendemos que Contexto se refere, também, ao ambiente onde a interação acontece, no decorrer do tempo. Tal consideração nos leva à articulação do entendimento de ambiente como constituído, dentre outras coisas, pelo espaço arquitetônico em que o indivíduo está inserido.

Responsivo às alternativas colocadas pela arquitetura o sujeito – aqui não nos referimos exclusivamente ao preso - o faz aceitando-se, delas discordando, modificando-as, retendo certos elementos nela existentes, transformando-os em novos elementos para os quais vai procurar novos significados.

Este processo irá orientar a ação do indivíduo, pois sendo um ser que responde ao seu ambiente, o faz dando as respostas possíveis naquele momento em função dos limites e possibilidades que a realidade objetiva –aqui considerada como o espaço físico - lhe oferece. Esses novos elementos podem, no momento subsequente, se transformar em novas possibilidades de tal modo que vão formando gradativamente os vários níveis de mediação que aprimoram e complexificam a atividade do homem, bem como enriquecem e transformam sua existência.

Estas articulações da teoria ecológica de Bronfrenbrenner nos levam a buscar compreender como, então, se daria a relação do indivíduo com os componentes arquitetônicos, que - como dito acima - funcionam, numa primeira visão, como delimitadores dos sistemas de relações entre os indivíduos, nos ambientes, mas não apenas como delimitadores, mas como reguladores dos sistemas de relações.

Uma instituição é uma prática social que se repete e se legitima enquanto se repete. As instituições implementadas em organizações e estabelecimentos não apenas realizam – quando realizam – os objetivos oficiais para os quais foram criadas, mas produzem determinada subjetividade. Sujeitos são fundados no interior das práticas, sujeitos ao mesmo tempo constituídos no e constituintes do cotidiano institucional. O pensamento costuma reificar objetos e sujeitos que só existem enquanto se produzem e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais (BENNELI, 2003).

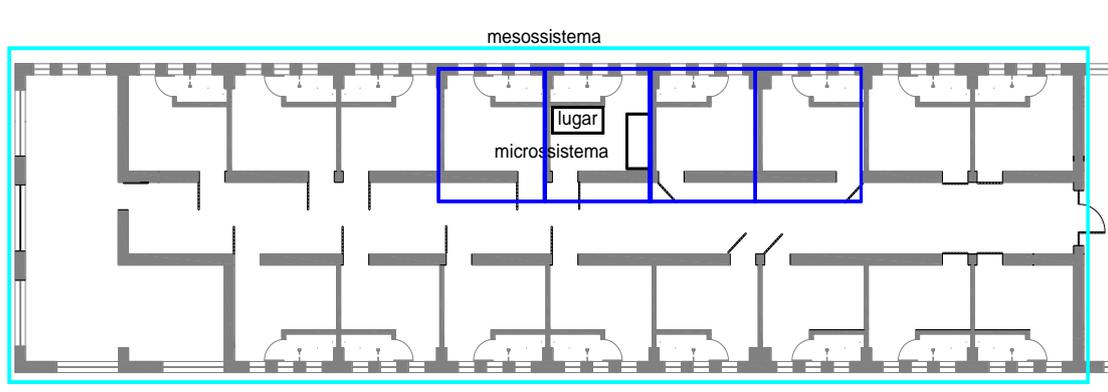


Figura 61: esquema de sub-sistemas no espaço analisado.

Como demonstrado na figura 61, em termos espaciais, estamos considerando as celas como espaços delimitadores dos microssistemas, que abrangem lugares significativos para os indivíduos “moradores” de cada cela. Todos estes microssistemas estão interligados e são envolvidos por um mesossistema, que aqui pode ser considerado espacialmente como módulo. Conforme queremos demonstrar, os microssistemas e os mesossistemas estão inter-relacionados, influenciando-se reciprocamente, através das relações dos indivíduos nestes espaços e com estes espaços.

Não obstante esta delimitação, observamos que estes subsistemas estão intimamente articulados e inter-relacionados, sofrendo interferências mútuas entre si. Estas interferências, por vezes, modificam os subsistemas, ampliando ou reduzindo-os, fato que nos leva a uma articulação destes conceitos com o conceito de Zonas de Construção.

Partindo-se dessas idéias e reflexões sobre o desenvolvimento que ocorre inserido em um contexto sociocultural, serão discutidas a seguir as mudanças ocorridas nestes subsistemas e as possíveis contribuições que este contexto oferece à descrição do

ambiente prisional do qual o indivíduo faz parte, buscando pistas que levem à reflexão sobre o desenvolvimento do mesmo no contexto cultural.

7.2. Zonas de Construção

Como já foi dito, consideramos que o desenvolvimento das ações ocorre no tempo, e mediante um processo de transformação que resulta de complexas inter-relações que se estabelecem entre o indivíduo e o ambiente sócio-cultural e espaço-temporal, processo este que também é orientado para o futuro. O importante dessa concepção integrada de passado-presente e futuro representa a abertura de um espaço-tempo para a indeterminação dos processos desenvolvimentais, onde a construção e a emergência do novo se torna possível (VALSINER, BRANCO & DANTAS, 1997).

A noção de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), proposta por Vygotsky é atraente para essa análise, embora não nos aprofundemos no desenvolvimento deste tema. Para Vygotsky (1984), como é bastante conhecido, há um nível de desenvolvimento que é explicitado sem ajuda ou facilitação de parceiros mais experientes. Este é o nível que denomina de “desenvolvimento real”. O nível de “desenvolvimento potencial” envolve capacidades e competências não exploradas, demonstradas ou realizadas.

Entre os dois estaria o espaço do que se pode atualizar desse potencial pela troca com o mais experiente, uma região de sensibilidade à instrução, à transformação e criação de novas competências, a zona de desenvolvimento proximal (ZDP). É considerada tanto em termos da história individual do desenvolvimento de seus participantes como em termos da estrutura de suporte criada pelas outras pessoas e dos instrumentos culturais.

A noção de zonas de construção – ZC (NEWMAN, GRIFFIN & COLE, 1989) retoma e amplia a de ZDP. Segundo os autores, as ZCS constituem espaços propiciadores de desenvolvimento, onde se trocam, compartilham e negociam significados. As formas de organização interpsicológicas se transformam gradualmente em processos intrapsicológicos. O que ocorre entre os indivíduos é elaborado e internalizado por cada um deles de uma forma particular, através de um processo de apropriação, discutido por Leont’ev (1981). É nas zonas de construção, segundo Newman, Griffin e Cole, que se dá a possibilidade de mudanças recíprocas nos diversos parceiros envolvidos nas trocas (plano intrapessoal), pela negociação e pela apropriação de modos diversos de significação.

Segundo Cole (1995, 1998), os *artefatos* são constituintes básicos da cultura e recursos utilizados na construção da atividade conjunta e, ao mesmo tempo, coordenam as relações de quem os utiliza com o mundo e entre si. Os artefatos são ao mesmo tempo produtos das atividades conjuntas, como transformadores ou mediadores dessas atividades. Cole propõe três níveis de organização: artefatos primários (os objetos construídos culturalmente e apropriados pelos membros desta cultura), secundários (a representação dos objetos construídos pela cultura, os modos de utilização, como por exemplo as regras e normas) e terciários, de organização mais complexa, ou “*mundos relativamente autônomos com suas regras, convenções e resultado*” (COLE, 1998).

Este espaço onde a construção e a emergência do novo tomam lugar, nos permite refletir e nos apropriar do conceito de Zona de Construção (ZC) desenvolvido por Newman, Griffin e Cole (1989) a partir do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal. Zona de Construção (ZC) é definida pelos autores como um espaço de trocas criado nas interações, onde se estabelecem atividades compartilhadas, utilizando-se, para isso, de dois processos básicos: a apropriação e a negociação de significações.

"(...)um lugar mágico onde as mentes se encontram, onde as coisas não são as mesmas para todos que as vêem, onde os significados são fluidos e onde a construção pessoal de uma pessoa pode preencher a construção pessoal de outra pessoa"(NEWMAN, GRIFFIN E COLE, 1989,p.ix).

Segundo os autores, as Zonas de Construção (ZC) constituem espaços propiciadores de desenvolvimento, onde se trocam, compartilham e negociam significados. As formas de organização interpsicológicas se transformam gradualmente em processos intrapsicológicos. É nas Zonas de Construção (ZC), segundo Newman, Griffin e Cole (1989), que se dá a possibilidade de mudanças recíprocas nos diversos parceiros envolvidos nas trocas (plano interpessoal), pela negociação e pela apropriação de modos diversos de significação.

Partindo-se dessas idéias e reflexões sobre o desenvolvimento que ocorre inserido em um contexto sociocultural, podem ser descritas as apropriação do espaço e as possíveis contribuições que este contexto oferece à construção do sujeito no contexto cultural do qual faz parte.

Dentro do conceito de Zonas de Construção, Valsiner (1997) define duas zonas de ação, em virtude do uso de artefatos culturais: Zona de Movimentação Livre (ZML) e Zona de Promoção de Ação (ZPA), perspectiva sobre a qual se aplica a idéia de Campos de Canalização Cultural, constituída aqui pelas Zonas de Construção, em constante transformação.

Exemplificando a relação entre a Zona de Promoção de Ação (ZPA) e a Zona de Movimentação Livre (ZML), podemos pensar no desenho de um caminho, numa praça, onde a ZPA se configura no desenho concreto do caminho, delimitado pela forma deste caminho, como podemos observar na figura abaixo, enquanto que a ZML é a gama de possibilidades que se apresentam, reguladas pela ZPA, ou seja, pela forma do caminho.

Os caminhos para algum lugar são, num sentido geral, o código psicológico universal da vida psicológica humana. A construção humana de ambientes é resultado de alguma primeira jornada além do conhecido (para os primeiros construtores de artefatos culturais), e secundamente, artefatos estabelecidos para fazer jornadas possíveis. Assim, o espaço pode ser um artefato culturalmente construído pelas culturas pessoal e coletiva. (VALSINER, op.cit.)

Como exemplo, utilizamos o artefato arquitetônico de calçada (Figura 62): seu traçado, sua localização, sua dimensão, seu objetivo de direcionamento de fluxos, bem como sua forma regulam o evento e a ação de passagem de pedestres, criando *scripts*, o que seria a Zona de Promoção da Ação (ZPA). Isto posto, percebe-se a subversão desta tentativa de limitação, de alguma forma não prevista pelo planejamento, criando-se novas formas de uso desta calçada, outros limites são simbolicamente delineados, outros acessos ficam marcados no gramado, ele estará utilizando uma ZML, ao mesmo tempo em que transforma a ZPA, mesmo tendo arquitetonicamente projetado um componente, que nesse caso pode-se tratar como artefato arquitetônico, que tenta dar esse constrangimento do espaço.

Assim, a demanda do futuro, planejada e imposta nas ZPAs não pode ser prevista no presente: as novas ações emergentes são cruciais na ponte entre o passado e o futuro.

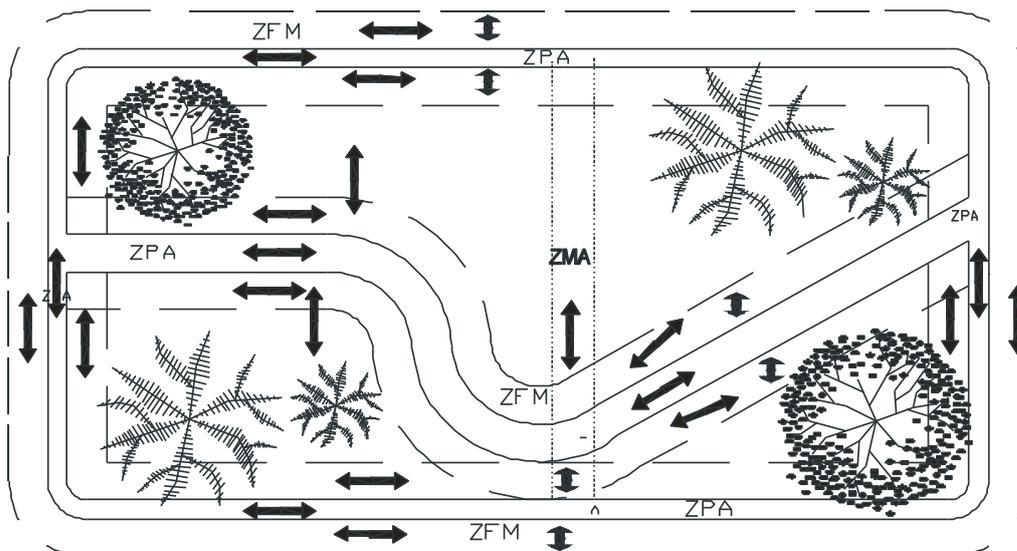


Figura 62: Croqui de praça - espaço subvertido: confronto entre a Zona de Promoção da Ação (ZPA) e zona de movimentação livre (ZML)

Em termos espaciais, consideramos que a Zona de Promoção da Ação delimita os caminhos por onde o fluxo de pedestres será realizado, nos sentidos norte-sul, sul-norte, leste-oeste, oeste-leste, e na travessia do elemento praça com uma certa sinuosidade na calçada central. Esta delimitação arquitetônica das ações dos indivíduos regula uma flexibilidade limitada deste movimento que se constitui na Zona de Movimentação Livre. Assim, os elementos calçada, árvores, plantas, o desenho arquitetônico que determina um movimento sinuoso dentro do movimento linear dos limites deste espaço, portanto, demonstram a relação entre a ZPA e a ZML, onde uma regula e atualiza a outra.

A Zona de Promoção da Ação (ZPA), tem como função promover ou facilitar a execução de alguma ação que o indivíduo realiza sozinho, mas em determinado momento decidiu não realizar. No caso da alimentação de uma criança, por exemplo, que já é capaz de comer sozinha, mas em um determinado momento decidiu não fazê-lo, os pais poderiam colocar a colher e outros utensílios ao alcance da criança, como forma de estímulo, para que ela execute esta ação por sua própria decisão.

A Zona de Promoção da Ação (ZPA) pode ser entendida, assim, como os limites prescritivos da ação planejada. Observando a figura abaixo, percebemos, por exemplo, que existem vários níveis de ZPA, onde os componentes arquitetônicos fixos, como a cama, o vaso sanitário, a mesa, o banco, o chuveiro, a porta, a janela e a pia, como artefatos primários, tem sua representação cultural que os transforma em artefatos secundários, também (a cama tem usos pré-determinados culturalmente, o vaso sanitário também, etc.).

Estes níveis de Zona de Promoção da Ação coincidem com sub-níveis de microssistemas, conforme podemos verificar mais adiante.



Figura 63: Foto de cela ocupada, com mobiliário fixo.

Cada um desses componentes arquitetônicos pode ser entendido como um componente regulador culturalmente construído, que delimita um número ‘n’ de ações de uso. Estas ações de uso particulares se articulam com os movimentos de utilização dos demais artefatos, formando uma gama de possibilidades de ações, que variam de acordo com os objetivos do indivíduo. Por exemplo, na ação de fazer as necessidades fisiológicas, utiliza-se o vaso sanitário, em vez da pia ou do chuveiro. A localização do vaso sanitário ao lado da pia e do chuveiro, pode regular a próxima ação, que seria lavar as mãos.

Tabela 1: Níveis de organização de artefatos.

Níveis de organização Culturalmente Definidos		
Artefatos	Nível primário	Nível secundário
Cama	Móvel para dormir ou repousar, sobre o qual se usa um colchão; leito.	Qualquer lugar onde pessoas e/ou animais possam deitar-se ou dormir.
Mesa	Móvel sobre o qual se come, escreve, trabalha, etc.	Apoio para qualquer objeto; em conjunto com cadeira, apoio para sentar-se e desenvolver atividade de comer, trabalhar, escrever.
Porta	Abertura em parede, ao nível do piso, para entrada e saída; pela que gira sobre dobradiça e fecha essa abertura;	Utilizada para o movimento de entrar/ sair de um lugar; fechar/ abrir um lugar; guardar um lugar
Chuveiro	Crivo por onde, no banheiro, cai água canalizada	Utilizado para banhar pessoas
Pia	Bacia com água corrente e escoamento, para serviços de cozinha, banheiro, etc; vaso de pedra para líquidos.	Utilizado para lavar objetos, lavar partes do corpo.
Vaso	Recipiente cônico capaz de conter líquidos	Utilizado para sentar-se nele, e fazer

sanitário	ou sólidos; peça de louça que, nos banheiros, está ligada ao esgoto e é usada para receber e eliminar os excrementos corporais.	necessidades fisiológicas de eliminação de excrementos corporais.
Corredor	Passagem geralmente estreita e longa no interior de uma edificação.	Utilizado para passagem de pessoas

Uma vez convenccionados estes usos, prescrevem-se Zonas de Promoção de Ação (ZPA), que pretendem delimitar as ações “aceitáveis” de uso destes artefatos. Este conjunto de artefatos, delimitados pelas paredes, porta e janela, por sua vez, se constituem numa outra Zona de Promoção de Ação (ZPA), mais ampliada, que corresponde a um microssistema, onde este conjunto de atividades pode se realizar, de acordo com a vontade do indivíduo, e assim, sucessivamente, configurando-se em Zonas de Promoção de Ação.

Zona de Promoção da Ação (ZPA), portanto, se define nos limites concretos que visam o controle das ações do indivíduo. É uma estrutura que canaliza a motivação do indivíduo para agir, regulando o leque de possibilidades para a ação, de forma a minimizar a emergência de novas possibilidades de ações não planejadas. No caso do espaço construído, o seu planejamento prévio visa construir “regulações” para as ações, a partir de elementos arquitetônicos.

Uma vez que são nomeados os ambientes, por exemplo, inicia-se um processo de regulação que pretende construir, no indivíduo que o ocupará, a compreensão de quais ações deverão ser ali desenvolvidas.

Artefatos culturais são utilizados para limitar o que Valsiner (1997) denomina de *Zona de Movimentação Livre (ZML)*, que é uma estrutura cognitiva socialmente construída na relação do indivíduo com o ambiente, a qual organiza o seu acesso a partes do ambiente e define que objetos estarão ao seu alcance e como o indivíduo deverá agir em relação a eles²⁶.

Podemos utilizar a cama como exemplo, onde a Zona de Promoção da Ação (ZPA) é delimitada pelo artefato ‘cama’, balizando uma Zona de Movimentação Livre

²⁶ A cadeira alta utilizada para dar refeição aos bebês, é um bom exemplo de artefato cultural. Ela restringe os movimentos do bebê e possibilita aos pais controlarem quais objetos estarão ao alcance da criança e quando serão colocados ou retirados, limitando sua liberdade de ação. Algumas situações, como a alimentação ou a aplicação de medicamentos, levam os pais a limitar a Zona de Movimentação Livre (ZML) para conseguir seus objetivos.

(ZML) que possibilita uma quantidade finita de ações de uso deste artefato pelos indivíduos: deitar-se (de frente, de costas, de lado, de cabeça para um ou outro lado da cama, etc), sentar-se, coloque o colchão (ou não), de acordo com sua vontade, mas limitadas as possibilidades, o que caracteriza o nível terciário de organização dos artefatos. Essa gama de possibilidades, juntamente com o artefato em questão (nível primário) e o que ele representa (nível secundário) faz parte do que constitui um subsistema, e, neste exemplo em particular, o microssistema.

A Zona de Promoção da Ação (ZPA) é a estrutura que canaliza a própria motivação do indivíduo para a ação, enquanto a Zona de Movimentação Livre (ZML) canaliza a ação sem enfatizar o seu desejo.

A relação complementar entre a Zona de Promoção da Ação e a Zona de Movimentação Livre (ZML) parece ser pré-estabelecida pelo planejamento, no sentido que, ainda que gere uma elasticidade da Zona de Promoção da Ação (ZPA), a Zona de Movimentação Livre (ZML) é regulada pela liminaridade da segunda. Assim, a Zona de Movimentação Livre atualiza a Zona de Promoção da Ação, como nos demonstra Valsiner(2004).

No entanto, há uma outra movimentação que extrapola estes significados, na medida em que a ação emergente não foi prevista pelo planejamento do espaço. É o que demonstra a figura 64, da ação de destilação de cachaça, utilizando o vaso sanitário.

O artefato arquitetônico ‘vaso sanitário’ foi construído neste local para atender às necessidades fisiológicas dos indivíduos aí inseridos. Este artefato se encontra encapsulado no concreto, por questões de segurança, uma vez que o material empregado (louça cerâmica) na sua confecção pode ser utilizado como arma, se for quebrado. É colocado no nível do piso, porque o usuário utiliza-o de pé, sobre ele. Está circundado por uma contorno de alvenaria, para evitar escoamento de águas para dentro da cela.



Figura 64: Foto da utilização do vaso sanitário para destilação de cachaça. Fonte: documentário : o prisioneiro da grade de ferro.

Conforme podemos observar, o vaso sanitário passa a ser utilizado para destilar cachaça, que será vendida na unidade penal. Utiliza-se o vaso para apoiar o recipiente que recebe a destilação, e utiliza-se a água da instalação hidráulica do chuveiro para fabricar a bebida, proibida dentro de unidades penais. A forma como o artefato se apresenta permite que tal atividade seja realizada como apresentada na foto, com o utensílio que guarda a cachaça destilada abaixo do piso, para aproveitar a instalação hidráulica.

É o que chamamos de Zona de Movimentação Ampliada (ZMA), na qual a emergência de novas ações extrapola a regulação da Zona de Promoção da Ação (ZPA), no seu nível terciário, ou seja, na emergência de novos significados não previstos.

O uso culturalmente definido, regulado pelo artefato existente, não é a ação resultante, o que possibilita uma ampliação de uso, oriundo de uma adaptação criativa.

Considera-se como o processo de adaptação criativa a emergência de novos mecanismos contingentes de uso. A adaptação criativa dos indivíduos no ambiente altera os níveis de organização dos artefatos culturalmente definidos, permitindo a emergência de novos significados para os mesmos, que acabam por ser compartilhados coletivamente, num processo de atualização de produção de sentidos constante.

Esta atualização, ainda que modificadora das respectivas Zonas de Ação, mantém os significados dos artefatos de ordem primária, secundária e terciária.

Um subsistema, portanto, é formado pelos três níveis de organização culturalmente definidos dos artefatos, que são construídos através da relação do indivíduo com os mesmos, a partir das atualizações das Zonas de Construção, como veremos a seguir, no detalhamento de cada subsistema.

7.3. De perto e de dentro

7.3.1. Microsistema

O ambiente cela, não obstante seu objetivo de engessamento das ações através da punição e do controle, parece ampliar o leque de possibilidades da ação dentro das quatro paredes: o indivíduo pode se deitar na cama, ou sentar-se nela, ou usar a mesa, ou andar pela circulação, ou usar o vaso sanitário, ou o chuveiro, ou a pia, mas sem sair deste ambiente, caso a porta esteja fechada. Esta é uma Zona de Movimentação Livre mais ampliada.

A cela representada na ilustração 68 foi projetada para uma capacidade de 4 pessoas, dispostas em duas beliches executadas em material de chapa de aço perfurado, localizadas numa única parede da cela, objetivando respeitar os limites do 'espaço pessoal'²⁷. Assim, ao levantar-se das camas, os indivíduos não estariam invadindo o espaço pessoal uns dos outros. A especificação das camas e da mesa foi modificada em virtude do alto custo deste material, inviabilizando economicamente sua utilização, sendo substituído pelo concreto.

Na parede de fundo, uma mesa de concreto, cujo objetivo de utilização no planejamento deste espaço se justificava através dos eventos de leituras, estudos, etc. Na parede contrária à posição das camas, localizam-se prateleiras de concreto para guardar os pertences de cada indivíduo, num total de quatro, sendo cada prateleira destinada a um indivíduo.

²⁷ Espaço Pessoal, segundo Itiro Lida se constitui no espaço radial em torno do corpo, numa distância de 60 cm, que simboliza a fronteira corporal para a qual permitimos a aproximação e, conseqüentemente, a invasão desta a medida que nosso grau de intimidade com o outro aumenta.

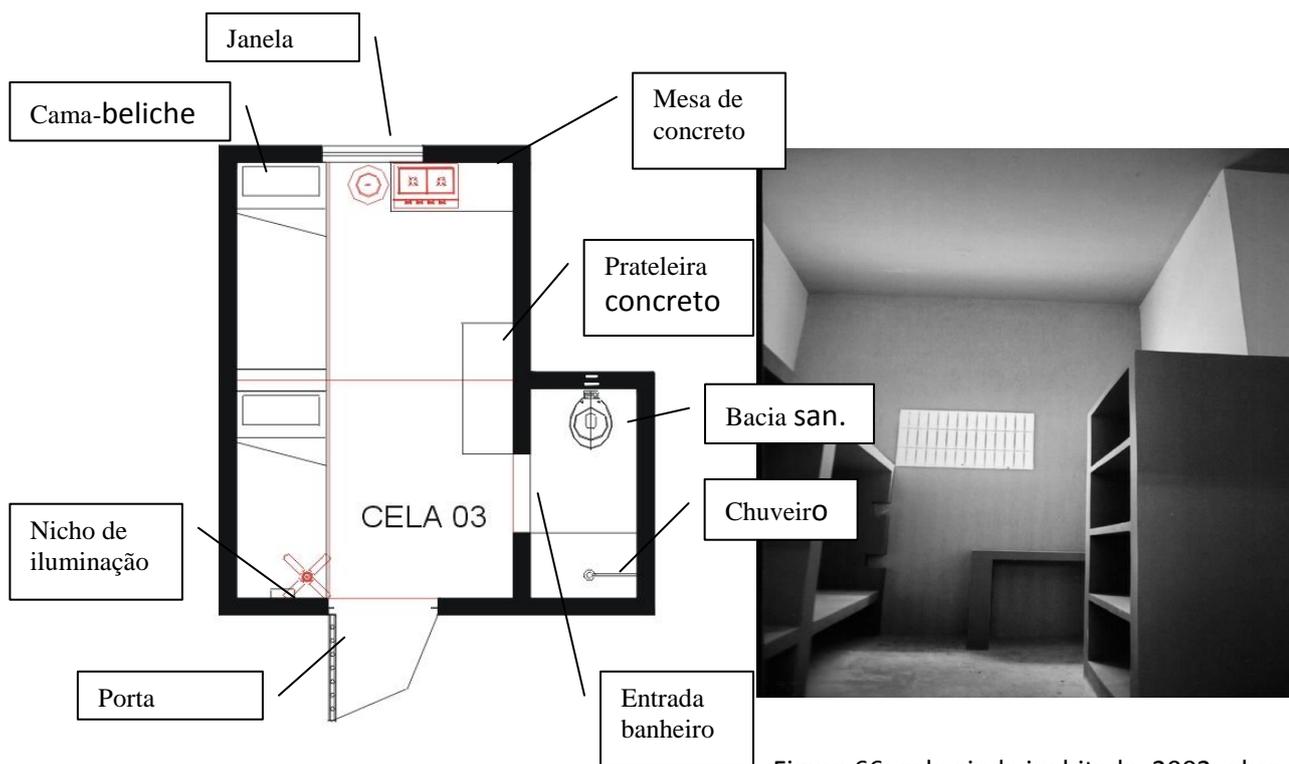


Figura 66: cela ainda inabitada, 2002, obra concluída

Figura 65: Planta baixa de cela segundo projeto, 2002

A janela e a porta são executadas com grades de ferro, vazadas, com o objetivo de aproveitar a ventilação e a iluminação naturais, uma vez que estas são abundantes nesta região. Sua localização em paredes opostas e disposta uma de frente para a outra tinham, no planejamento, o objetivo de permitir uma maior velocidade da circulação de ventos, para permitir um maior conforto térmico no interior deste ambiente.

As cores claras nas paredes e o azul no teto (Figura 66), bem como o pé-direito (altura do piso ao teto) foram definidos em virtude da intenção de amenizar a sensação de confinamento que as dimensões deste ambiente poderiam ocasionar (Área da cela=10m²).

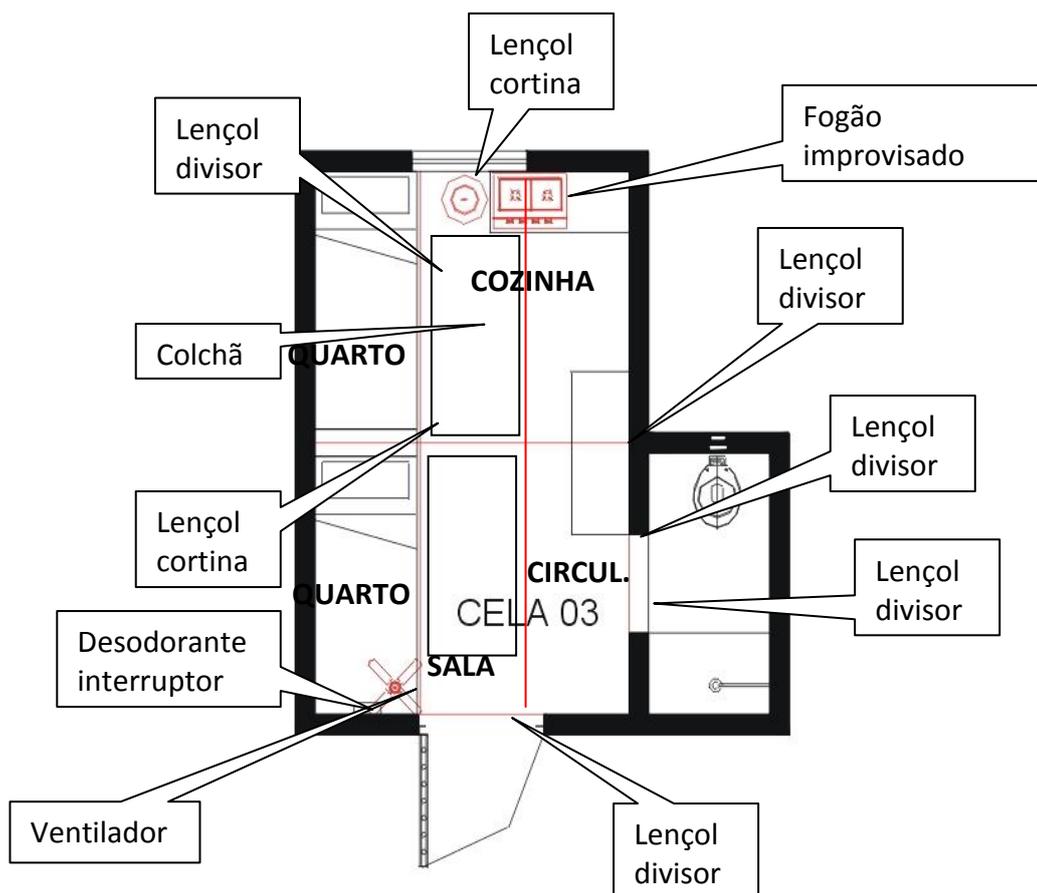


Figura 67: croqui de planta baixa de alojamento modificado, 2006

Ao lado das prateleiras, localiza-se a entrada para o banheiro, que, inicialmente, comportaria um vaso sanitário e um lavatório, uma vez que o banho seria realizado em chuveiros coletivos. Durante o período de execução da obra, os gestores da instituição solicitaram que fossem colocados chuveiros, pois os banheiros coletivos seriam destinados às visitas. Esta pequena modificação implicou em várias outras modificações no mesossistema e no exossistema, uma vez que o módulo de visitas previsto no projeto, não seria mais utilizado como módulo de visitas. Aqui, já percebemos que o cliente se posiciona como co-autor, uma vez que ele já impõe algumas modificações ao projeto arquitetônico.

Desde a construção, portanto, apesar do planejamento de um espaço destinado à realização das visitas íntimas, já se vislumbrava um outro uso para este espaço, bem como a realização das visitas no próprio módulo de convivência, mesmo à revelia do planejamento original.



Figura 68: cela habitada, 2005



Figura 69: cela habitada, 2006

A figura 70 mostra o resultado de todas estas modificações sofridas pelo projeto arquitetônico até o momento em que a obra foi concluída, mas ainda não habitada. Devido à grande rotatividade de indivíduos apenados na unidade, torna-se impossível acompanhar um só sujeito e verificar as suas ações de modificação sucessivamente. Assim, tomam-se como referência as modificações impressas num mesmo espaço de cela.

Nas figuras 68 e 69, as imagens da cela são apresentadas em dois momentos, respectivamente: dois anos após sua ocupação e três anos após sua ocupação.

Verificamos que a cama-beliche foi quebrada, permanecendo apenas as camas de baixo. Esta modificação implicou na alteração da capacidade de vagas por cela, que antes seria de quatro indivíduos, e passa a ser de dois indivíduos, fato que gerou a necessidade de se utilizar o piso para dormir, colocando-se colchões para acomodar os outros indivíduos que não têm mais a cama para dormir.

Contexto da Atividade 16: Diálogo sobre organização espacial da cela

Descrição do setting

- Atores: Pesquisadora, Preso.
- Evento: entrevista
- Local: Cela

1. **E:** uma dúvida: nas camas ficam os mais antigos?(1)
2. **P:** em presídio, é... Os mais... **Eu como sou mais antigo já tenho a minha... Aí se eu sair, quando for dada a minha liberdade, fica pra outro... Os**
3. **'irmãozinho(s)'**... Eles moram na cela (2)...
4. **E:** Mas aí, qualquer um pode pegar...

6. **P:** É... ‘(Es)tando’ desocupada, fica pros irmãozinhos... Agora quem já ‘(es)ta’ nela,
7. só pode dar quando sair, né?... **Você tira a visita aqui, aí vai dar pra outro**
8. **irmãozinho, aí como é que vai tirar a visita com a família dele, a esposa dele e**
9. **os filhos?(3)**
10. **P:** Aí aqui, cada um... os primeiros é que ‘fica(m)’, né... aí aqui é onde eu fico, ali é
11. o irmãozinho que já foi representante... cada um tem a sua... **os outros ficam no**
12. **chão (4)... Dia de visita, passa o dia e só entra a noite... aí quando é pernoite,**
13. **eles só vem pra a cela a tarde, pra dormir, quando terminar a visita (5)...** Passa
14. o tempo do lado de fora, lá no canto deles... **Lá tem um local separado pra os**
15. **solteiros, casados noutro lado (6)...** Solteiro pra outro... **Como se fosse os quartos**
16. **(7)...** Arma os come-quietos ali fora... **Bota umas barracazinhas... Umas barracas**
17. **de cigano... Tudo aí... Lá fora... Tudo armado... Tudo armadozinho, as**
18. **barracazinhas... Quem tem lençol, bota lençol... Quem não tem, faz de lona, de**
19. **plástico... O importante é tirar a visita com a companheira (8)...** E o recurso da
20. gente... **A alegria que o reeducando tem aqui dentro é quando ganha a**
21. **liberdade, quando ‘(es)ta’ com a visita, que vem visitar a gente (9)...** É o único...
22. A alegria que o preso tem... Quando não...
23. **P:** e aí, tem irmãozinho que na mesma hora... ‘(Es)tá’ bom com a visita, mas quando
24. sai a gente fica com o coração partido, né... Não pode ir com a visita... é pesado...
25. Passar cinco anos, seis anos... Sete anos sem poder sair com a família, passar com
26. ela... Acho (incompreensível)... Seis anos sem poder sair com a família pra casa...
27. **E:** quando a visita vem pra cá, como é que vocês se organizam, assim... Na hora de
28. dormir (10)...
29. **P:** a criança, bota um colchão aqui... **A criança. A mulher, dorme na cama**
30. **(11)...**
31. **E:** dorme aí com vocês...
32. **P:** é... A criança pequena fica aí no colchão...
33. **E:** aí você fecha no caso esse lençol é?(12)...
34. **P:** [ele não fala... mostra, baixando o lençol](13)
35. **P:** e tem outro que fica aqui, outro aqui... Outro nessa corda aqui... E pra cá... Aqui
36. fica dividido no meio, aí fecha a porta... Aí bota esse lençol pra ficar mais solta...
37. Desse lado aqui, já fica maior, aí é mais... Folgado ali, com as crianças...

Conforme podemos observar no diálogo acima, quando o indivíduo explica a cela, ao mesmo tempo ele explica como se organizam os que ficam fora da cela, portanto, no mesossistema. Está, portanto, demonstrado a inter-relação entre o microssistema e o mesossistema, onde qualquer modificação em um desses subsistemas implica em atualização do outro, e assim sucessivamente em relação aos demais subsistemas.



Figura 70: Foto de cela construída no solário

Esta organização depende da configuração contextual, conforme também está explicado: no momento da visita, os ‘solteiros’ cedem seu lugar dentro da cela, e re-constroem seu lugar fora da cela, enquanto que os ‘casados’ ampliam seu território para acomodar as crianças; no contexto diário, o artefato cama é utilizado segundo as apropriações que ocorrerão em dias de visita, ou seja, os ‘casados’ se apropriam dos artefatos fixos, enquanto os solteiros ocupam colchões, no chão.

Esta apropriação dos artefatos fixos parece determinar a permanência dos indivíduos em momentos de re-negociação do uso do espaço, permitindo maior estabilidade na apropriação do seu lugar.

A construção do ‘come-quietos’ também depende desta configuração, delimitando os espaços onde ocorrem as ações desempenhadas em dias de visita. Na figura 70, apresenta-se um tipo de configuração espacial, que tem relação com os artefatos fixos existentes na mesma, no caso, apenas a cama. Em outros modelos de cela, as delimitações se apresentam diferentes, conforme se verifica na figura 71.

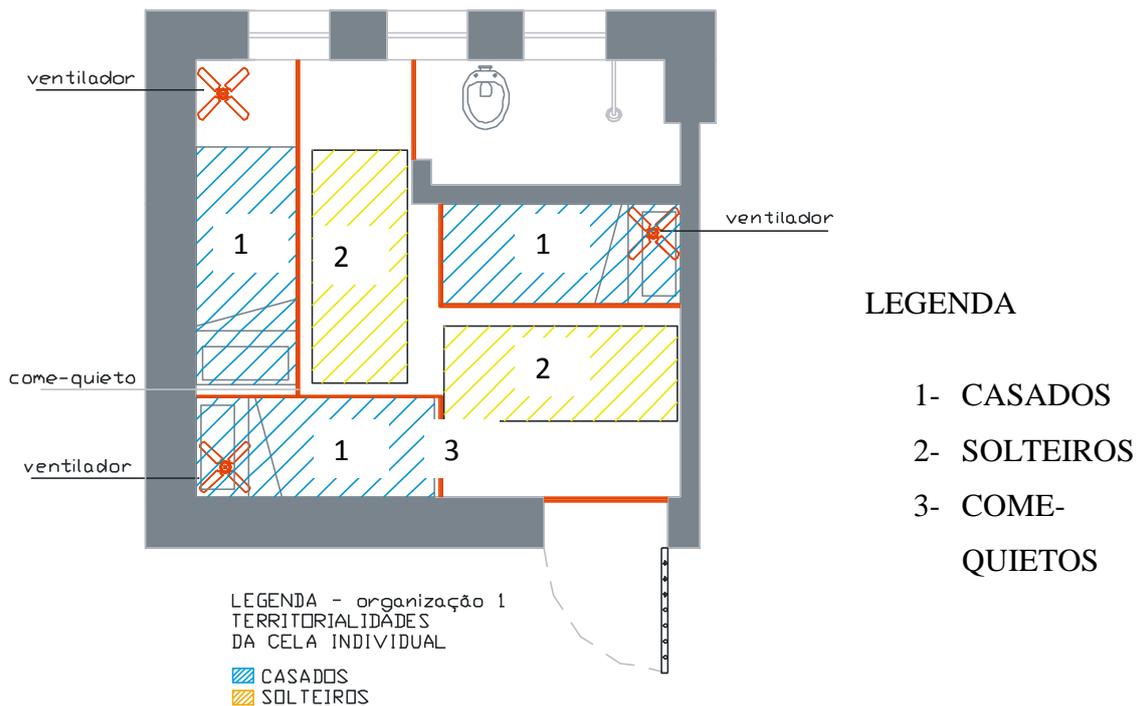


Figura 71:Esquema de organização de territorialidades por 'estado civil'

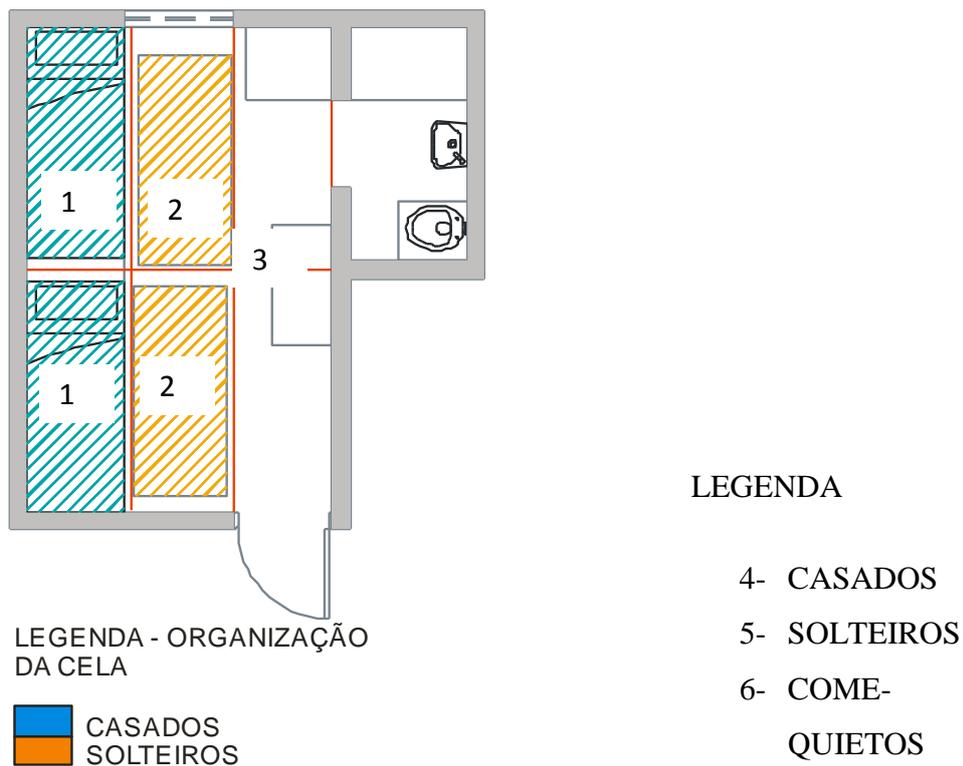


Figura 72: Esquema de organização de territorialidades por estado civil

Isto posto, podemos compreender como se dá a emergência de novas configurações espaço-temporais dentro do ambiente prisional e como a arquitetura pode funcionar como mediadora do desenvolvimento do sujeito, enquanto em constante construção, a partir de sua adaptação ao ambiente, se apropriando e negociando os componentes arquitetônicos..

Ainda pudemos observar outro tipo de organização do ambiente cela, em função das atividades desenvolvidas dentro da mesma e percebemos que esta organização produz uma subdivisão do microsistema cela em áreas, que em arquitetura denominamos setorização ou zoneamento, demonstradas nas figuras 73, 74 e 75.

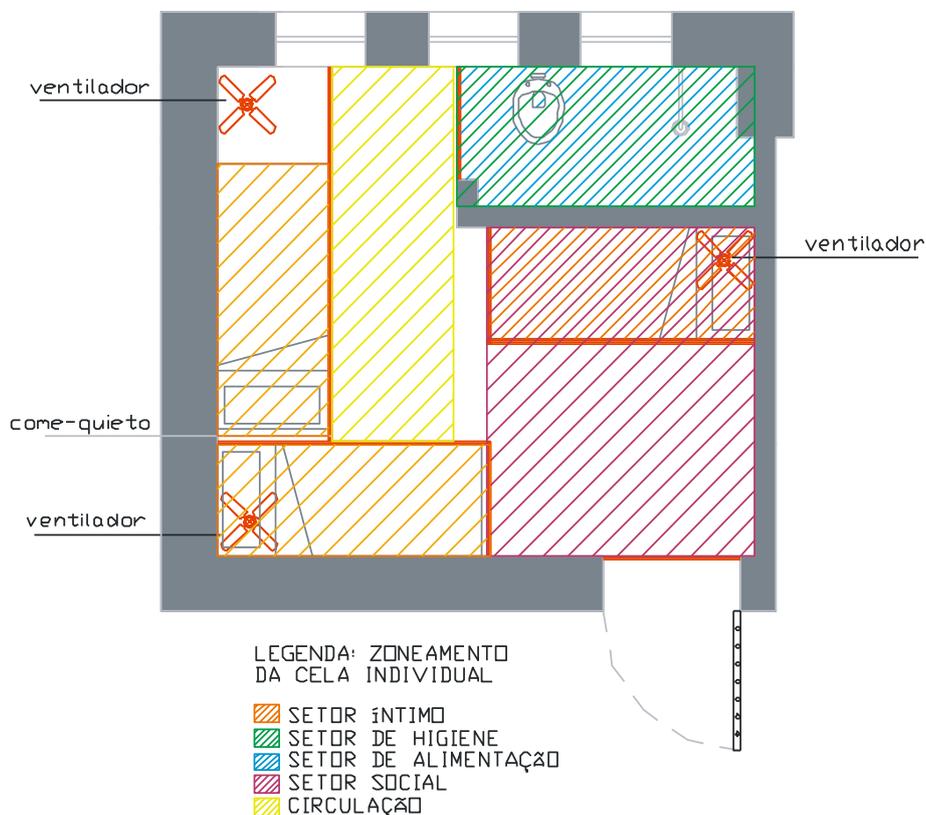


Figura 73: Esquema de Zoneamento de territorialidades

Destacamos que esta subdivisão parece corresponder à mesma configuração das residências unifamiliares, as quais apresentam setor social, setor de serviços e setor íntimo.

Cabe aqui discutir o conceito de habitação, partindo de dois elementos que possuem significados diferentes, embora na hermenêutica popular possa, muitas vezes, induzir a mesma coisa. Estes dois elementos são os conceitos de casa e moradia.

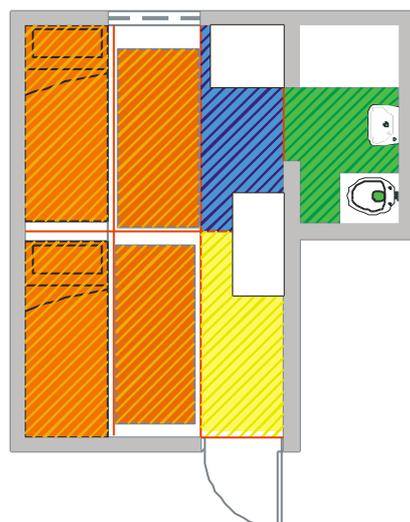
A casa para nós, tal como parece ser a cela para estes indivíduos, é a casca protetora, é o invólucro que divide, tanto espaços internos como espaços externos (Brandão, 2002). É o ente físico. Materiais de construção, componentes, subsistemas e sistemas construtivos aparecem e são utilizados quando se produz e constrói a casa, quer seja ela térrea, geminada, assobradada, edifícios com muitos pavimentos ou ainda construída isoladamente em um lote ou em conjunto com outras unidades em uma gleba. Os processos construtivos são utilizados, com suas respectivas técnicas e tecnologias, para a construção da casa.

A cela parece se transformar numa moradia, a medida que se apresenta setorizada em função dos hábitos e usos da mesma, conforme vemos nas figuras 74 e 75, apesar de sabermos que a cela não acolhe, e que não se escolhe estar aí, o que inviabiliza o entendimento da cela como casa.

Apesar disso, entende-se que a casa simbólica aí se apresenta. Quando o indivíduo diz “é como se fosse o quarto” ou “é como se fosse a cozinha”, ele está atribuindo um significado àquele lugar. No momento em que se atribui sentido ao lugar, e se modifica o lugar em função deste significado, ainda que a cela não seja a casa, ela o é para o indivíduo que assim a chama.

Esta produção de sentido implica em mudança da realidade, embora esta realidade pareça ser imaginária.

A moradia, possui uma ligação muito mais forte com os elementos que fazem a casa funcionar, ou seja, a moradia leva em consideração os “hábitos de uso da casa”. Uma casa por si só não se caracteriza como moradia. Ela necessita, para tal, se identificar com o “modo de vida” dos usuários nos seus aspectos mais amplos. Uma construção disto se registra quando analisamos o uso de uma mesma casa, ao longo do tempo, por famílias ou pessoas diferentes. Os mesmos invólucros, os mesmos entes físicos, se transformam em moradias diferente, com características diferentes, cujos hábitos de uso dos “moradores” ou “usuários” são a tônica da mudança.



LEGENDA - ZONEAMENTO DA CELA NO DIA-A-DIA

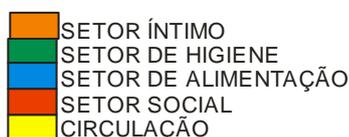
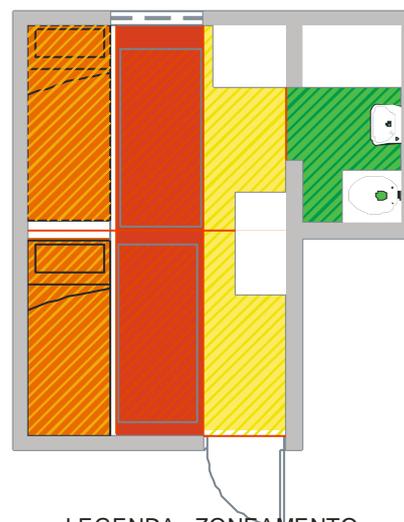


Figura 74: Esquema de zoneamento de territorialidades



LEGENDA - ZONEAMENTO DA CELA EM DIA DE VISITA

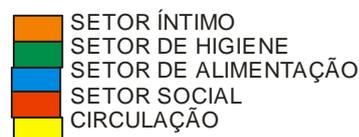


Figura 75: Esquema de zoneamento de territorialidades

Nesse sentido, a cela constitui a delimitação do microssistema moradia, assim parecendo ser a delimitação da moradia dos indivíduos encarcerados.

Para efeitos de organização do texto, enumeramos os artefatos, na tentativa de montar uma descrição detalhada de cada um, individualmente, mesmo assumindo que suas explicações implicam em articulações com outros artefatos do mesmo subsistema ou de outros subsistemas mais abrangentes, contudo, esta forma pareceu ser a mais adequada.

A porta

Como foi dito anteriormente, a porta, bem como a janela, foram executadas com grades de ferro, vazadas, com o objetivo de aproveitar a ventilação e a iluminação naturais, abundantes nesta região, já que, dentro das celas, a orientação da administração, quando da elaboração do projeto, era o uso proibido de eletrodomésticos dentro das celas.

Sua localização em paredes opostas e disposta uma de frente para a outra tinham, no planejamento, o objetivo de permitir uma maior velocidade da circulação de ventos, objetivando um maior conforto térmico no interior deste ambiente.

Observou-se, contudo, que a necessidade de privacidade era maior que a de conforto térmico, porque ambas, portas e janelas, eram vedadas com lençóis em todas as celas de todas as unidades, inclusive nas portas executadas de chapa, com visor superior, para manter a privacidade dos indivíduos dentro da cela.

Assim, quando a cortina está fechada, ninguém pode entrar na cela sem permissão. A regra é bater três vezes na parede, esperar que o indivíduo no interior da cela permita a entrada, afaste a cortina, e aí, pode-se entrar neste ambiente. Quando a cortina está levantada, todos podem entrar nas celas de todos, desde que tenham bons relacionamentos uns com os outros.

Contexto da Atividade 17: Diálogo sobre organização da cela

Descrição do setting

Atores: Pesquisadora, Preso.

Evento: entrevista

Local: Cela

1. E: C., tu podes me mostrar tua cela?(1)
2. P: É essa aqui...
3. E: Pode ir... Eu (es)to(u) lhe seguindo...
4. P:É isso que a senhora '(es)tá' vendo aí... **Nós só 'precisa(mos)' mesmo é de outras camas em cima (2)...** E uma pintura, né?... Que nós já 'bota(mos)' **os pano na parede 'mo de' a pintura que é feia(3)...** Tudo pintado, riscado...
5. E: Humhum...
6. P:E uma reforma no banheiro, é só que...
7. E: **Tu me mostra ele por favor?(4)...**
8. E: Ah... Certo... E esse pano aqui que você (es)tá segurando, pra que foi que vocês colocaram aí?
9. P: **É a porta do banheiro(5)...**
10. E: pra separar, é?
11. P: é...
12. E: aí vocês baixam depois, é?
13. P: é... Fica abaixado assim...
14. E: e esse teto aqui?
15. P: esse teto também nós botou mo de não ter pintura...
16. E: Não tem?
17. P: pintura tem... Agora, que '(es)tá' velha... aí nós botamos, cobrimos de pano tudo...
18. E: **Sim... Aí, me diz... Como é que você faz quando vem a visita pra cá?(6)**
19. P: **nós botamos um cordão ali... Aí nós 'prega(mos)' com um pregador aqui... Aí bota outro pano aqui... Outro aqui, assim... Aí fica essa área aqui, assim... Pra pessoa ficar com a visita... e aqui fica pros outros que tem visita também (7)... Mas só que não tem mais vaga aqui na cela, né... Aí fica lá fora (8)... Aí a visita dele passa por aí pra ir pro banheiro (9)...**
20. E: passa por aqui...
21. P: é... **Por esse corredorzinho (10)...** Fica um corredorzinho aí pra a visita passar pro
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.

28. banheiro...
29. **E: aí como é que faz, por exemplo, se as duas mulheres quiserem ir pro banheiro no mesmo tempo? Na mesma hora?(11)**
30. **mesmo tempo? Na mesma hora?(11)**
31. **P: se já tiver uma lá, aí vem aqui, aí bate... se tiver gente, aí uma fica esperando ali, enquanto a outra terminar pra a outra ir (12)...**

Interessante enfatizar que a pesquisadora já tem incorporado, neste diálogo, a necessidade de sempre pedir permissão para entrar em qualquer ambiente que esteja com a cortina abaixada, fato que parece demonstrar o ciclo metodológico de Valsiner, discutido no capítulo 1.

A medida em que, a partir da metodologia inerente à observação participante, se desenrola, ocasiona efeitos no pesquisador, que não apenas apreende o significado do indivíduo pesquisado, mas ao perceber esse significado, é capaz de atestar sua lógica e incorporá-la de acordo com os padrões de seu próprio aparato intelectual.

Esse cuidado se deve ao fato de já ter sido alertada, por um agente penitenciário, dos perigos de entrar em ambientes sem permissão dos presos.

Desse diálogo, extraímos a utilização dos componentes arquitetônicos para mediar as relações dentro da cela, regulando os níveis de organização definidos pelos hábitos destes indivíduos, neste ambiente específico, o que nos mostra a contingência das ações dependendo das configurações contextuais, que emergem a partir dos campos semióticos no espaço e no tempo.

Níveis de organização Culturalmente Definidos			
Artefato	Nível primário	Nível secundário	Nível terciário
Porta	Abertura em parede, ao nível do piso, para entrada e saída; pela que gira sobre dobradiça e fecha essa abertura;	Utilizada para o movimento de entrar/sair de um lugar; fechar/ abrir um lugar; guardar um lugar	Entrar/sair/interromper movimento; fechar/abrir
Cortina	Peça de pano, palha, que suspensa num vão,	Esconder, resguarda, veda algo ou guarnece.	Esconder/mostrar.

Consideramos que a utilização de cortinas para vedação das portas é um tipo de adequação do espaço, como resposta ao controle visual dos agentes. Esta resposta é decorrente da apropriação do espaço-cela - 'o meu lugar', e corresponde ao componente mediador das ações de permissão de acesso a este ambiente.

A parede

A parede é utilizada como limite entre as celas, sendo o componente arquitetônico delimitador do que, aqui, consideramos microsistema. Contudo, observou-se que em todas as celas, as paredes se apresentavam repletas de figuras, fotos, desenhos, buracos, etc., sendo necessário descobrir os motivos que levaram àquela situação.

A partir dos diálogos, começamos a entender que as paredes eram utilizadas para informar regras (figura 78), contatos (figura 79), efetuar tipos de contagem (contagem de tempo, contagem de pessoas, contagem de horas, etc.), fixar outros artefatos não previstos dentro da cela (figuras 76 e 77).



Figura 76: Foto de paredes de cela decoradas com recortes de revista

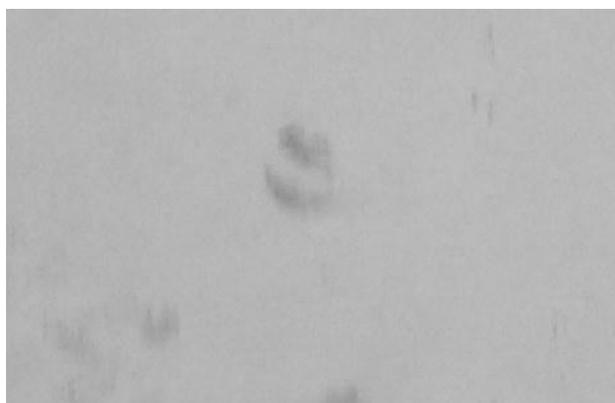


Figura 77: Foto de marca de baton na parede

Nos mesossistemas, a parede também desempenha funções interessantes mais destinadas à coletividade, sendo utilizada sempre como base para algum tipo de expressão gráfica, quer seja uma homenagem, um aviso, informações, etc.

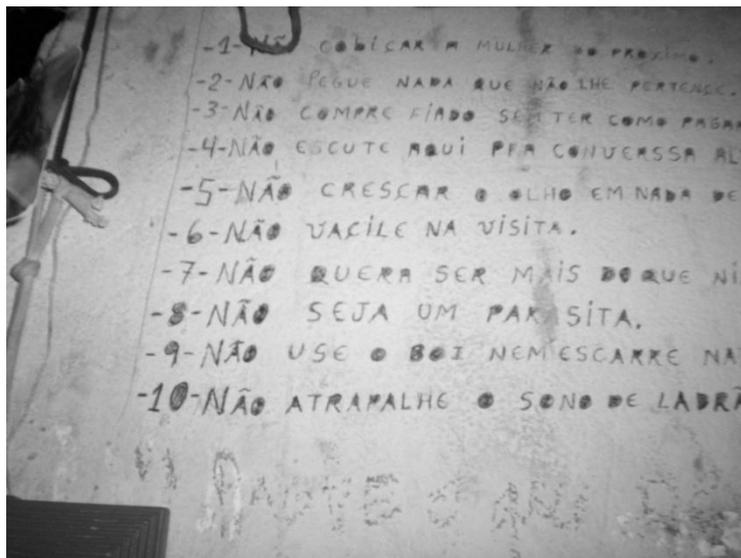


Figura 78: Os 10 mandamentos da prisão

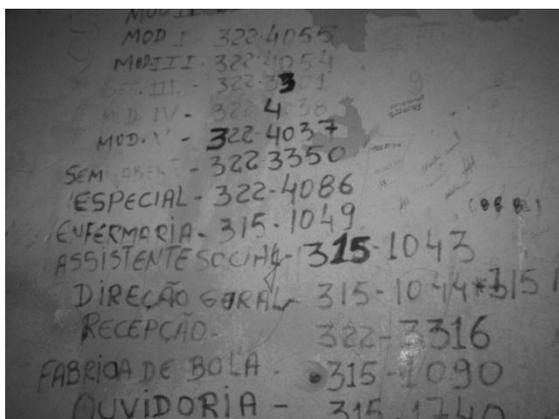


Figura 79: Lista telefônica dos módulos, localizada na entrada de alguns módulos



Figura 80: Foto de desenho na parede da entrada do módulo.

Podemos perceber que o componente arquitetônico ‘parede’, utilizado para delimitar ambientes e, conseqüentemente, os subsistemas, se constitui como fronteira das Zonas de construção, mas extrapola este uso, como todos os outros artefatos existentes no espaço prisional, a partir da emergência de outros usos, cujo surgimento depende da configuração contextual corrente.

Cada vez que ocorre uma mudança entre os indivíduos das celas, estas também são modificadas, o que sugere que os lugares são ocupados e desocupados a partir de suas características espaciais, ou seja, cada espaço ocupado, enquanto lugar, parece representar a identidade de seu ocupante, havendo a necessidade de mudanças quando o mesmo é transferido para outro espaço.

O próximo ocupante o transforma segundo suas características, o que nos leva a pensar que, na relação do indivíduo com o espaço, este indivíduo se constrói enquanto sujeito em desenvolvimento constante, tentando representar suas características no ambiente que, agora, considera seu lugar.



Figura 81: Foto de marcas de figuras arrancadas da parede logo depois de uma transferência de preso.

A cama

Como demonstrado anteriormente, a utilização da cama é negociada pelos indivíduos em todas as celas que apresentam uma ocupação de mais de um indivíduo.

Este artefato corresponde a um subsistema dentro do microssistema, que parece ser resultado da apropriação espacial, incluindo exemplos que evocam o conceito de territorialidade. Demarcação espacial, estratégias de conquista, signos de defesa e definições simbólicas da identidade individual parecem constituir o centro essencial desta seleção.

A apropriação territorial neste estudo refere a todas as ações que são orientadas por uma construção visual de definição de fronteiras territoriais reconhecidas como tais, e pontuadas de um lugar particular.



Figura 82: Foto de indivíduos utilizando cama para sentar, durante visita



Figura 83: Foto de cama, com colchões embaixo dela.



Figura 84: Foto de cama, com cama de cima tratada como teto



Figura 85: Foto de lugares, cada indivíduo em sua cama

A cama, enquanto artefato cultural, é utilizada para dormir, repousar, sobre ela. No entanto, encontramos vários outros usos, como ‘cobertura’ para o ‘come-quieto, como apoio para objetos, sendo elemento de negociação por parte das relações entre indivíduos. Em alguns módulos, a cama é denominada ‘jegue’, fazendo uma alusão à montaria, porque alguns podem estar ‘montados’ e outros não podem, conforme explicado anteriormente.

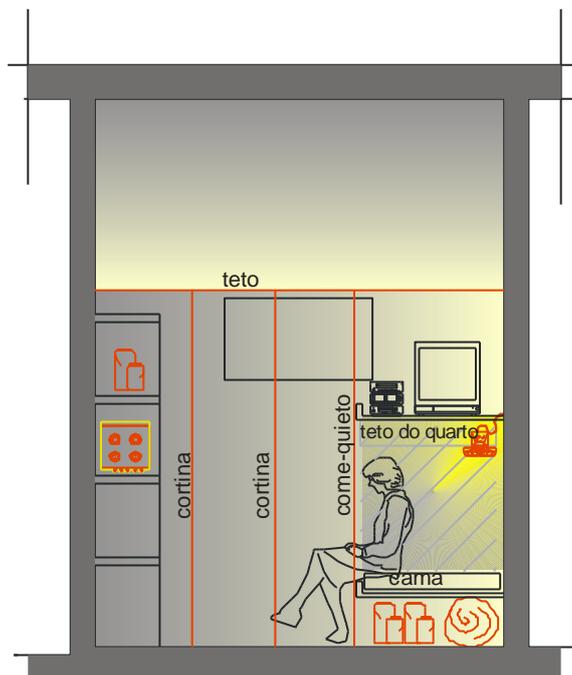


Figura 86: Esquema de utilização da cama

Este artefato se constitui num delimitador de Zona de Promoção de Ação (ZPA), mas dentro desta ZPA, o leque de ações que emergem vão muito além do uso primário definido culturalmente: neste caso, a cama apresenta um nível de organização secundário de várias ações inerentes a artefatos distintos, mas que se localizam nesta delimitação, tais como as cortinas (come-quietos), os ventiladores, as luzes, os desodorantes (interruptores de luz), etc., apresentando, portanto, uma Zona de Movimentação Livre (ZML) que extrapola as possibilidades da Zona de Promoção de Ação (ZPA).

Tal amplitude de ações constitui o que chamamos de Zona de Movimentação Ampliada (ZMA), caracterizada pela utilização da cama, não como artefato, mas como 'ambiente', pois ela abriga outros artefatos, se constituindo num 'quarto'. Nesse sentido, a cama passa a ser um microssistema, uma vez que delimita um leque de ações e de artefatos agregados a ela.

Vale destacar que a iluminação sendo transferida para debaixo da cama superior, para iluminar a cama inferior, provoca uma ausência de iluminação no restante do ambiente, modificando o objetivo inicial da iluminação, de iluminar e visualizar o que acontece dentro da cela, se constituindo numa subversão da iluminação, em decorrência da mudança de objetivo da iluminação (Figura 86).

Níveis de organização Culturalmente Definidos			
Artefato	Nível primário	Nível secundário	Nível terciário
Cama	Móvel para dormir ou repousar; lugar onde se coloca um colchão	Repouso	Deitar/não deitar; sentar/não sentar
Cortina	Peça de pano, palha, que suspensa num vão,	Esconder, resguarda, veda algo ou garante	Esconder/mostrar.
Ventilador	Aparelho para ventilar	Ventilar o ambiente	Ligar/não ligar
Quarto	Compartimento destinado ao trato íntimo.	Repousar, dormir, ler, praticar atividades íntimas	Se localizar dentro de.

Percebe-se, por parte do sujeito, a necessidade de modificar a cela de acordo com a necessidade do seu morador, principalmente em função da dinâmica de ocupação, onde a cela não é ocupada por apenas um indivíduo. Cada morador modifica seu espaço, permitindo a emergência de um novo espaço, o qual promove o surgimento de novas necessidades e, conseqüentemente, novas ações de apropriação.

Nesta situação, o sujeito pode ter possibilidades de apropriação de espaços e objetos de muitas maneiras. Ao mesmo tempo, o espaço impõe certo limite (ZPA) sobre a liberdade de ação do sujeito – quando necessário, a Zona de Movimentação Livre (ZML) pode ser estreitada ou alargada, levando o sujeito a uma pequena ou grande liberdade de ações para atingir o seu objetivo para o espaço. Igualmente, cada liberdade particular é atingida enquanto os limites da Zonas de Livre Movimentação (ZLM) podem ser reestruturados e, por conseqüência, os limites das Zonas de Promoção da Ação (ZPA).

Porém, ainda se percebe algumas outras ações que escapam da regulação destas duas Zonas de Construção, como por exemplo, a subversão de alguns artefatos secundários e terciários.

Contexto da Atividade 18: Diálogo sobre iluminação e come-quieto na cela

Descrição do setting

Atores: Pesquisadora, Preso 1, Preso 2, Tenente.

Evento: entrevista

Local: Cela

1. **E:** bom... Então, primeiro eu queria que vocês explicassem, assim, o que é isso
2. aqui? **Esses fios?**(1)
3. **P:** isso aqui ‘chama-se’ de come-quieto.
4. **E:** certo...
5. **P:** **esses fios aqui, que é pra botar os ‘pano(s)’ e dividir, em dia de pernoite,**
6. **que nem é amanhã... vem as esposas, aí, no caso, ele fica do lado de lá e eu fico**
7. **do meu lado... Aí passa o pano aqui e pronto (2)...**
8. **P2:** porque são dois casados e um solteiro em cada cela... Aí, os solteiros tiram a
9. visita do lado de fora e os casados dividem a cela ao meio, pra poder ter mais
10. privacidade, né?... a noite...
11. **E:** e esse aqui, como é que é?
12. **P:** esse é o que completa aqui... Ele vem aqui, e ele fecha tudo aqui
13. **P2:** a gente divide, coloca os panos, aí divide a cela, pra poder ter uma
14. privacidade do casal, né?...
15. **E:** hum... **E aquele negócio ali, pendurado, é o que?**(3)
16. **P:** isso aqui?... **Isso aqui é pra não ficar muito claro... De noite... a gente liga,**
17. **que é pra poder ficar um pouco escuro... Ali tem outra, ali também (4)...**
18. **E:** tem outra lâmpada ali é?
19. **P:** tem... é porque, quando divide aqui, pra não ficar...
20. **P2:** **o detalhe do (5)...**
21. **E:** do desodorante, né?...
22. **T:** **isso aqui é criação de presídio (6)...**
23. **P2:** da cadeia mesmo...

Há, segundo a transcrição acima, uma negociação entre os ocupantes das celas, que se organizam em pares de acordo com sua situação conjugal: dois casados e dois solteiros por cela. Os dois casados dormem nas camas, enquanto que os solteiros dormem em colchões, no chão, deixando as camas superiores das beliches inutilizadas como artefatos “cama”, passando a desempenhar a função de “cobertura” que abriga o lugar delimitado pelos lençóis para o período de encontros íntimos. Essa organização se deve ao período de visitas, em que os casados ficam dentro das celas, com suas esposas, e os solteiros ficam fora das celas, no espaço modular.



Figura 87: Foto de Come-quieto dentro da cela



Figura 88: Foto de Come-quieto armado no corredor do módulo



Figura 89: Foto de som dentro de um ambiente delimitado por um come-quieto, ligado para fazer barulho.

Aqueles que recebem visitas de companheiras e também querem um maior grau de privacidade utilizam o espaço de refeitório para este evento. Eles penduram lençóis neste espaço, conforme representado na Figura 87, delimitando suas áreas privadas, colocam os colchões para acomodar suas visitas, ligam um som ou qualquer outro objeto que faça barulho, para manter a privacidade, evitando que os vizinhos escutem as conversas, murmúrios, etc. e denominam estes lençóis de “come-quieto”. Enquanto isso, os solteiros que tiverem visitas íntimas utilizam o refeitório como lugar de visita. Atravessam todo o espaço com “come-quietos”, criando lugares reservados, cuja privacidade é preservada pelo som de músicas diversas (Figura 89)

A iluminação

Numa das unidades visitadas, na parede onde se encontra a porta da cela, posicionado acima da cama, foi projetado um nicho que abrigaria a iluminação artificial, com o controle feito pelo agente penitenciário, na sua sala de observação do módulo, por questões de segurança e de economia de energia elétrica. Este nicho seria fechado com policarbonato em ambos os lados da parede, mas sua manutenção seria efetuada apenas pelo lado de fora da cela. Esta especificação foi alterada em virtude da economia de custos com a obra, substituindo-se o policarbonato por uma grade fixa do lado de dentro da cela e com uma grade parafusada pelo lado de fora da cela, para que a troca eventual de lâmpada pudesse ser observada pelo agente.

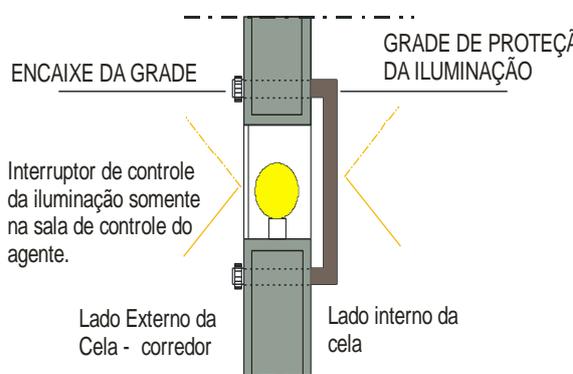


Figura 90: detalhe de iluminação proposta em projeto.



Figura 92: Foto corredor com nicho de iluminação

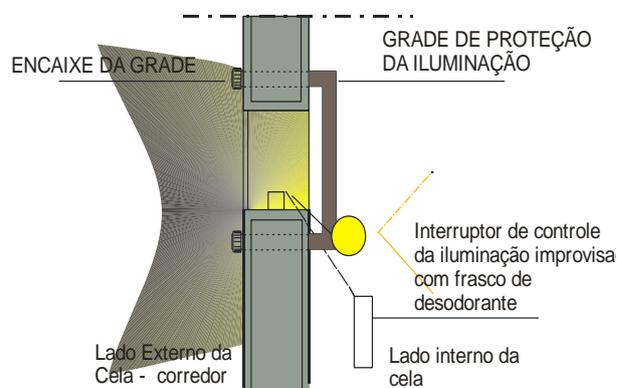


Figura 91: detalhe de adaptação criativa ao controle de iluminação

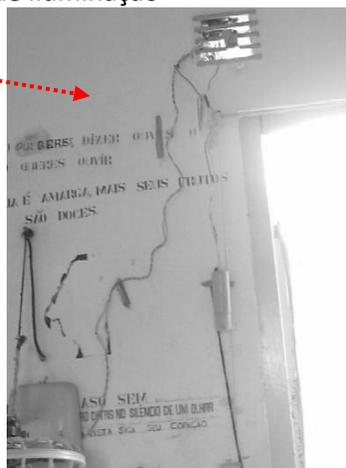


Figura 93: Foto de adaptação criativa ao controle de iluminação.

As figuras 91 e 93 mostram como os indivíduos se adaptaram à imposição de controle da iluminação, emergindo artefatos e ações de uso inesperadas. A lâmpada foi

retirada (provavelmente pelo lado externo da cela, com a anuência da administração), puxaram a instalação elétrica para dentro da cela, instalaram um ponto de luz, transformaram um recipiente de desodorante em interruptor de luz, tomando para si o controle da iluminação. Esta ação, conseqüentemente, interage em dois níveis de sistema – micro e mesossistema – uma vez que se aumenta a iluminação de dentro da cela, ao mesmo tempo em que a iluminação externa, de controle da ala, é diminuída (figura 93, 94 e 95).

Contexto da Atividade 19: Diálogo sobre a organização da cela

Descrição do setting Atores: Pesquisadora, Preso. Evento: entrevista Local: Cela

1. E: deixa-me filmar aqui o seu cantinho...
2. E: aí temos o desodorantezinho ali de novo...
3. P: a instalação aqui é tudo gambiarra que a gente faz, tudo emendado a
4. instalação... Porque a gente não tem tomada... Aí é tudo gambiarra... A gente
5. mesmo é quem faz... A gente corta aquele vidro de desodorante... Corta os
6. fios... Emenda e faz uma beirazinha pra... Não tem condições... É tudo
7. gambiarra... O presídio não tem condições de dar... Quase trezentos presos...
8. Não tem condições... É muito sério...

Níveis de organização Culturalmente Definidos			
Artefato	Nível primário	Nível secundário	Nível terciário
Lâmpada	Qualquer aparelho para iluminar	Iluminar ambiente	Acender/apagar
Interruptor de luz	Dispositivo que pode interromper ou restabelecer a continuidade num circuito elétrico, ou numa parte dele.	Acender/apagar iluminação	Acender/apagar; acionar/não-acionar
Instalação elétrica	Conjunto de fios para aparelhos ou peças instaladas	Levar eletricidade para os aparelhos	Ligar
Frasco de Desodorante	Recipiente que contém substância que desodoriza	Lançar o líquido que desodoriza	Acionar/não-acionar

Tabela 2: Níveis de organização do mecanismo iluminação

Podemos observar também que estes níveis de organização constituem, como dito anteriormente, os limites das zonas de construção. Assim, o artefato ‘frasco de desodorante’ tem seu uso culturalmente definido como conter o líquido que desodoriza, expelindo-o quando acionado. Ocorre que surge um outro uso, construído internamente do

ambiente prisional, que é este mesmo artefato servir como ‘dispositivo que pode interromper ou restabelecer a continuidade num circuito elétrico, ou numa parte dele’, ou seja, ele se transforma num interruptor de luz.

O processo de adaptação ao ambiente inicia-se na emergência de novos mecanismos, em caminhos coordenados com o contexto (Bérgson apud Valsiner, 2004). Adaptação não significa que o ambiente molda ou forma o organismo. Em vez disso, o ambiente dispara a emergência de novas formas que, independentemente da concordância ou discordância com o mesmo, vão além do contexto aqui-e-agora, configurando-se, portanto, numa *adaptação criativa* (BALDWIN apud MEIRA, c.p.2007).

“Em suma, no caso de adaptação criativa, a forma organizacional que emerge na adaptação vai além do “concordar” com o presente estado de condições de sobrevivência, e marca as bases para encarar os desafios da possível demanda futura.”(VALSINER, 2004)

Encontramos, portanto, uma nova Zona de Construção (ZC), que estamos denominando de Zona de Movimentação Ampliada (ZMA), que corresponde à subversão dos objetivos pré-estabelecidos dos artefatos culturais.

Esta nova zona de construção, à medida que emerge dos contextos, atualiza as outras zonas de construção (Zona de Ação Promovida e Zona de Movimentação Livre), ampliando-as ou restringindo-as, a depender do contexto.

De acordo com esta formulação, as zonas de construção não são algo que pré-exista. As Zonas de Construção, portanto, correspondem a uma noção descritiva de *processos interpsicológicos* característicos da produção de sentidos, a partir da adaptação do indivíduo ao ambiente, processos pelos quais a interação e a comunicação promovem o desenvolvimento guiado pela aprendizagem.

Neste sentido, uma Zona de Construção é produzida, ou não, momento-a-momento, como uma característica própria da dinâmica e funcionamento de contextos específicos de aprendizagem e, no caso desta pesquisa, de apropriação do lugar.

Não obstante esta constatação, cremos tornar-se repetitivo e exaustivo o detalhamento do mesossistema e do macrossistema, donde optamos apenas pela sua

descrição. Apesar disso, é fato que as atualizações sistêmicas interferem nas constantes atualizações dos ambientes em foco e, conseqüentemente, no desenvolvimento dos sujeitos aí inseridos, na sua ação de atualização da realidade, ao mesmo tempo em que transformados por ela.

Além disso, por questões de segurança, não nos foi permitida a descrição densa do macrossistema, pela necessidade de representação das plantas baixas, para a análise.

7.3.2. Mesossistema

Consideramos como dito anteriormente, que o desenvolvimento humano é determinado a partir de um conjunto de processos através dos quais as particularidades do indivíduo e as multideterminações ambientais passam a interagir, produzindo mudanças nas características do indivíduo ao longo de sua vida.

Algumas condições são consideradas como facilitadoras para o estabelecimento e a manutenção das interações entre indivíduos. Dentre elas destacam-se: os parceiros das relações, as características sócio-culturais e históricas do grupo; características organizacionais ou aspectos sociais do ambiente (como a presença do indivíduo mediador, por exemplo) e características do ambiente físico imediato do indivíduo, principalmente objetos disponíveis e a organização ou arranjo espacial.

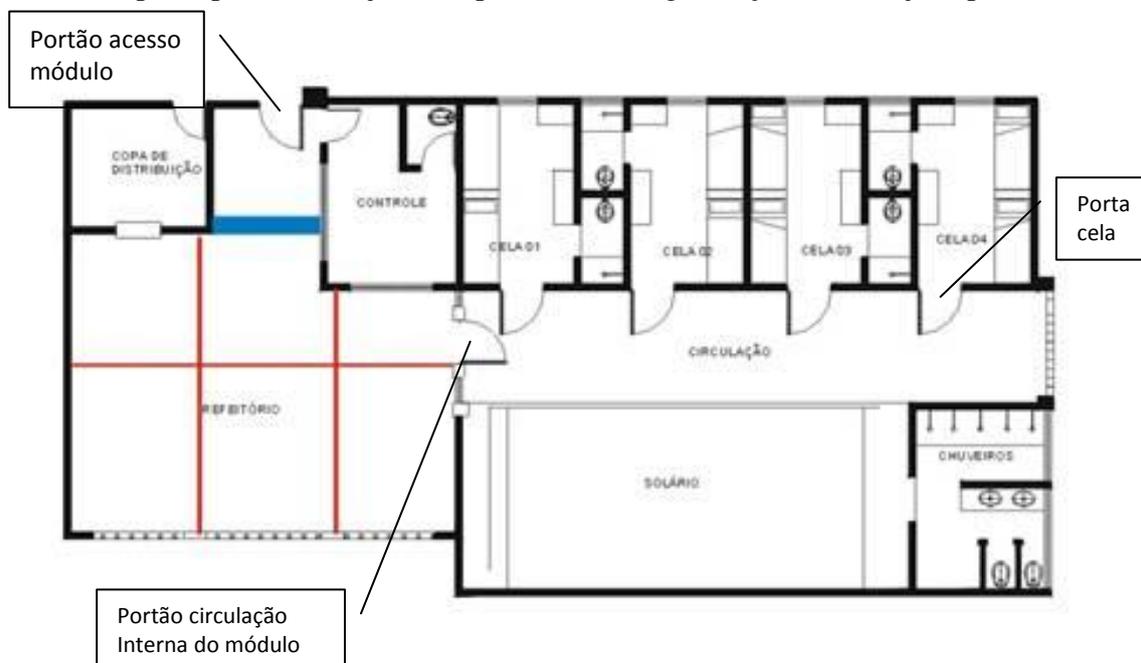


Figura 94.: Esquema de divisões um módulo

Cada módulo de convivência, neste caso, foi projetado para abrigar uma copa de distribuição, com o objetivo de receber os alimentos vindos da cozinha central e distribuí-lo aos ocupantes do módulo; uma sala de agentes, com banheiro, para que o agente responsável pelo módulo não precise sair, podendo visualizar todo o módulo através de visores e de câmeras que seriam colocadas nos módulos; um refeitório coletivo, onde as refeições seriam realizadas pelos indivíduos presos; um solário, onde os ocupantes do módulo tomariam banho de sol sem ter contato com os ocupantes de outros módulos, facilitando a separação por perfil criminológico; chuveiros coletivos, onde seria realizada a higienização, banhos, etc., facilitando o controle pelo agente, uma vez que nesses momentos ocorrem atentados violentos ao pudor, ou utilização da água do chuveiro para escoamento de terra advinda de escavações de túneis, pelo ralo; e celas com capacidades para quatro ocupantes (Figura 95).

As portas das celas abrem para fora por questões de segurança e controle do agente que os observa, com o intuito de ter conhecimento sobre as celas que estão ou não fechadas.

A porta da sala de agentes foi projetada para ficar fora do módulo, no entanto foi modificada pela administração, em virtude da não-utilização deste ambiente como sala de agentes e sim como lugar para o representante do módulo ou para isolamento.

O portão de acesso da circulação do módulo tinha por objetivo controlar o acesso dos ocupantes do módulo às celas nos períodos indesejados. Ao final da circulação, uma parede de elementos vazados permitiria a circulação de ventilação natural, minimizando odores e maximizando o conforto térmico, mas foi fechada pela administração, por questões de modificação do uso da unidade, que se destinaria originalmente a presos condenados de regime semi-aberto e foi ocupada com presos provisórios, que aguardam sua condenação, tornando-se um elemento de comprometimento da segurança do estabelecimento.

Cada um desses conjuntos, aqui compreendidos como subsistemas, possui suas normas e valores. A instituição, através da formulação de políticas e marcos institucionais, representada pelo espaço geral da unidade, é aqui analisada como macrosistema, assim como as relações modulares, através de seus modelos de organização e participação, delimitadas espacialmente pelos espaços modulares, interconectando os microssistemas, compõem o que consideramos mesossistema.

Os ambientes cela, considerados como microssistemas, se interconectam uns aos outros, com elementos de conexão, formando o mesossistema módulo. Tais elementos se

definem em função do seu papel fronteiro e interconector dos subsistemas: como **a porta** da cela, que permite a entrada e a saída do microsistema; **o corredor**, que interconecta todas as portas dos microsistemas; o **portão de acesso ao corredor**, que delimita a entrada e a saída no mesmo; o **refeitório**, que se constitui no ambiente de ligação entre o mesossistema módulo e a instituição, enquanto macrosistema, como se fosse uma antecâmara que prepara o indivíduo para entrar no mesossistema; e, finalmente, o **portão de acesso do módulo**, por onde se entra ou sai do refeitório para o corredor principal da unidade.

A porta da cela



Figura 95: Planta baixa de módulo, destaque portas de cela

A porta é o componente arquitetônico que abre o microsistema para o mesossistema, baseado na sua função de abertura de passagem, conforme demonstrado no quadro abaixo. Em geral, a este componente arquitetônico é adicionado um outro artefato - a cortina - que propicia uma maior fechamento da porta, para além da sua função de passagem, que é o abrir-se ou fechar-se para a visualização.



Figura 96: Foto de porta de cela com cortina fechada.



Figura 97: Foto de agente solicitando permissão para entrar.

Quando a visualização do microsistema é permitida, nos parece haver uma interconexão dos subsistemas, no sentido de tornar público aquilo que acontece no microsistema, ampliando seus limites para a coletividade. Por outro lado, a ausência de visualização do interior do microsistema parece evitar a invasão da privacidade.

Assim, quando a cortina está fechada, ninguém pode entrar na cela sem permissão. A regra é bater três vezes na parede, esperar que o indivíduo no interior da cela permita a entrada, afaste a cortina, e aí, pode-se entrar neste ambiente. Quando a cortina está levantada, todos podem entrar nas celas de todos, desde que tenham bons relacionamentos uns com os outros.

Desta forma, a cortina parece ser um componente regulador dos processos de intersubjetivação e intrasubjetivação do indivíduo, através da negociação da entrada ou saída no microsistema.

Níveis de organização Culturalmente Definidos			
Artefato	Nível primário	Nível secundário	Nível terciário
Porta	Abertura em parede, ao nível do piso, para entrada e saída; pela que gira sobre dobradiça e fecha essa abertura;	Utilizada para o movimento de entrar/sair de um lugar; fechar/ abrir um lugar; guardar um lugar	Entrar/sair/interromper movimento; fechar/abrir
Cortina	Peça de pano, palha, que suspensa num vão,	Esconder, resguarda, veda algo ou guarnece.	Esconder/mostrar; permitir ou não ação de entrar no ambiente.

A porta, portanto, é a fronteira para o lugar de morar. Uma certa habitabilidade não é apenas o lugar de morar, mas o lar. Este sentimento pode ser criado em relação a muitos lugares – a casa, o escritório, a cela.

Como lugar de fronteira do território privado da pessoa (espaço doméstico) para entrar na arena pública, a porta da cela é um elemento de fronteira com o corredor, e portanto, do microsistema com o mesossistema. Como diz Valsiner (2004) “*dada a territorialidade e as funções protetivas do arranjo ordinário de vida humana, a casa (lar) é – mais frequentemente que não- um habitante*”.

O corredor



Figura 98:Planta baixa de módulo, destaque corredor

O corredor é chamado por alguns indivíduos de ‘*rua*’, o que nos leva a refletir sobre a rua, segundo Valsiner (2004). A rua é uma parte da função da transformação cultural humana do ambiente natural. Como parte do ambiente arquitetônico, o corredor como espaço vazio que é, direciona ‘*os passageiros*’ por entre as estruturas construídas, não sendo, portanto, vazio.



Figura 99: Foto do corredor, visto do portão de acesso.

Nesse sentido, o corredor é um ambiente que conecta os microsistemas, dentro do mesossistema, sendo culturalmente estruturado por duas funções psicológicas – mover-se até um lugar (que pode ser conhecido ou desconhecido) e mover-se sobre o espaço.

Ambas as direções vinculam novidade para a pessoa que se move, ainda que de diferentes tipos. Passando sobre o corredor – rua - a partir de estruturas-limites formais, os indivíduos se vinculam sobre a arena conhecida, onde novos eventos sociais tomam lugar.

No meio de um script muito ordenado, uma experiência extraordinária pode tomar lugar. Eventos sociais podem ser jogados no domínio familiar público do corredor, que torna-se o lugar da negociação privada do domínio público, que toma lugar dentro do domínio público.

Observamos também uma extensão do microsistema cela para a área circundante da porta da cela, no corredor, onde alguns indivíduos se apropriam deste espaço, mas continuam se referindo à cela como o seu lugar – onde têm o direito de estar.



Figura 100:Foto de cama construída no corredor, em frente á cela.

Apesar de se localizar no corredor, com seus objetos pessoais, sua cama, suas roupas, etc., a apropriação continua sendo da cela, como seu lugar, como se fosse o endereço de sua moradia.

Contexto da Atividade 20: Diálogo explicando extensão da cela.

Descrição do setting

- Atores: Pesquisadora, Preso.
- Evento: entrevista
- Local: Cela

1. E. **Quantas pessoas são aqui?**(1)
2. P: aqui são oito...
3. E: aí, como é que dormem aqui no chão?...
4. P: **dois na jegue... e dois se ajeta... (riso) como pode, aí, (2) né?... Cola um colchão no outro e fica tudo junto aí...**
- 5.

6. E: E os outros?
7. P: Oi?
8. E: **E os outros quatro?**(3)
9. P: não... **'Fica(m)' só dois do lado de fora**(4)... E dorme o restante tudo
10. dentro de cela...
11. E: os outros dormem do lado de fora?...
12. P: é... **Eu mesmo durmo do lado de fora que eu... Tenho aquela cama lá...**
13. **Essa cama aqui é de um menino que mora aqui mais nós...**(5)

Cotidianamente, os indivíduos permanecem soltos dentro do módulo, circulando pelo corredor, solário, em alguns casos, com acesso restrito ao refeitório, e com restrição permanente ao corredor principal da unidade.

Em dias de visita, ocorre a re-organização do espaço, conforme foi explicitado no tópico 'microsistema', baseada no estado civil dos indivíduos, sendo divididos os espaços coletivos com os visitantes.

A pessoa que se move no corredor, assim como, quando a cortina está aberta na porta da cela, a pessoa que se move dentro da cela, são inevitavelmente participantes periféricos de tudo o que está acontecendo no corredor e/ou na cela. A presença de um regula as ações do outro, num processo sistêmico de ações recíprocas.

Se, por exemplo, um indivíduo estiver dentro da cela, sentado em sua cama, e no corredor, próximo a esta cela, estiver um grupo de indivíduos conversando algo que aquele que está na cela não pode ouvir, provavelmente estes vão falar mais baixo, ou em códigos, etc., donde se constata a participação periférica do indivíduo sentado na cela, pois sua simples presença regula as ações dos outros, em outro ambiente.

A participação periférica em eventos sociais é um processo do desenvolvimento social humano, que se constitui na internalização/externalização, que continuam na pessoa depois do episódio vivido, transformando o espaço na jurisdição para a negociação pública do domínio privado.

Podemos perceber, a partir disso, que a relação indivíduo-espaço se apresenta na relação que fazemos nesta pesquisa com a teoria ecológica do desenvolvimento, de Bronfembrenner, onde todos os participantes periféricos nos eventos do corredor estão relacionados por mutualidade de papéis sociais complementares.

O portão de acesso que liga o corredor ao refeitório permanece fechado durante a noite, e aberto durante o dia, permitindo o acesso ao ambiente refeitório, mas este não é muito ocupado em dias habituais, ao contrário dos dias de visita, em que armam-se os come-quietos, e são realizadas as visitas íntimas neste espaço.

Este portão, na maioria das vezes, é controlado pelo representante do módulo, que permite ou não o acesso. Talvez por isso, a cela de representante, nesta configuração espacial, seja localizada no espaço inicialmente destinado a sala de controle.

Em outras configurações, observou-se que a cela do representante é a última do corredor do módulo, uma vez que o ‘tranca’ dos presos é feito pelo representante, que ao final se tranca na cela, e grita para o agente conferir as portas e fechá-las com chave.

O refeitório

O ambiente refeitório se localiza entre o portão de acesso ao corredor do módulo (mesossistema) e o portão de acesso ao corredor central da unidade (macrossistema), se constituindo num ambiente de transição entre o macrossistema e o mesossistema, como uma antecâmara.

Assim, em alguns contextos este ambiente pode ser considerado como ambiente delimitador do mesossistema e/ou ambiente de transição para o macrossistema. Sua transitoriedade é subjacente ao uso que se faz deste espaço.

Em alguns momentos, o refeitório abriga o que os indivíduos chamam de ‘venda’, que muitas vezes é uma cantina onde se vendem cigarro, biscoito, doces, etc., ou um banquinho com estes mesmos artigos expostos, na maioria das vezes controlada pelo representante do módulo.



Figura 101: Foto de banquinho, que eles chamam de venda.

Em outros momentos é o espaço onde se armam os ‘come-quietos’ dos indivíduos solteiros, para realização do evento ‘visita’. Outras vezes, o refeitório serve

como um espaço onde os indivíduos permanecem até que a revista nas celas seja concluída.

Em outros momentos, o refeitório é o lugar onde o agente espera que os presos se tranquem em suas celas, para a ‘permissão’ de sua entrada no módulo. Assim, percebe-se que este espaço não deveria ser denominado refeitório, porque ele se configura como um ambiente multiuso. Contudo assim o denominamos baseados no projeto arquitetônico original da unidade.



Figura 102: Foto de cela construída pelo indivíduo que não quer se misturar



Figura 103: Foto do portão de acesso ao corredor, a espera de autorização para entrar no módulo.

Contexto da Atividade 21: Diálogo sobre o uso do refeitório.

Descrição do setting

- Atores: Pesquisadora, Preso.
- Evento: entrevista
- Local: Cela

1. P: é... **Qualquer coisa tem que ser combinado com a direção, né(1)...**
2. Combina com a direção, e a gente faz... **Ali é tudo come-quieto(2)...** A
3. gente fez ontem... **Eu fiz ontem, pra o rapaz, que é como se fosse uma**
4. **camazinha ali, porque a água quando bate, ela empoça (3)...** Fica dentro
5. do come-quieto dele... Aí eu fiz ali o...
6. E: fizeram uma coisinha mais reservada...
7. P: é... Pra ele... A água não ficar embaixo...
8. E: e aquele negócio de lona ali também é come-quieto?
9. P: é... **O reeducando dali não quer se misturar com a gente... Aí fica ali(4)...**

Este espaço serve para a reprodução de interesses particulares e novos usos e significados, às vezes, conflitantes. O espaço pertence a uma sociedade estratificada, levando a diferenciações do lócus do desenvolvimento humano. Cada pluralidade cria a liberdade e a função reguladora do espaço emerge através dos campos semióticos.

Pela multiplicidade da direção cultural da vida humana, o ambiente, ao ser apropriado, garante ao indivíduo a natureza episódica da regulação social em sua conduta.

Como observamos, a estrutura funcional espaço-temporal do espaço aqui discutido encapsula, através da sua forma, a indeterminação limitada e constitui a arena cultural para direcionar as ações correntes, relacionando a pessoa com o mundo social, e o limite é o lugar liminal para os processos de construção transitória da identidade do ser humano acontecerem.

Nesse sentido, a entrada para outro espaço pode significar a entrada para novo papel social.

7.3.3. Macrossistema

Por questões de segurança do próprio sistema pesquisado não nos foi autorizado apresentar a análise do macrossistema em plantas baixas ou qualquer outra representação gráfica. Não obstante, destacamos algumas modificações de uso que implicam em alterações nos outros subsistemas abraçados pelo macrossistema, que parecem ser relevantes para uma posterior análise, a partir de outras metodologias que não prejudiquem a segurança da unidade:

- 1) Em todas as unidades visitadas, as salas de aula foram transformadas em celas de isolamento, fato justificado pela administração como devido à superpopulação carcerária.



Figura 104: Foto de sala de aula transformada em escola.

2) As oficinas permanecem com a sua função de área de trabalhos preservada, ainda que algumas unidades tenham apresentado mudanças do fluxograma, onde as oficinas deixaram de servir à unidade e passaram a funcionar para os indivíduos de outras unidades próximas. Nestas unidades, tal mudança ocorreu em função da mudança de regime da unidade (de regime semi-aberto para regime sub-júdice), o que tornou desnecessário o ambiente oficina.



Figura 105: Foto de fechamento de porta de acesso à oficina



Figura 106: Foto de abertura de novo acesso à oficina

3) A sala de fórum, inicialmente projetada para audiências por videoconferências se transformaram em celas de transição, onde os presos que serão levados ao fórum, na cidade, aguardam a hora de sua audiência. Geralmente estes indivíduos passam algumas semanas neste espaço, que não possui portas de ferro, ventilação natural, não possuem banheiros e nem camas.



Figura 107: Foto de interior do ambiente Forum, mostrando onde os indivíduos dormem.

4) As celas de triagem, cujo objetivo no planejamento é de permanência dos indivíduos que chegam à unidade, no máximo por uma semana, para classificação e identificação, passam a ser utilizadas também como isolamento ou castigo. A estas celas não foi permitida a nossa visita.

5) Em todas as unidades visitadas, os banheiros destinados a utilização dos agentes penitenciários passaram a ser utilizados como celas improvisadas, geralmente para indivíduos que correm risco de vida dentro dos módulos (cometedores de estupro e pedofilia).



Figura 108: Foto de agente abrindo porta de banheiro de agentes, que agora é cela de seguro.



Figura 109: Foto de Indivíduos amontoados dentro da cela de seguro.

6) Nas unidades que possuíam espaços ecumênicos (apenas uma das unidades), este espaço foi reformado para abrigar presos, subdividido em celas sem qualquer segurança ou atendimento às normas legais do CNPCP.



Figura 110: Reforma no Espaço Ecumênico para criação de vagas.



Figura 111: Foto de barracas de indivíduos que esperam a construção das celas.

Quando focalizamos o mundo subjetivo da pessoa, vemos este sendo construído e reconstruído constantemente a partir das relações dinâmicas e de contínua transformação que ela estabelece com o mundo externo e objetivo, culturalmente mediado. Destaca-se que o caráter ativo do sujeito na construção de seu próprio desenvolvimento, bem como a participação efetiva das sugestões sociais presentes nos mecanismos de canalização cultural, orientam os limites físicos e semióticos que atuam nos processos interativos entre o indivíduo e o contexto (VALSINER, 1998; VALSINER & COLS, 1997 apud Palmieri, 2004), ainda que o indivíduo subverta estes mecanismos de canalização cultural, numa emergência de ações orquestrada pelas Zonas de Construção prescritivas ou pela nova Zona de Construção, que também atualiza as anteriores.

Observa-se, portanto, a função mediadora/reguladora do espaço nas relações com o indivíduo e entre os indivíduos que o ocupam, atravessadas pelo tempo.

Sendo assim, entende-se que a Zona de Promoção da Ação (ZPA), assim como a Zona de Livre Movimentação (ZLM) estão em constante modificação, permitindo em torno de seus limites, a emergência de um escopo de ações que não estavam contempladas pelo planejamento, mas que são reguladas pelo mesmo, na construção da Zona de Movimentação Ampliada (ZMA).

Isto posto, cabe ao sujeito que o ocupa acatar as sugestões espaciais, adaptando-se ao espaço, ou rejeitá-las, transformando-o de acordo com suas necessidades particulares. Assim podem ocorrer transformações de aspectos funcionais, simbólicos, econômicos, entre outros, para que sua relação com o espaço existente se constitua enquanto apropriação do lugar.

Por essas definições, o ambiente não age em resposta a ação do homem, isoladamente, nem o homem imprime ao espaço modificações isoladas. O espaço construído, enquanto síntese, funciona como regulador, uma vez que pretende ordenar as ações do sujeito, o qual, ao mesmo tempo em que tem suas ações reguladas, modifica o espaço, re-organizando-o, o que dispara uma variabilidade na ordenação das ações do próprio sujeito.

É importante destacar que, uma vez planejada a Zona de Promoção da Ação, como prescritiva das possibilidades que constituem a Zona de Movimentação Livre, esta passa a ser uma Zona de Promoção da Ação, e assim altera-se toda a relação entre ZPA e ZML, atualizando-a.

Já a Zona de Movimentação Ampliada (ZMA) escapa da regulação da Zona de Promoção da Ação (ZPA), mas, com o passar do tempo, tendo modificado a realidade, termina por apresentar-se, também como reguladora da ação de passagem de pedestres, uma vez que o caminho ficará registrado no chão, pela passagem constante dos pedestres, se constituindo numa Zona de Promoção de Ação.

Isto acontece porque o ambiente não pode ser considerado como uma condição que, objetivamente, determina o desenvolvimento das ações do sujeito, mas deve ser estudado do ponto de vista do relacionamento que existe entre este e seu meio específico, em determinado estágio do seu desenvolvimento.

Os processos desencadeados da relação do indivíduo-encarcerado com o espaço arquitetônico penitenciário se desenvolvem ao longo dos subsistemas identificados ao longo do capítulo, os quais se co-atualizam mutuamente, ampliando ou restringindo suas delimitações a partir das Zonas de Construção.

8 **DAS CONCLUSÕES**

8. DAS CONCLUSÕES

Ao observar as transformações de toda ordem ocorridas no espaço, pode-se ponderar sobre a possibilidade de considerá-las como respostas ao espaço construído, entendendo-se a relação espaço-homem como dialógica, onde os “discursos” se reorganizam dinamicamente. No caso da arquitetura penitenciária, isto não significa dizer que, sempre que o usuário refaz o espaço, o arquiteto falhou, mas que existe um sistema que se coaduna com o espaço arquitetônico, num movimento de retroalimentação, onde se torna necessário conhecer as práticas emergentes neste espaço, para compreender melhor a lógica que o constitui.

Essa reflexão nos leva à questão de co-autorias proposta por Bakhtin, considerando aqui que não apenas o sujeito, mas a própria arquitetura é construída em processos de co-autorias pelos sujeitos que a ocupam e que a mudança da realidade implica, necessariamente, em novas ações de auto-organização emergentes, corroborando para a visão de retro-alimentação acima mencionada.

A construção do todo da obra como um grande diálogo coloca o autor na posição de organizador e também participante do diálogo, dada a inconclusibilidade e dialogicidade deste todo. O sujeito em interação com o espaço, por sua vez, é marcado espaço-temporalmente, sendo essencialmente histórico. Sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e tempo, logo, não está solto. Antes pertence a quadros sócio-históricos, cenários. Há vestígios observáveis que são apreendidos nos acontecimentos.

Considerando o Espaço como a síntese de outros sociais, configurando-se assim num Campo de Canalização Cultural que regula as ações do sujeito que o habita, conclui-se que a unidade de análise para o estudo da produção do sentido na relação indivíduo-espço deve se pautar no conceito de auto-regulação semiótica entre o sujeito e o espaço. A partir da teoria de Campos Semióticos²⁸, então, entende-se que a interação entre o sujeito e o espaço pode estar encapsulada no discurso, no uso de artefatos, nos gestos e nos registros, formando configurações contextuais.

Investigar a ação em termos de Configurações Contextuais é entendê-la como constituída por diversos relacionamentos integrados semioticamente, que não podem ser estudados de forma isolada, pois pressupõem a cognição como um fenômeno situado, coletivo e inserido em um ambiente social e material compartilhado.

As configurações contextuais transformam-se no curso das ações, alterando-se com as diferentes ênfases e evidências com que são empregados os recursos semióticos. Altera-se, portanto, o inter-relacionamento entre fala, gesto, registro e artefatos.

O termo ação, em Goodwin, assume uma ligação estreita com a idéia de um processo interativamente organizado, de reconhecimento coletivo, público. Os significados dos eventos estão ligados à realização seguinte desse mesmo evento, através do uso de campos semióticos dentro de um horizonte temporal em transformação.

A estabilidade do mundo social não decorre de uma estrutura, mas são as ações situadas que criam e sustentam o entendimento compartilhado sobre ocasiões específicas de interação. Há, segundo essas idéias, limites sociais sobre os quais seriam as ações apropriadas a um conjunto de circunstâncias, as regras para agir que são aprendidas implícita e explicitamente através da tipificação de situações e ações similares.

Desse modo, os significados culturais são vistos como mutuamente constituídos nas relações entre sistemas de atividades e pessoas agindo, tendo um caráter relacional. A idéia de que seres humanos constroem significados a partir das práticas em que suas atividades ocorrem, as quais já são saturadas de significados, indica-nos que o terreno para a compreensão desses indivíduos é a observação dos mesmos durante a participação em tais atividades.

²⁸ O sujeito se constitui através dos campos semióticos (fala, gestos, uso de artefatos e registros).

Os componentes arquitetônicos orientam a interação, geram novas necessidades e até criam problemas, embora também gerem recursos para sua solução e são, muitas vezes, fundamentais para que determinadas interações venham mesmo a ocorrer. Esses instrumentos surgem num campo dentro do qual certas atividades provavelmente emergem ou venham a emergir e outras que provavelmente não apareçam e nem venham a aparecer.

Isto posto, decorrente da colaboração e negociação de significados pelo autor da obra (arquiteto) com os co-autores, no momento de concepção do espaço (engenheiros, administração pública,, entre outros), uma enorme orquestração de vozes, diálogos e ações coordenadas se formam gradualmente em torno de vários tópicos do espaço penitenciário, tais como configuração espacial do partido arquitetônico, engessamento do fluxo de pessoas, definição de espaços necessários, etc. entre outros temas que permitem ao planejador a construção de um espaço adequado ao seu objetivo institucional.

Situado em outro tempo e espaço – o do uso -, o indivíduo que o ocupa só tem acesso a este espaço, que o remete à concretização dos argumentos e objetivos de seu autor, concretamente sintetizados neste ambiente. Todo o percurso de negociações, ocorrido entre a equipe de desenvolvimento do planejamento do espaço(autores), agora se encontra abreviado em componentes arquiteturais encapsulados no espaço concreto.

A mudança de foco para uma perspectiva situada e distribuída diminui o peso da proposição de que haveria um ser universal, adotada pelo planejador do espaço, que aprenderia da mesma forma em qualquer tempo e lugar, e de que as relações entre humanos e ambientes seriam, do mesmo modo, universais. Do outro lado da balança, ganha peso o contexto – tanto em níveis mais amplos (social) quanto em níveis mais restritos (próprio ao ambiente de ação ou experimentação). Então, o estudo das situações em que os sujeitos estão inseridos é o que melhor permite a compreensão dos significados que são aí produzidos em interação, e que continuamente são transformados na dinâmica de relações entre pessoas, grupos e espaços.

Assim, enfatiza-se que, do momento de concepção do projeto até o momento em que a obra está construída, ocorreu uma mudança espaço-temporal da realidade, fato que, por si só, possibilita novas soluções e novos problemas, i.e., a emergência de novas

configurações contextuais determinantes do espaço, surgindo a necessidade de adaptações outras, antes da ocupação pelo usuário.

A atividade propriamente dita do ocupante (co-autor também dos significados no ambiente), por seu turno, acontecerá em um momento posterior no tempo, a partir de interações estabelecidas com o espaço construído, que carrega em si as vozes de uma autoria original.

Por outro lado, parece haver uma re-estruturação do sujeito que ocupa o espaço, em termos intra e intersubjetivos, a partir da regulação de suas ações pelo ambiente, que necessariamente o forçam a um processo de adaptação criativa, no qual o próprio sujeito se transforma, num movimento recíproco, que é o que chamamos de processo de Co-autoria.

Este processo se define no momento em que o ambiente, enquanto necessariamente adaptável, ao ser transformado e transformador da realidade, em constante mudança, permite a continuidade do processo da apropriação do espaço, firmando-se enquanto lugar.

Sendo assim, podemos contextualizar a arquitetura a partir da análise de como o indivíduo constrói e, ao mesmo tempo, se constrói no ambiente e, ainda mais, como esta construção é influenciada por este mesmo ambiente, apreendendo-se que determinadas especificidades ambientais tornam possíveis algumas condutas, enquanto inviabilizam outras.

Prever ações consiste no planejamento do futuro que foi percebido pelas experiências do passado, ou na imaginação de um novo grupamento, no tempo, em uma nova ordem de elementos já anteriormente percebidos, mas que nunca está sendo percebido. O que é ao mesmo tempo simples, é necessariamente imprevisível.

Estas colocações se pautam nas palavras de Vygotsky, guiado pelos seguintes princípios: os fenômenos são compreendidos em processo e vistos, portanto, em movimento e transformação; o ser humano transforma a natureza e a si mesmo pelo uso de instrumentos; as condições sociais da vida historicamente formada são a origem dos movimentos individuais; o conhecimento deve apreender, a partir do aparente, as determinações constituintes do objeto.

Não seria, portanto, diferente, na relação ambiente construído/indivíduo. Isto posto, à condição humana necessariamente impõe-se uma condição sócio-histórica. O sujeito é construído nas ações sobre a realidade e nas relações sociais, num movimento dialético.

Autores e ocupantes são, portanto, dois pólos de um fenômeno dentro do qual entrecruzam seus papéis e, em ambos os pólos, temos um autor que é também usuário, e um usuário que é também autor, uma vez que a apropriação de ambas as atividades encontra-se inserida nesta rede histórico-social mais ampla.

Pensamos em indivíduos e espaço como indissociáveis e, portanto, concebemos que o conhecimento não está nem nas pessoas, nem nos objetos, mas na relação entre eles, consideramos que os processos de co-autorias acima discutidos se fundamentam nos processos de considerar o usuário como co-autor do ambiente.

Isso nos levaria, inevitavelmente, enquanto arquitetos, a uma nova postura de planejamento, onde o cliente ocuparia um outro papel no processo de criação do espaço, o de Co-autor. Uma vez que todas as ações humanas acontecem no espaço, estabelece-se um relacionamento inseparável entre homem e espaço, caracterizando a existência humana como espacial e, simultaneamente, funcional, racional e simbólica, incorporando as necessidades, expectativas e desejos humanos(CANTER,1984).

Esta visão de arquitetura demonstra que a colocação de Baldwin (apud MEIRA, cp, 2005) é correta: *“Retire o ambiente e você não terá mais o sujeito; retire o sujeito e você não terá mais o ambiente”*.

Planejadores e usuários são, ambos, co-autores, já que o que é organizado no espaço, visto muitas vezes como um suposto código semiótico, não está pronto e concluído e apenas espera, em seu vir a ser constante, a resposta de um outro, “ultimador da obra” (COUTINHO, 1998).

Se o contexto inclui sempre os campos semióticos definidos por Goodwin (fala, gesto, registro e artefato), vimos que as configurações contextuais são sempre bastante peculiares, ganhando evidência um ou outro campo, no transcorrer de determinadas práticas. Nas práticas, as peculiaridades contextuais nos levaram a evidenciar a ampla manifestação dos campos de gesto, fala e artefato.

A partir de nossa pesquisa, podemos ver contribuições metodológicas para a *análise interacional*, quando no uso de espaços construídos como o que analisamos. Pois analisar a interação humana em ambientes de reclusão, como vimos, requer considerar a participação de outros cujas vozes podem aparecer tão somente como registro ou encapsuladas nos artefatos. Por isso a análise em tais ambientes deve buscar entender também vozes, além de falas e gestos. Pois essas vozes muitas vezes chegam-nos tão somente como registro de um tipo peculiar, isto é, muitas vezes essas vozes são de um outro social (arquiteto), mas não um outro interlocutor presente.

As evidências empíricas encontradas mostram a configuração contextual das práticas sociais dos indivíduos presos no/com o espaço e nos fazem ver as organizações das ações como acontecendo momento-a-momento. Os membros relacionam-se com outros indivíduos, mas também com o ambiente das ações. De tal forma isso acontece que a relação entre pessoas e ambientes merece o mesmo trabalho interpretativo que caracteriza a interação entre pessoas, mas os recursos válidos aos participantes são fundamentalmente diferentes.

Podemos concluir, de tudo o que acompanhamos neste trabalho, que as reflexões sobre as questões de autoria podem fornecer algumas diretrizes para a compreensão do processo de planejamento do espaço arquitetônico, particularmente em relação ao espaço prisional.

Reforçamos o argumento para o necessário engajamento de usuários no momento do planejamento, mesmo reconhecendo as limitações desse engajamento, em virtude das questões de segurança que este processo requer, destacamos a relevância da descrição deste ambiente. Isso porque os Planejadores deste espaço devem, cada vez mais, buscar um engajamento nas práticas de uso do usuário a quem atenderá o seu projeto.

A voz do Planejador aparecerá encapsulada no espaço construído, mas tendo sempre em mira vozes de usuários a quem pode complementar o par no diálogo. É como o autor do romance polifônico, capaz de situar sua própria voz entre as demais.

Decorrentes de nossos estudos, vemos contribuições para aquelas áreas que se interessam pela produção de sentidos pelos seres humanos em atividades complexas e complementares como planejamento e uso do espaço e, especificamente, para as áreas ligadas ao espaço penitenciário. Reconhecemos, no entanto, que como toda teoria,

oferecemos algumas possibilidades, mas somos limitados na abrangência que poderíamos almejar.

Os limites dizem respeito, principalmente, às múltiplas situações de uso de um espaço, mobilizando ilimitadas relações de significações na sua relação com o usuário.

A pesquisa se pautou na proposta de uma estratégia que recebeu a denominação de uma investigação de perto e de dentro, em contraste com visões que foram classificadas como de fora e de longe. A partir dos próprios arranjos desenvolvidos pelos indivíduos em seus múltiplos contextos de uso do espaço, esta investigação vai além da fragmentação que, a primeira vista, parece caracterizar a dinâmica do espaço penitenciário e procura identificar as regularidades, os padrões que regulam as ações.

Encerramos este trabalho apontando, em relação às nossas pesquisas, a limitação que sentimos quanto à omissão de uma teoria contextual consistente para interpretação de nossos dados. Temos utilizado três propostas teóricas, embora cada uma delas focalize, para análise, aspecto(s) específico(s) da relação pessoa-ambiente: a descrição do sistema prisional, segundo Foucault(1999) e Goffman (1987); a perspectiva sistêmica de Urie Bronfenbrenner (1977; 1993; BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998), denominada *Ecologia do desenvolvimento humano*; e o conceito de Zonas de Construção ((NEWMAN, GRIFFIN, & COLE, 1989; VALSINER, 2004).

Sem ignorar a contribuição da ação engajada e organizada dos outros autores do processo de planejamento e construção espacial, no entanto, há uma gama de práticas que não são visíveis na chave de leitura do projeto (ao menos de uma certa visão política): é justamente essa dimensão que a videografia, como metodologia empregada aqui, ajuda a resgatar. A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica do espaço habitado, para além do “olhar competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder de controle e adestramento, indo ao encontro da inclusão desses indivíduos na sociedade.

Com estes recursos, cada indivíduo tem a possibilidade de ter reservado para si próprio um certo grau de liberdade sobre o contexto. É desta forma que será possível investigar, numa pesquisa posterior, como se dá a construção social da identidade do sujeito no espaço que o abriga: tanto influenciando como sendo influenciado pelos componentes arquitetônicos presentes nos diversos contextos em que se insere. Esta

compreensão é imprescindível para a apreensão da concepção de **Arquitetura Penitenciária**.

Temos tentado buscar as convergências possíveis entre as três propostas; eventuais divergências entre elas, que não nos parecem incompatibilidades, não impedem a interação destes três pontos de vista, na busca de explicação teórica para os dados empíricos obtidos em nossos estudos

8.1. Possíveis desdobramentos do trabalho

Com esta pesquisa tentamos apontar a ligação da arquitetura com alguns conceitos de base sócio-histórica. Trilhamos caminhos afins, apontando para uma compreensão da relação arquiteto-usuário, mediada pelo espaço construído, tomando por base desta compreensão os conceitos de autoria (BAKHTIN) e de sistemas de desenvolvimento (BRONFRENBERNER), articulando-os com o conceito de Zonas de Construção ((NEWMAN, GRIFFIN & COLE).

Recorremos a procedimentos analíticos capazes de capturar o gerenciamento de vozes ao longo do processo de apropriação do espaço construído. A partir da análise interacional e da organização do discurso encapsulado do arquiteto (no espaço construído) e seu desencapsulamento pelo usuário, um jogo de relações dialógicas foram sugeridas *na* e *a partir* da relação com o espaço.

Durante o percurso de sistematização do trabalho e organização da pesquisa tornou-se inevitável o encontro com questões inerentes ao conhecimento do *sujeito* preso e ao espaço arquitetônico particularizado por esta respectiva construção psicológica.

O estudo teórico e a análise da prática de planejamento do espaço, quer seja política, jurídica ou técnica, sinalizam a necessidade de ampliação de estudos sobre o tema penitenciário, especificamente a relação do indivíduo com o espaço e dos indivíduos no espaço penitenciário, na tentativa de encontrar uma alternativa para o tratamento penal operante.

Por sua vez, estes estudos desembocam numa análise do que seria, a partir da compreensão do sujeito preso e de como sua relação com o espaço prisional participa do seu desenvolvimento de self, o conceito de ‘ressocialização’ preconizado pela Lei e considerado como utópico por muitos cientistas.

A descrição densa aqui apresentada é o ponto de partida para a compreensão da construção do sujeito neste ambiente e por este ambiente, abrindo um leque de possibilidades de abordagens teóricas que permitam análise multifacetadas do fenômeno, que resultariam numa reflexão acerca do objetivo da pena de reclusão e do conceito de ressocialização, conseqüentemente.

A ampla discussão sobre os caminhos para uma reforma estrutural das atuais práticas penais no país certamente implicará em atualizações na produção arquitetônica de nossos estabelecimentos prisionais. Assim, se nos vemos diante da perspectiva de manutenção da instituição prisão como recurso punitivo, nos vemos também diante da urgência de sua total reestruturação em todos os âmbitos de sua concepção.

8.2. *Agenda de pesquisa*

O fenômeno que se pretende estudar não é simples ou linear, e sua complexidade exige uma visão mais ampla, multidisciplinar, necessária para desenvolver um conhecimento da principal variável do binômio Homem/ambiente construído: o ser humano.

A grande variável do binômio Homem/ambiente, “pessoas”, é o denominador comum a todas as áreas do conhecimento interdisciplinar que discutimos.

Arquitetura e urbanismo estudam e concebem espaços físicos de vivência e ação dos seres humanos, enquanto a psicologia estuda e investiga os espaços da mente e os componentes que alimentam suas decisões e ações. Ambos constroem saberes pela pesquisa de fenômenos que permitem às pessoas interagir entre si por meio das relações que estabelecem no corpo físico e sociocultural a que pertencem.

Podemos pensar num programa de pesquisas na área, capaz de contemplar questões que não foram respondidas nesta tese. Não foram respondidas muito porque escapavam ao escopo do trabalho. Estas questões dizem respeito principalmente às ações dos usuários engajados em suas práticas. Para tanto, um maior número de práticas sociais deveria entrar em foco: práticas institucionais as mais diversas, como práticas em escolas, hospitais, empresas, entre outras. Assim, observando e analisando o uso de espaços cujos planejamentos poderiam ser acompanhados desde o início, lançaríamos luz sobre as ações e os sujeitos emergentes nestas prática, buscando responder a questões como:

1. De que maneira o sistema indivíduo- componentes arquitetônicos utilizados pela arquitetura interagem?
2. Como a organização espacial funciona como inibidora ou catalisadora da apropriação do espaço?
3. Como os sujeitos reconfiguram seus espaços de convivência?
4. De que maneira essas re-configurações espaciais interferem no desenvolvimento do sujeito?
5. Sugerir uma nova forma de análise para o planejamento arquitetônico a partir de uma abordagem que enfoque o sujeito sócio-histórico e sua relação com o espaço.

Se pudermos resumir o sucesso das medidas de reclusão como sendo a possibilidade de o indivíduo se reconhecer por meio de outras imagens de si, abandonando os dispositivos de conservação da auto-imagem infratora em prol de novas alternativas de self, identificadas com a criação, a produção e as novas pautas de inserção social e política, a partir de uma re-configuração espacial, precisamos refletir e transformar as práticas e os sistemas semióticos que restringem essa possibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, F. M. *O edifício inimigo: Arquitetura de estabelecimentos penais no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ALCÂNTARA, M. A. R. de. Modos do adolescente enfrentar o risco: um estudo longitudinal sobre projetos de vida no contexto da família. Dissertação de Mestrado. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2001.
- ALMEIDA, Renata C. S. Lobato de. O lugar antropológico e a competência de edificar. *Arquitetura e antropologia*, São Paulo: UNESP, 2001.
- AMORIM, Marília. Cronotopo e Exotopia. In: *Bakhtin: outros conceitos-chaves*, por Beth Brait, 95-114. São Paulo: Contexto, 2008.
- ANDRADA, E. G. C.; ZANELLA, A. V. Processos de significação no brincar: problematizando a constituição do sujeito. *Psicologia em Estudo* 7, v.2, 127-133, 2002.
- ARAÚJO, Maria Gercileni C. “Crise e narratividade.” *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Universidade de Fortaleza v.2, 79-91, 2002.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares. Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papina, 1994.
- B. JORDAN; Austin H. Interaction analysis: Foundations and practice. *The journal of the Learning sciences*, n. 1, v.4, 39-103, 1995.
- BACHELARD, G. *A poética do Espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- . *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- . *Problems of Dostoievsky's Poetics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
- BALDWIN, J. M. Personality-suggestion. *Psychological Review*, 274-279, 1894.
- . *social and ethical interpretations in mental development*. New York: MacMillan, 1897.
- BENELLI, S. J. *Pescadores de homens: a produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, São Paulo: UNESP, 2003.
- . A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. *Estudos de psicologia* 21, Dezembro, 2004.
- . Dispositivos disciplinares produtores de subjetividade na instituição total. *Psicologia em Estudo*, julho/dezembro, 2003.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Modalizações da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico. *Anais do XI Encontro Nacional da ABRAPSO*, sn, 2001.

BENTLEY, I. et al. *Responsive environments. A manual for designers*. London: Architectural Press, 1991.

BERGSON, Henri. *L'Evolution créatrice*. Genève: Editions Albert Skira, 1945.

BORRICAND, Jacques. A evolução da Arquitetura Penitenciária. *Anais do CONNASP*. Tradução: George Sarmento, Suzann Cordeiro. Maceió, AL: Edufal, 5 de julho de 2008.

BRANDÃO, H. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Unicamp, 1998.

BRANDÃO, Ludmila de L. *A casa subjetiva: matérias, afetos e espaços domésticos*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BRASIL, Resolução 06 de 23 de setembro de 2005. *Orientações Gerais para a Construção, Ampliação e Reforma de Estabelecimentos Penais*. Lei, Conselho Nacional de Políticas Criminal e Penitenciária, Ministério da Justiça, Brasil: CNPCP, 1995.

BREDARIOL, Ana Cláudia Pinto. “Suporte ambiental: uma estratégia para educação infantil inclusiva.” *Banco de Dissertações e Teses de Doutorado.USCAR*. 2006. http://www.bdt.d.ufscar.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1126 . acesso em 09 de outubro de 2008.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Tradução: Maria Adriana veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

—. Developmental ecology through space and time : a future perspective. In: *Examining Lives in Context: Perspectives on the Ecology of Human Development*, por Glen H. Edler & Kurt Luscher Phyllis Moen, 619-647. Washington: American Psychological Association, 1995.

—. *The Ecology of Human development: Experiments by Nature and Design*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

BRONFENBRENNER, U., e STEPHEN, Ceci. Nature-Nurture Reconceptualized. *Developmental Perspective - a Bioecological Model* 101 v.4, 568-586, 1994.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: *Perspectivas da Geografia*, por Antonio Carlos Christofolletti, 165-193. São Paulo: Difel, 1985.

—. Campo de Movimiento y sentido del Lugar. In: *Teoria y método en la geografía anglosajona*, por Maria dolores Garcia Ramón, 227-241. Barcelona: Ariel, 1985.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

- COELHO, José Teixeira. *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- COLE, A. L. "Teacher development partnership research: a focus on method and issues." *American Educational Research Journal*, 473-495, 1993.
- COLE, M. *Culture psychology: a once and future discipline*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998.
- CORBUSIER, Roland. *Enciclopédia Filosófica*. 2a. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1987.
- CORDEIRO, Suzann. "A evolução da Arquitetura Penitenciária." *Arquitextos 059*, texto especial 299, 2005.
- . *Até quando faremos relicários? A função social do espaço penitenciário*. Maceió, AL: EDUFAL, 2006.
- COSTA, Lúcio. *Considerações sobre arte contemporânea: Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- COSTA-ROSA, A. *A instituição de saúde mental como dispositivo de produção de subjetividade*. Assis, SP: Unesp, 2002.
- COUTINHO, Evaldo. *O espaço da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- DA SILVA, Dinorá Fraga. *Inserção epistemológica da teoria da complexidade nos estudos lingüísticos: sobre fragmentos e totalidades*, Calidoscópico, Vol. 5, n. 3, p. 185-189, set/dez 2007
- DIRIWÄCHTER, R.; J. Valsiner. Qualitative developmental research. Methods in their historical and epistemological contexts. *Form Qualitative social research*, art. 8, 2006.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário; ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente- Introdução à pesquisa semiológica*. 3a ed., São Paulo: Perspectiva, 1987.
- ELALI, Gleice Azambuja. *Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar*. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 1997, vol.2, n.2, pp. 349-362. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n2/a09v02n2.pdf>, acesso em 28/07/2008.
- FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: *Bakhtin: conceitos-chave*, por Beth Brait, 37-60. São Paulo: Contexto, 2008.
- FERRO, Sergio. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda/IAB-SP, 1976.
- FILHO, F. Alves. *A autoria nas colunas de opinião da Folha de São Paulo*. Tese de doutorado, Centro de Estudos Lingüísticos, Universidade de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2005.

FOGEL, A., LYRA, M. C. D. P.e VALSINER, J.. Introduction: perspectives on indeterminism and development. In: *Dynamics and indeterminism in developmental and social processes*, por A. Foge, M. C. D. P. Lyra e J. Valsiner, 1-10. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1997.

FOULCALT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

—. *Microfísica do Poder*. 20a Edição. Graal, 2004.

—. *Vigia e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

HOLANDA, Frederico; KOHLSDORF, Gunter; KOHLSDORF, Maria Elaine. *Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização*. Material Didático, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília: FAU-Unb, 1994-1996.

GASPERINI, G. C. *Contexto e tecnologia: o projeto como pesquisa contemporânea em arquitetura*. Tese de Livre-docência, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP: USP, 1988.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

—. *Local knowledge*. Nova York: Basic Books, 1983.

—. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Edusp, 2001.

GERGEN. *The structured self*. New York: Basic book, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Modernity and Self-identity. Self and Society in the Late Modern Age*. Brasil: Polity Press e Brasil Blakwell, 1991.

GIORGI, S.; PADIGLIONE, V.; PONTECORVO, C. Appropriations: dynamics of domestic-spacenegotiation in italian middle-class working families. *no prelo*, s.n., 2006.

GODOY, Solange. I Seminário sobre Museus-Casas. In: Anais do I seminário sobre museus-casas. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: MEC, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOLDMAN, Márcio. Do ponto de vista não-nativo: sobre a incompreensão antropológica ou os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. *XXV Encontro Anual - ANPOCS, A Antropologia e seus métodos: o arquivo, o campo, os problemas*. Caxambu: Anpocs, 2000.

GOMES, J. C. Sete teses sobre a arquitetura - 3a tese. *Anais do II Encontro Nacional sobre preservação de bens culturais*, Universidade de São Paulo, 1987.

GOODWIN, C. Action and embodiment within situated human interaction. *Journal of Pragmatics* n.32, 1489-1522, 2000.

—. Time in action. *Current Anthropology* 43, Special issue "Repertoires of Timekeeping in Anthropology" ed.: 19-35, August-October de 2002.

- . The semiotic body in its environment. In: *Discourses of the body*, por C. Goodwin, edição: Justine Coupland e Richard Gwin, 19-24. New York: Palgrave/Macmillan, 2003.
- . “Visual analysis. An Etho methodological Approach.” In: *Handbook of Visual Analysis*, por C. Jewitt T. Van Leeuwen, 157-182. London: Sage Publications, 2000.
- HARRÉ, R. *The singular self: An introduction to the psychology of personhood*. London: Sage, 1991.
- HARRÉ, R.; LANGENHOVE, L. Van. *Positioning theory: moral contexts of intentional actions*. Osford: Blackwell, 1999.
- HERTZBERGER, H. *Lições de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HILLIER, B. et al. Natural Movement: configurations and attractions in urban pedestrian movement. *Environment and Planning B: planning and design*, s.n., 1993.
- HILLIER, B.; HANSON, J.. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HILLIER, Bill; LEAMAN, Adrian. “A new approach to architectural research.” *RIBA J*, 517-521, 1972.
- HILLIER, Bill. The architecture of the urban object. *Ekistics* 56, 5-21, 1989.
- HOLQUIST, M. *Dialogism: Bakhtin and his world*. London: Routledge, 1990.
- Ittelson, W. H. *Environment and cognition*. Nova York: Seminar Press, 1973.
- JORDAN, B.; AUSTIN, H.. Interaction analysis: Foundations and practice. *The journal of the Learning Sciences* 4, n. 1, 39-103, 1995.
- KOHLSDORF, Gunter. *Texto de apoio didático n.4: Sobre as necessidades e aspirações das sociedades humanas e as correspondentes dimensões em arquitetura*. Brasília: IESPLAN, 2000.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Editora UnB, 1996.
- LORDELO, L. R.; BASTOS, A. C. S.; ALCÂNTARA, M. A. R.. Vivendo em contexto de violência: o caso de um adolescente. *Psicologia em Estudo* 7, 31-40, julho/dezembro, 2002.
- LANGER, Suzane. Sentimento e forma. In: *Os modos do espaço virtual*, por Suzane Langer, 73-90. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- LEACH, Edmund. *As idéias de Lévi-Strauss*. 2a ed. São Paulo: Cultrix, 1970.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Osford: Blackwell Publishers, 1991.
- LEITÃO, Lúcia. Espaço do abrigo? Espaço do afeto! In: *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*, por Vicente Del Rio, 363-369. Rio de Janeiro: Contra Capa/PROARQU, 2002.

LEONTEV, A. N. The problem of activity in psychology. In: *The concept of activity in soviet psychology*, por J. V. Wertsch, 37-71. New York: M. E. Sharpe, 1981.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Introducción a la obra de Marcel Mauss*. Madrid: Editora Tecnos, 1971.

LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LYNCH, Kevin. Reconsidering the image of the city. In: *City Sense and city design - Writing and projects of Kevin Lynch*, por Michael Southworth Tridib Banerjee. Cambridge: The MIT Press, 1996.

—. *The Image of the City*. Cambridge: Technology, 1960.

LYRA, M. C. D. P. Desenvolvimento como processo de mudança em um sistema de relações historicamente construído: contribuições do estudo da comunicação no início da vida. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 2, 257-268, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2002.

MALARD, M. Lúcia. Os objetivos do cotidiano e a ambiência. *Anais do 2o Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído*, 1993.

—. Os objetivos do Cotidiano e a ambiência. *Anais do II Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído* (ANTAC, ABERGO, SOBRAC), 1993.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: *Bakhtin: outros conceitos-chave*, por Beth Brait, 115-132. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, L. C., e A. U. Branco. “desenvolvimento moral: considerações teóricas a partir de uma abordagem sociocultural construtivista.” *Psicologia: teoria e pesquisa* 17, v.2, 169-176, 2001.

MATTA, Roberto Da. O ofício do etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'. *Cadernos de PPGAS*, Museu Nacional, 1974.

MEIRA, L.; PINHEIRO, M. Produção de sentidos no uso que se faz de gráficos. *no prelo*, 2007.

MEIRA, Luciano. Comunicação Pessoal: Aulas ministradas na disciplina Seminários Avançados I.” *Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva*. Recife, Pe, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *De Mauss a Claude Lévi-Strauss: textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MONTEIRO, Marcos Rafael. *Notas para a construção de um diálogo entre a arquitetura e a semiótica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília: FAU-UnB, 2006.

MORIN, P. A. *The ecology of developmental processes*. Vol. 1, em *Handbook of Child Psychology*, por W. Damon e R. M. Lerner, 993-1028. New York: Wiley, 1998.

- NELSON, K. *Event knowledge - Structure and functions in development*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, LEA, 1986.
- NEWMAN, D.; GRIFFIN, P.; Cole, M.. *The construction zone: Working for cognitive change in school*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Existence, Space and Architecture*. Nova York: Praeger, 1971.
- NORMAN, D. A. *The Psychology of every day things*. New York: Basic Books, 1988.
- OLIVEIRA, M. K. de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico*. São Paulo: scipione, 1993.
- OSTROWER, Fayga. *A sensibilidade do Intelecto*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- PALMIERI, Marilicia Witzler Antunes. Cooperação, Competição e Individualismo em uma perspectiva Sócio-cultural Construtivista. *Psicologia, Reflexão e Crítica* 17, v.2, 189-198, 2004.
- PEIRANO, Mariza. *a favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PELUSO, Marília L.. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: Geografia e Psicologia Ambiental. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2003, vol.8, n.2, pp. 321-327. ISSN 1413-294X.
- PEIRCE, Charles Sanders. *La ciencia de la semiótica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.
- PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana. Consciência Espacial, Sentido de lugar e arquitetura. *Arquitetura e Cultura do Lugar*, 2003.
- PERES, Flávia Mendes de Andrade e. *Diálogo e autoria: do desenvolvimento ao uso de sistemas de informação*. Tese de doutorado, Pós-graduação em Psicologia cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2007.
- RAPOPORT, Amos. *The Meaning of the Built Environment - a non verbal communication approach*. Tucson: The University of Arizona Press, 1990.
- RELPH, E. C. *As bases fenomenológicas da geografia*. 7. Vol. 4. Geografia, 1979.
- . *Place and Placelessness*. Londres: Pion, 1976.
- REMENCHE, M. L.R. *As criações metafóricas na gíria do Sistema Penitenciário do Paraná. Dissertação de Mestrado (Estudos da Linguagem)*. Londrina: UEL, 2003.
- RIBEIRO, Cláudia R. Vial. *A dimensão simbólica da arquitetura*. Belo Horizonte: FUMEC/FACE C, 2003.
- RIBEIRO, W. C. Do lugar ao mundo ou o Mundo no lugar? *Terra Livre AGB*, 11-12;237-242, 1993.

RIBEIRO, O. M. *A arquitetura da realidade: espaço e criação, linguagem e gênese*. Revista digital ART, Ano II, n.2, Outubro/2004. Disponível em <http://www.revista.art.br/site-numero-02/trabalhos/06.htm>. Acesso em 03/09/08.

RITTEL, Horst. *Der Planungsprozess als iterativer Vorgang von Varietätserzeugung Varietätseinschränkung*. Stuttgart: Karl Krämer Verlag, 1970.

RIVLIN, L. G. Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia* 8, 2003.

__. The ethical imperative. In: *Handbook of Environmental Psychology*, por R. B. Bechtel e A. Churhman, 15-27. Nova York: John Wiley & Sons, 2002.

ROSSI, Aldo. *a arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Lúcia Leitão. *De Vitruvius a Freud: Cidade, Arquitetura e Subjetividade*. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, Porto, 2004.

__. *Os movimentos Desejantes da Cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1998.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

—. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHANK, R.; R. Abelson. *Scripts, plans, goals and understanding: An inquiry into human knowledge structure*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associate, LEA, 1977.

SCHULZ, C. N. *Genius loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzolli, 1980.

SENETT, Richard. *O declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SHANAHAN, M. J.; Valsiner, J.; Gottlieb, G.. Developmental concepts across disciplines. In: *Comparisons in human development: understanding time and context*, por J. Tudge, M. J. Shanahan e J. Valsiner, 34-65. Mahwah: Laurence Erlbaum Associates, LEA, 1997.

SILVA, Elvan. *Arquitetura e Semiologia*. Porto Alegre: Sulina, 1985.

SILVA, Luis S. Duarte. *A construção de Brasília, Modernidade e Periferia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

SUCHMAN, L. Constituting shared workplaces. In: *Cognition and communication at work*, por W. Engestom e D. Middleton. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SVENSSON, F. *Arquitetura: criação e necessidade*. . Brasília: Ed. Universitária de Brasília, 1992.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

__. Place: an experiential perspective. In: *Geographical Review*, por Yi-Fu Tuan, 151-165. 1975.

—. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

VALSINER, J. *Culture and Human Development: An Introduction*. London: Sage, 2000.

—. Semiotic Autoregulation: Dynamics sign hierarchies constraining the Stream of Consciousness. *Seminar on symbolic forms*. Paris, fevereiro de 2004.

—. The Overwhelming World: Functions of Pleromatization in creating diversity in cultural and natural constructions. *Journal*, 2006.

—. *The semiotic construction of solitude: Process of internalization and externalization*. Vol. 1. Sign System Studies, 2006.

—. The Street. *Ment, Territori i Societat*, 2004.

—. Beyond social representations: a teory of enablement. *no prelo* 12 7.1-7.16, 2003.

—. Cultural Regulation and the Development of Children's Action at Mealtimes. 2004.

—. *Culture and Human Development: An Introduction*. London: Sage, 2000.

—. Irreversitibiby of time and ontopotentiality of signs. *Estudios de Psicologia*, 2002: 49-59.

—. The concept o attractor: How dynamics systems theory deals with future. *2nd International Conference on Dialogical Self*, 2002.

—. Forms ofDialogical Relations and Semiotic Autoregulation within the Serf. *Theory and Psychology*, 251-265, 2002.

VALSINER, J; VAN DER VER, R. *The Social Mind: Construction of Idea*. Cambridge: Cambridge Um Press, 2000.

VALSINER, J.; BRANCO, A. U.; DANTAS, C. Co-construction of human development: Heterogeneity within parental belief orientations. In: *Parenting and children's internalization of values*, por J. E. Grusec e L Kuczynsky, 283-304. New York: Wiley, 1997.

VENTURI, Robert et al. *Aprendiendo de Lãs Vegas: el simbolismo olvidado de la forma arquitectónica*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

VYGOTSKY, L. *Formação Social da mente*. são Paulo: Martins Fontes, 1987.

—. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 1988.

WERTSCH, J. V. Socioculrural research in the copyright age. *Culture & Psychology*, 81-102, 1995.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. Lisboa: Editorial Minerva, 1977.

ANEXO 1

GLOSSÁRIO DE TERMOS UTILIZADOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PESQUISADO

A

AGÁ: simular, fingir, dar abertura

B

BOI: banheiro masculino

BONDE: quem transporta a droga pra dentro dos presídios

BAGULHO: maconha – parece ser uma analogia com a aparência da semente e da cor amarronzada da maconha quando preparada em pequenas porções para serem comercializadas; mercadorias, frutos de roubos e furtos, também são assim chamados.

BALINHA: porção destinada a fazer cigarro de maconha

BOTINHA: cigarro com filtro

BRANCA: cocaína

BRIZOLA: cocaína

BERRO: revólver

BICUDA: estoqueada

BOTA-FORA: advogado

BIXA: homossexual

C

CATUQUE: bilhete

CORRO: sala do fórum, vem de curral

COFRE: escolta, camburão

CAIXOTE: castigo

CAIÇARA: fumo de corda

CARETA: cigarro

CHOCA: bebida alcoólica fermentada feito dentro da cadeia

COFRE: pessoa que carrega objetos no ânus

COISA: maconha

CORNETA: pequeno canudo para aspirar cocaína

CORRIDINHA: ato de aspirar cocaína

CORRERIA: venda de objetos pelos corredores da prisão
 CRIVO: cigarro com filtro
 CENTO E VINTE E UM: homicídio
 CENTO E VINTE E NOVE: tentativa de homicídio
 CAÔ: mentira
 CABRITO: carro roubado
 CANO: revólver
 CAPA-PRETA: juiz
 CASCÃO: guarda ruim
 CENTO E SETENTA E UM: faroleiro, malandro, pessoa que argumenta bem
 CHACOALHAR: atirar em alguém
 CHICO DOCE: pedaço de madeira improvisada
 CHORRO: batedor de carteira
 COLAR O BRINCO: tapa na cara/orelha
 CORUJANDO: observando
 CAGOETE: traidor
 CAVALA: mulher bonita e grande
 COME-QUIETO: pano ou lençol que envolve a cama
 CAIR A CADEIA: rebelião, motim

D

DERRUBAR A MIXA: desmascarar
 DOZE: tráfico
 DEZESSEIS: viciado
 DOZE: traficante
 DICHAVAR: ato de desmanchar torrão de maconha
 DEZESSEIS: usuário de drogas
 DAR UM TAPA: fumar maconha
 DAR MIO/MILHO: matar, ficar em lugar visado e ir preso
 DAR UM GUENTO: tomar de assalto, manter-se
 DRAGA: arm de fogo
 DORMIR NO BRAÇO: manter relações homossexuais
 DUQUEATORZE: estuprador de homem
 DUQUETREZE: estuprador

E

ELITE: Grupo de pessoas que dominam os demais presos

ESTAR DE CARA LIMPA: pessoas que não estão sob o efeito das drogas

ENQUADRAR: tirar satisfação, acuar, ameaçar

ESCRAVO: agente penitenciário/carcereiro

ESPIANTAR: furtar se aproveitando do descuido

ESPIM: faca improvisada

ESPETO: faca improvisada

ESTAR BRANCO: não tem ninguém na área/ está tudo sob controle

F

FRENTE: preso antigo

FARINHA: cocaína

FICAR NOBRE: perder a razão devido ao efeito da droga/cocaína

FINO: cigarro de maconha

FISSURA: desejo incontrolável de consumir droga

FUTUCADA: estoqueada com faca ou espeto

FAZER: matar

FREIO DE CAMBURÃO: ladrão conhecido da polícia/toxinômaco

FUNÇA: agente penitenciário/carcereiro

FRANCHÃO/FRANCHONE: elemento amasiado com travesti, o parceiro ativo

FAXINA: castigo

FERRO: revolver

G

GIZ: cigarro

GRANELEIRA: mulher que traz droga na vagina

GRINFA: seringa

GADO: mulher ou pessoa tola/ladrão rápido

GAMBÉ: polícia militar

GANSO: pessoa ruim, que fica olhando/encarando o outro

GERAL: revista completa nas celas

GRAMPO: algemas

I

IR PARA O PIANO: ser torturado, interrogado

J

JEGUE: cama

JACARÁ: serra

JOANINHA: carro de polícia tipo fusca

JUMBO: sacola de mantimentos

L

LAMBRETA: pedaço de papel colocado no meio do dedo de quem dorme, ao qual se atea fogo

LAMPIANA: faca

LARANJA: aquele que assume a culpa no lugar do outro

LATRÔ: pessoa que mata para roubar

M

MASTIGANTE: cascuda, blindada, prateada, refere-se a marmita servida na instituição

MANCOSO: pessoa que não age certo/alcagüete

MANJATEMPO: pessoa que se preocupa com a vida dos outros

MÁQUINA: revólver

MOCOZAR: esconder

MULA: pessoa que carrega tóxicos

MUNDÃO: fora dos muros

MÃE/MAEZONA: homem que faz o papel de mulher, parceiro passivo, de um só elemento

MARICONA: homossexual não assumido, que tem mulher e filhos fora da cadeia

N

NARIZINHO: cocaína/ato de cheirar cocaína

P

PENOSA: mulher que sai com muitos homens, mulher “galinha”

PERSEGUIDA: vagina

PIÁ: homossexual que não comercializa o corpo, mas mantém relações sexuais voluntariamente

POEIRA: cocaína

PUTO: homossexual que comercializa o corpo espontaneamente

PEGAR O VERDE: fugir

PÉ-PRETO: soldado/OM

PÉ-DE-PORCO: agente penitenciário/guarda de cadeia

PEIXE: mentira

PERDIGÃO: preso que trabalha como guarda

PESCOÇO: olheiro/pessoa que cuida da vida dos outros

PORCO: agente penitenciário/guarda de cadeia

PUXAR UM BASEADO: fumar maconha

Q

QUEBRAR A PERNA: prometer algo e não cumprir

R

RAFAMÉ: pessoa insignificante

RODAR: ser preso

RATO DE XADREZ: preso que rouba as celas dos colegas

RIPADO: condenado/vítima

RITA: colher afiada que serve como faca de cozinha

RUA: corredor das celas

S

SOCA-PORVA: manter relações sexuais

SUKITA: aquele que assume a culpa no lugar do outro

SAMANGO: polícia militar

SAPO: cadeado

SEGURO: cela separada, privada do convívio com os outros internos

T

TEREZA: panos amarrados um nos outros para escalar muros altos

TALQUINHO: cocaína

TIJOLO: tablete de maconha

TATU: buraco/ túnel para fuga

TERESA/ DRA. TERESA: corda feita de lençol

TRANCA: castigo, isolamento

TRANSPORTE/BLINDADO: pessoa que transporta objeto no ânus

TRÊS OITÃO: revólver

TRETA: briga/ problema

TREME-TREME: motel

U

UM-CINCO-CINCO: furto

UM-CINCO-SETE: assalto a mão armada

V

VACA: sirene

X

XIS: cela, xadrez